CBN Professional
Lupércio Moraes, CEO e sócio da Sorvetes Rochinha, fala sobre sua carreira e gestão profissional B2

Dívida dos Estados
Proposta do Senado é "frouxa e assimétrica", afirmam especialistas da Fundação Dom Cabral A4

Mudança climática
Ministra Marina Silva diz torcer para que não haja retrocessos negacionistas nas discussões do clima A2

Sábado, domingo e segunda-feira, 27, 28 e 29 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6053 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

CAPA PROMOCIONAL

NV fecha todas as suas lojas.

A marca da empresária Nati Vozza se prepara para viver um momento inédito, inesquecível em sua trajetória.

A brand new NV

2012. A empresária e influenciadora Nati Vozza criava a marca NV com um pensamento muito claro: dar voz, trazer cores, texturas, materiais e acabamento impecável à sofisticação própria de cada mulher. Em sua rotina, no seu dia a dia.

Dali em diante, a NV se tornou conhecida por sua inquietude e evolução constante. A alfaiataria clássica, conectada a tendências versáteis e atemporais, logo deu lugar de destaque à marca no universo da moda feminina. Nossas clientes viraram amigas, nossas amigas viraram clientes.

O primeiro ponto de venda nasceu em São Paulo em 2016 para ajudar a consolidar o sucesso, com um crescimento contínuo e orgânico ano após ano. Hoje são 19 lojas ao redor do Brasil que representam o jeito NV de ser. Cuidamos de cada detalhe e buscamos pela autenticidade e originalidade em nossas peças para realçar o estilo único de cada mulher.

A NV conquistava a atenção e o coração das nossas clientes, mais e mais. Esse interesse atraiu outros olhares, do mundo dos negócios, e em 2020 passamos a fazer parte do Grupo Soma. Com uma taxa de crescimento anual de 45% (CAGR 4Y) e faturamento de R$ 425 milhões no ano passado, acumulamos números significativos, de peso, que demonstram toda a nossa força e solidez.

Como de costume, continuamos olhando à frente e temos orgulho em dizer que estamos vivendo mais um momento marcante da nossa trajetória. Alguns chamam de rebranding, nós preferimos chamar de projeto. Sem jamais abrir mão da nossa essência, ele envolve a releitura completa da nossa identidade visual e tudo que acompanha esse movimento, para que a experiência da nossa cliente seja ainda mais única e diferenciada.

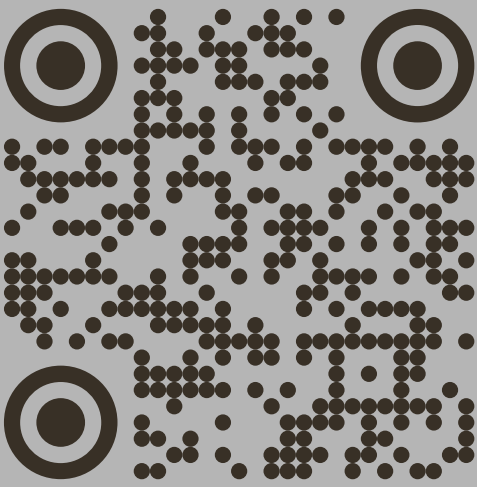
Hoje todas as nossas lojas amanheceram fechadas e permanecerão assim por 5 dias, enquanto ficam aos cuidados da arquiteta Juliana Vasconcelos, para renascerem de acordo com nosso novo momento. Ao mesmo tempo, estamos lançando nosso aplicativo que, mais do que um canal de vendas, é uma plataforma omnichannel com benefícios exclusivos e integração absoluta entre o físico e digital.

Depois de dividirmos tantas novidades em primeira mão, um último detalhe: no dia 3 de agosto reabriremos nossas portas não só apresentando a nova NV, como também a nova coleção Summer25. Tudo do nosso jeito, sofisticadamente.

Conheça a nova experiência

Nossa vontade de nos movimentar para o futuro inspirou evolução. Como sempre, queremos celebrar a beleza autêntica de cada mulher, realçando seu brilho e descomplicando a moda para o dia a dia, tanto por nossas peças, quanto por nossas experiências.

Na NV cada detalhe importa e é por isso que nossas lojas estão mudando. A reforma do nosso espaço físico tem papel fundamental na transformação da marca e na sua jornada com a gente, refletindo a experiência única que estamos acostumados, mas, agora, com a cara do nosso novo momento. A essência da NV segue a mesma.

Fique à vontade, esse é só começo. Baixe o app através do QR code abaixo e dê o primeiro passo, de muitos que estão por vir, com a gente.

Encontre a NV mais próxima de você

- SÃO PAULO
- FORTALEZA
- CURITIBA
- RECIFE
- RIO DE JANEIRO
- RIBEIRÃO PRETO
- CAMPINAS
- FLORIANÓPOLIS
- BRASÍLIA
- PORTO ALEGRE
- SALVADOR
- CUIABÁ
- GOIÂNIA
- BELO HORIZONTE

NATI VOZZA

CBN Professional
Lupércio Moraes, CEO e sócio da Sorvetes Rochinha, fala sobre profissionalização da gestão B2

Dívida dos Estados
Proposta do Senado é "frouxa e assimétrica", afirmam especialistas da Fundação Dom Cabral A4

Mudança climática
Ministra Marina Silva diz torcer para que não haja retrocessos negacionistas nas discussões do clima A2

Sábado, domingo e segunda-feira, 27, 28 e 29 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6053 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO 25 ANOS

Com filas, eleição na Venezuela é marcada pela incerteza

Agências internacionais

Os venezuelanos foram ontem às urnas para decidir entre a continuidade do governo do presidente Nicolás Maduro ou uma mudança de rumo de um regime que levou ao sucateamento do crucial setor de petróleo, com consequente colapso econômico e hiperinflação no país. Apesar da incerteza e elevada expectativa da oposição de, desta vez, conseguir derrotar o chavismo por meio do voto, mesmo com alertas sobre possíveis irregularidades, a eleição ocorreu com relativa tranquilidade.

Os locais de votação fecharam as portas às 19h (de Brasília), mas algumas seções estenderam o horário para que todas as pessoas pudessem votar. Os primeiros resultados eram esperados para às 23h (de Brasília), mas o resultado final pode levar dias. O procurador-geral, Tarek Saab, disse à Reuters que não previa violência e que, exceto por alguns incidentes isolados, a votação tinha sido pacífica.

Na capital Caracas, os eleitores formaram filas muito antes da abertura das urnas. Muitos haviam chegado na noite anterior. No fim da tarde, alguns já haviam se dispersado, com o processo sendo mais eficiente do que se esperava. Em outras partes do país, testemunhas da oposição citaram incidentes de detenções ou outras formas de intimidação, segundo a Bloomberg. Em algumas cidades, as juntas de fiscalização eleitoral foram unificadas sem aviso prévio, desacelerando o processo de votação, em tentativa que os líderes da oposição suspeitam ser deliberada para desmotivar as pessoas que esperavam sob o sol quente.

Estimativas da oposição indicavam que pouco menos de 55% das pessoas haviam votado em todo o país. Pesquisas de opinião independentes davam ao principal candidato da oposição, Edmundo González, uma vantagem de 20 a 30 pontos percentuais, enquanto outros institutos ligados ao governo apontavam a reeleição de Maduro para um terceiro mandato como presidente. O Ministério Público da Venezuela disse que dará uma entrevista hoje, às 19h (de Brasília), para informar sobre a eleição presidencial. **Página A13**

- Acompanhe os resultados da eleição na Venezuela no site do Valor: valor.com.br

Após privatização da Sabesp, mercado se volta para novas concessões no setor

Infraestrutura Grandes projetos em estudo podem contratar até R$ 111 bilhões em investimentos em 12 Estados do país; há leilões marcados no Piauí e em Sergipe

Taís Hirata
De São Paulo

Passada a privatização da Sabesp, o mercado de água e esgoto no Brasil tem expectativa de novas concessões. Os projetos em estudo podem contratar até R$ 111 bilhões em investimentos em 12 Estados do país, segundo projeções de fontes do setor e consultorias. Há dois leilões marcados: um do governo do Piauí, com previsão de R$ 8,6 bilhões em obras, e outro em Sergipe, em estruturação pelo BNDES, com investimentos de R$ 6,3 bilhões. Há ainda licitação de três Parcerias Público-Privadas (PPPs) da Sanepar, suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), mas que a empresa paranaense tenta retomar.

Os próximos leilões devem ser das concessões de Pará e Pernambuco, que o BNDES tenta licitar este ano, diz o diretor de planejamento do banco, Nelson Barbosa. Os contratos em estudo nos dois Estados deverão somar R$ 47 bilhões em obras, que tendem a ser divididas em blocos — um deles será o da região metropolitana de Belém. Na carteira do BNDES, há outros sete projetos: na Paraíba, em Rondônia, no Maranhão, em Goiás, no Rio Grande do Norte, em Minas Gerais e em Porto Alegre (RS). A maioria dever sair em 2025. Há também conversas com a estatal da Bahia.

A expectativa, dizem especialistas, é que os leilões atraiam competição, com participação de operadores consolidados e a entrada de novos grupos que ainda não atuam no mercado de saneamento no país. A própria Sabesp, com a Equatorial como acionista de referência, deverá se tornar relevante nas disputas. "A privatização trouxe um grupo que já atuava no setor, mas que agora ganha escala e capacidade para brigar com os demais", diz Ewerton Henriques, sócio-diretor da SH Consultoria.

O presidente da Sabesp, André Salcedo, disse que a empresa tem participado de oportunidades em São Paulo e analisado projetos em outras regiões. Para analistas, operadores tradicionais seguem com disposição de crescer. A Aegea é tida como o grupo com maior disposição. "O interesse pelo setor continua alto. O problema é que a agenda da regulação e a insegurança jurídica ainda são um fantasma", diz Felipe Tavares, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC). **Página B1**

Copom deve manter a taxa Selic em 10,5% anuais

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deve manter a taxa Selic em 10,5% anuais em sua reunião desta semana. Todas as 123 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo **Valor** esperam que o juro básico não seja alterado. A grande maioria das casas projeta a Selic no mesmo patamar até o fim deste ano. Apenas 12 delas veem alguma mudança na direção dos juros no período — nove projetam a retomada do ciclo de cortes, enquanto três esperam elevação nos juros.

É crescente no mercado a percepção de que o BC se verá obrigado a endurecer o discurso em seu comunicado, devido ao cenário atual de valorização expressiva do dólar — a moeda fechou em R$ 5,658 na sexta-feira — e piora nas expectativas de inflação. **Página C1**

Projeto de Orçamento terá prazo maior

Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta
De Brasília

Além da previsão de despesas para o ano que vem, o Projeto de Lei Orçamentária de 2025 trará estimativa de quanto os ministérios vão gastar também em 2026. É a primeira vez que isso será feito na peça orçamentária. A ação faz parte do projeto chamado "marco orçamentário de médio prazo", ou seja, começar a planejar as despesas públicas olhando um horizonte de quatro anos, e não mais apenas um ano. Até então, o Orçamento trazia a previsão de gastos somente para o ano corrente. No PLOA 2026, a expectativa é que os ministérios tragam as previsões até 2028 e, no de 2027, até 2030. "[É] um passo muito importante e necessário para melhorar os instrumentos de governança fiscal", afirma Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI). **Página A8**

Medalhas e contratos

GASPAR NÓBREGA/COB

Ontem, Rayssa Leal (foto) ganhou bronze no skate street e se tornou a atleta mais jovem a conquistar medalhas em edições diferentes da Olimpíada; já o judô ficou com prata, com William Lima, e bronze, com Larissa Pimenta. Trinta atletas brasileiros em Paris atraem investimentos de 132 marcas. Página B6

Mais processos por 'estelionato sentimental'

Adriana Aguiar
De São Paulo

A Justiça tem registrado aumento no número de processos por "estelionato sentimental". Nele, a vítima é induzida a entregar bens ou valores para outra pessoa com a promessa de constituir uma relação afetiva. No ano passado, foram 78 decisões citando o termo. Até junho deste ano, houve outras 51 decisões, de acordo com pesquisa do Trench Rossi Watanabe. Na Justiça estadual, as vítimas têm pedido reparação por danos materiais e morais. **Página E1**

A necessária autonomia orçamentária e financeira do Banco Central
Gustavo Loyola A15

Pane expôs como mundo está irreversivelmente interconectado
Ciro Dias Reis A15

O Globo e Grupo Globo abrem celebração dos 100 anos

"O Globo", do Rio

Chegar aos 100 anos em plena atividade, reinventando-se e mantendo a essência e os valores definidos na fundação, do compromisso com o leitor à defesa da democracia e da liberdade de expressão, é bastante significativo. Quando aquele 29 de julho de 1925 também marca o início do maior grupo de mídia e comunicação do Brasil — o Grupo Globo —, a festa é ainda mais ampla. A contagem regressiva para o centenário de O Globo começa hoje e, até 29 de julho de 2025, vários projetos e eventos vão lembrar a trajetória do diário criado por Irineu Marinho, além dos aniversários de novas frentes abertas no grupo: os 80 anos da Rádio Globo (em dezembro de 2024), os 60 da TV Globo, os 30 dos Estúdios Globo, os 25 do **Valor** e da globo.com e os dez anos do Globoplay (estes em 2025).

"Começamos hoje a contagem regressiva para o nosso centenário numa posição que muito nos orgulha. Seja pelo maior alcance da história do jornalismo que produzimos, o que consolida e amplia nossa liderança absoluta no Brasil, pela competência de diversificar nosso negócio em novas frentes e, mais importante, pela capacidade de entender e se adaptar às contínuas mudanças nas demandas e preferências dos nossos leitores e parceiros comerciais", diz Frederic Kachar, diretor-geral da Editora Globo. **Página A6**

CTC, de Piracicaba, repatria cientistas brasileiros

Camila Souza Ramos
De São Paulo

O Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), de Piracicaba (SP), vem repatriando cientistas brasileiros com carreira acadêmica no exterior. O movimento contrasta com a trajetória de muitos pesquisadores que na última década passaram a buscar cada vez mais oportunidades em outros países diante das condições adversas para o desenvolvimento de pesquisa no Brasil. Dos 263 empregados que trabalham com pesquisa no instituto, 19% têm título de doutorado e 16%, mestrado ou alguma outra pós-graduação. **Página B9**

Indicadores

Ibovespa	26/jul/24	1,22 %	R$ 23,2 bi
Selic (meta)	26/jul/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	26/jul/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	26/jul/24		5,6459/5,6465
Dólar comercial (mercado)	26/jul/24		5,6572/5,6578
Dólar turismo (mercado)	26/jul/24		5,6946/5,8746
Euro comercial (BC)	26/jul/24		6,1292/6,1321
Euro comercial (mercado)	26/jul/24		6,1421/6,1427
Euro turismo (mercado)	26/jul/24		6,2172/6,3972

Destaque

Insumos agrícolas
A retração nas compras de fertilizantes pelos agricultores brasileiros, ante a queda nos preços das commodities, e a entrada de novos concorrentes no mercado reduziu nos últimos três anos as participações das gigantes Mosaic e Yara no Brasil, que respondem por 17% e 11% das vendas, respectivamente. **B9**

Fiscal alivia, mas dólar põe pressão no Copom

Alex Ribeiro

Com o mercado financeiro precificando altas de juros ainda neste ano, é grande a expectativa sobre se o Comitê de Política Monetária (Copom) vai indicar em reunião nesta semana que isso não seria preciso, pelo menos nas condições atuais — e se vai dizer que considera equilibrados os riscos negativos e positivos no seu cenário inflacionário.

Se isso ocorrer, de certa forma será um repeteco do que o comitê disse na reunião de junho: de um lado, reafirmar que os juros no patamar atual, de 10,5% ao ano, são suficientes para colocar a inflação na meta; de outro, avisar mais uma vez que está pronto para agir, se for preciso apertar mais.

O que ajuda o Banco Central, desta vez, é a redução dos ruídos sobre a política fiscal. Mas o dólar cada vez mais alto (na sexta, fechou em R$ 5,66) torna cada vez mais difícil passar a mensagem de que o atual grau de contração monetária é suficiente.

Os analistas econômicos estarão de olho, em particular, em dois conjuntos de dados a serem apresentados pelo Copom. Um deles são as projeções de inflação do comitê. Em junho, o Copom apresentou um exercício matemático que mostra que, se os juros ficarem estáveis em 10,5% ao ano, a inflação fica em 3,1% em 2025 — ou seja, bem perto da meta, de 3%. Agora, deverá refazer as contas.

De lá para cá, a moeda americana subiu 6,8%, o que provoca um aumento da inflação de cerca de 0,35 ponto percentual um ano e meio mais tarde. Outros fatores ajudam, atuando na direção de baixa da projeção de inflação, como a baixa das commodities. Mas economistas consultados pelo **Valor** que fizeram os cálculos dizem que a projeção para 2025 pode ter aumentado.

Pesa desfavoravelmente o fato de que, na mais recente atualização de seu modelo de projeção de inflação, há uma certa perda de potência na política monetária, ainda que não muito grande. O juro passou a ter um impacto menor para afetar a atividade econômica. E a ociosidade da economia tem um impacto menor para baixar a inflação.

O Banco Central tem algumas alternativas para manter a sinalização de que os juros atuais, em 10,5% ao ano, fazem o serviço para baixar a inflação para a meta. Uma delas é lembrar que, agora, o horizonte relevante de política monetária já engloba, de forma minoritária, o ano de 2026. O Relatório de Inflação de junho deu algumas pistas de que, no primeiro trimestre de 2026, a inflação cai um pouco em relação ao fim de 2025.

Outra alternativa é não se ater tanto ao que dizem os dados frios da projeção do modelo e comunicar a sua visão de que, no patamar atual, os juros são suficientemente contracionistas para levar a inflação para a meta. Nunca se deve perder de vista que as projeções de inflação, ao fim e ao cabo, são um instrumento de comunicação.

Em junho, lembre-se, o Copom fez mais do que apenas comunicar que os juros atuais eram capazes de dar conta do recado. A mensagem mais relevante talvez foi de unidade em torno da estratégia de política monetária — que avisa que os juros vão subir, se for necessário —, incluindo os seus membros indicados pelo governo Lula.

Neste mês, o presidente do Banco Central, Roberto Campos, saiu de férias, e no seu lugar ficou aquele que é visto pelo mercado como o seu provável sucessor. O diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, reafirmou a mensagem mais conservadora do colegiado, embora a dúvida sobre o seu comprometimento com a meta de inflação só acabe quando e se o Banco Central for obrigado a subir os juros.

O outro conjunto de informações que o mercado financeiro estará de olho na reunião desta semana é o chamado balanço de riscos para a inflação, ou seja, fatores que podem fazer a inflação superar ou ficar acima do esperado. Alguns membros do Copom avaliaram, já no encontro de junho, que os fatores altistas eram mais importantes que os baixistas.

O balanço de riscos não cita diretamente as incertezas fiscais, mas todo mundo sabe que essa é uma das principais preocupações do Banco Central. Por isso, é importante entender como esse fator entra nos cálculos do Copom.

Na entrevista do Relatório de Inflação de junho, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, citou a divergência que havia entre a execução das contas fiscais neste ano e a percepção do mercado sobre a evolução das contas públicas. Campos Neto lembrou que o Copom, no próprio relatório, diz que espera uma "melhora continuada" na execução fiscal, mas havia um problema de "percepção" em parte devido a ruídos sobre os planos fiscais do governo e sobre a disposição do Congresso em aprovar as medidas necessárias para equacionar as contas publicas.

O diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, colocou um pouco o foco na execução fiscal ao destacar que no fim ela coloca pressão na demanda, e a demanda, na inflação.

De lá para cá, a execução fiscal seguiu mais ou menos dentro do previsto. Os ruídos diminuíram depois que o presidente Lula parou de falar sobre o tema. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, obteve vitórias em embates com as alas do governo que defendem mais gastos. Ainda há incertezas relevantes sobre se a trajetória fiscal deste e dos próximos anos, mas hoje não são maiores do que em junho.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente
E-mail alex.ribeiro@valor.com.br

Relações externas Ministra exterioriza preocupação brasileira com possível vitória de Trump nos EUA

Marina diz a Yellen torcer contra 'retrocesso negacionista'

Fabio Murakawa
De Belém

Com os Estados Unidos em processo eleitoral, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse no sábado torcer para que não haja "em nenhum lugar do mundo retrocessos negacionistas" que possam conter o "avanço civilizatório" das negociações globais para o combate às mudanças climáticas e a mitigação de seus efeitos. A afirmação feita diretamente à secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, em um evento promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Belém. Yellen visitou o Brasil para participar da reunião de ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais do G20, na semana passada, no Rio.

A fala de Marina Silva, em um discurso improvisado, demonstra a preocupação em Brasília com um possível retorno do republicano Donald Trump à Casa Branca. Durante seu mandato, entre 2017 e 2021, Trump mostrou-se avesso à agenda climática liderada pelo Brasil, retirou os EUA do Acordo de Paris e renovou incentivos a indústrias poluentes como a do carvão e petróleo.

Marina discursou tendo como pano de fundo às costas um imenso telão estampando uma foto da floresta amazônica. Nesse momento, a ministra dirigiu-se a Yellen e fez referência ao romance do escritor brasileiro Francisco de Queiroz, que chamou a floresta de "inferno verde".

"Concluo agradecendo a sua presença e dizendo que essa linda imagem que nós temos aqui já foi chamada por um escritor de visão negacionista de 'inferno verde'. Isso aqui é o verdadeiro paraíso verde. É um paraíso com belezas imagéticas, acústicas e pictóricas, que encantam o mundo. É forte, é potente, mas também é frágil", disse Marina. "Mas, se não reduzirmos as emissões de combustíveis fósseis, oriundas de carvão, de petróleo e de gás, as nossas florestas serão igualmente destruídas. [...] Por isso, torcemos para que em nenhum lugar do mundo tenhamos retrocessos negacionistas que atrapalhem o avanço de um novo processo civilizatório, que nos permitam ser ao mesmo tempo prósperos, sustentáveis, diversos e solidários."

A desistência de Joe Biden de concorrer à reeleição deu novo fôlego aos democratas, que têm demonstrado alinhamento com o governo Luiz Inácio Lula da Silva não só na questão ambiental como em iniciativas no campo trabalhista. Biden se comprometeu com ajuda de US$ 500 milhões para o Fundo Amazônia até 2028, dos quais já foram desembolsados US$ 50 milhões.

> "Se não reduzirmos as emissões de combustíveis fósseis, nossas florestas serão destruídas"
> *Marina Silva*

Trump ainda é considerado pela maioria dos especialistas como favorito contra uma quase certa candidatura da vice-presidente Kamala Harris, embora em menor grau do que na disputa contra Biden.

Um eventual retorno de Trump poderia ameaçar toda a arquitetura financeira e geopolítica climática multilateral que está sendo preparada ao longo das conferências climáticas, as chamadas COP. Belém, será a sede da COP-30, em 2025. Além disso, interlocutores do governo acreditam que a vitória de Trump poderia dar novo impulso ao bolsonarismo no Brasil.

Marina e Yellen participam da celebração de um ano do Amazônia Sempre, programa guarda-chuva do BID que congrega países da região e doadores públicos e privados visando iniciativas de desenvolvimento sustentável.

Segundo fontes, o governo brasileiro espera com a presença de Yellen em Belém sensibilizar o governo americano para a necessidade de aumentar suas contribuições financeira e política para o desenvolvimento sustentável na região.

Mas, de acordo com essas fontes, a vinda a Belém ocorreu por vontade da própria secretária, embora a convite do presidente do BID, o brasileiro Ilan Goldfajn.

Segundo relatos, Yellen teria ficado bem impressionada com o Amazônia Sempre em um evento com ministros de Finanças no ano passado.

A boa relação que Goldfajn mantém com o as autoridades americanas contribuiu para a presença dela no evento do BID.

Mais sobre o G20 na página A3

Transição para baixo carbono requer US$ 3 tri, diz Yellen

De Belém

A transição para uma economia global de baixo carbono demandará investimentos de US$ 3 trilhões, disse no sábado a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen durante evento promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na capital paraense.

"Estar tão perto da magnífica Amazônia também é um lembrete de que a transição para uma economia global de baixo carbono também é a maior oportunidade econômica do século XXI", disse Yellen. "A transição exigirá nada menos que US$ 3 trilhões em novo capital de muitas fontes a cada ano entre agora e 2050. Isso pode ser alavancado para apoiar caminhos para um crescimento sustentável e inclusivo, inclusive para países que historicamente receberam menos investimentos."

Em sua passagem por Belém, Yellen participou de eventos com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o presidente do BID, Ilan Goldfajn, e o governador do Pará, Helder Barbalho.

Ela anunciou uma iniciativa de sua pasta para estrangular as finanças de atividades ilícitas na Amazônia, como o desmatamento e a mineração ilegais. Essa ação, segundo Yellen, ocorrerá em parceria com Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname.

Essa iniciativa se baseia em quatro eixos, segundo o governo americano. O primeiro deles é fortalecer a cooperação regional para interromper o financiamento de atividades criminosas na região.

O segundo, relativo à inteligência financeira, prevê que autoridades americanas realizem treinamentos de "follow the money" (ou seja, rastrear as movimentações financeiras) a fim de "conduzir investigações de lavagem de dinheiro contra organizações criminosas transnacionais, cartéis de drogas e outros atores ilícitos envolvidos em crimes contra a natureza".

O terceiro eixo do programa prevê o compartilhamento de informações entre os países "para identificar finanças ilícitas associadas a crimes contra a natureza". Para Yellen, "a importância do dólar americano e do sistema financeiro no comércio e finanças internacionais significa que os Estados Unidos têm um papel importante a desempenhar".

BRUNA PRADO/AP

> "Negligenciar o enfrentamento da mudança climática é má política econômica"
> *Janet Yellen*

O último tópico envolve investigações conjuntas "contra atores corruptos, organizações criminosas, traficantes de drogas e outros envolvidos em atividades ilícitas que geralmente acompanham crimes contra a natureza".

Segundo material distribuído pelo governo americano, uma Avaliação Nacional de Risco de Lavagem de Dinheiro de 2024 do Tesouro demonstrou que "os crimes contra a natureza se sobrepõem à corrupção, ao tráfico de drogas e ao crime organizado transnacional".

Ao longo do dia, Yellen defendeu que a pouca efetividade no enfrentamento das mudanças climáticas é fruto não somente de deficiências na política ambiental, mas também de uma "má política econômica".

"Simplificando, negligenciar o enfrentamento das mudanças climáticas e da perda da natureza e da biodiversidade não é apenas uma má política ambiental. É uma má política econômica", afirmou. *(FM)*

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Relações externas Guerras são maior desafio para negociações antes da cúpula de líderes, em novembro

Brasil quer consolidar ganhos à frente do G20

Paula Martini, Lucianne Carneiro e Álvaro Campos
Do Rio

Apesar de celebrar avanços em uma semana decisiva de encontros do G20, grupo de 19 economias mais União Europeia e Africana, a diplomacia brasileira tem o desafio de assegurar que as próximas reuniões do bloco continuem dando resultados concretos até novembro, quando será realizada a cúpula dos chefes de Estado, no Rio.

Os negociadores também têm pela frente conversas para chegar a um denominador comum sobre as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza num grupo que reúne integrantes antagônicos, caso de Estados Unidos e Rússia, por exemplo.

O **Valor** apurou que o objetivo do Itamaraty é conseguir que um capítulo do texto final, a ser assinado pelos líderes, seja dedicado aos conflitos geopolíticos.

As hostilidades internacionais ficaram de fora das declarações da semana passada, o que permitiu os primeiros consensos de ministros do G20 desde a invasão da Ucrânia, em fevereiro de 2022. A estrutura do fórum é separada em duas trilhas: a financeira e de sherpas (negociadores da diplomacia), e a exclusão dos conflitos foi a estratégia adotada por ambas, permitindo destravar as negociações.

Na parte financeira, a reunião de ministros da Fazenda e presidentes de Bancos Centrais, na quinta e sexta-feira, no Rio, teve a publicação de dois documentos aprovados por consenso: um comunicado geral das autoridades e um texto sobre cooperação tributária internacional, bandeira da presidência brasileira no G20.

No documento sobre tributação, os ministros defendem a cooperação internacional para taxar os super-ricos, mas não se comprometem com a criação de um imposto internacional para os bilionários, como queria o Brasil.

> "Ambiente entre ministros é favorável à continuidade da cooperação"
> *Fernando Haddad*

DIOGO ZACARIAS/MF
Reunião dos ministros de Finanças e presidentes de BCs no G20, no Rio

Ao longo da semana, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu ser possível arrecadar de US$ 200 bilhões a US$ 250 bilhões por ano se pessoas de renda mais elevada pagarem 2% da riqueza em impostos. O ministro se apoia nos resultados de um estudo do economista francês Gabriel Zucman.

Haddad afirmou que o resultado "superou as expectativas" e representa uma "vitória" do Brasil e da comunidade internacional.

"Após alguns anos sem um único documento completo, os 35 parágrafos adotados de maneira consensual incorporam entendimentos das mais importantes áreas da economia mundial", disse. O "communiqué" cita outras pautas do Brasil no G20, como o combate à fome e à pobreza, a reforma dos organismos internacionais e o desenvolvimento sustentável.

Haddad também afirmou que o G20 tomou uma decisão "sábia" de colocar os temas geopolíticos "no lugar deles" para permitir que a agenda de cooperação avançasse.

"Se a solidariedade internacional não ganhar forças, os riscos geopolíticos vão aumentar. E o ambiente entre ministros da Fazenda e presidentes de banco central é muito favorável à continuidade dessa agenda [de cooperação]", afirmou.

Chegar a uma declaração conjunta dos ministros de finanças era um objetivo da presidência brasileira do G20 pois no encontro de fevereiro, em São Paulo, impasses sobre conflitos geopolíticos impediram a redação de um texto consensual. Após o encontro, também foi divulgado um texto individual da presidência brasileira sobre as guerras na Rússia e na Ucrânia.

A fórmula adotada nos fóruns a partir de agora prevê que a presidência brasileira divulgue comunicados próprios sobre os conflitos globais em andamento. Nos documentos da semana passada, o Brasil deixou para novembro as dificuldades sobre as guerras em Gaza e na Ucrânia. O modelo adotado nas reuniões ministeriais não será usado para a declaração da cúpula dos líderes, que exigirá novas negociações entre os países.

Para o Itamaraty, a retomada de decisões de consenso entre os ministros é essencial pois permite detalhar as discussões de cada área técnica, além de guiar o texto final dos chefes de Estado.

O ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou que a diplomacia brasileira começou a colher os resultados do trabalho. Ele destacou que o G20 não conseguia aprovar documentos em nível ministerial desde o início da Guerra da Ucrânia.

"O Brasil trabalhou para destravar o grupo e o G20 voltou a emitir decisões ministeriais plenamente consensuais", afirmou na terça-feira, no contexto do encontro de ministros de Desenvolvimento, no Galpão da Cidadania, zona portuária do Rio. "É uma vitória da diplomacia brasileira", comemorou.

Outra ambição do governo que deu os primeiros passos foi a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. A criação da empreitada foi aprovada no mesmo dia em que uma pesquisa das Nações Unidas mostrou que o Brasil continua no Mapa da Fome, com 8,4 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar, e que 733 milhões de pessoas passaram fome no mundo em 2023.

A frente de combate à fome foi aprovada por aclamação mas, apesar do otimismo dos discursos, poucos países fizeram anúncios formais. Em um gesto simbólico, Brasil e Bangladesh foram os primeiros países a entregar declarações de compromissos de adesão. A ideia é que os países formalizem até novembro a entrada na aliança, para que ela seja formada e oficialmente lançada na cúpula de líderes.

A estrutura administrativa da aliança tem custo estimado de US$ 18 milhões a US$ 20 milhões até 2030 e o Brasil se dispõe a arcar com metade do valor. A Noruega se comprometeu com US$ 1 milhão e a presidência brasileira espera novas contribuições.

Antes do encontro dos chefes de Estado, os ministros de Relações Exteriores voltam a se reunir em setembro, em Nova York, às margens da Assembleia Geral da ONU, para discutir a reforma da governança global, defendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e uma das prioridades da agenda brasileira do G20.

Os negociadores brasileiros esperam que o encontro de setembro resulte em uma declaração final. Na primeira reunião de chanceleres, em fevereiro, no Rio, optou-se por não propor um comunicado conjunto para não prejudicar o início das negociações.

Conjuntura Proposta de Pacheco beneficia governadores, não muda a gestão pública de forma estrutural e transfere custos para toda a sociedade

Projeto para dívida de Estados é 'assimétrico e frouxo', diz FDC

Anaïs Fernandes
De São Paulo

A proposta apresentada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para a renegociação da dívida dos Estados é desequilibrada, não promove mudanças estruturais na administração pública e ainda deve pressionar as contas da União, que já sente os reflexos de uma dívida crescente, por exemplo, nas perspectivas mais altas para os juros. Essa é a avaliação de professores da Fundação Dom Cabral.

O projeto de lei complementar que cria o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) prevê que o valor principal da dívida dos entes, em torno de R$ 700 bilhões, deverá ser congelado e parcelado em 30 anos.

"O nome é bonito, mas as regras são frouxas, o projeto é muito benéfico aos Estados e tem contrapartidas muito baixas", afirma Bruno Carazza, professor associado da FDC e colunista do **Valor**.

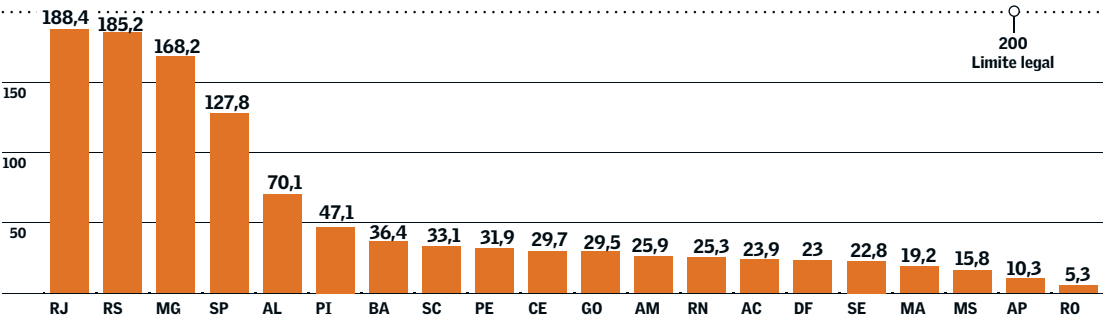
O projeto permite aos Estados, por exemplo, a negociação de ativos no abatimento do estoque da dívida. Os juros poderão ser abatidos em até dois pontos percentuais se os ativos entregues tiverem valor superior a 20% da dívida.

A transferência de ativos dos Estados, no entanto, requer "muita cautela", segundo Carazza. "Vai exigir a devida avaliação desses ativos e, no caso de participações societárias, aprovação legislativa estadual e federal. Não é simples."

A proposta também prevê a dedução de um ponto percentual se o valor correspondente restante da dívida for revertido em investimentos no Estado, em educação, infraestrutura e segurança, e mais um ponto percentual se os valores forem destinados ao futuro Fundo de Equalização Nacional, que atenderá com repasses todos os entes, inclusive não endividados.

Os professores da FDC observam, porém, que muitas dessas áreas elencadas já têm destinação de recursos atrelada.

Pelo projeto, com todas as opções, o indexador da dívida dos Estados pode ser reduzido de IPCA mais 4% para até apenas IPCA.

No limite
Dívida consolidada líquida dos Estados, em relação à receita corrente líquida - em %

Fonte: Renata Vilhena, com dados do Tesouro Nacional

> "Estados vivem cenário muito caótico e situação dramática"
> *Renata Vilhena*

"É uma proposta que tem um lado muito claro que vai ganhar, os Estados, e outro que vai perder, que eu não digo nem que é a União, mas é a sociedade brasileira, que paga a conta da irresponsabilidade dos Estados", diz Carazza. "É uma proposta desbalanceada, desequilibrada entre as partes e contrária a o que a gente tem na relação entre credor e devedor. Quando o devedor quer renegociar dívidas, geralmente, é o credor que impõe as condições."

A proposta também é, claramente, uma tentativa de aumentar a margem para os Estados gastarem mais, afirma Carazza.

O Brasil convive com uma "tensão grande" entre União, Estados e municípios, diz Paulo Paiva, professor associado da FDC e ex-ministro do Planejamento. "O equilíbrio federativo é uma questão extremamente complexa no Brasil."

Na avaliação de Paiva, os incentivos do projeto são assimétricos. "A proposta induz a inadimplência no horizonte do mandato do governador", afirma. Além disso, para ele, há "injustiça" com os Estados adimplentes.

O fundo de equalização proposto também não leva em consideração o equilíbrio entre inadimplentes e adimplentes, diz Paiva. "Conceitualmente, a maneira mais justa seria refazer toda a dívida com a taxa de juros que está sendo proposta, devolver para quem pagou o seu valor e refinanciar o resto, permitindo esse equilíbrio, mas não é possível", reconhece.

Sobre o fundo, Carazza diz que o projeto não especifica a regra de governança, inclusive em relação à distribuição dos recursos. "É algo complicado e complexo que o projeto não ataca", afirma.

Para Carazza, chama a atenção também que o acordo tem condicionantes "muito frouxas". "Nos acordos anteriores, tinha a imposição de condicionantes duras, para mudar o comportamento dos entes. No caso do projeto atual, os Estados vão ter 12 meses para instituir eles próprios regras anuais para limitar o crescimento das despesas como no arcabouço fiscal, a 50% ou 70% do aumento da arrecadação. Não exige nada, por exemplo, em relação a Previdência, avaliação da qualidade dos gastos, relações entre poderes", afirma.

Os Estados vivem um "cenário muito caótico" e "uma situação dramática", afirma Renata Vilhena, professora associada da FDC e ex-secretária de Planejamento e Gestão de Minas. Ela destaca a "situação crítica" do endividamento no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e São Paulo (*ver gráfico nesta página*). Os professores observam que Minas, por exemplo, só tem conseguido operar porque conta com liminar na Justiça suspendendo o pagamento da dívida. "Se voltar a pagar, no mês seguinte atrasa o pagamento de pessoal", diz Vilhena.

Estados menores, como Amapá e Rondônia, por outro lado, têm situação privilegiada, segundo a professora. "Como eles são mais novos, eles têm uma conta de Previdência muito baixa, o que gera um conforto. Grande parte das despesas que os Estados comprometem hoje é com Previdência", afirma, observando que Estados menores também tendem a fazer menos investimentos.

Sem recursos, os Estados precisariam estabelecer prioridades e desenhar um planejamento de mais longo prazo, diz Vilhena. No entanto, um problema sério, segundo ela, é que há "disfuncionalidade" entre planejamento e execução, já que os orçamentos estaduais, assim como o federal, são muito rígidos.

"Com a quantidade que temos de vinculações constitucionais, o espaço discricionário [para despesas não obrigatórias] que os Estados têm para aplicar recursos em investimentos e políticas públicas praticamente inexiste. O orçamento encaminhado para as assembleias legislativas é uma peça que cumpre todas as obrigações legais, mas sua execução é totalmente descolada do aprovado, porque, a partir daí, começam os remanejamentos", afirma.

Até existem algumas iniciativas que podem ser interessantes, como o "orçamento para resultados" e também o "orçamento base zero", aponta Vilhena. Mas essas experiências exigem um acompanhamento de toda a execução e esforços muito grandes para serem feitos rotineiramente, pondera.

"O que a gente tem discutido é trabalhar com indicadores, metas, evidências e também avaliação de políticas públicas, para minimizar gastos desnecessários. Há experiências interessantes no país, por exemplo, no Espírito Santo e no Ceará, mas ainda é superficial, porque a gente não consegue integrar de fato com o orçamento", afirma.

Em entrevista à Globonews na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que os entes com débitos não podem desarrumar as contas públicas, mas mostrou abertura para discutir o indexador da dívida: "merece revisão", afirmou.

Carazza concorda que a renegociação é necessária, porque alguns Estados estão "estrangulados" com dívidas do passado — ainda que eles também tenham responsabilidade sobre isso porque "não fizeram o dever de casa", afirma —, mas o momento deveria ser aproveitado para induzir reformas mais estruturantes, segundo ele.

"Não é isso que está posto, o que está posto é que vamos pedalar uma dívida que deveria estar sendo paga por agora por mais 30 anos e, daqui a dez anos, vamos sentar e discutir isso de novo", afirma. "É inevitável, o que isso vai gerar é uma explosão da dívida pública federal, que já está em trajetória ascendente. Vamos dar mais combustível para esse crescimento. Daí, não adianta reclamar que os juros estão muito altos. É uma bola de neve que tem origem na situação fiscal, em que a situação dos Estados, embora não seja o único, é um componente relevante."

DIVULGAÇÃO

Renata Vilhena: "Espaço discricionário é praticamente inexistente"

DIVULGAÇÃO

Paulo Paiva: "Proposta induz a inadimplência no horizonte do mandato"

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Bruno Carazza: "Não adianta reclamar que os juros estão muito altos"

O que pesa na escolha do melhor hospital

Rede D'Or, maior empresa de saúde da América Latina, aposta nos indicadores técnicos e em mais transparência para pacientes e familiares

GETTY IMAGES

De forma repentina, o coordenador de implantação de sistemas Anderson Lima, de 45 anos, começou a passar mal em março deste ano, com problemas de fígado. Morador da Grande São Paulo, ele logo procurou o Hospital São Luiz São Caetano e descobriu que sofria de uma hepatite gravíssima. Após exames iniciais, ele foi transferido e fez o transplante de fígado no Hospital São Luiz Itaim, centro de referência para essa cirurgia.

"Fui muito bem atendido em todos os âmbitos do meu diagnóstico, principalmente na UTI. Me senti seguro com todos os procedimentos e fui muito bem instruído sobre o que estava acontecendo comigo. Todos os médicos e profissionais envolvidos no meu caso foram atenciosos e me deixaram confiante de que a minha escolha foi certeira para um tratamento de excelência. Sinto que recebi uma atenção especial tanto no pré quanto no pós-operatório", conta Anderson.

Para escolher um hospital em situações decisivas como a de Anderson, ter acesso aos indicadores de qualidade da instituição faz diferença na hora de tomar uma decisão consciente. Na Rede D'Or, esses dados são divulgados publicamente desde 2022.

Maior empresa de saúde da América Latina, a Rede D'Or se destaca pelo seu Programa de Qualidade Técnica, que se baseia no monitoramento de 50 indicadores, em acreditação de excelência, auditorias interna e externa e compartilhamento de boas práticas entre os hospitais.

INDICADORES DO MAIOR PROGRAMA DE QUALIDADE TÉCNICA IMPLANTADO NO BRASIL

QUANTO MENOR O NÚMERO, MELHOR**

Epimed/JCI | Rede D'Or | Anahp

Indicador	Referência	Rede D'Or
Taxa de letalidade padronizada do hospital	0,65 (Epimed/JCI)	0,40
Taxa de reinternação em UTI adulto em até 24h	0,89 (Epimed/JCI)	0,28
Infecção do trato urinário associada ao uso de sonda*	0,71 (Anahp)	0,59
Pneumonia associada à ventilação mecânica*	2,84 (Anahp)	1,12
Infecção primária da corrente sanguínea associada ao uso de catéter*	1,36 (Anahp)	0,63

*POR MIL PACIENTES **DADOS DE 2023

24 indicadores monitorados para pacientes adultos;

26 indicadores monitorados na linha materno-infantil (3 para maternidade, 12 para UTI neonatal e 11 para UTI pediátrica);

A Rede D'Or tem **1 em cada 3 das suas UTIs premiada** com a distinção TOP Performer, ainda que só represente 9% do total das UTIs participantes do programa

Total: 234
Rede D'Or: 78

UTI dos hospitais da Rede D'Or reconhecidas UTI TOP Performer + UTI Eficiente

2022 – 120
2023 – 180

HOSPITAIS REDE D'OR ACREDITADOS

- **30** pela Organização Nacional de Acreditação (ONA);
- **21** pela Joint Commission International (JCI – EUA);
- **7** pela QMentum International (Canadá);
- **5** pela Agência de Calidad Sanitaria de Andalucía (ACSA – Espanha);
- **1** pela National Integrated Accreditation for Healthcare Organizations (Niaho – EUA).

86% dos hospitais da Rede D'Or são acreditados com excelência (ONA 3 ou certificação internacional)

39% dos hospitais acreditados pela JCI no Brasil são da Rede D'Or

REDE D'OR EM NÚMEROS

HOSPITAIS	LEITOS	PRESENÇA	ACREDITAÇÕES
70 próprios e 3 sob administração	11,7 mil	13 estados e DF	64

PRÊMIOS + RANKINGS: REPUTAÇÃO

Avalizada por prêmios e rankings, a reputação também funciona como indicador da qualidade técnica de uma instituição hospitalar. "A reputação está associada a percepções, como a presença de médicos renomados nas equipes, a experiência do paciente naquela instituição, entre outras", explica Ana Maria Malik, doutora em Medicina, mestre em Administração e professora titular da Fundação Getulio Vargas, em São Paulo.

Ainda que significativos, esses prêmios devem complementar o principal: o compromisso com a excelência, a transparência e índices superiores de qualidade.

Por manter o foco na qualidade técnica, a Rede D'Or eleva os padrões na saúde, destacando-se como uma escolha confiável para médicos e pacientes no Brasil e no mundo.

PRÊMIOS DA REDE D'OR

- Empresa da Década no Valor 1000
- World Best Hospital 2024 da Newsweek. 1 em cada 6 hospitais premiados
- Anuário The Sustainability/Yearbook da Standard & Poor's (S&P Global ESG Scores)
- Selo Ouro no GHG Protocol

"A criação de bancos de dados, padrões e manuais utilizados como referência em todos os estados pela Rede D'Or tem acelerado o processo de elevação da segurança dos processos assistenciais, retroalimentando o sistema continuamente", ressalta Franklin Lindolf Bloedorn, avaliador da Joint Commission International (EUA).

Reconhecimento

Uma boa forma de se informar para escolher o hospital é verificar os prêmios técnicos recebidos por uma instituição.

O projeto UTIs Brasileiras, da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib) e da Epimed, destacou 180 unidades de terapia intensiva (UTI) da Rede D'Or em 2023. Dessas, 116 foram reconhecidas como Top Performer ou UTI Eficiente, representando 25% do total de premiados.

Para o oncologista Paulo Hoff, essa excelência da Rede D'Or, atestada por diferentes instituições, é fruto do compromisso em disponibilizar tecnologia de ponta e equipes qualificadas em busca de tratamentos avançados.

ACESSE E SAIBA MAIS

INÊS 249

Mídia Nos próximos meses, projetos e eventos vão celebrar a trajetória do diário e aniversários especiais de Rádio Globo, TV Globo, Valor, globo.com e Globoplay

O Globo e Grupo Globo abrem as comemorações rumo aos 100 anos

"O Globo", do Rio

Chegar aos 100 anos em plena atividade, reinventando-se a cada dia e mantendo a essência e os valores definidos em sua fundação, do compromisso com o leitor à defesa da democracia e da liberdade de expressão, é bastante significativo. Quando aquele 29 de julho de 1925 também marca o início do maior grupo de mídia e comunicação do Brasil, o Grupo Globo, a festa é ainda mais ampla.

A contagem regressiva para a comemoração do centenário do jornal O Globo começa hoje e, até 29 de julho de 2025, diversos projetos e eventos especiais vão lembrar não apenas a trajetória do diário criado por Irineu Marinho, como também os aniversários de novas frentes abertas a partir daquela data: os 80 anos da Rádio Globo (em dezembro de 2024), os 60 da TV Globo, os 30 dos Estúdios Globo, os 25 do **Valor Econômico** e da globo.com, além dos dez anos do Globoplay (esses últimos em 2025).

Embora a morte de Irineu tenha ocorrido menos de um mês depois da estreia de O Globo, o olhar inovador do jornalista — que também investiu no cinema, editou livros e sempre se mostrou atento às rápidas mudanças da sociedade — se manteve no DNA das gerações seguintes. Desde julho de 1925, o projeto de entregar ao Brasil informação, serviços, cultura e entretenimento em múltiplas plataformas vem sendo constantemente ampliado e aprimorado, com a bússola cada vez mais apontada para o futuro.

"Todo aniversário é um momento de celebração e também de reflexão. Nesses 99 anos, tivemos várias conquistas devidamente celebradas e jamais deixamos de refletir sobre os desafios desse que é, sem dúvidas, o segmento mais dinâmico que existe. Começamos hoje a contagem regressiva para o nosso centenário, do jornal e do grupo, numa posição que muito nos orgulha. Seja pelo maior alcance da história do jornalismo que produzimos, o que consolida e amplia nossa liderança absoluta no Brasil, pela competência de diversificar nosso negócio em novas frentes e, mais importante, pela capacidade de entender e se adaptar às contínuas mudanças nas demandas e preferências dos nossos leitores e parceiros comerciais", diz Frederic Kachar, diretor-geral da Editora Globo.

> "Começamos a contagem regressiva numa posição que muito nos orgulha"
> *Frederic Kachar*

Para Kachar, a longa e vitoriosa trajetória do jornal está contida em uma palavra que "resume tudo": "Nossa essência, que se origina no espírito dos nossos fundadores e se desdobra nas várias gerações de colaboradores com que pude conviver nessas quase três décadas. Nos próximos 12 meses expressaremos nossa essência numa série de iniciativas que marcarão à altura a importância dessa efeméride no maior e melhor jornal do país.

"Atualmente, em tempos desafiadores para a imprensa, O Globo puxou a fila da transformação digital no Brasil. Nunca teve tantos leitores. São em média 40 milhões de usuários todos os meses em suas plataformas digitais, consolidando-se como o maior jornal do país", afirmou o diretor de Redação do jornal, Alan Gripp. "É com a vocação de inovar sempre que abrimos as comemorações de nossos 100 anos, com orgulho da nossa história, de olho no futuro".

A programação do centenário — que além de projetos especiais permeará os eventos já tradicionalmente promovidos pelo O Globo, como o Rio Gastronomia e o projeto Aquarius — vai refletir as ideias, as iniciativas e o compromisso com a sociedade e com o país presentes desde a primeira edição do jornal, que em 1925 fez uma aposta na comunicação direta com o grande público, na observação aguçada dos fatos cotidianos, nos problemas aparentemente menores — como um buraco na rua — e nas questões de interesse nacional.

A receita, que Irineu Marinho já havia começado a preparar em A Noite, seu jornal anterior, ganhou no novo vespertino ingredientes mais modernos e, ao conquistar o apoio de milhares de leitores de forma imediata, garantiu também sua independência financeira, algo raro aos periódicos naquelas primeiras décadas do século XX.

Receitas, por sinal, são a atração do primeiro evento a festejar oficialmente o centenário de O Globo. Promovido pelo jornal para valorizar as culinárias carioca e nacional, o Rio Gastronomia, que movimenta o turismo e a economia da cidade desde seu primeiro ano, volta ao Jockey Club, na Gávea, a partir do dia 15 de agosto. A 14ª edição será a maior da história do festival, que acontecerá durante três fins de semana e, além da participação de restaurantes e chefs consagrados, terá mais shows e atrações para os visitantes.

ANTONIO TEIXEIRA / AGÊNCIA O GLOBO

Roberto Marinho na inauguração do Projac, atual Estúdios Globo, no Rio: contribuição importante para a produção audiovisual do país

ALEX FERRO/O GLOBO

Festival Rio Gastronomia de 2023 (acima), no Jockey Club do Rio: evento movimenta o turismo e a economia da cidade desde seu primeiro ano; 14ª edição, agora em agosto, será a maior já realizada

DIVULGAÇÃO

Sophie Charlotte, Mariana Nunes, Regina Casé e Leticia Colin, na novela "Todas as Flores" (ao lado): compromisso histórico com o audiovisual brasileiro

Livros e documentário

Haverá ainda um Prêmio Especial 100 anos (para homenagear uma casa tradicional do Rio) e uma exposição de fotografias que vai mostrar como O Globo acompanhou e incentivou o universo gastronômico ao longo das décadas.

A trajetória do jornal também será objeto de dois livros, com previsão de publicação para o primeiro semestre do próximo ano. Já na área audiovisual, os núcleos de Documentários e de Filmes dos Estúdios Globo preveem o lançamento, para meados de 2025, de uma série documental em quatro episódios sobre os cem anos de O Globo que percorrerá a história do jornal desde a sua fundação, com Irineu Marinho, passando pelos anos de comando de Roberto Marinho até os dias de hoje. O projeto tem apoio do jornal, da TV Globo e do Globoplay. A criação é do apresentador e jornalista Pedro Bial, com a direção artística de Mônica Almeida e José Luiz Villamarim, produção executiva de Anelise Franco e Raphael Cavaco e roteiro de Renato Terra, Renato Onofre, Ricardo Calil e George Moura.

Celebrar o passado e apontar para o futuro será igualmente o mote da TV Globo nos próximos meses. Inaugurada às 11h do dia 26 de abril de 1965, a emissora foi a concretização de um sonho de Roberto Marinho, que em 1950 entendeu o imenso potencial da nova mídia que acabara de chegar ao país. Em 1975, a TV Globo já estava consolidada como rede nacional e líder de audiência. Atualmente, a programação é exibida por 5 emissoras regionais próprias e 118 afiliadas, e leva informação, entretenimento e serviços a cidadãos de todos os cantos do país, com um papel cada vez mais relevante no cenário nacional.

"Com o consumo fragmentado e a sociedade tão polarizada, a maior contribuição que a TV Globo pode dar é ser o espaço mais democrático do país. E por isso colocamos o Brasil e os brasileiros no centro da nossa curadoria", afirma Amauri Soares, diretor da TV Globo e afiliadas. "Na comemoração dos 60 anos vamos, sim, honrar o nosso passado e os talentos que ajudaram a construir tantos momentos marcantes. Mas vamos também apontar o futuro da televisão e as histórias que temos para contar. E tudo isso será feito de mãos dadas com quem mais importa nesta celebração: o público brasileiro."

Soares também é diretor dos Estúdios Globo, inaugurados (então como Projac) por Roberto Marinho em 1995, e considerado um dos maiores centros de produção de conteúdo televisivo do mundo.

"A criação dos Estúdios, há 30 anos, e todo o constante investimento na maior produtora do Brasil reforça o compromisso histórico da Globo com o setor audiovisual brasileiro. Os Estúdios Globo são a casa dos talentos e da criatividade brasileira. Uma casa aberta e cheia de energia para o futuro que vem aí", diz Soares.

O **Valor**, que completa 25 anos em 2 de maio de 2025, deu início a uma série de iniciativas inovadoras. Uma das novas frentes é a internacionalização. Uma grade de eventos no exterior, que já passou por China e Nova York, vem promovendo debates que tenham sempre painelistas do Brasil e do país anfitrião. A estratégia internacional passará por ampliar a cobertura em inglês das empresas brasileiras e do cenário econômico do país, com auxílio de ferramentas de inteligência artificial.

> "Abrimos as comemorações com orgulho da nossa história, de olho no futuro"
> *Alan Gripp*

O **Valor** também vai criar plataformas para reunir CEOs, CMOs e CFOs em fóruns especiais. Esses "clubes" exclusivos serão espaços em que os membros poderão não apenas liderar os debates sobre soluções para o ambiente de negócios e o fomento às práticas ESG, mas também vão permitir momentos de inspiração e o relacionamento entre pares. Outras frentes serão reforçadas, como a linha de educação financeira e produtos para investidores.

"Caçula" da família, a caminho de completar uma década, o Globoplay conquistou o público em produções aclamadas na área de ficção (como "Todas as flores" e "Os outros") e na documental ("Vale o escrito"). E já tem muito a comemorar, aponta Manuel Belmar, diretor de Produtos Digitais e Canais Pagos da Globo: "Para nós, é motivo de muito orgulho poder dizer que o Globoplay se consolidou como a maior plataforma brasileira de streaming e uma das poucas realmente capazes de competir com as plataformas globais. Ele é a casa digital dos conteúdos da Globo. Não só dos originais, mas também de toda a oferta de alta qualidade da TV Globo e dos canais pagos. Esse é apenas o início de uma jornada que faz o conteúdo da Globo extrapolar a TV e ganhar celulares, computadores e tablets, levando o conteúdo para onde o consumidor está."

Contas públicas Pela primeira vez, ministérios terão projeção de médio prazo com possibilidade de pedir revisão de recursos destinados a cada um

Projeto de lei de 2025 trará previsão de gasto do orçamento de 2026

Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta
De Brasília

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2025 terá uma novidade: além da previsão de despesas para o ano que vem, trará estimativa de quanto os ministérios vão gastar também em 2026. É a primeira vez que isso será feito na peça orçamentária — a ação faz parte do projeto chamado "marco orçamentário de médio prazo", ou seja, de começar a planejar as despesas públicas olhando um horizonte de quatro anos, e não mais apenas um ano. Até então, o Orçamento trazia a previsão de gastos somente para o ano corrente.

"É o início de uma mudança cultural, de pensar para além do curto prazo, antecipando exercícios alocativos", disse um técnico, reservadamente. Com a novidade, será possível saber quanto o governo está planejando gastar com investimentos e diversas políticas públicas em 2025 e 2026, além de mostrar qual a previsão para as despesas obrigatórias, que têm crescido em ritmo muito superior ao limite do novo arcabouço fiscal (2,5% real) e reduzindo o espaço para os gastos discricionários.

A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) vai informar aos ministérios quais os referenciais monetários para 2025 e 2026 — etapa que está atrasada há um mês, devido a dificuldade em se fechar as projeções de receita, conforme mostrou o **Valor**. Os ministérios podem indicar se há restrição e pleitear aumento da verba. No caso de 2026, os números serão apenas indicativos, ou seja, no ano que vem, quando o governo for fazer o Orçamento de 2026, os números podem mudar, sem nenhum prejuízo.

O objetivo com esse exercício, explica outro técnico da equipe econômica, é fazer com que os gestores comecem a planejar melhor as políticas, de modo que elas caibam dentro do Orçamento ao longo dos anos, já considerando o novo arcabouço fiscal. Também é uma maneira de tentar fortalecer a agenda de revisão de gastos, pois os gestores ficarão cientes da falta de espaço fiscal para conciliar os gastos obrigatórios com os diversos programas e políticas públicas.

A implementação do "marco orçamentário de médio prazo" continuará nos próximos anos. No PLOA 2026, a expectativa é que os ministérios tenham de trazer as previsões de gastos para 2026, 2027 e 2028. Já no PLOA 2027 seria alcançado o ciclo completo de quatro anos (2027-2030). No caso dos anos não correntes, são previsões indicativas de gastos, que podem mudar quando chegar a hora de fazer aquele orçamento de fato.

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado Federal, avalia a novidade como "um passo muito importante e necessário para melhorar os instrumentos de governança fiscal", pois permitirá ao governo prever quais os impactos que diversas medidas anunciadas vão ter em anos seguintes sobre as demais despesas.

"Por exemplo, um aumento de salário irá pressionar o orçamento do ano de implementação e dos demais. Esse aumento poderia impactar a alocação das despesas em outras rubricas? Como isso impacta? Quais as repercussões de médio prazo da peça orçamentária em questão? É extremamente importante esse instrumento para fins de melhor alocação de recursos e planejamento orçamentário", diz Vilma.

> Novidade permite saber quanto governo planeja gastar com políticas públicas e investimentos

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Vilma Pinto: "Passo importante para melhorar instrumentos de governança fiscal"

Outra novidade do PLOA 2025 é que os ministérios vão ter que informar quais políticas, programas e investimentos serão novos, com início planejado para 2026. O objetivo também será identificar se há espaço para novas programações. Caso não haja, haverá tempo para o governo propor ações para tentar encaixá-las dentro dos limites orçamentários, explicou um técnico.

Em nota, o Ministério do Planejamento e Orçamento diz que a "orçamentação de médio prazo é um dos cinco pilares do Orçamento por Desempenho 2.0, uma agenda de inovações que vem sendo implementada pela SOF/MPO desde o início de 2023".

O primeiro resultado dessa agenda apareceu no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, enviado em abril deste ano pelo Executivo ao Congresso Nacional. O documento ampliou o horizonte de projeção de metas fiscais e de despesas de três para quatro anos.

O ministério também esclarece que a orçamentação de médio prazo não tem como objetivo substituir o Plano Plurianual (PPA), o documento que define diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para quatro anos. "São peças complementares, que tendem a ficar cada vez mais conectadas e integradas ao longo do tempo, preservando sua independência", diz o ministério.

"O PLOA continua tendo que atender o disposto no PPA e LDO. A diferença é que agora será possível ver o impacto da alocação dos recursos no ano de elaboração do orçamento e nos próximos", diz Vilma. O PLOA 2025 será encaminhado pelo governo ao Congresso até o dia 31 deste mês.

Despesas do próximo ano aumentarão em R$ 54,9 bi

Estevão Taiar e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O limite de gastos do governo federal estabelecido pelo arcabouço fiscal crescerá R$ 54,9 bilhões em termos reais em 2025, segundo o subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal do Tesouro Nacional, David Rebelo Athayde. Será esse o espaço que a União terá para expandir os gastos no ano que vem.

O cálculo leva em conta o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses até junho, que foi de 4,23%, e o crescimento real (que já desconta a inflação) de 2,5% permitido pelo arcabouço. Nesse caso, o teto subiria em termos absolutos de R$ 2,105 trilhões, que é o limite estabelecido para este ano, para R$ 2,249 trilhões em 2025.

Athayde não soube informar quanto do espaço aberto será consumido por despesas obrigatórias e quanto sobrará para gastos discricionários, que incluem custeio da máquina pública e investimentos.

A expectativa é que boa parte do aumento do limite seja consumida por rubricas obrigatórias. Isso porque há um crescimento natural dos benefícios previdenciários, que, no mínimo, têm um crescimento vegetativo, e da folha do funcionalismo público, que será impactada com os reajustes acordados. Há, ainda, os pisos orçamentários obrigatórios, como da saúde, da educação e de investimento, este atrelado à projeção do Produto Interno Bruto (PIB) e aqueles à receita.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01	0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-3,8	0,9	-1,1	2,5	-0,3	2,1	0,7	-0,4	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-2,3	2,2	-1,6	2,5	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2	0,7
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1	1,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3	-0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,0	0,3	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**433,9**	**389,2**	**11,48**	**67,1**	**59,7**	**12,45**
Imposto de renda pessoa física	39,7	31,4	26,19	5,9	6,3	-6,69
Imposto de renda pessoa jurídica	170,0	165,9	2,44	16,9	15,5	9,27
Imposto de renda retido na fonte	224,2	191,9	16,88	44,3	37,9	16,92
Imposto sobre produtos industrializados	36,3	29,6	22,74	5,9	5,0	17,86
Imposto sobre operações financeiras	31,9	29,6	7,84	5,5	5,0	10,47
Imposto de importação	33,4	26,8	24,70	6,6	4,4	51,67
Cide-combustíveis	1,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	199,1	160,5	24,04	35,6	27,8	28,12
CSLL	90,7	85,4	6,20	9,5	9,0	5,75
PIS/Pasep	55,0	45,0	22,14	9,6	7,7	23,47
Outras receitas	416,7	376,7	10,62	68,8	61,9	11,14
Total	**1.298,5**	**1.142,8**	**13,62**	**208,8**	**180,5**	**15,72**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/24	jun/24	2024	2023	12 meses	jul/24	jun/24	dez/23	jul/23
IBGE									
IPCA	-	0,21	2,48	4,62	4,23	-	6.941,51	6.773,27	6.667,94
INPC	-	0,25	2,68	3,71	3,70	-	7.141,00	6.954,74	6.880,17
IPCA-15	0,30	0,39	2,82	4,72	4,45	6.833,52	6.813,08	6.645,93	6.542,57
IPCA-E	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
FGV									
IGP-DI	-	0,50	1,11	-3,30	2,88	-	1.117,79	1.105,54	1.082,11
Núcleo do IPC-DI	-	0,34	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,55	0,49	-5,92	2,51	-	1.300,66	1.294,35	1.261,15
IPA-Agro	-	1,52	1,44	-11,34	2,39	-	1.811,00	1.785,32	1.753,26
IPA-Ind.	-	0,19	0,14	-3,77	2,55	-	1.096,06	1.094,53	1.063,37
IPC-DI	-	0,22	2,46	3,55	3,63	-	751,69	733,67	725,85
INCC-DI	-	0,71	2,80	3,49	4,02	-	1.118,83	1.088,31	1.076,63
IGP-M	-	0,81	1,10	-3,18	2,45	-	1.136,41	1.124,07	1.101,20
IPA-M	-	0,89	0,47	-5,60	1,94	-	1.340,52	1.334,20	1.301,20
IPC-M	-	0,46	2,65	3,40	3,70	-	735,41	716,46	709,98
INCC-M	-	0,93	2,63	3,32	3,77	-	1.114,75	1.086,15	1.074,90
IGP-10	0,45	0,83	1,63	-3,56	3,38	1.161,97	1.156,82	1.143,35	1.123,94
IPA-10	0,49	0,88	1,06	-6,02	3,14	1.381,26	1.374,57	1.366,78	1.339,16
IPC-10	0,24	0,54	2,98	3,43	3,88	742,33	740,54	720,87	714,60
INCC-10	0,54	1,06	3,27	3,04	4,20	1.105,16	1.099,18	1.070,21	1.060,64
FIPE									
IPC	-	0,26	1,87	3,15	2,97	-	687,92	675,27	667,19

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jul/24 0,40% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana jul/24 0,01%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mai/23 Valor	mai/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59

Necessidades de financiamento do setor público - Fluxos acumulados em 12 meses	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mai/23 Valor	mai/23 % do PIB
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio 2024	Janeiro-maio 2023	Var. %	maio 2024	maio 2023	Var. %
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**

Discriminação	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	abr/24 Valor	abr/24 Var. %	mai/23 Valor	mai/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noniminais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Contagem regressiva para Trump e Kamala

Bruno Carazza

Em pouco mais de um mês, a eleição nos Estados Unidos virou de ponta à cabeça várias vezes. O debate presidencial de 27 de junho, seguido pelo atentado a Donald Trump em 13 de julho, a desistência de Joe Biden no dia 21 e o subsequente endosso do seu partido à vice Kamala Harris levaram a diversas mudanças nas perspectivas de vitória para republicanos e democratas.

Faltando cem dias para os americanos irem às urnas, não apenas a política, mas também a economia, os costumes, a geopolítica, a geografia e o dinheiro assumem papel determinante para definir quem será o 47º presidente da nação mais poderosa do mundo.

Até alguns dias atrás, o embate se limitava a um duplo recall, evento raro de um presidente e seu antecessor se digladiarem para saber quem conquistaria um segundo mandato. Nesse caso, caberia ao cidadão pesar as gestões de cada um e, em se tratando de dois políticos com idade avançada, decidir qual teria melhores condições físicas e mentais de liderar o país por mais quatro anos.

Com a substituição de Joe Biden por Kamala Harris a eleição se torna muito mais complexa. Sai de cena a senilidade do atual mandatário, fragilidade reconhecida pelos próprios democratas e explorada eleitoralmente pelos trumpistas, e entram em campo as características feminina e de diversidade racial de Harris.

Com relação ao primeiro desses atributos, a perspectiva de se tornar a primeira mulher a ocupar a presidência americana pode estimular eleitoras que, com Biden no páreo, se sentiam desmotivadas a votar. Além disso, com uma mulher ocupando um polo da disputa, ganha novo impulso um dos temas que mais polarizam a sociedade americana: a questão do aborto.

Já a chance de uma filha de uma indiana com um jamaicano negro vir a ocupar a Casa Branca mexe com o eleitorado de um país multiétnico e racista como os Estados Unidos: ao mesmo tempo em que mobiliza as bases, também atiça a rejeição de seus oponentes.

Na economia, a substituição da chapa do Partido Democrata na cédula eleitoral também exigirá um ajuste da estratégia de Trump na campanha. Tendo Biden como adversário, o ex-presidente republicano havia elegido a alta nos preços e as elevadas taxas de juros para comparar as condições de vida atuais dos americanos com a situação vigente quando deixou a presidência, em 2020.

Para o americano comum, o quilo do bife hoje está 35% acima da média do governo Trump, e abastecer o carro atualmente custa 60% a mais do que quatro anos atrás. A campanha republicana também não se cansava de repetir como a gestão de Biden havia sido responsável por elevar uma das mais importantes despesas no ciclo de vida do cidadão americano: em função da política de combate à inflação, as hipotecas para a compra de casa própria subiram de 3% para 7% ao ano, com forte impacto no orçamento das pessoas.

Donald Trump direcionará para Kamala Harris todos os ataques perpetrados contra Joe Biden na esfera econômica, até mesmo pelo fato de ela ser a sua vice. Mas as possibilidades de toda a culpa e responsabilização grudarem na nova candidata democrata não são dadas como certas.

Aliás, é no território que os temas econômicos se conectam com a política. Como se sabe, a eleição americana é decidida pelos votos em cada um dos cinquenta Estados, que têm pesos diferentes em função do número de eleitores. Nos últimos anos, o mapa dos Estados Unidos está dividido entre o azul dos democratas concentrado no Nordeste e na Costa Oeste, enquanto o vermelho dos republicanos domina o centro e o sul do país.

Na disputa pelos 538 votos dos delegados, Trump leva vantagem, mas os chamados swing States dão esperança a Kamara Harris. A sudoeste, a batalha se dá no Arizona, Novo México, Colorado e Nevada. No norte, Pensilvânia, Michigan e Wisconsin foram territórios democratas conquistados em 2016 por Trump e retomados por Biden quatro anos depois. A leste, Carolina do Norte, Geórgia e Flórida vêm sendo decididos por margens de menos de cinco pontos percentuais nos últimos pleitos.

Essa geografia orienta o discurso de Trump de "fazer a América grande novamente". O ex-presidente reforça as baterias contra a imigração e o combate à criminalidade, pontos de fragilidade de Kamala Harris, dado que coube a ela coordenar propostas para essa área na administração de Joe Biden, e muito sensíveis para os Estados do Sul, que recebem os principais afluxos de imigrantes, principalmente latinos.

Já as propostas de Trump de sobretaxar importações chinesas, desregulamentar a atividade econômica, reduzir impostos para empresas e incentivar a produção de óleo e gás falam diretamente para o eleitorado do cinturão enferrujado do Nordeste do país, berço da indústria pesada americana, cujas fábricas migraram para o México e a China nas últimas décadas.

A substituição de Biden por Harris também deu um gás para as doações de bilionários americanos. Numa eleição tão difícil, além de conquistar indecisos é preciso motivar eleitores democratas desanimados a irem votar em 5 de novembro.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilégios (volume 1) e "Dinheiro, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras.
Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Judiciário Há dúvidas em relação às emendas parlamentares de Comissão

Audiência no STF debate se orçamento secreto persiste

Flávia Maia
De Brasília

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Flávio Dino: ministro ouvirá advocacia da Câmara, do Senado e da União, além de representantes de órgãos de controle e do Psol, autor da ação

Explicar ao Supremo Tribunal Federal (STF) se a decisão que proibiu o chamado Orçamento Secreto está sendo cumprida será uma das primeiras tarefas do Congresso Nacional ao retornar do recesso . Existe uma desconfiança do Judiciário e de organizações não-governamentais de que a prática continua camuflada por outras formas de repasses.

O ministro Flávio Dino, atual relator da ação que discutiu o orçamento secreto, afirma que não houve a "comprovação cabal" do cumprimento da decisão da Corte, que proibiu o sistema em 2022.

Duas frentes estão abertas no Supremo para tentar inibir as práticas de orçamento secreto. A primeira é uma conciliação agendada para quinta-feira (1) pelo ministro Flávio Dino no caso das emendas do relator (ADPF 854). A segunda é uma nova ação em curso (ADI 7688) proposta pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) que questiona as chamadas emendas Pix – modalidade de emenda parlamentar ao Orçamento para destinar verbas públicas diretamente às prefeituras ou ao governo local, sem a necessidade de apresentar projeto ou apontar em qual área a verba será aplicada.

O tema gera desconforto entre os Poderes. Há preocupação nos bastidores políticos de que possíveis barreiras às emendas impostas pela Corte possam prejudicar a já sensível governabilidade do governo Lula.

Para minimizar o atrito, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), tem adotado o discurso de que a distribuição de emendas pode ser remodelada.

Na ação judicial mais recente, sobre as emendas Pix, o relator da matéria é o ministro Gilmar Mendes. O ministro votou a favor da manutenção das emendas do relator em 2022, mas ponderou pela definição de critérios mais claros de distribuição e maior transparência na divisão dos recursos e na execução.

> "O Congresso e o Executivo têm encontrado caminhos para seguir as mesmas práticas"
> *Guilherme France*

Dados apresentados ao Supremo mostram que a União já transferiu mais de R$ 15 bilhões em emendas individuais por transferências especiais desde 2020, e empenhou mais de R$ 20 bilhões ao todo, sendo observado o crescimento progressivo do gasto com as emendas Pix.

Para entender se há descumprimento da decisão do Supremo por outros Poderes, Dino quer ouvir, no processo de conciliação sobre as emendas de relator, a opinião do Procurador-Geral da República; do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU); do Advogado-Geral da União; do chefe da Advocacia do Senado; do chefe da [Advocacia da Câmara dos Deputados e do advogado do partido autor da ação (Psol). Ainda não está claro se a conciliação deve se estender para mais de um encontro. Isso vai depender do que for discutido na primeira reunião, que ocorrerá a portas fechadas.

O alerta de que a decisão do Supremo não está sendo cumprida veio de organizações não-governamentais como Transparência Internacional, Transparência Brasil e Contas Abertas — no entanto, elas não participarão da audiência de conciliação.

As entidades apontaram três eixos de descumprimento da decisão do STF. No primeiro, questionam os valores remanescentes das emendas de relator, identificadas com o código RP 9 e base do orçamento secreto.

Neste caso, os parlamentares acabaram destinando a maior parte deste remanescente para as emendas de comissão. Assim, as verbas ficaram em nome da comissão como um todo, não de parlamentares específicos, tornando o controle mais difícil.

Além disso, os parlamentares ampliaram em 2023 outra rubrica, que identifica os recursos próprios dos ministérios, sem qualquer forma de transparência sobre quem indicou a despesa.

"Os recursos passaram a ser pagos via ministérios, só que a determinação de como e onde esses recursos seriam destinados acabou sendo feito pelos parlamentares", explica Guilherme France, gerente de pesquisa e advocacy da Transparência Internacional no Brasil.

"O Congresso Nacional e o Poder Executivo têm encontrado caminhos para seguir as mesmas práticas que impedem a identificação do efetivo requerente do recurso por práticas inovadoras como a transferência por ministérios e agora com os recursos via comissão. São mecanismos inventados pelo Congresso para descumprir a decisão original do Supremo", complementa France.

Outro eixo apresentado pelas associações foi o descumprimento da determinação de publicar informações relativas à autoria das emendas RP 9 e a sua aplicação. E o terceiro eixo foram as emendas Pix, criadas com o argumento de facilitar a função administrativa, mas pouco transparentes e de difícil controle, pois realizados os repasses a competência de fiscalização não é mais federal, mas sim dos tribunais de contas estaduais e municipais, que não são obrigados a monitorar as transferências.

No entanto, neste caso, Dino entendeu que as emendas Pix foram instituídas pela emenda constitucional 105/2019, portanto, um instrumento diferente do dispositivo mencionado na ação na qual é relator. O ministro entendeu necessária outra ação no STF para discutir o tema e se absteve. A decisão de Dino contribuiu para a Abraji ajuizar nova ação na Corte.

"Não é porque mudou o governo que a gente vai parar de olhar para isso, não faz sentido. Foi uma surpresa quando o ministro Flávio Dino pediu os pronunciamentos. Espero que se faça impor realmente a decisão do STF de dar transparência à destinação desses recursos, porque não é possível que tenha uma decisão do Supremo e o governo e o Congresso simplesmente deem um jeito de burlar pela não-transparência", analisa Juliana Sakai, diretora-executiva da Transparência Brasil.

Cade pode investigar cartel em licitações da Codevasf

Beatriz Olivon
e Guilherme Pimenta
De Brasília

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) pode abrir processos administrativos para investigar possíveis práticas de cartel em licitações na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), segundo apurou o **Valor**.

O tema central envolvendo possíveis fraudes concorrenciais na empresa, que hoje é alvo de disputas políticas, chegou ao Cade a partir de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). A auditoria, de 2022, chegou a concluir que houve atuação em cartel por parte de empresas de pavimentação para fraudar licitações.

A investigação ganhou corpo no órgão no fim do governo Bolsonaro (PL). Em 2022, a avaliação no Cade foi de não abrir uma investigação pública para não haver confusão com o cenário eleitoral, segundo uma fonte.

Essa denúncia específica está sendo analisada pelo órgão, mas a avaliação preliminar. segundo fonte da área técnica, é de que existem mais indícios de corrupção do que de infração concorrencial. Se esse for o veredicto, não cabe análise pelo Conselho.

Contudo, a partir desse caso, a Codevasf se tornou objeto de atenção pelo Cade e, a partir da investigação sobre asfalto, foram abertas outras frentes que podem levar o Conselho à abertura de mais investigações sobre a companhia durante o segundo semestre, segundo a fonte. O Cade deve, inclusive, utilizar inteligência artificial para gerar informações sobre o caso.

No TCU, por decisão unânime em 2022, o caso segue em análise. O tribunal determinou o envio de informações à Controladoria-Geral da União, à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal a fim de contribuir com apurações já em curso ou subsidiar novas.

O relator no TCU, ministro Jorge Oliveira, destacou que existem indícios de fraude às licitações e da formação de conluio entre os participantes de 29 editais analisados. As fraudes abrangeriam a elaboração de propostas fictícias, a supressão de propostas e a combinação de rodízio entre as empresas.

A equipe de fiscalização apontou que 21 certames — 63 lotes licitados — apresentam "fortes indícios de terem sido fraudados pela atuação colusiva das empresas do grupo de risco", totalizando R$ 1,128 bilhão. O "grupo de risco" seria formado por 35 empresas.

Na PF, um inquérito apura suspeitas de desvio de emendas parlamentares do extinto "orçamento secreto" na Codevasf.

A Codevasf começou atendendo 800 municípios no Vale do São Francisco, mas já está presente em 2.685 cidades. Nos últimos anos, postos na empresa foram distribuídos, principalmente, a partidos do centrão como troca de apoio político no Congresso Nacional.

Ao **Valor**, a Codevasf disse, em nota, que seus pregões eletrônicos são realizados no portal do governo e abertos à participação de empresas de todo o país. "A companhia mantém ativa colaboração com os órgãos de fiscalização e controle", afirmou. Além disso, destacou que é a principal interessada na apuração do assunto por ser a maior lesada se houver cartel.

Eleições Petistas duelam contra PSD em Belo Horizonte, enfrentam o PDT em Fortaleza e Aracaju e apoiam o Psol contra o MDB em Belém

Divisões na base aliada pressionam Lula nas capitais

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

A proximidade das eleições municipais tem elevado a pressão sobre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De um lado está a cúpula do PT, que deseja ver o chefe do Palácio do Planalto reforçando candidaturas do partido em cidades estratégicas. Do outro estão os caciques da base aliada, que esperam que o presidente não interfira em municípios onde "partidos amigos" vão disputar a eleição contra os petistas. O próprio Lula já admitiu preocupação com essa possível rixa, mas ainda não indicou como fará para conciliar a situação.

A cizânia está concentrada em pelo menos quatro capitais: Belo Horizonte , Belém , Fortaleza e também Aracaju. Uma das situações que deve causar mais dor de cabeça para Lula é o da capital mineira. A candidatura do deputado federal Rogério Correia (PT) divide os petistas. Caso Correia leve sua candidatura à frente, terá de se opor ao atual prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), importante apoiador de Lula em 2022.

Uma ala do PT ainda prega a desistência de Correia em nome de uma "aliança mais robusta" com o PSD, de Gilberto Kassab, e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MG). Esses interlocutores insistem para que Pacheco converse com Lula sobre o impasse, mas o senador tem indicado que não fará esse movimento.

Dirigentes do PSD com acesso a Lula admitem esperar que, caso Correia insista na candidatura, o presidente não suba em nenhum dos dois palanques.

A ala petista favorável à candidatura própria na capital mineira argumenta que o PT já abriu mão de candidaturas próprias em algumas das principais capitais do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, o que torna Belo Horizonte essencial para o partido.

Esse grupo admite, nos bastidores, que deve aumentar a pressão para Lula suba, sim, no palanque de Correia ainda no primeiro turno, como forma de defender o legado do PT e ampliar o número de vereadores em BH.

O outro impasse que cairá no colo do presidente vem de Fortaleza. O PT lançou a candidatura do deputado estadual Evandro Leitão, egresso do PDT e aliado do ministro da Educação, Camilo Santana (PT). Leitão irá enfrentar o atual prefeito José Sarto (PDT), que tenta a reeleição.

> "Eu tenho uma base muito heterogênea. Eu vou ter que decidir em cada caso" "
> *Lula*

RICARDO STUCKERT/PR
Lula, com Rogério Corrêa, pré-candidato em Belo Horizonte: Lula é pressionado a subir e a não subir em seu palanque

O movimento irritou integrantes da legenda no Congresso, embora Ciro Gomes, o principal nome do PDT no Estado, tenha se tornado crítico ferrenho do PT e feito acenos a candidatos bolsonaristas em algumas cidades cearenses. Nas últimas semanas, emissários do PDT passaram, a enviar recados de que uma suposta participação de Lula na campanha em Fortaleza poderia gerar retaliação e, em última instância, provocar uma desorganização da base aliada do governo no Congresso.

É exatamente esta situação que preocupa o presidente. "Eu tenho que ter muito cuidado nas eleições porque eu tenho uma base muito heterogênea. Eu vou ter que decidir em cada caso", disse Lula recentemente.

Além disso, há o caso de Belém, onde o prefeito Edmilson Rodrigues (Psol), enfrenta o candidato do clã Barbalho, Igor Normando (MDB), nas eleições. O temor em relação a esta capital é por conta do risco de um eventual apoio a Edmilson dificultar as relações entre Lula e o governador do Pará, Hélder Barbalho (MDB), que indicou o atual ministro das Cidades, Jader Filho (MDB).

O cálculo político a ser feito por Lula na capital paraense é complexo porque, ainda que Edmilson seja o atual prefeito, a avalição de seu governo não é considerada boa. Diante disso, os petistas temem que a ausência de Lula, como forma de preservar suas relações com Psol e MDB, abra espaço para uma vitória do deputado Éder Mauro (PL), nome da extrema-direita que também irá tentar o cargo.

Em Aracaju, o racha é entre o senador Rogério Carvalho e o ministro da Secretaria-Geral, Marcio Macêdo. O senador lançou a mulher, Candisse Carvalho, como pré-candidata, quando Márcio Macêdo defendia uma aliança com Luiz Roberto (PDT), candidato do prefeito Edvaldo Nogueira (PDT) e do governador Fábio Mitidieri (PSD). Nesse caso, também haverá uma disputa sobre o grau de participação de Lula na campanha. Rogério Carvalho quer Lula no palanque, enquanto outras correntes petistas não devem se esforçar para que isso aconteça.

Presidente cita 'responsabilidade fiscal', mas não menciona cortes

Renan Truffi, Raphael Di Cunto e César Felício
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um balanço neste domingo, em pronunciamento de rádio e televisão, dos seus 18 primeiros meses de mandato e voltou a prometer responsabilidade fiscal. "Não abrirei mão da responsabilidade fiscal. Entre as muitas lições de vida que recebi de minha mãe, dona Lindu, aprendi a não gastar mais do que ganho", afirmou, em uma referência à mãe que recorrentemente faz em discursos.

O presidente não fez alusão ao anúncio do dia 18 feito pela equipe econômica, de bloqueio de R$ 11,2 bilhões e contingenciamento de R$ 3,8 bilhões para manter o resultado dentro dos limites máximos do arcabouço fiscal. Nenhuma das duas medidas significa um corte definitivo de despesas.

Lula relacionou como realizações a ajuda federal ao Rio Grande do Sul para minorar os efeitos das chuvas de maio e a aprovação da reforma tributária, "que vai descomplicar a economia e reduzir o preço dos alimentos e produtos essenciais, inclusive a carne", disse. A reforma tributária, contudo, ainda está pendente da aprovação no Senado dos projetos que a regulamentam. A simplificação do sistema é um conceito amplamente aceito, mas há controvérsias no meio econômico se a mudança irá proporcionar redução de preços de alimentos.

Numa crítica aos seus antecessores, Lula voltou a dizer também que assumiu um "Brasil destruído", quando voltou à Presidência da República no ano passado. "Assistimos a uma enorme destruição no nosso país. Programas importantes para o povo, como a Farmácia Popular e o Minha Casa Minha Vida, foram abandonados", afirmou.

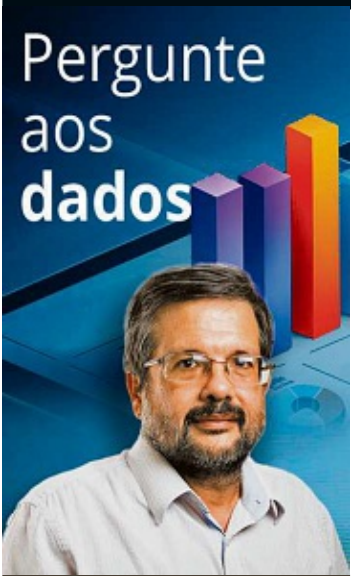
Em seguida, o presidente procurou enaltecer algumas das principais marcas da sua gestão, como o programa "Pé de Meia", que oferece uma bolsa para estudantes que permaneceram no ensino médio. Sobre isso, ele defendeu que o país se "reencontrou com a civilização".

Lula mencionou diversas iniciativas que implicam em aumento dos gastos públicos. "Lançamos o maior Plano Safra da história para financiar a agricultura. O Novo PAC está destinando grandes investimentos para obras de infraestrutura, ferrovias, rodovias, energia, drenagem e prevenção de riscos, policlínicas, creches e escolas", disse.

Por fim, o presidente mencionou o fato de o Brasil estar presidindo o G20, grupo que reúne as 19 maiores economias do mundo e a União Europeia. "O Brasil voltou ao mundo, e o mundo agora vai passar pelo Brasil. Em novembro vamos sediar a reunião de cúpula do G-20, o grupo das economias mais importantes do mundo. Vamos colocar no centro do debate internacional a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Não podemos nos calar diante de um drama que afeta a vida de 733 milhões de homens, mulheres e crianças em todo o mundo", contou o presidente.

Sobre isso, ele ainda mencionou o fato de seu governo propor nesse foro " a taxação dos super-ricos, que já conta com a adesão de vários países".

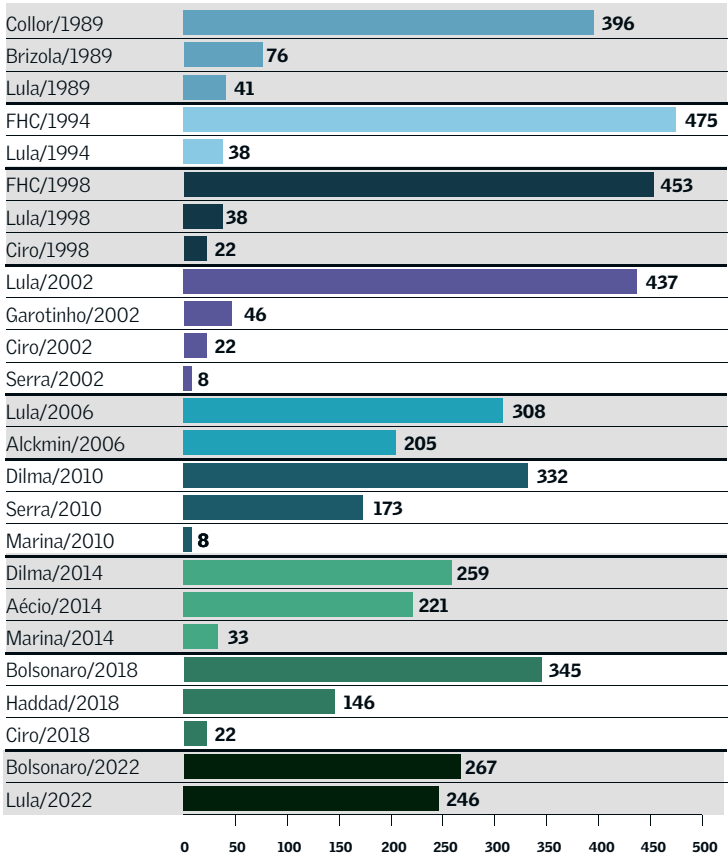
O presidente também mencionou que em 2025 o Brasil irá sediar a reunião dos BRICS e a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, a COP-30, em Belém. "O mundo voltou a acreditar no Brasil, na capacidade do nosso povo e em nosso compromisso com a democracia", complementou. Lula não mencionou as eleições presidenciais da Venezuela, realizadas nesse domingo.

Pergunte aos dados

César Felício

E se o modelo eleitoral dos EUA existisse no Brasil?

Todo exercício de história contrafactual carrega em si o risco do irrealismo, mas testar hipóteses permite entender melhor certas relações de causa e efeito.

O sistema eleitoral para a escolha presidencial nos Estados Unidos é o único que permite que um candidato primeiro colocado no voto popular não chegue à presidência. Trata-se de uma particularidade do modelo federativo daquele país, que passou a chamar mais atenção à medida em que a sociedade americana foi se polarizando e se dividindo politicamente em partes relativamente iguais. No caso brasileiro a distorção entre voto popular e voto federativo é muito presente na representação parlamentar, em que os Estados pequenos estão super-representados no Congresso e os Estados populosos, subrepresentados.

Que alterações teriam acontecido na história brasileira se a regra adotada depois do fim do regime militar seguisse o modelo americano de colégio eleitoral? Para testar essa hipótese, vamos supor que cada estado brasileiro elegesse o mesmo número de delegados de suas bancadas na Câmara. E que se aplicasse a regra do "the winner takes it all", ou seja, que o candidato presidencial vencedor em cada estado ficasse com 100% dos delegados locais. O modelo americano naturalmente obriga a eleição a ter um turno só. A rigor, é uma eleição indireta. A resposta à pergunta que abre esse parágrafo é que somente uma eleição brasileira teria tido um desfecho diferente ao que teve na realidade.

É um saldo menor do que o caso reverso: se os Estados Unidos elegessem presidentes da mesma forma que outros países presidencialistas o fazem, haveria outro presidente nas eleições de 1876,1888, 2000 e 2016.

A eleição presidencial brasileira em que o resultado mudaria seria a de 2022. Com uma regra de colégio eleitoral, Jair Bolsonaro teria sido reeleito, embora com menos votos populares que Luiz Inácio Lula da Silva. Ele teria ficado com 267, ante 246 de Lula. Para se entender a razão disso, é preciso analisar como se deu a vitória de Lula em 2022. Conforme já apontaram cientistas políticos em estudos recentes, o petista não venceu as eleições por ter ganhado de Bolsonaro com folga no Nordeste. Bolsonaro venceu com folga as eleições de 2018 mesmo tendo perdido em todos os estados nordestinos. Lula triunfou porque reduziu a margem a favor que Bolsonaro tinha nos estados do resto do País, em especial no Sudeste, particularmente em São Paulo. No primeiro turno, Bolsonaro teve 48% dos votos paulistas, ante 41% de Lula. Em 2018, no primeiro turno, Bolsonaro teve cinco pontos percentuais a mais. E Fernando Haddad, pelo PT, não passou de 16%, com 31% sendo dado a outros candidatos. A polarização nacional estabelecida desde o primeiro turno entre Lula e Bolsonaro foi fatal para o ex-presidente .

Se a regra americana valesse para o Brasil de 2022, isso de nada serviria para Lula. Bastaria Bolsonaro ficar numericamente à frente do seu adversário no primeiro turno para ficar com todos os 70 delegados paulistas. Esta é a razão pela qual pesquisas feitas nos Estados Unidos que medem o voto popular só indicam o vencedor da eleição quando a diferença entre republicanos e democratas for muito grande, o que não era o caso nem mesmo com Joe Biden no páreo, como estava até dia 21 de julho. Tanto faz para Trump ganhar no Texas com 70% ou com 51% ou para Kamala ampliar a vantagem em Nova York ou na Califórnia. O importante é vencer nos "swing states", aqueles cuja diferença é bastante apertada. No Brasil, um possível "swing state" seria Minas Gerais.

Um dado que chama a atenção nesse exercício teórico é que o sistema americano no Brasil não necessariamente provocaria instabilidade pelo fato de abolir o segundo turno. Não houve nenhum caso nas eleições disputadas desde 1989 em que o primeiro colocado em número de delegados não tivesse ficado com maioria absoluta no Colégio Eleitoral, nem mesmo nas eleições mais fragmentadas, como a de 1989 e 2002.

Sem que fosse afetada a vitória de Lula há 22 anos nesse cenário contrafactual, a ordem dos candidatos no número de "delegados" seria diferente do que saiu das urnas. Anthony Garotinho, que estava no PSB, teria ficado em segundo, Ciro Gomes, então no PPS em terceiro e José Serra (PSDB) apenas em quarto. Em 1989 também a ordem seria alterada, com Leonel Brizola (PDT) à frente de Lula. Como a eleição no modelo americano não é compatível com dois turnos isso não teria qualquer consequência prática.

A simulação também mostra que a distorção na representação dos Estados no Brasil, especialmente na região Norte, dificilmente mudaria a história mesmo se fosse eventualmente corrigida. Isso porque a diminuição dos "delegados" do Acre, Rondônia, Tocantins, Amapá e Roraima, estados super-representados, seria compensado pelo aumento da cota de São Paulo.

Talvez reescrevesse a eleição de 2014, em que Dilma Rousseff, neste cenário, teria eleito apenas dois "delegados" acima da maioria absoluta. Ela perderia representação com a diminuição no Amapá. Sem maioria absoluta, a disputa seria decidida pela Câmara dos Deputados. Isso aconteceu nos Estados Unidos apenas uma vez, há duzentos anos.

Só uma mudança
Total de "delegados" que cada candidato vencedor em Estados teria feito

César Felício é repórter especial de Política em Brasília
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Eleições O Ministério Público da Venezuela disse que dará hoje entrevista para informar sobre a eleição presidencial

Venezuelanos vão às urnas, mas é grande incerteza sobre resultado

Agências internacionais

Os venezuelanos foram ontem às urnas para decidir entre a continuidade do regime do presidente Nicolás Maduro ou uma mudança de rumo de um regime que levou ao sucateamento do crucial setor de petróleo, com consequente colapso econômico e à hiperinflação. Em meio à incerteza e elevada expectativa da oposição de conseguir derrotar o chavismo por meio de uma votação, apesar dos alertas sobre possíveis irregularidades, a eleição aparentemente ocorreu em um clima de tranquilidade.

Marlyn Hernández, chefe do maior centro de votação do país na escola secundária Andrés Bello, no centro de Caracas, disse que cerca de 50% das 11.493 pessoas registradas naquele local tinham votado às 17h20, horário local. Esse número está de acordo com as estimativas divulgadas pela campanha da oposição, que indicava que pouco menos de 55% das pessoas haviam votado em todo o país.

Os locais de votação fecharam as portas às 19h (de Brasília), mas algumas seções estenderam o horário para que todas as pessoas na fila pudessem votar. Os primeiros resultados eram esperados para as 23h (de Brasília), mas o resultado final pode levar dias.

Ontem, após o fechamento das urnas o Ministério Público da Venezuela disse que dará uma entrevista coletiva à imprensa hoje, às 19h (de Brasília), para informar sobre a eleição presidencial.

O procurador-geral da Venezuela, Tarek Saab, disse à Reuters por meio de uma declaração à imprensa que não previa violência e que, exceto por alguns incidentes isolados, a votação tinha sido pacífica.

Em Caracas, os eleitores formaram filas muito antes da abertura das urnas. Muitos haviam chegado já na noite anterior. No fim da tarde, alguns já haviam se dispersado, com o processo sendo mais eficiente do que muitos esperavam.

MATIAS DELACROIX/AP

Membros da Guarda Presidencial venezuelana aguardam para votar na capital Caracas

Porém, em outras partes do país, testemunhas da oposição citaram dezenas de incidentes de detenções ou outras formas de intimidação, segundo a agência Bloomberg. Em algumas cidades, as juntas de fiscalização eleitoral foram unificadas sem aviso prévio, provocando lentidão no processo de votação em uma tentativa, segundo a oposição, de desmotivar as pessoas que esperavam na fila sob o sol quente.

A estrela dessa eleição foi a líder da oposição, María Corina Machado, apesar de estar proibida de ocupar cargos públicos, o que a forçou a passar o bastão para o candidato Edmundo González, um ex-diplomata de 74 anos conhecido por seu temperamento calmo. González recebeu apoio até mesmo de alguns ex-apoiadores do partido governante, mas a oposição e os observadores levantaram questões antes da votação sobre se ela seria justa, dizendo que as decisões das autoridades eleitorais e as prisões de funcionários da oposição visavam criar obstáculos.

> "O EUA apoiam o povo da Venezuela, que expressou a sua voz nas eleições"
> *Kamala Harris*

Maduro — cuja reeleição em 2018 é considerada fraudulenta pelos Estados Unidos, entre outros — afirmou que a Venezuela tem o sistema eleitoral mais transparente do mundo e advertiu sobre um "banho de sangue" caso perca.

Pesquisas de opinião independentes davam o principal candidato da oposição, Edmundo González, uma vantagem de 20 a 30 pontos percentuais, enquanto outros institutos ligados ao governo apontavam a reeleição de Maduro para um terceiro mandato como presidente.

A presença de pequenas missões do Carter Center e da ONU, centenas de observadores locais, além de uma rede de cerca de 30 mil testemunhas voluntárias, pode desempenhar um papel na mitigação do risco de possíveis manipulações. Perto da eleição, a Venezuela retirou o convite para um grupo de observadores da mais robusta da União Europeia.

Ontem à noite, a vice-presidente americana e provável candidata democrata à Presidência, Kamala Harris, divulgou no X uma nota dizendo que os "EUA apoiam o povo da Venezuela, que expressou a sua voz nas eleições históricas de hoje [ontem]". "A vontade do povo venezuelano deve ser respeitada. Apesar dos muitos desafios, continuaremos a trabalhar por um futuro mais democrático, próspero e seguro para o povo da Venezuela", diz a mensagem de Kamala.

Agenda de Amorim reflete expectativa de mediação

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

A expectativa de um resultado apertado e indefinido até a noite de domingo impôs cautela à agenda oficial do assessor especial da Presidência, Celso Amorim, em Caracas. A agenda não incluiu os finalistas da disputa eleitoral, o presidente Nicolás Maduro e o candidato da Plataforma Unitária, Edmundo González. O governo brasileiro tem a expectativa de atuar como mediador do reconhecimento do resultado eleitoral. "É motivo de satisfação que a jornada tenha transcorrido com tranquilidade, sem incidentes de monta", disse Amorim.

A pretensão brasileira de atuar na interlocução do reconhecimento do resultado do país foi discutida pelo ex-chanceler em sua ida a Washington em meados de julho com Jake Sullivan, conselheiro de segurança nacional do presidente Joe Biden. A cautela dos EUA em relação à Venezuela pôde ser medida pela declaração do secretário de Estado, Anthony Blinken, neste domingo de que os EUA não faria um "pré-julgamento" do resultado. A declaração da pré-candidata democrata e vice-presidente Kamala Harris ("A despeito de muitos desafios, continuaremos a trabalhar por um futuro mais democrático, próspero e seguro para o povo da Venezuela") no X foi recebida no governo venezuelano como expectativa de vitória de Maduro. Teria pesado neste resultado a alta abstenção de jovens e o impedimento dos eleitores que moram no exterior.

Na sexta-feira, Amorim foi recebido pelo chanceler Yván Gil. No sábado foi a vez de encontrar os dois representantes venezuelanos no acordo de Barbados, Jorge Rodriguez, o presidente da Assembleia, e Gerardo Blayde, representante da oposição.

Firmado em outubro do ano passado, o acordo estabeleceu a revogação de sanções comerciais mediante o compromisso do governo venezuelano com eleições livres e transparentes. O Itamaraty criticou a exclusão do registro da candidata oposicionista Corina Yoris como sinal de descumprimento do acordo e os americanos voltaram a impor sanções, o que não impediu que investimentos voltassem ao país.

Ainda no sábado, o ex-chanceler brasileiro esteve com a Fundação Carter, observatório eleitoral independente dos Estados Unidos, com o ex-primeiro-ministro espanhol, José Luiz Zapatero, e o ex-presidente da República Dominicana, Leonel Fernandez. Não há, em Caracas, representantes oficiais com o status de Amorim em Caracas, nem mesmo da Colômbia ou da Noruega, os dois outros países que mediaram o acordo de Barbados. No domingo, Amorim esteve com o painel das Nações Unidas que acompanha a eleição .

No sábado, em um avião da companhia panamenha Copa que levava quatro ex-presidentes e uma ex-vice-presidente latino americanos, integrantes da Iniciativa Democrática da Espanha e das Americas (Idea), todos convidados da oposição, foram impedidos de embarcar para Caracas: Vicente Fox (México), Mireya Moscoso (Panamá), Miguel Ángel (Costa Rica), Jorge Quiroga (Bolívia), Martha Ramirez (ex-vice da Colômbia).

Com três assessores e seguranças da Polícia Federal, Amorim está hospedado na Embaixada do Brasil. Ainda que seu retorno esteja previsto, no máximo, para terça-feira, a transição de arrastados seis meses até a posse tem desfecho indefinido seja qual for o resultado.

Trens de alta velocidade retomam operação em Paris

CRÉDITO FOTO AP/NATACHA PISARENKO/FOTO

As linhas de trem de alta velocidade fechadas na sexta-feira depois de a rede ter sido sabotada horas antes da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos em Paris devem retomar operações a partir de hoje, enquanto as autoridades continuam investigando a sabotagem. O ataque coordenado, que ocorreu na noite de quinta para sexta-feira, interrompeu o tráfego em grande parte da rede ferroviária crucial do país, com três das quatro principais linhas ferroviárias de alta velocidade do país danificadas pelo fogo. A operadora ferroviária francesa disse ontem que todos os reparos nas linhas danificadas estavam concluídos .

Na foto, pessoas tiram fotos do caldeirão, no Jardim das Tulherias, durante os Jogos Olímpicos de Verão de 2024, neste domingo, 28 de julho de 2024, em Paris, França.

Kamala Harris quer fortalecer classe média e estimular a energia verde

Colby Smith e James Politi
Financial Times, de Washington

Kamala Harris usou a primeira semana de campanha eleitoral para apresentar o plano econômico voltado à classe média americana que colocará em prática se vencer o republicano Donald Trump na eleição presidencial dos EUA, em novembro.

"O fortalecimento da classe média é o objetivo que definirá minha presidência", disse a candidata a uma multidão entusiasmada de eleitores no ginásio de uma escola em Wisconsin, na terça-feira. "Mas Donald Trump quer fazer o país de vocês andar para trás."

A provável candidata democrata já está adotando os aspectos mais populares dos planos e conquistas legislativas de Joe Biden e tentando deixar em evidência as diferenças em relação às propostas de Trump. Por outro lado, a candidata espera ser menos afetada do que o atual presidente pela crise gerada pelo elevado custo de vida nos últimos anos.

Altos funcionários e ex-integrantes do governo Biden dizem que Kamala deverá levar adiante o plano do atual presidente de investir no setor industrial, recuperar a infraestrutura do país e estimular a energia verde.

Mas Kamala também deverá voltar as baterias para a chamada "economia do cuidado", oferecendo maior acesso a creches, licença familiar remunerada e financiamento estudantil. Estes são planos que Biden não conseguiu aprovar no Congresso.

Além disso, na visão dos eleitores americanos, Kamala pode ser uma defensora até melhor que o presidente das políticas econômicas do governo Biden. O presidente virou alvo fácil dos ataques implacáveis dos republicanos, entre eles Trump, que jogou no incumbente a culpa pela inflação descontrolada.

Biden teve dificuldades para convencer os eleitores de que a situação do país melhoraria em um novo mandato seu, apesar de ter tirado os EUA da pior retração econômica desde a Grande Depressão e conseguido crescimento recorde dos empregos em sua presidência.

"A inflação disparou durante o mandato do presidente Biden, por isso as pessoas fazem uma relação pavloviana", disse Ernie Tedeschi, ex-economista-chefe do Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca, agora diretor de economia do Budget Lab, um centro de pesquisa da Universidade de Yale. Segundo ele, esta relação direta não é "totalmente justa". Mas acrescentou: "Existe uma chance real de os eleitores não culparem tanto a vice-presidente Kamala quanto culparam o presidente Biden."

> "Há uma chance real de os eleitores não culparem tanto Kamala como culparam Biden"
> *Ernie Tedeschi*

Ex-promotora e senadora pela Califórnia, Kamala não tem experiência sólida em economia. Como vice-presidente, seus principais conselheiros econômicos foram Mike Pyle, ex-economista da BlackRock que atualmente está na Macro Advisory Partners, e Deanne Millison, que agora trabalha em políticas industriais na Ford Motor Company. Mas altos funcionários do governo afirmam que a visão de Kamala para a política econômica é de centro-esquerda e que ela provavelmente indicará a continuidade das políticas de Biden em vez de um distanciamento delas.

"Sinto que os principais valores que norteiam as políticas deste governo são apoiados firmemente pela vice-presidente", disse a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, em entrevista coletiva na cúpula do G20 no Brasil, nesta semana.

"Ela obviamente olha pelas famílias de classe média. [Kamala] sabe que elas são a fonte do poder econômico dos EUA", acrescentou Yellen. "Ela tem focado em gerar bons empregos, reduzir custos para os americanos em áreas fundamentais como creche e saúde e capacitar trabalhadores para a indústria do futuro".

As políticas defendidas agora por Kamala para ampliar a rede de segurança social dos EUA faziam parte do Build Back Better ("Reconstruir Melhor"), o histórico plano de US$ 3,5 trilhões lançado por Biden em 2021, mas foram excluídas pelo Congresso antes da aprovação final.

"Eu imagino um plano curto e incisivo, composto por aqueles trechos do programa de Biden voltados à família que estavam à espera do segundo mandato que não veio", disse Tedeschi.

Ben Harris, que foi um dos principais assessores econômicos de Biden e agora trabalha na Brookings Institution, lembra que Kamala também tem a oportunidade de focar na habitação, considerando seu histórico como senadora em defesa dos aluguéis mais baratos.

Essa abordagem ampliaria o trabalho realizado pelo governo atual, que priorizou questões relacionadas à habitação nos últimos meses. A Casa Branca anunciou recentemente um plano para limitar os reajustes dos aluguéis em todo o país e destinou mais recursos para a expansão da oferta de moradias acessíveis.

Felicia Wong, que participou do conselho consultivo de transição de Biden e atualmente preside a organização progressista Roosevelt Forward, acredita que Kamala defenderá os sindicatos com mais vigor. Um dos primeiros comícios da vice-presidente desde que se tornou candidata foi um evento com membros da Federação Americana de Professores, o segundo maior sindicato de docentes do país.

"Uma das melhores maneiras de manter o progresso da nossa nação é dar voz aos trabalhadores: proteger a liberdade de se organizar, defender a liberdade de negociar coletivamente, acabar com ações antissindicais", disse Kamala no evento em Houston, Texas, na quinta-feira.

Ataque no Líbano eleva tensão em Israel

Agências internacionais

Milhares de pessoas compareceram às cerimônias fúnebres ontem para um grupo de crianças e adolescentes mortos por um ataque de foguete nas Colinas de Golã ocupadas por Israel, o que elevou a tensão entre israelenses e o Hezbollah, apesar do grupo ter negado a autoria do atentado.

Diplomatas dos EUA e do Oriente Médio trabalhavam para evitar que os combates entre Israel e o Hezbollah se transformassem em uma guerra em grande escala.

O ataque aconteceu durante um jogo de futebol em Majdal Shams e é considerado o mais mortal em território anexado por Israel desde que o ataque do grupo Hamas, em 7 de outubro, desencadeou a guerra em Gaza.

Jatos israelenses atingiram alvos no sul do Líbano à noite, mas uma resposta mais forte é esperada após uma reunião do gabinete de segurança prevista para ontem.

Antony Blinken, secretário de Estado dos EUA, destacou o direito de Israel de defender seus cidadãos e a disposição dos EUA em garantir que eles sejam capazes de fazê-lo.

Valor ECONÔMICO

Posições do Brasil no G20 carecem de ajustes domésticos

Como presidente da vez do G20, o Brasil conseguiu alguns trunfos ao tornar suas políticas mais difundidas e aceitas pelos países do grupo, que reúne as economias mais avançadas entre as desenvolvidas e emergentes. É meritória a iniciativa de constituir uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, colocando a necessidade de erradicar esses dois flagelos como objetivo central de políticas públicas nos quatro cantos do planeta. Da mesma forma, o apelo para que as políticas tributárias sejam progressivas, e não regressivas, como as que existem no Brasil, parecem ter ampla receptividade internacional.

O Brasil tem resultados a apresentar desde que o presidente Lula colocou, em seu primeiro mandato, prioridade central à redução da pobreza e combate à fome. Um quarto de século depois da criação do Bolsa Família, no entanto, o programa mostrou que tem vulnerabilidades. O número de famílias que fazem parte dele não diminuiu, ao contrário, aumentou. Desde 2020, mais de R$ 1 trilhão foram gastos em programas sociais, e o resultado, pelos dados da Organização das Nações Unidas (ONU), é que o país ainda tem hoje 8,4 milhões de subnutridos, ou 3,9% da população brasileira, no período 2021-2023, que inclui o primeiro ano do terceiro mandato de Lula.

Há 700 milhões de pessoas famintas no planeta, o que indica que a prioridade para alimentá-las e torná-las cidadãs saudáveis é um objetivo inadiável. Ainda assim, segundo levantamentos dos programas e verbas disponíveis para isso, o mundo chegará a 2030 com mais de 500 milhões de pessoas que não sabem se terão alguma comida no dia seguinte. A chance de frustração de um dos principais objetivos de desenvolvimento sustentável entre os trinta designados pela ONU é enorme. Daí a importância de concentrar esforços para garantir a sobrevivência física de boa parte do planeta, explícita na constituição da aliança impulsionada pelo Brasil.

A saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014 — o critério é o de 2,5% da população em estado de subnutrição no triênio — e sua volta depois não se deve apenas à pandemia, quando os recursos destinados à população carente não só não foram reduzidos, mas aumentaram. O ciclo econômico teve grande influência, e uma das maiores recessões da história republicana, sob o governo de Dilma Rousseff, contribuiu para isso a partir de 2014.

A lição é que o crescimento é fundamental para diminuir as carências alimentares da população e melhorar a situação de vida em geral. Nesse sentido, os programas sociais precisam não apenas ser eficientes e focados na parcela mais pobre da população, mas também favorecer o fim de sua dependência das transferências do Estado. Os programas inaugurados no primeiro mandato de Lula e perseguidos quase um quarto de século depois, em seu terceiro mandato, mostram-se insuficientes. Apresentá-los como exemplo de políticas bem-sucedidas ao resto do mundo é uma verdade que necessita de complemento, isto é, de políticas que promovam um crescimento tão contínuo quanto possível, baseado em práticas fiscais responsáveis e diretrizes que favoreçam o aumento da produtividade, em especial por meio da qualificação da mão de obra.

A aliança patrocinada pelo Brasil pode fazer muita coisa pelos países que estão mais atrasados, ao fornecer exemplos de práticas bem-sucedidas, o caminho para concretizá-las e, com alguma sorte, os meios para se obter financiamento para torná-las viáveis. No entanto, seu sucesso depende em igual proporção de políticas de crescimento sustentável, das quais o Brasil carece há muito tempo.

Da mesma forma, é um alento que o Brasil tenha conseguido alguma menção à taxação de fortunas que contribuem muito aquém do socialmente justo para a arrecadação de tributos dos entes nacionais. A progressividade dos impostos é um imperativo das sociedades democráticas, embora, como lembrou a secretária do Tesouro americano, Janet Yellen, essa seja uma decisão de política soberana nacional. O governo Trump, legitimamente eleito em 2016, reduziu a carga tributária dos mais ricos com apoio popular para fazê-lo.

O Brasil obteve uma menção diluída à taxação especial dos super-ricos a ser feita na declaração final do G20, mas ela tende a ser inócua. Os governos do PT, e o de Lula agora, que se esforçaram para consagrá-la, não conseguiram fazer na esfera doméstica o que pregam no âmbito internacional — o esforço para isso parece ter sido mais retórico do que prático. Um exemplo é a montanha de R$ 560 bilhões de subsídios tributários existentes que beneficiam grupos de alta renda influentes sobre o aparelho de Estado, que continuam crescendo, com apoio do PT.

A presidência do Brasil no G20, no entanto, não se limita a isso. Há, apesar de tudo, progressos nas áreas de combate à fome e haverá em outros temas nos quais o país está bem posicionado, com bons exemplos a difundir em mudanças climáticas e políticas sociais inclusivas, por exemplo. Falta, no entanto, aproveitar exemplos externos de como crescer mais de forma saudável.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

"Custo Brasil" é estimado como monstruosa sobrecarga anual de R$ 1,7 trilhão. Por **Fernando Valente Pimentel**

A corrida de barreiras da indústria brasileira

Não é novidade constatar que os níveis de competitividade da indústria nacional encontram-se aquém dos necessários à sua inserção robusta nos mercados globais e que perdeu ela o posto de principal motor do crescimento sustentado. Porém, algumas análises não se aprofundam nas causas reais dessa relativa estagnação setorial.

Por isso, cabe avaliar com mais atenção artigo do economista Edmar Bacha, intitulado "Por que a indústria brasileira encolheu tanto?", publicado em 17 de julho último no **Valor**. O texto identifica a perda de competitividade do setor, mas não faz ponderações sobre as causas, que não parecem estar em alguma deficiência intrínseca às empresas. Bacha, cuja competência deve ser ressaltada, assim como seu papel importante no advento do Plano Real, não considerou as variáveis essenciais da formação dos custos dos produtos industriais e a rentabilidade efetiva da atividade.

O setor, como os demais, enfrenta muitas barreiras: brutal tributação, elevados custos trabalhistas, previdência social mais cara do planeta e insegurança jurídica. Porém, é apenado de modo mais específico por outros fatores relevantes: impostos ainda maiores do que os das outras atividades, enorme dificuldade de acesso ao crédito com taxas razoáveis, longos ciclos de políticas macro com juros punitivos e câmbio apreciado (não competitivo) e concorrência desleal permitida a mercadorias similares importadas, como as que hoje são vendidas com privilégios tributários pelas plataformas de e-commerce.

Há, ainda, a falsificação, o contrabando e o descaminho, que provocam dumping dos preços no mercado interno. Segundo o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade, esses ilícitos provocaram, só em 2023, perdas de R$ 302 bilhões sobre 15 setores produtivos, a grande maioria na área industrial, além de uma evasão fiscal de R$ 139 bilhões.

O "Custo Brasil" é estimado como monstruosa sobrecarga anual de R$ 1,7 trilhão em relação à média dos países da OCDE. Se incluíssemos a China na conta, a diferença seria ainda maior. Assim, é prioritária a agenda para diminui-lo, na qual cabe concluir uma reforma tributária que reduza o peso dos impostos sobre o valor adicionado e não só o mantenha, como se pretende. Também urge conter a expansão doentia da despesa pública, que rouba a produtividade nacional pela exagerada transferência de recursos do setor privado para o público. Esta é a raiz mais profunda da estagnação da produtividade. Por isso, é imperativo realizar a reforma administrativa, orçamentária e financeira.

A indústria está muito atuante nesse sentido e buscando fazer a lição de casa do aporte tecnológico e produtividade. Prova desse empenho é que, nos 30 anos do Real, a inflação geral acumulada foi pouco superior a 750%. No mesmo período, os preços do vestuário, por exemplo, evoluíram cerca de 450%. Este segmento, no qual milito há muitos anos, foi o que menos majorou seus produtos, enquanto investia e aumentava sua produtividade, transferindo os ganhos à sociedade. São avanços difíceis num ambiente de árdua competição do setor e de toda a

DIVULGAÇÃO

indústria do Brasil contra empresas concorrentes em países com subsídios e arcabouço regulatório diferentes do nosso e, na maioria dos casos, muito mais amigáveis em termos de custos de produção e operação.

Enfrentamos, ainda, limitações quanto à mão de obra qualificada, problema estrutural da educação pública nacional, que segue sem a devida qualidade. É algo que afeta de modo mais incisivo um setor que exige capacitação elevada dos profissionais. Por esse motivo, a indústria, além dos altos encargos trabalhistas, investe pesados recursos em formação de recursos humanos.

A agropecuária brasileira, com a qual a indústria é comparada no artigo de Bacha, movida pela capacidade de seus produtores e pesquisas da Embrapa e outras instituições, soube, de fato, ocupar os espaços mercadológicos globais. No entanto, embora conte com mais estímulos e melhores condições de financiamentos do que a manufatura e a despeito do seu meritório êxito, o agro tem segmentos que ainda não alcançaram níveis elevados de desenvolvimento e/ou competitividade em escala planetária.

Há de se considerar que a indústria de transformação não tem sido priorizada no país. Há muito tempo não conta com um programa, como o Plano Safra, com vultoso aporte anual de recursos e taxas de juros mais baixas. Além disso, embora represente 15,3% do PIB, paga desproporcionais 34,8% do total de tributos federais e tem um exclusivo que onera seus custos: o IPI. O agro representa 7,1% do PIB e responde por 0,6% dos impostos federais.

Com o mesmo volume de recursos (cerca de R$ 500 bilhões anuais), taxas de juros e nível de tributação do agro, a indústria de transformação também teria avançado mais em sua competitividade. A propósito, novo relatório da Fiesp aponta que, em 2023, as atuais distorções do sistema tributário custaram R$ 144 bilhões ao setor, que paga mais impostos do que os demais. Espera-se que a reforma, em seu processo de regulamentação no Congresso Nacional, estabeleça alíquotas mais equânimes para todos e não aumente a carga total.

Cabe ressaltar que, a despeito de todas as barreiras que têm enfrentado ao longo das últimas quatro décadas, a indústria responde por 66,6% das exportações brasileiras de bens e serviços, 66,8% dos investimentos nacionais em P&D e 24,4% da arrecadação previdenciária. Mantém mais de 11 milhões de postos de trabalho, emprega 21,2% de todos os trabalhadores formais do Brasil e paga os melhores salários (R$ 11,78 mil para os que têm Ensino Superior, ante média nacional de R$ 8,21 mil; e R$ 3,09 mil para quem tem o Ensino Médio, contra R$ 2,71 mil no país). Ademais, apresenta o maior fator de multiplicação, gerando R$ 2,44 para cada R$ 1,00 que produz. Na agropecuária esse índice é de R$ 1,71 e no comércio e serviços, R$ 1,52.

Apenas o importante fomento do agro e dos serviços, conforme atesta a realidade de nossa economia, inserida na armadilha da renda média, não tem sido suficiente para promover ampla inclusão socioeconômica, garantir crescimento sustentado em patamares consistentes, entre 3% e 4% ao ano, e elevar o grau de desenvolvimento. Para conquistarmos esses avanços, a indústria de transformação é decisiva, merecendo políticas mais efetivas e duradouras para sua modernização, ganhos de produtividade e níveis de competitividade compatíveis com a acirrada concorrência no mercado global. Contradiz o ideal da olimpíada econômica correr na mesma pista dos concorrentes, mas com barreiras somente na nossa raia.

Fernando Valente Pimentel é diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).

A necessária autonomia do Banco Central

Gustavo Loyola

O Senado Federal está discutindo, com ampla repercussão, uma proposta de emenda à Constituição (PEC 65/2023) que concede autonomia orçamentária e financeira ao Banco Central (Bacen) e simultaneamente o transforma em empresa pública. A matéria está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça que, de maneira oportuna, promoveu uma audiência pública relativa ao assunto.

Naquela ocasião, atendendo ao atencioso convite da Comissão, senador Davi Alcolumbre, e do relator da matéria, senador Plinio Valério, tive o prazer de participar de rico debate sobre os vários aspectos da proposta, no qual foram ouvidas posições favoráveis e desfavoráveis. Manifestei, então, minha opinião plenamente favorável à concessão da autonomia orçamentária e financeira ao Bacen nos termos da citada PEC, como complemento necessário à autonomia operacional que foi concedida à instituição pela Lei Complementar 179/2021.

Como se sabe, a autonomia operacional da autoridade monetária é necessária para blindar a política monetária de interferências políticas que prejudiquem o atingimento do objetivo de estabilidade de preços, função precípua da instituição. A política monetária tem ciclos próprios que não se alinham necessariamente aos ciclos políticos, daí a necessidade do isolamento da instituição de pressões que possam vir da dinâmica eleitoral nos regimes democráticos.

Obviamente, tal autonomia não significa que o Bacen se torne um quarto poder; ao contrário, trata-se de uma autonomia limitada a seus objetivos e sujeita ao processo de prestação de contas à sociedade, por via do parlamento federal. Com a promulgação da LC 179/2021, o Bacen adquiriu esse status de autonomia, notadamente com a criação de mandatos fixos e não coincidentes para seus dirigentes, que continuam sendo escolhidos pelo presidente da República e aprovados pelo Senado Federal.

Nesse sentido, o objetivo de atribuir autonomia orçamentária e financeira ao BC é justamente o de lhe permitir o melhor cumprimento de suas missões institucionais, não apenas no campo da política monetária, mas também como órgão máximo da supervisão financeira no país. Trata-se também do alinhamento às melhores práticas internacionais. lembrando que há recomendação específica do Fundo Monetário Internacional (FMI) nesse sentido, como uma reforma adicional necessária ao reforço institucional do Bacen.

Autonomia operacional é necessária para blindar a política monetária de interferências políticas

A autonomia orçamentária, financeira e administrativa do Bacen consistiria basicamente em dar à instituição a capacidade de elaborar seu próprio orçamento e financiar suas despesas com receitas próprias. Além disso, ao mudar a natureza do Bacen para empresa pública de natureza especial, a proposta traria agilidade à instituição para realizar investimentos e manter seus quadros técnicos, hoje crescentemente disputados pelo setor privado. Iniciativas como a do Pix e a do "open finance" seriam aprofundadas e operadas com maior segurança. Vale lembrar que a segurança cibernética é hoje uma das maiores preocupações dos bancos centrais, principalmente depois que o banco central de Bangladesh esteve a ponto de perder US$ 1 bilhão num ataque "hacker" atribuído aos norte-coreanos.

Porém, uma preocupação legítima ao se estender a autonomia do Bacen à esfera administrativa, orçamentária e financeira é a de que tal passo representaria dar à instituição uma carta branca, para operar à margem das leis orçamentárias brasileiras, inclusive no que diz respeito ao controle externo. Tal risco, contudo, não existiria, posto que o projeto de emenda constitucional mantém a necessidade de aprovação de orçamento do BC pelo Congresso Nacional, como também a fiscalização de sua execução por meio do Tribunal de Contas da União. Não seria alterado também o relacionamento financeiro com o Tesouro Nacional, como hoje disciplinado pela Lei 13.820/19, que determina, entre outras questões, a transferência dos resultados positivos do Bacen para a União. Ademais, o Conselho Monetário Nacional (CMN) não teria alteradas suas atribuições atuais relativas aos aspectos normativos das políticas executadas pelo Bacen.

Outro aspecto que tem merecido reparos à citada PEC é que, muito embora sem necessariamente se oporem à necessidade de dotar o Bacen dos recursos necessários ao cumprimento de suas missões institucionais, alguns respeitados economistas e juristas se opõem à transformação do Bacen em empresa pública de caráter especial, porque isso traria riscos para o exercício do chamado poder de polícia necessário à instituição na esfera da estabilidade financeira (por exemplo, autorização de funcionamento, fiscalização e resolução). No entanto, tudo indica que tais riscos são mínimos, em razão notadamente de jurisprudência já firmada em situações assemelhadas pelo STF.

De todo modo, o importante é que o Bacen ganhe a necessária autonomia administrativa, orçamentária e financeira dentro de um adequado quadro legal compatível com a segurança jurídica e respeitado sempre o princípio do dever de prestação de contas à sociedade, por meio dos canais adequados. Finalmente, mas não menos importante, há também de se assegurar o direito adquirido dos servidores ativos e inativos da instituição, no caso da transformação de sua natureza jurídica.

Gustavo Loyola, doutor em Economia pela EPGE/FGV, é ex-presidente do Banco Central e diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo.

A grande maioria das violações é possível devido a erro humano. Por **Ciro Dias Reis**

O aumento dos riscos cibernéticos

O mundo amanheceu na sexta-feira retrasada sob o impacto de uma falha no processo de atualização de determinada solução de segurança cibernética largamente utilizada. Isso afetou rapidamente sistemas digitais diversos em escala planetária, das operações de bancos às atividades hospitalares, passando pela partida de trens e aviões em diferentes geografias.

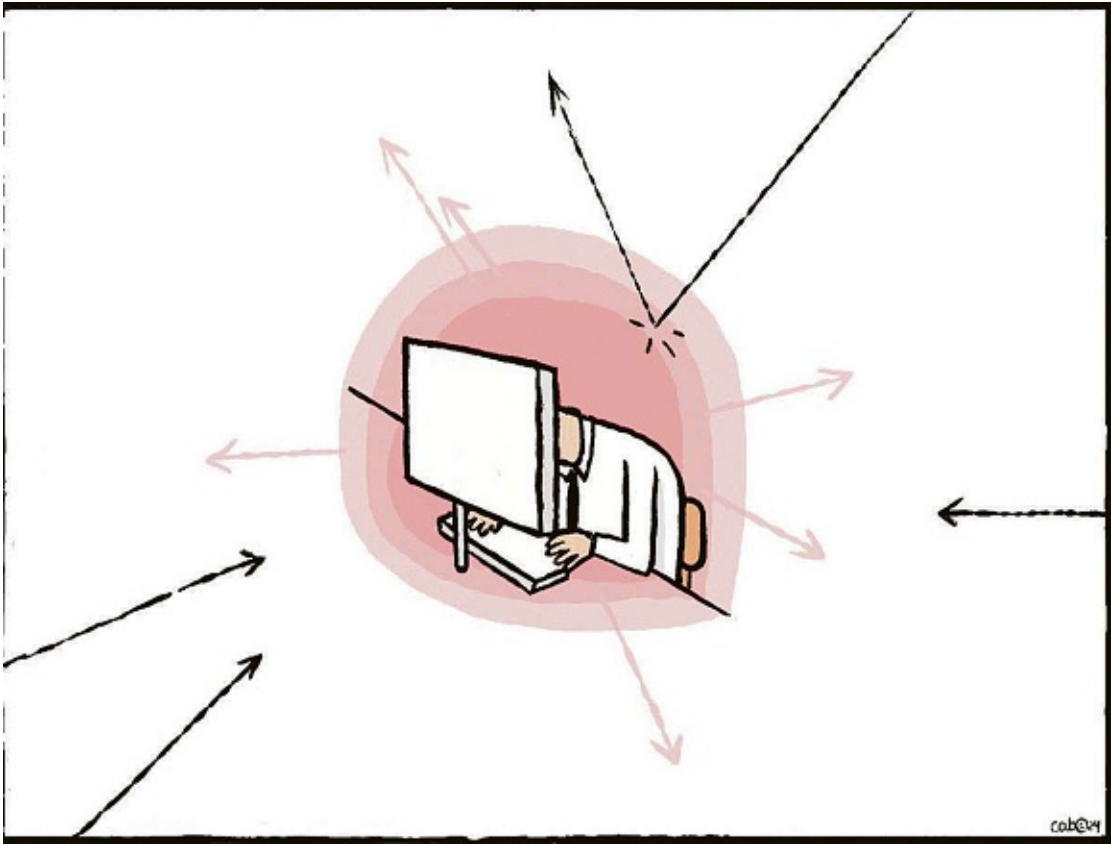
Embora rapidamente detectado e enfrentado, o problema fez lembrar como todos estamos hoje, em qualquer dimensão que se imagine, não apenas irreversivelmente conectados como tecnologicamente interdependentes.

Momentos como esse inevitavelmente fazem multiplicar as reflexões acerca de cenários de crise causados, estes sim, por ações criminosas de variados formatos no ambiente cibernético. E levam também a aplaudir cada avanço de especialistas em segurança capaz de neutralizar ou pelo menos prevenir estratégias e ataques de hackers.

O Fórum Econômico Mundial aponta que segurança e crimes cibernéticos estão na lista dos dez maiores riscos globais entre 2023 e 2025, de acordo com mapeamento que incluiu a visão de líderes empresariais em 113 países. "Crimes cibernéticos são um grande negócio", afirma documento da organização, para a qual sem uma cooperação em nível internacional o desafio não poderá ser enfrentado.

Segundo a publicação especializada Cybercrime Magazine, no primeiro semestre de 2024, 1 bilhão de pessoas tiveram seus dados expostos em vários incidentes causados por violações de segurança causadas por terceiros (dados de relatório da organização sem fins lucrativos Identity Theft Resource Center, com sede em San Diego, na Califórnia).

O avanço do crime cibernético está ganhando velocidade. A organização Cybersecurity Ventures estima que os custos globais resultantes dessa atividade ilícita devem crescer 15% por ano ao longo da década de 2020, atingindo até 2025 a assombrosa marca de US$ 10,5 trilhões.

O cálculo inclui não apenas o dinheiro que é obtido ilicitamente nessas operações, mas outros impactos negativos como apropriação de dados e sistemas, interrupção na operação das organizações atingidas, riscos reputacionais, entre outros prejuízos.

O crime cibernético avança com velocidade. A Cybersecurity Ventures estima que os custos globais resultantes dessa atividade ilícita devem crescer 15% por ano ao longo da década de 2020, atingindo até 2025 a assombrosa marca de US$ 10,5 trilhões.

Não coincidentemente o mercado de soluções em segurança cibernética só cresce, tendo superado os US$ 172 bilhões no ano passado em todo o mundo, segundo especialistas. Investimentos nessa rubrica devem superar US$ 1 trilhão entre 2023 e 2027.

O Brasil precisa recuperar o tempo perdido no campo da segurança cibernética, segundo o estudo Worldwide Black Book 2023, da IDC, empresa americana de mídia, pesquisas e eventos. Os gastos nesse campo por parte das empresas no país no ano passado foram estimados em 3,5% dos investimentos totais em tecnologia de informação (TI) como um todo, considerado um índice muito limitado.

A consultoria global KPMG, em seu relatório 2022 CEO Outlook, Growth Strategies in Turbulent Times, mostra que 77% dos 1.325 líderes de empresas entrevistados consideram a segurança da informação não apenas uma proteção vital, mas também potencial vantagem competitiva.

A empresa norte-americana de consultoria e pesquisas tecnológicas Gartner prevê, em seu estudo "Implement a Continuous Threat Exposure Management (CTEM)": "Até 2026, as organizações que priorizarem os seus investimentos em segurança com base num programa de gestão contínua de exposição terão três vezes menos probabilidades de sofrer uma violação".

RiskIQ, uma empresa de segurança cibernética, estima que as organizações em geral perdem mais de US$ 17 mil por minuto devido ao phishing. Trata-se de ferramenta usada para roubo de dados e fraudes que frequentemente enganam usuários da internet, fazendo-os revelar informações confidenciais ou instalarem, sem saber, um malware, programa capaz de atacar computadores e redes.

Outros US$ 22.184 por minuto são perdidos devido a ataques de ransomware, um tipo de software de extorsão que bloqueia computadores e sistemas, captura seus dados e permite a criminosos digitais pedirem resgate (geralmente em criptomoedas, não rastreáveis) para posterior desbloqueio e devolução dos dados subtraídos.

A RiskIQ calcula que em 2022 foram detectados 493,33 milhões de ataques de ransomware em todo o mundo. Enquanto isso, o phishing continua a ser o ataque cibernético mais comum: uma média de 3,4 bilhões de e-mails de spam diários com esse objetivo foi enviada em 2022. Estima-se, a propósito, que mais de 75% dos ataques cibernéticos começam com um e-mail e que 95% das violações são possíveis devido a erro humano, como clicar em um link malicioso.

A discussão sobre segurança cibernética ganhou tração por meio do Cyber Resilience Act, proposto pela Comissão Europeia em 2022 e aprovado pelo Parlamento Europeu em março de 2024.

"Produtos de hardware e software estão sujeitos de forma crescente a ataques cibernéticos bem-sucedidos, levando a um custo estimado de 5,5 trilhões de euros em 2021", afirmava a Comissão Europeia quando da apresentação da proposta. E acrescentava: "Tais produtos sofrem de dois grandes problemas que agregam custos para os usuários e para a sociedade:

- um baixo nível de cibersegurança, refletido por vulnerabilidades generalizadas; o fornecimento insuficiente e inconsistente de atualizações de segurança para aquelas vulnerabilidades
- insuficiente compreensão e acesso à informação por parte dos usuários, impedindo-os de escolher produtos com características adequadas de cibersegurança ou de utilizá-los de forma segura".

Administrar devidamente os riscos pode se traduzir em lucratividade para empresas de software e plataformas se elas forem eficientes naquele caminho. É o que diz publicação recente em blog do gigante global Accenture.

"Abordar os riscos desde o início do desenvolvimento do produto permite que os líderes de software e plataformas identifiquem potenciais armadilhas e vulnerabilidades antes que se tornem problemas dispendiosos. Ao realizar avaliações de risco completas e envolver-se na identificação proativa de riscos, as organizações podem descobrir potenciais vulnerabilidades de segurança, lacunas de conformidade, segurança do usuário e riscos operacionais".

E acrescenta: "Esta identificação precoce permite que os líderes implementem estratégias de mitigação adequadas, reduzindo a probabilidade de incidentes dispendiosos no futuro".

Segundo a Accenture, priorizar a gestão de riscos de forma proativa desde o início de um processo demonstra "compromisso com práticas éticas, aumentando a confiança e a fidelidade do cliente".

Ciro Dias Reis é presidente da Imagem Corporativa, board member da International Communications Consultancy Organization e da PRCA Latam, e membro do Crisis Communication Think Tank/University of Georgia (EUA). É autor do livro "Te vejo na próxima pandemia", a ser lançado em agosto.

Frase do dia

"É uma proposta que tem um lado muito claro que vai ganhar, os Estados, e outro que vai perder, a sociedade brasileira".

De Bruno Carazza, da FDC, sobre renegociação da dívida de Estados

Cartas de Leitores

Gastos públicos

Se em 2022 dissessem que um governo petista proporia mudanças no seguro-desemprego e no programa de benefício de prestação continuada, a esquerda brasileira faria um Carnaval. Ser acusado de propagador de fake news seria muito pouco. No entanto, em 2024, é exatamente isso que está acontecendo e o silêncio político é inacreditavelmente ensurdecedor, inclusive da oposição, que perde absolutamente todas as oportunidades de fazer seu papel. Tudo pelo "gasto é vida".

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Nova política monetária

Esgotada a possibilidade de equilíbrio fiscal via aumento de arrecadação, coincidente com a posse de um novo presidente do Banco Central, há um temor que o próximo passo venha através de uma queda significativa na taxa de juros, mola mestra da Nova Teoria Monetária, defendida por renomado economista que presta assessoria ao atual governo. Torçamos para que essa nova teoria claramente apoiada pelo presidente Lula venha acompanhada de um conjunto de medidas adicionais para que tenha, no campo do desenvolvimento, o mesmo êxito que o Plano Real teve na erradicação da hiperinflação.

Levy Mendes Lopes
levymendeslopes@gmail.com

Voa Brasil

Uma farsa ou humilhação para os aposentados esse programa "Voa Brasil" de passagens aéreas a R$ 200, lançado por Lula? Como informa a imprensa, só poderão fazer parte deste suposto benefício aposentados que não tenham viajado nos últimos 12 meses. Mesmo assim, eles vão precisar passar por pente fino do governo para ver se seu cadastro cumpre os requisitos. Mesmo que consiga a passagem de ida, não terá a garantia da passagem de volta a R$ 200, que vai depender da disponibilidade da oferta da empresa aérea.

Ou seja, é uma humilhação que promove Lula contra os aposentados reside neste quesito. Já que, não existindo a possibilidade de compra antecipada de ida e volta, o aposentado que conseguir a passagem de ida, provavelmente terá que pagar (se tiver recursos) o preço normal ou cheio para volta, ou ficar dias ou semanas perambulando longe de casa, até que seja contemplado com passagem de R$ 200. Programa esse sem nexo algum que só poderia ser arquitetado pelo demagogo Lula, feito sem analisar suas consequências, podendo gerar grande frustração aos aposentados.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Lucro estatais

Até o fim deste governo, os lucros das estatais serão zerados, se não houver déficit. Mais problemas para cumprir o arcabouço fiscal.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Comportamento Pesquisa mostra que 47% dos moradores de comunidades e bairros afastados dizem não ter como pagar pelo acesso à atividade física e 41% se sentem inseguros

Falta de equipamento, segurança e dinheiro emperra esporte na periferia

Rafael Vazquez e Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

Medalhista de ouro nos Jogos Olímpicos de 2016, Rafaela Silva nasceu na Cidade de Deus, comunidade da zona oeste do Rio de Janeiro. Rebeca Andrade, primeira medalhista olímpica da ginástica feminina brasileira, tem origem na Vila Fátima, periferia de Guarulhos, em São Paulo. Hebert Conceição, campeão de boxe nas Olimpíadas de Tóquio, é da Cidade Nova, na periferia de Salvador. O exemplo desses três campeões olímpicos é exceção entre os moradores de comunidades bairros periféricos do país. Uma série de obstáculos ainda atrapalha não somente o desenvolvimento de talentos esportivos nas áreas menos favorecidas como também desestimulam a prática de exercício físico entre essa população — o que contribui para problemas de saúde, incluindo sobrepeso e obesidade.

Segundo identificou a pesquisa "Persofia Favelas", elaborada pela consultoria Nós - Novo Outdoor Social, 47% dos moradores de favelas do Brasil apontam não ter condições financeiras para praticar um esporte e 41% não se sentem seguros para praticar esportes nas proximidades de onde moram. O cenário faz com que 44% dos entrevistados admitam que não estão praticando nenhum esporte no momento atual e, mesmo juntando com quem pratica, 76% afirmam que percebem que os moradores de suas comunidades enfrentam desafios ou dificuldades para tentar manter uma rotina de atividade física.

Somado a isso, 44% dizem que vivem numa realidade em que faltam instalações esportivas adequadas em seus bairros e outros 33% concordam que enfrentam a mesma dificuldade em "certas ocasiões", somando 77% de moradores de comunidades que sentem esse incomodo.

Neste sentido, uma das principais reclamações é a de que até se encontra mais facilmente espaços para jogar futebol, mas adeptos de outros esportes como vôlei e basquete, por exemplo, observam elevada carência de equipamentos, que os desestimula.

Os números contrastam com o interesse que as mesmas pessoas demonstram sobre esportes, já que oito de cada dez entrevistados pretendem acompanhar as transmissões dos Jogos Olímpicos de Paris, que começam na semana passada.

Um exemplo desse perfil é Sheila Cristina, de 48 anos, que mora no Parque Regina, na Zona Sul de São Paulo. Ela é fã de Olimpíada, ela gosta de assistir principalmente ginástica olímpica e natação, além do handebol, esporte que mais a interessava praticar na infância e adolescência. Atualmente não consegue fazer nada além de caminhadas não muito longas.

"Na minha infância, o governo fazia projetos. Tinha Cohabs (conjuntos habitacionais populares) na época onde haviam espaços para praticar handebol, vôlei, futebol e até atletismo. Hoje em dia não vemos mais esse tipo de iniciativa", observa. "Hoje, se quiser fazer algum tipo de esporte com segurança, tem que pagar academia".

Segundo Sheila, a falta de incentivo e tamanhos espaços adequados no bairro, juntamente com o orçamento familiar apertado, faz com que ela esteja se movimentando menos do que deveria, ainda mais por ter feito cirurgia bariátrica e ter recebido orientação médica para se exercitar mais.

"Eu já pago pós-graduação. Tem aluguel, conta de luz, conta de água e internet que preciso para trabalhar quando estou de home office, sem falar nas despesas com alimentação e vitaminas necessárias por causa da minha cirurgia", comenta. "Se tivesse a oportunidade, gostaria de voltar a praticar handebol para voltar a ter mais mobilidade física como antes."

Para a CEO da Nós, Emilia Rabello, responsável pela pesquisa, os moradores das periferias e comunidades têm bastante interesse por esportes e também a conscientização de que a prática esportiva é importante para a saúde, mas aponta que falta a contrapartida dos gestores públicos de oferecer ambientes mais adequados nessas áreas. "Faltam locais aprazíveis ou que convém a fazer exercícios físicos. No Parque do Ibirapuera [que fica numa zona mais centralizada de São Paulo] ou na orla do Rio de Janeiro, há várias estações de esporte patrocinadas por marcas, mas nas favelas é muito difícil encontrar a mesma iniciativa. A gente encontra muita quadra ou campinho de futebol", diz.

Rabello destaca que isso dificulta a adesão à pratica de esportes em crescimento no país como o skate e a ginástica olímpica, por exemplo, além do vôlei e do basquete, esportes tradicionais que em geral acabam sendo praticados somente dentro de clubes onde moradores das periferias têm maior dificuldade de frequentar, seja pela distância ou pela falta de acesso financeiro.

A realidade descrita pela CEO da Nós representou um obstáculo considerável para que o jovem Brendal Manoel Damasio de Oliveira, 24 anos, pudesse seguir carreira como jogador de basquete.

Morador do Conjunto João XXIII, bairro de Santa Cruz, na zona oeste do Rio de Janeiro, ele conta como a falta de um espaço adequado ao esporte perto de sua casa prejudicou o desenvolvimento de suas habilidades.

Mesmo que não tenha se tornado jogador profissional do esporte que gosta de praticar, Brendal diz que ter conhecido o basquete aos 6 anos de idade por meio de um projeto social chamado "Cultura na Cesta" o ajudou muito a superar problemas pessoais — sua mãe foi assassinada quando ele tinha 3 anos e acabou sendo criado pela avó.

"Foi primordial na minha vida. Eu era triste, só andava cabisbaixo. O WG [professor do projeto] e o pessoal me dava incentivo e levantou o meu astral". Ele jogou nas categorias de base do Flamengo, mas a falta de condições financeiras para se deslocar aos treinamentos no clube atrapalhou a continuidade quando era mais novo.

"No Brasil, é muito difícil jogar basquete. Aqui é o país do futebol, mano. Então, onde tem algum espaço esportivo de graça, é para futebol e futsal. Muito raro ver um espaço para basquete e outros esportes. Precisa olhar para os jovens de comunidade para ter algum apoio legal a quem gosta de outros esportes", pede Brendal.

"A falta de incentivo e de oportunidade atrapalha a gente para chegar em algum lugar. Perdemos muitos talentos por causa disso", complementa o jovem que hoje concilia a prática do esporte de forma mais recreativa com "bicos" que faz para juntar dinheiro e custear futuramente uma faculdade de educação física.

Diante da constatação reforçada pela percepção de Brendal e de muitos outros jovens pelo país, a NBA Brasil, o escritório brasileiro da liga nacional de basquete americano, iniciou no ano passado um projeto chamado "NBA Station", pelo qual constrói e mantém quadras exclusivamente para basquete em bairros carentes em espaços para a prática de esportes.

Em parceria com as autoridades municipais e com ONGs como a Gerando Falcões, a NBA Brasil mantém hoje duas quadras para moradores das regiões próximas aprenderem e jogarem basquete – uma na comunidade de Vergel do Lago, em Maceió, e a outra na Favela dos Sonhos, em Ferraz de Vasconcelos, na Grande São Paulo.

Segundo Rodrigo Vicentini, head da liga americana de basquete no Brasil, a ideia é instalar quadras em mais regiões carentes do país para suprir a demanda reprimida dos moradores de periferias por espaços adequados para praticar esportes além do futebol. De acordo com levantamento da NBA, em Vergel do Lago, ao menos 5% dos 60 mil moradores da área frequentam continuamente o equipamento esportivo e, em Ferraz de Vasconcelos, chega a 10%, o que significa que são 4 mil pessoas que moram nas proximidades da Favela dos Sonhos praticando o esporte nos horários em que professores não estão dando aulas para crianças e adolescentes da comunidade.

"Eu quero entrar para um time e essa quadra vai me ajudar a treinar. O piso é bom, o cesto, a tabela, a rede. Vai ajudar a me desenvolver", comentou ao Valor Maycon Galvão, de 15 anos, no evento de inauguração da quadra da NBA em Ferraz de Vasconcelos, sinalizando a importância de ter o que Brendal, da comunidade carioca João XXIII, não teve.

> "A falta de incentivo e de oportunidade atrapalha a gente para chegar em algum lugar"
> *Brendal Oliveira*

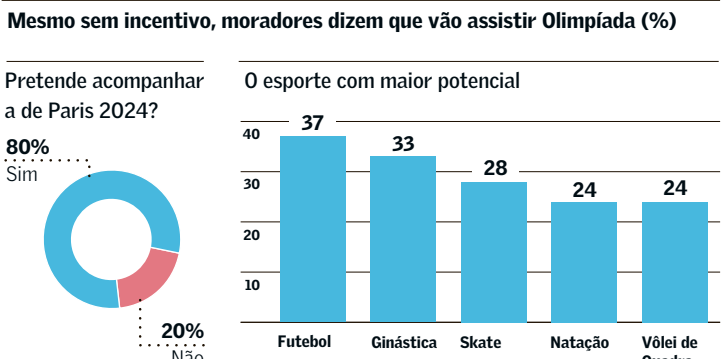
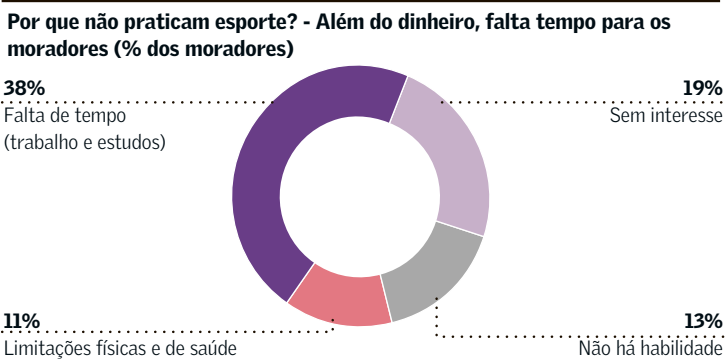
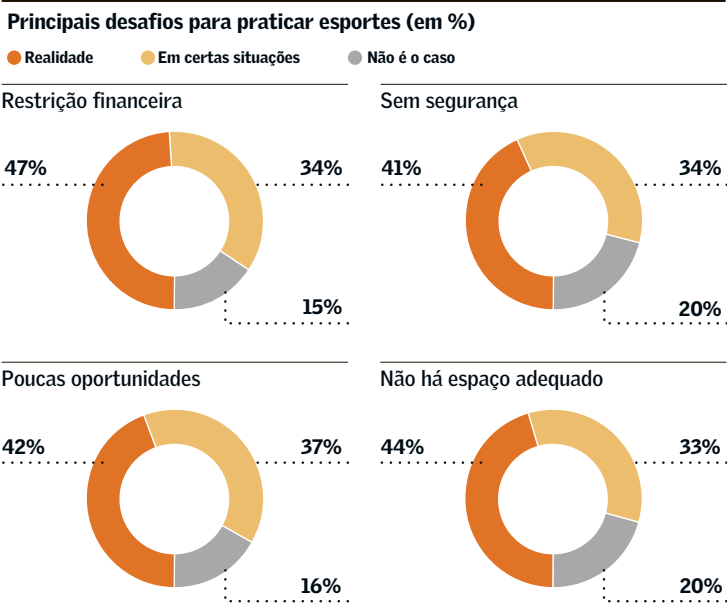
ROGERIO VIEIRA/VALOR

Sheila Cristina: "Hoje, se quiser fazer algum tipo de esporte com segurança, tem que pagar academia"

Mais esporte pela TV do que na prática

Limitações impedem atividades esportivas nas zonas periféricas

Enfrentam desafios ou dificuldades para praticar esportes (%)

24% Não
76% Sim

Fonte: Pesquisa Persofia Favelas/Consultoria Nós /Novo Outdoor Social

Finanças
Mercado consolida visão de piora na inflação futura
C1

Beleza
Soneda quer "gourmetizar" a experiência da perfumaria, diz Minoru Kamachi B4

Imóveis
Prefeito de SP veta pontos mais polêmicos da revisão de zoneamento B4

Tecnologia
Google, OpenAI e Tesla competem com startups na criação de robôs industriais B7

Água e esgoto Além de dois grandes leilões já marcados, BNDES tenta licitar projetos de PE e PA este ano

Após privatização da Sabesp, setor de saneamento prevê R$ 111 bilhões em novas concessões no país

Taís Hirata
De São Paulo

Passada a privatização da Sabesp, o mercado de água e esgoto no Brasil volta suas atenções à agenda de novas concessões do setor. Ao todo, os grandes projetos em estudo poderão contratar até R$ 111 bilhões em investimentos, em 12 Estados do país, de acordo com especialistas e fontes ouvidas pelo **Valor**.

Já há dois leilões marcados: um do governo do Piauí, com previsão de R$ 8,6 bilhões em obras, e outro em Sergipe, em estruturação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com investimento de R$ 6,3 bilhões. Há ainda a licitação de outras 3 Parcerias Público-Privadas (PPPs) da Sanepar, suspensa em maio por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), mas que a empresa paranaense tenta retomar.

Os próximos leilões deverão ser das concessões de Pará e Pernambuco, que o BNDES trabalha para licitar neste ano, segundo o diretor de Planejamento, Nelson Barbosa. "O objetivo é leiloar no fim de novembro, início de dezembro, se for possível. Essa é a demanda dos Estados, mas tem processos que dependem de tribunal, do governo."

Os contratos em estudo nos dois Estados deverão somar R$ 47 bilhões de obras, que tendem a ser divididas em blocos — um deles será o da região metropolitana de Belém. As consultas públicas devem ser abertas em breve.

Na carteira do BNDES há outros sete projetos — na Paraíba, em Rondônia, no Maranhão, em Goiás, no Rio Grande do Norte, em Minas Gerais e em Porto Alegre (RS). A maioria deverá sair ao longo de 2025. Segundo Barbosa, há também conversas com a estatal da Bahia, ainda preliminares, para incluir mais um projeto neste ciclo de licitações. O banco de fomento também poderá financiar parte de projetos que está estruturando.

Entre analistas, a expectativa é que os leilões atraiam competição, principalmente com participação dos operadores consolidados e a entrada de alguns novos grupos que ainda não atuam no mercado de saneamento no país.

Além disso, a própria Sabesp, agora privatizada e com a Equatorial como acionista de referência, deverá se tornar relevante nas disputas. "A privatização trouxe um grupo que já atuava no setor, mas que agora ganha escala e capacidade para brigar com os demais", diz Ewerton Henriques, sócio da SH Consultoria.

> Leilões devem atrair grupos consolidados e novatos; Sabesp deve ser novo ator

Como o plano de investimentos da empresa paulista é robusto, há dúvida sobre o prazo para que a companhia comece a se voltar a novos projetos. "Não é pouco dinheiro que terá que ser investido pela Sabesp até 2029. Naturalmente será um ator competitivo nos leilões feitos no Estado, mas não está claro o foco para novos negócios", diz Fernando Marcato, professor da FGV Direito.

Questionada sobre o tema, a Equatorial não se manifestou. Em nota, o presidente da Sabesp, André Salcedo, informa que a empresa já tem participado de oportunidades em São Paulo e analisado projetos em outras regiões, "já que dispõe de capacidade técnica reconhecida e estrutura de capital", mas que os próximos passos serão definidos "após concluído o processo de transição".

Para analistas, os operadores tradicionais seguem com disposição para crescer. A Aegea, que ficou de fora da oferta da Sabesp, é apontada como o grupo com o maior apetite, em linha com a estratégia observada nos últimos anos. A empresa diz, em nota, que "sempre acompanha as principais transações do setor".

A expectativa é que não haverá uma onda de novos operadores e que a atração será pontual. "O interesse pelo segmento continua alto, o saneamento tem demanda estável. O problema é que a agenda da regulação e a insegurança jurídica ainda são um fantasma", avalia Felipe Tavares, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e ex-superintendente da Agência Nacional de Águas (ANA).

Para Marcato, não há projeção de grandes novos atores nos leilões de Piauí e de Sergipe, que já estão agendados. Henriques avalia que os projetos que sobraram não são suficientes para viabilizar a entrada de um operador totalmente novo, capaz de competir com os grupos consolidados.

No leilão das 3 PPPs da Sanepar, que acabou não acontecendo, cinco grupos chegaram a apresentar propostas: Aegea, Iguá, GS Inima, Acciona e Sacyr. As duas últimas empresas, embora já atuem em infraestrutura no país, seriam novatas no setor.

A expectativa para o leilão de Sergipe tem sido alta. "Temos boas sinalizações de que teremos apetite. Há pelo menos dez visitas técnicas agendadas. Isso é uma primeira evidência de que vai atrair um conjunto de atores relevantes", afirma Luciene Machado, superintendente da Área de Soluções para Cidades do BNDES.

Para além dos leilões, o setor também deverá ter, nos próximos anos, movimentos de fusões e aquisições e aberturas de capital na Bolsa, aponta Percy Soares Neto, sócio da consultoria Ikigai. "Isso também deverá viabilizar a entrada de investidores no setor."

A BRK, que já tem oferecido no mercado ativos menores de seu portfólio, é um operador que poderá passar por venda ou fusão no curto prazo, segundo fontes do mercado. Procurada, a empresa não quis comentar.

Já no caso de abertura de capital, a Iguá e a Aegea são apontadas como fortes candidatas, mas o processo depende de uma melhora do cenário. Questionado sobre o tema, Roberto Barbuti, presidente da Iguá, diz que a empresa "segue analisando todas as oportunidades que se encaixam na sua estratégia e segue aberta à análise de alternativas de acesso a capital". A Aegea afirma, em nota, que "eventual IPO [oferta inicial de ações] é uma possibilidade sempre avaliada, porém não previsão para realização no curto ou médio prazo".

Já novas privatizações não devem avançar no curto prazo, segundo analistas. A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), que já teve sua desestatização estudada pelo BNDES, depende de uma mudança na Constituição estadual para ser vendida, e hoje é alvo de discussões para uma possível federalização. "A chance de nova privatização agora é baixa. A principal candidata seria a Copasa, mas em eventual novo governo", avalia Tavares. Questionado sobre o tema, o governo mineiro não respondeu.

Segundo Nelson Barbosa, neste momento o BNDES não tem em sua carteira perspectiva de novos estudos para privatização.

> Mercado secundário e IPOs também podem ser porta de entrada para investidores

DIVULGAÇÃO

Privatizada e com Equatorial como acionista de referência, Sabesp poderá participar de disputas fora de São Paulo

Leilões de água e esgoto
Concessões de saneamento em estudo pelo país

Estado	Projetos	Investimento previsto (R$ bi)	Situação
Piauí	Concessão	8,6	Leilão marcado no dia 14/8
Sergipe	Concessão parcial	6,3	Leilão marcado no dia 4/9
Paraná	PPPs	3	Suspenso pelo STF
Pará	Concessão parcial (RM de Belém) e plena (demais)	21,4	Em estudo
Pernambuco	Concessão parcial	25,5	Em estudo
Paraíba	PPP de esgoto	5,7	Em estudo
Rondônia	Concessão	5,8	Em estudo
Rio G. do Norte	PPP de esgoto	3,2*	Contratação de consultores
Maranhão	Concessão	18,7*	Em estudo
Goiás	PPP de esgoto	6,6*	Em estudo
Minas Gerais	PPP de água e esgoto (Copanor)	3,5	Em estudo
Porto Alegre	Concessão parcial	2,9	Em revisão

Fontes: BNDES, Governo do Piauí, Sanepar *Projetos ainda em fase inicial, com estimativa preliminar de investimentos previstos

Na Tok&Stok, fundo vê ameaça de fundadores e quer trocar conselheiro

Pipe

Varejo

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

No embate entre fundadores e controladores da Tok&Stok, a gestora SPX (que administra os investimentos remanescentes do Carlyle no Brasil) subiu o tom.

Com uma proposta de capitalização de R$ 210 milhões do casal Regis e Ghislaine Drubule, parte em conversão de dívida e outra em aporte, dois dos três conselheiros — o fundador e o membro independente Roberto Szachnowicz — solicitaram a convocação de uma reunião do conselho de administração para discutir a proposta. O presidente do conselho e diretor de private equity da SPX, Fernando Borges, não gostou — e retrucou.

Em resposta ao pedido, à qual o **Pipeline** teve acesso, Borges interpreta a solicitação como ameaça (termo que utiliza mais de uma vez), por se tratar de um pedido à revelia do chairman e já definindo data — uma manobra abusiva, define. Também traz, nas entrelinhas, algumas sinalizações.

Borges cita, por exemplo, que o montante proposto para capitalização é insuficiente para as necessidades da companhia e que serviria somente para mudança de composição societária, com diluição do Carlyle e os fundadores retomando controle, "caso o grupo de acionistas controladores não acompanhe" — sem indicação de que, neste momento, essa possibilidade estaria em pauta. Entende, ainda, que o embate entre as partes pode espantar potenciais novos investidores, indicando o que está no radar do fundo.

A gestora aproveita a resposta para duas convocações. Primeiro, uma assembleia de acionistas no dia 5 de agosto, para destituição de um conselheiro e eleição de novo. O comunicado não cita nomes mas, como os Dubrule conseguem garantir uma cadeira em voto múltiplo por ter 40% do capital, indica uma troca do membro independente. Szachnowicz votou a favor da destituição de Ghislaine como CEO da varejista, como queria o Carlyle, mas corrobora com a convocação para análise de proposta dos fundadores.

Para a sequência da troca de cadeira, Borges agenda reunião do novo conselho para o dia 9 de agosto, que discutirá "não apenas a proposta de aumento de capital" dos fundadores, mas inclui uma apresentação da diretoria sobre a situação de caixa da companhia, opções estratégicas apresentadas pelos assessores financeiros da varejista para resolver os desafios operacionais e financeiros, e andamento de tratativas com credores da empresa para renegociação da dívida. Os temas serão analisados pelo trio de conselheiros.

A crise financeira da Tok&Stok já vem se arrastando há anos. Em 2023, os acionistas fizeram capitalização na rede , com extensão de prazos da dívida, e o fundo controlador tentou uma fusão com a Mobly — transação que tinha oposição dos Dubrule, mas acabou não avançando por outras razões. Em julho de 2023, Ghislaine voltou a ser presidente executiva e, enquanto os fundadores viam avanço na estratégia, o Carlyle via mais gastos e lentidão de resultados.

A troca de CEO da companhia foi feita há 10 dias, quando assumiu a direção executiva Guilherme Santa Clara, especialista em reestruturação, com promessa de novos cortes de custos.

REBECCA MARIA/AGÊNCIA O GLOBO

Crise financeira da rede Tok&Stok tem se arrastado nos últimos anos

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

INÊS 249

CBN Professional À frente da Rochinha, Lupércio Moraes fala no podcast sobre os desafios de profissionalizar a gestão de uma organização

"Querer ser uma marca nacional de sorvete é uma bobagem", diz CEO

Adriana Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

Um dos pioneiros no mercado de franquias no Brasil, Lupércio Moraes ajudou diversas empresas familiares a se profissionalizar e crescer. Foi o responsável, por exemplo pela expansão da rede de cafeterias Fran's Café, ainda no final da década de 90. Depois de um período como diretor na Sara Lee, então dona das marcas Pilão e Café do Ponto, chegou à Sorvetes Rochinha, uma tradicional marca de picolé, fundada em 1981, e muito conhecida no litoral de São Paulo.

De consultor, passou a diretor da empresa, e depois, CEO, em 2016, para então adquirir a empresa através da H&M Participações, da qual é acionista. Desde então sua missão é dar continuidade ao plano de profissionalização da gestão, ampliação do portfólio e de distribuição dos produtos.

De 100 pontos de venda, a Sorvetes Rochinha chegou a mais de 3.000 lojas, com 25 franquias em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. "Eu sempre tive um espírito empreendedor muito forte", contou à editora de Carreira do **Valor**, Stela Campos, e à Juliana Prado, da "CBN", no mais recente episódio do podcast CBN Professional. "Era notado pelos meus líderes [no começo da carreira], e eles me incentivaram a voar sozinho."

Para decolar, Moraes escolheu o mercado de franquias. "Como hoje é o mercado das startups, franchising aconteceu exatamente da mesma forma", conta. "Em 92, o franchising já estava acontecendo no Brasil e não tinha regulamentação, não tinha lei". O que Moraes buscava, na época, era um segmento novo onde coubesse sua "juventude e energia". "Eu percebi uma baita oportunidade, e fui me especializar no setor". Tornou-se especialista e começou a assessorar empresas que estavam expandido por franquias. "Eu propunha às empresas que estavam entrando no franchising, ou que estavam vindo dos Estados Unidos e precisavam ser tropicalizadas, de fazer o planejamento estratégico e formatar o modelo de franquia", explica. "Todo mundo precisava se adaptar e formatar o modelo de expansão."

Com a criação da Lei de Franquias, em 1994, o mercado teve um rápido crescimento e a consultoria de Moraes especializou-se em fazer "uma espécie de outsourcing de gestão, com especialistas em RH, finanças...". "A gente ajudava a franqueadora a se estruturar e ao mesmo tempo formatar sua expansão no modelo que a lei exigia", detalha.

Foi então que um de seus maiores clientes, o Fran's Café, o chamou para ser CEO da empresa. "Acabei virando sócio e fechei a consultoria por conta disso."

O caminho para se tornar CEO e sócio da Sorvetes Rochinha foi similar. Ele assessorava a profissionalização e expansão da marca quando acabou "pulando para dentro", em 2014, para, depois, comprar a empresa. Para Moraes, esse é um caminho natural no processo de profissionalização de um negócio. "Eu consigo me colocar no lugar dessas pessoas [os donos da empresa]. Elas ficam angustiadas, porque têm um grande negócio na mão e entendem o que o consultor está preconizando, mas elas têm dificuldade de colocar em prática por falta de preparo. Aí falam: 'mas a solução é trazer o cara para dentro'. Quando trazem, e ele começa a colocar em prática, falam: 'mas e a minha liberdade?'. E aí chega uma hora que, pelo menos nos meus casos foi assim, ou eu compraria a parte deles ou eles comprariam a minha", relata.

GABRIEL REIS/VALOR

> "Eu percebi uma baita oportunidade, e fui me especializar no setor de franchising"
> *Lupércio Moraes*

Na íntegra do episódio, disponível nas principais plataformas de streaming, como Spotify e Apple Podcasts, Moraes detalha os desafios de ingressar como executivo em uma empresa para profissionalizar a gestão e fala das competências necessárias para um franqueado alcançar o sucesso, além de expor como funciona o mercado de sorvetes no Brasil. "Sorvete é uma atividade de regional. Tem, sei lá, 15.000 empresas de sorvete no Brasil. Você só tem duas marcas nacionais, duas grandes multinacionais e o restante são marcas que se fortalecem regionalmente", explica. "Então, ter o anseio de ser uma empresa nacional no setor de sorvete é uma bobagem. Você tem que ter uma liderança regional poderosa."

O episódio também pode ser ouvido no site da "CBN" e visto, em vídeo, no YouTube do **Valor** e da "CBN".

Cresce a presença de pessoas negras em tecnologia

Diversidade

Ma Leri
Para o Valor, de Juiz de Fora

Celebrado em julho, o mês da mulher negra, latino-americana e caribenha é um marco para refletir sobre as desigualdades históricas e contemporâneas, além de promover ações que visem à equidade étnico-racial e de gênero. O setor de tecnologia, visto como um ambiente predominantemente masculino e branco, está vivenciando uma transformação nesse sentido.

De acordo com relatório da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), obtido pelo **Valor**, a participação de mulheres negras no setor de tecnologia da informação e comunicação (TIC) cresceu 1,6% em 2023, e 13,3% em 2022. Isso significa que, em 2023, 137.316 profissionais negras foram contratadas no setor.

A parcela de pessoas brancas em TIC caiu 0,3% em 2023, e a de mulheres brancas diminuiu 0,7%, na comparação com o ano anterior. O levantamento também aponta que a participação de homens negros na área aumentou 1,8% em 2023 e 10,7% em 2022.

Para a diretora executiva da Brasscom, Mariana Rolim, o crescimento de contratações de mulheres negras está atrelado às iniciativas de diversidade e à preocupação das empresas em prospectar e desenvolver novos talentos. "Muitas multinacionais já dão, há muitos anos, a devida importância e valor à representatividade, à frente das nacionais", explica. "Existe um setor de tecnologia aberto à diversidade, como qualquer outro deveria ser, com uma oportunidade enorme para a construção de políticas públicas de formação e capacitação de mulheres negras."

Rolim pontua que, por outro lado, há uma falta de mão de obra. "Quanto mais diverso o ambiente, mais ideias novas virão, e isso gera uma oportunidade de crescimento e de inovação para as empresas", afirma. "Precisamos atrair, desde pequenas, as mulheres negras a despertarem interesse em ingressar em cursos de tecnologia e mostrar que podem sim, no futuro, ter uma carreira promissora na área."

Ela relata que a organização possui um grupo de trabalho composto por líderes e executivos de empresas de tecnologia que propõe pautas visando instigar outras empresas que não tenham no seu escopo programas de inclusão.

Em diversos setores da sociedade, mulheres negras se deparam com uma série de obstáculos, desde o acesso à educação de qualidade até a discriminação no trabalho. A falta de representatividade nos cargos de liderança e nas equipes pode trazer resultados em produtos e serviços que não atendem adequadamente às necessidades diversas da população.

> "Existe um setor de tecnologia aberto à diversidade, como qualquer outro deveria ser"
> *Mariana Rolim*

Na visão da codiretora executiva do Olabi e coordenadora da PretaLab Silvana Bahia, a dificuldade de acesso ao ensino é um dos desafios das profissionais negras, o que acaba sendo determinante para a exclusão do mercado de trabalho. "O primeiro desafio se dá pela falta de referência", diz. "Acredito que hoje temos referências, mas, quando digo isso, não são só pessoas negras, como também a possibilidade de considerar esse espaço possível para si. Esse é um conhecimento que chega pouco, principalmente para as meninas e meninos negros no ensino médio."

Outro ponto são as oportunidades de aprendizagem, diz Bahia. "As condições de estudo são escassas e a metodologia pensada a partir de outros tipos de conhecimento, o que, consequentemente, ressala nessa outra barreira em relação à oportunidade de trabalho."

Quem entende bem esses desafios é a desenvolvedora Luana Maria da Luz Barbosa, 24 anos. Nascida e criada na comunidade do Ibura, periferia da zona sul de Recife (PE), ela foi a primeira pessoa trans do Departamento de Tecnologia e Construção Civil no curso técnico do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e, desde os 17 anos, atua com empreendedorismo social, desenvolvendo ferramentas para a falta de informação e inovação na tecnologia para pessoas pretas, periféricas e LGBTQIA+. "Por mais que, muitas vezes, adentramos os espaços e buscamos conhecimento, antes de tudo somos travestis negras e isso perpassa muitos lugares", diz. "Nem todo mundo tem, por exemplo, um 'setup' como o de um programador branco. Ou seja, toda aquela estrutura tecnológica, e isso falo com propriedade, porque eu não tinha nem um notebook. Quando comecei a estudar programação recebi um notebook."

Com o objetivo de mitigar o contexto de violência no país que mais mata travestis e transexuais no mundo, em especial em Pernambuco, segundo relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Barbosa fundou a Pajubá Tech, projeto de tecnologia e inovação que busca incluir pessoas trans e travestis no mercado de trabalho.

Outro projeto de inclusão de jovens negros e periféricos no mercado de tecnologia é o Black In Tech (BiT), composto por palestras e painéis formativos. "Nós temos todo um cuidado com esses meninos — e a idade permite chamá-los assim —, de mostrar para eles as oportunidades e, ao mesmo tempo, criar uma rede de relacionamento", explica o professor do Insper, autor e coordenador da ação, Raulison Resende. O próximo Black in Tech Experience acontecerá em setembro.

Por que a velhice incomoda tanto?

Banda Executiva

Marcelo Cardoso

O impasse na candidatura de Biden sobre a sua aparente perda cognitiva tem implicações além da política, fala também sobre temas um tanto silenciosos quanto urgentes, que são a longevidade e o envelhecimento na sociedade e no trabalho.

A primeira coisa a se notar, a despeito da perceptível dificuldade de Biden, é que não damos o mesmo peso para quando outras lideranças mais joviais também demonstram dificuldade de articulação cognitiva, falando besteiras e se confundindo. Nos faz pensar: seria a falta de capacidade cognitiva que nos incomoda ou é a velhice?

Envelhecimento não é o mesmo que senilidade. Está aí o filósofo francês Edgar Morin, com seus 103 anos de idade, lúcido e produtivo. Perguntado sobre qual é a receita da lucidez, ele respondeu: "o amor e a curiosidade". Chegarei nisso.

Tive a honra de conversar para meu podcast, há pouco, com o querido Dr. Alexandre Kalache, referência internacional em gerontologia, ativista e, como ele mesmo diz, um velho. Ele nos chama atenção para muitas questões: implicações sociais, de saúde pública e cidadania, para as organizações e para o bem-estar pessoal. Uma vez que muito provavelmente chegaremos na velhice em uma sociedade despreparada, temos que nos cuidar: "se quiser envelhecer bem, comece o mais cedo possível, e nunca é tarde demais", nos diz Kalache.

A longevidade é uma conquista social. O aumento radical de expectativa de vida nos últimos 120 anos implica no envelhecimento gradual da população. No Brasil, esse processo é ainda mais acelerado. Em 2050, os idosos representarão 31% da população, sem termos aproveitado o bônus demográfico para resolver nossas questões sociais, algo que foi melhor equalizado nos países desenvolvidos que passaram por esse processo.

Se o envelhecimento é um fenômeno natural e a longevidade, uma conquista, por que temos tantos desafios nessa área? A maior barreira é o preconceito — o idadismo ou etarismo —, que joga estes assuntos incômodos no "quartinho no fundo do terreno", como fazemos com nossos velhos. Isso se manifesta de diversas formas, mas vou focar aqui no trabalho. Nas organizações, o etarismo se dá sobretudo na falta de políticas que considerem a transição e os papéis adequados para os mais velhos. Ainda impera a lógica de carreira linear até a aposentadoria, que desrespeita os velhos empurrando-os à obsolescência.

Devemos ter em mente que o declínio inevitável de algumas faculdades é suprido pelo aumento de outras. Arthur Brooks, autor de "Cada vez mais forte", introduz o conceito de inteligência cristalizada, que é "a capacidade de usar um estoque de conhecimento aprendido no passado". O autor argumenta que aqueles que se reinventam apoiados nesse tipo de competência são mais realizados na maturidade.

Kalache nos contou que estudos demonstram que idosos e idosas são os mais resilientes nas crises e tragédias, mantendo a comunidade unida e esperançosa, harmonizando as relações intergeracionais.

Hoje, as organizações carecem de um senso de comunidade que considera toda diversidade possível; e se hoje temos até cinco gerações trabalhando juntas, quanto potencial está sendo perdido ao ignorarmos a contribuição que os mais velhos podem trazer ao ambiente de trabalho, compondo times que somam as competências agregadoras da senioridade com a vitalidade realizadora dos mais jovens?

Voltando a Morin, o amor e a curiosidade são mesmo essenciais para envelhecer bem.

O amor de pertencer e participar da comunidade, que é vital nesse processo. E a curiosidade, que é um convite ao "aprendizado ao longo da vida", para nos adaptarmos constantemente às mudanças, nos renovando em interesses, mantendo acesa a chama pelo conhecimento e a criatividade para saber se reinventar, reconhecendo as nossas mudanças mentais, emocionais e físicas com a idade.

"Não é só aprender tecnologias. Aprendizado ao longo da vida é aquilo que a gente aprende ao rever nossos conceitos para dar um salto qualitativo como pessoa", conclui Kalache. O que eu concordo inteiramente!

Marcelo Cardoso é fundador da consultoria Chie e presidente do Instituto Integral Brasil

Imóveis Prefeito veta pontos polêmicos do regramento, que passou por segunda mudança no ano

Revisão do zoneamento de SP é sancionada

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), sancionou a nova revisão da Lei de Zoneamento da cidade, com 18 vetos ao texto enviado pelos vereadores no início do mês, incluindo trechos mais polêmicos, que permitiam construções maiores em áreas que hoje são totalmente residenciais nos bairros de Vila Nova Conceição e Cidade Jardim.

A Lei de Zoneamento, oficialmente chamada de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), define a aplicação do regramento do Plano Diretor Estratégico do município. O Plano Diretor passou por revisão no ano passado. O zoneamento foi revisado logo depois disso, mas houve falhas no mapa que orienta a aplicação das regras, como quadras que ficaram sem definição alguma. Por isso, uma nova revisão foi elaborada pelos vereadores.

Com o pretexto de corrigir as falhas da revisão, o novo texto incluiu emendas que modificavam alguns pontos da lei. O que mais gerou debates foi a mudança de Zona Exclusivamente Residencial (ZER), onde predominam casas, para Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU) em algumas quadras dos bairros de Vila Nova Conceição e Cidade Jardim. As ZEUs ficam próximas do transporte público de massa e, por isso, recebem incentivos para adensamento. Na prática, isso permitiria a construção de edificações sem limite de altura, enquanto nessas regiões — muito valorizadas — predominam as casas.

No início do mês, associações de bairro fizeram um abaixo-assinado contra a nova revisão do Zoneamento, reclamando da falta de participação pública nas mudanças. A revisão foi aprovada às pressas no dia 2, logo antes do início do recesso parlamentar. Esses pontos foram vetados pelo prefeito.

A advogada especializada em políticas públicas Mariana Chiesa, professora do Insper, da FGV e sócia do escritório Manesco afirma que o poder Legislativo não deveria propor mudanças nesse regramento, já que essa é uma prerrogativa do poder Executivo, que é abastecido de dados para isso. Segundo ela, há "protagonismo atípico" do Legislativo nos últimos anos, que "desprestigia o processo participativo" nas revisões.

De acordo com Chiesa, as emendas vetadas por Nunes iam contra o modelo de desenvolvimento da cidade proposto pelo Plano Diretor. Não seria uma questão de ser contra mudar áreas exclusivamente residenciais para ZEUs, mas de que a revisão do Zoneamento não é o momento adequado para isso, diz. Para ela, as intervenções criaram "ambiente de insegurança jurídica".

Ao permitir que "regiões aleatórias" virem ZEUs, se perderiam os incentivos para que essa produção imobiliária mais ampla ocorresse em outras regiões, "onde ela talvez ainda não tenha chegado", explica Chiesa. Em São Paulo, a produção imobiliária tem sido mais volumosa nas áreas de Eixo que já ficam em regiões valorizadas, principalmente no Centro-Sul da cidade.

Os vetos ainda podem ser derrubados pela Câmara. O vereador Rodrigo Goulart (PSD), relator da revisão, foi procurado pelo **Valor**. Em nota, sua assessoria informou que ele "já cumpriu seu papel como relator, discutindo o tema em profundidade" e que "qualquer posicionamento da Câmara deverá ser tratado e comunicado após o recesso", que termina no dia 1º.

José Police Neto, coordenador do núcleo de habitação e real estate do Laboratório Arq.Futuro de Cidades, do Insper, analisa que alguns vetos de Nunes se referem aos pontos que tiveram maior contestação da sociedade, e ressalta que a Câmara acertou ao propor uma nova revisão, porque havia erros que precisavam ser corrigidos.

No entanto, afirma ainda ser preciso avaliar se houve uma extrapolação por parte dos vereadores, ao inserirem emendas que não só corrigem a revisão anterior, mas que incluem "inovações", o que "fragilizaria" a política, que só deve ser revista novamente em 2029.

DIVULGAÇÃO

"O protagonismo do Legislativo desprestigia o processo participativo"
Mariana Chiesa

De positivo na nova revisão, Chiesa cita mudança de zoneamento que permite a criação de parque no Bixiga, no terreno ao lado do Teatro Oficina.

Nunes também sancionou mudanças na Operação Urbana Faria Lima e Água Espraiada, que permitem mais prédios nessas áreas.

Algumas quadras na Vila Olímpia, entre as ruas Clodomiro Amazonas e Ramos Batista, e Fiandeiras e Santa Justina, passam a integrar a operação. Nela, é possível comprar Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs) para construir prédios maiores.

O sócio de uma gestora que atua no setor imobiliário, e que preferiu não se identificar, crê que a região deve atrair prédios residenciais de uso misto, que unem comércio na fachada e moradias populares e para a classe média, porque há incentivos para esse tipo de projeto.

O Secovi-SP, sindicato de empresas do mercado imobiliário do Estado de São Paulo, foi procurado, mas não retornou até o fechamento da reportagem.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Francisca Luiza Di Macedo Me, Nome Fantasia Bem Doce Confeitaria e Rotisserie -** CNPJ: 23.558.174/0001-70 - Endereço: Av. Padre Cícero, 2555, Lojas 162 e 163, Bairro Triângulo, Juazeiro do Norte/ce - Requerente: Maurício Lima - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Requerido: **Nerinha Lajes e Blocos Ltda. ME -** CNPJ: 32.654.952/0001-15 - Endereço: Rua Das Palmas, 270, Bairro Jardim Marina - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: Vara Única de Morro Agudo/SP

Requerido: **Paranapanema S/A -** CNPJ: 60.398.369/0008-00 - Endereço: Rua Felipe Camarão, 500, Bairro Utinga - Requerente: Milan & Brito Consultoria, Assessoria e Participações Ltda. - Vara/Comarca: 6a Vara de Santo André/SP

Falências Decretadas

Empresa: **C Ramalho Agroflorestal Eireli ME -** CNPJ: 57.798.639/0001-81 - Endereço: Estrada de Pedra Bela, S/nº, Bairro Campestre, Pedra Bela/sp - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Kpmg Corporate Finance Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Bragança Paulista/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Csa Colégio Souza & Almeida Ltda. ME -** CNPJ: 19.845.556/0001-07 - Endereço: Rua José Jannarelli, 185, Bairro Vila Progredior - Requerente: Eglauciane Ribeiro da Silva - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao pagamento do débito.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Clínica Maiara Albuquerque Ltda. -** CNPJ: 35.425.840/0001-80 - Endereço: Rua Benjamin Constant, 170, 11º Andar, Sala 1108, Torre A, Bairro Estação Velha - Administrador Judicial: Contador Sr. João Teberge Neto - Vara/Comarca: Vara Dos Feitos Especiais de Campina Grande/PB

Empresa: **Indústria Nordestina de Acessórios Para Irrigação Ltda. Inapi -** CNPJ: 08.008.080/0001-33 - Endereço: Av. Parque Oeste, 2160, Distrito Industrial I, Maracanaú/ce - Administrador Judicial: Dr. Rodrigo Previtera Gomes Nascimento - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Antonio Fernandes de Mello, Produtor Rural -** CNPJ: 39.938.710/0001-00 - Endereço: Margem Direita do Rio Jacuba, S/nº, Fazenda Santa Rita Ii, Zona Rural - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Fundada na periferia de SP, Soneda amplia expansão para o interior

Beleza

Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

A rede de perfumarias Soneda vai abrir nos próximos meses suas primeiras unidades em Campinas (SP) e no noroeste do Estado, nas cidades de Bauru e Araçatuba. As inaugurações, que se somam a duas novas lojas na capital paulista e uma terceira a ser anunciada, fazem parte de um plano de expansão apoiado em R$ 24 milhões em investimentos previstos para este ano.

O valor do aporte representa alta de 9% em relação a 2023. A rede criada em Franco da Rocha (SP) levou o modelo de perfumarias popular das periferias para os centros urbanos da capital e para a Baixada Santista nos últimos anos.

A ideia, agora, é seguir a expansão para o interior, atraindo as classes sociais A e B e melhorar a experiência. "Os clientes não querem só pegar o produto e ir embora. Queremos 'gourmetizar' a experiência de perfumaria, como ocorreu com padarias", explica ao **Valor** Minoru Kamachi, CEO da companhia. Para 2024, a rede estima receita de R$ 420 milhões, alta de 17% no comparativo anual, com cerca de 50 lojas.

A Soneda nasceu seguindo o modelo das perfumarias existentes na periferia de São Paulo. A ideia era ser uma loja de fácil acesso em regiões residenciais para compra de itens de beleza e higiene como shampoo, produtos para o corpo e para manicure. A principal loja está na avenida Paulista, próxima ao metrô.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Kamachi, da Soneda: "Queríamos ser o Minuto Pão de Açúcar da beleza"

A família de Minoru Kamachi, que já administrava unidades que integravam a associação de lojas Sumirê, adquiriu a antiga rede Perfumarias 1000 e, com a conversão de todas as lojas do portfólio para Soneda, inaugurou a nova marca em 2018. "Nós queríamos ser o Minuto Pão de Açúcar da beleza", afirma Kamachi.

Apesar da Soneda enxergar oportunidades de aberturas em bairros da zona leste de São Paulo, como Brás e Mooca, a companhia incluiu no plano de expansão o público acima da classe B. A primeira loja em Campinas (SP), que deve ser inaugurada em novembro, será no Shopping Iguatemi. Essa foi a estratégia da companhia ao inaugurar unidades em bairros nobres da capital paulista como Moema e no Itaim Bibi. Segundo Kamachi, a facilidade de lojas na vizinhança também cativou o público de mais alta renda.

R$ 420 milhões é a previsão de faturamento da rede em 2024

Outra estratégia da Soneda foi investir em localizações privilegiadas, maiores metragens e um mix de serviços para além do portfólio de beleza. É o caso da loja do metrô Conceição, que será inaugurada amanhã, e da unidade de Santo Amaro aberta em março.

Outra iniciativa que continua, mas agora em nova roupagem, é a parceria com a varejista de utilidades Daiso. A Soneda iniciou em 2021 um modelo de chamado "store-in-store", em que as perfumarias contavam com uma parte do portfólio da Daiso à venda nas próprias unidades, de forma que o cliente poderia adquirir itens das duas redes em uma única compra.

A parceria deu tão certo, de acordo com Kamachi, que a Soneda vai utilizar um modelo inédito e com ainda mais espaço para os itens da varejista japonesa. As lojas de Araçatuba e Bauru, que devem ser inauguradas em setembro, terão sua área de vendas dividida igualmente entre Daiso e Soneda. Na avaliação do executivo, essa visão de diversificar o negócio é o que diferencia a empresa de outras varejistas de beleza, como a Sumirê e a Ikesaki.

Pensar o negócio para além do universo de beleza, segundo Minoru Kamachi, levou a Soneda a incluir uma leva de executivos de mercado com experiência em diversos segmentos da indústria e varejo. O CEO é o caçula de sua geração e comanda um time de profissionais que, até então, era formado apenas pelos sobrinhos.

Apesar da chegada dos primeiros executivos de fora da família, Kamachi destaca que a cultura da empresa segue inalterada, com a experiência de vendas e de atendimento ao cliente como imperativos da rede. O executivo aponta que 30% da carga horária dos diretores é dedicada a estar nas lojas, lidando com o dia-a-dia do varejo. Exercer as atividades administrativas apenas em escritórios, na visão dele, afasta os executivos do coração da operação. "É como se cuidasse do filho por telemedicina, vendo o indicador que está bom, o indicador que está ruim. De perto gera maior indignação e a ação é mais rápida."

Metais e Petróleo

Comparativos de preços

	Cotações					Var. até a última data indicada - em %				Cotação em 12 meses	
Metais não-ferrosos - US$/ton. (1)	**26/07/24**	**Há uma semana**	**Fim de junho**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
Alumínio high grade											
Disponível	2.229,0	2.312,0	2.485,5	2.335,5	2.170,5	-3,59	-10,32	-4,56	2,70	2.068,5	2.695,0
Três meses	2.289,0	2.368,0	2.526,0	2.382,0	2.215,0	-3,34	-9,38	-3,90	3,34	2.123,0	2.741,0
Alumínio secundário (liga)											
Disponível	2.556,0	2.740,0	2.260,0	1.550,0	1.747,0	-6,72	13,10	64,90	46,31	1.450,0	2.755,0
Três meses	2.400,0	2.560,0	2.260,0	1.550,0	1.800,0	-6,25	6,19	54,84	33,33	1.503,0	2.560,0
Chumbo											
Disponível	2.031,0	2.100,0	2.160,0	2.031,0	2.140,0	-3,29	-5,97	0,00	-5,09	1.965,0	2.314,0
Três meses	2.050,0	2.146,0	2.210,0	2.068,0	2.153,5	-4,47	-7,24	-0,87	-4,81	2.005,0	2.343,0
Cobre grade A											
Disponível	9.018,5	9.214,0	9.476,5	8.476,0	8.534,0	-2,12	-4,83	6,40	5,68	7.812,5	10.857,0
Três meses	9.134,0	9.344,0	9.625,0	8.580,0	8.576,0	-2,25	-5,10	6,46	6,51	7.890,0	10.930,0
Estanho high grade											
Disponível	29.410,0	30.695,0	33.000,0	25.175,0	28.800,0	-4,19	-10,88	16,82	2,12	22.910,0	35.685,0
Três meses	29.600,0	30.850,0	33.200,0	25.500,0	28.735,0	-4,05	-10,84	16,08	3,01	23.275,0	35.350,0
Níquel											
Disponível	15.550,0	16.105,0	16.960,0	16.300,0	21.575,0	-3,45	-8,31	-4,60	-27,93	15.470,0	22.355,0
Três meses	15.840,0	16.360,0	17.270,0	16.570,0	21.875,0	-3,18	-8,28	-4,41	-27,59	15.825,0	22.700,0
Zinco special high grade											
Disponível	2.609,0	2.717,0	2.919,5	2.640,5	2.455,0	-3,97	-10,64	-1,19	6,27	2.261,0	3.093,0
Três meses	2.659,0	2.780,0	2.976,0	2.654,0	2.466,0	-4,35	-10,65	0,19	7,83	2.282,0	3.142,5
Petróleo - US/barril (2)	**26/07/24**	**Há uma semana**	**Fim de junho**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
WTI - mercado futuro	76,00	77,48	80,64	71,84	78,40	-1,91	-5,75	5,79	-3,06	68,85	91,30
Brent - mercado futuro	80,28	81,56	85,00	76,91	82,56	-1,57	-5,55	4,38	-2,76	73,52	94,36

Fontes: LME e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. (1) Métrica. (2) Segunda posição

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Varejo Operador da Nike no Brasil, grupo não põe no radar aceleração de investimento e abertura de lojas; Olimpíada não deve ter efeito na venda

Dona da Centauro reduz alavancagem e melhora resultado

Adriana Mattos
São Paulo

O grupo SBF, dono da Centauro e operador da Nike no Brasil, conseguiu entregar indicadores melhores no segundo trimestre do ano, alguns deles, dentro das promessas de retomada na rentabilidade e recuo na alavancagem feitas pelo comando. E esse plano focado em retorno se mantém para os próximos trimestres.

O comando ainda não põe no radar o retorno mais forte de investimentos e de aceleração na abertura de lojas, até porque isso poderia voltar a pressionar o resultado. E os ganhos do trimestre, em parte, vieram de redução de despesas operacionais, de menores investimentos — houve um corte de 40% nessa linha em 2024 — e de uma maior geração de caixa.

Está claro que não é hora de perder esse ritmo, considerando as adversidades com as quais a empresa já teve que lidar trimestres atrás. Pedro Zemel, CEO da companhia, entende que os avanços precisam se consolidar, mas adota um tom otimista, e de celebração dos números. Em entrevista, Zemel faz comparações de recordes trimestrais nos indicadores, para reforçar que o plano atual, focado em rentabilidade, está no caminho certo.

Há cerca de um ano, a companhia apresentou um plano de 30 meses focado em melhora de margens e eficiência, e o mercado tem dado certa tolerância para esse processo, segundo analistas que acompanham a ação, após uma melhoria vista nos últimos meses.

"Para nós, o segundo trimestre é um marco do ponto de vista de geração de caixa e redução de dívida. Não é que o trabalho está entregue, mas houve retorno na execução do plano que nos comprometemos a fazer", disse o executivo.

O lucro líquido consolidado de abril a junho atingiu R$ 228,9 milhões, frente a uma perda de R$ 32,5 milhões no mesmo período de 2023. O lucro operacional, antes do resultado financeiro, mais que dobrou, para R$ 126,3 milhões — e sem efeito de "outras receitas" que surgem em períodos de reorganização, e acabam melhorando os números das redes. Neste lucro, não há o desconto dos ajustes de não recorrentes.

Chama a atenção o avanço mais lento, frente à variação do primeiro trimestre e de um ano atrás, das lojas com mais de um ano da Fisia, que opera a Nike (4,8%), e a queda no fluxo de consumidores em certas lojas da Centauro, algo que foi compensando por maior conversão do tráfego em vendas. Questionado sobre a Fisia, Zemel diz que o foco era ganho em margem bruta, e isso subiu de 41,3% para 44%.

O CEO diz que foi o melhor segundo trimestre da história para receita, lucro bruto, valor do Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e lucro líquido. No caso de lucro líquido e Ebitda, também é o maior para o acumulado de 12 meses.

O grupo abriu capital em 2019 e o acordo com a Nike, que formou a empresa no tamanho que ela tem hoje, tem quatro anos e meio.

As despesas operacionais cresceram de forma mais lenta que as vendas, levando a uma diluição dessa linha, e com isso, o Ebitda melhorou. A receita líquida consolidada, de Centauro e Fisia, distribuidora oficial da Nike no país, subiu 7,6%, e as despesas operacionais avançaram menos, 2,3%. No fim das contas, o Ebitda (não ajustado) subiu 47%, ajudando na margem — o índice passou de 9,4% para 12,8%.

O ganho de lucro operacional, atrelado ao maior capital de giro, fez reduzir a dívida. O recuo foi de cerca de R$ 755 milhões na dívida frente um ano atrás (maior que o valor captado na oferta pública inicial, IPO), e com isso, o SBF fechou junho com uma alavancagem baixa, tanto para a empresa, quanto para níveis de varejo.

DIVULGAÇÃO/GENGA ESTÚDIO

"Dá para reduzir mais endividamento, para crescer de forma mais sustentável"
Pedro Zemel

Esse índice ficou em uma vez, na relação entre dívida líquida e Ebitda, e era de 3,13 vezes um ano atrás. De janeiro a março, alcançou 1,33 vezes.

"Ainda acreditamos que dá para reduzir mais isso. A questão é que tem duas coisas que não vamos abrir mão: de gerar mais lucro e reduzir alavancagem. E a gente entende que dá para diminuir mais endividamento para, ali na frente, crescermos de forma sustentável."

Sobre o capital de giro, fica mais clara essa conta ao se analisar pela cobertura em número de dias. Houve uma melhora de 41 dias no ciclo financeiro, por conta, em parte da redução de 48 dias de estoques, em comparação com um ano atrás. A empresa começou a fazer esse ajuste em 2023, quando o estoque cresceu fortemente — um ponto de atenção do mercado.

Em dias de estoques, o grupo finalizou o período com 177 dias, ainda elevado para uma varejista, mas com recuo de 21%, e a ideia é continuar reduzindo isso no ano.

Sobre a receita líquida, a Fisia cresceu mais que Centauro (altas de 9,3% e 7,1%, respectivamente). Mas as vendas da Fisia em "mesmas lojas" (que medem as unidades com mais de 12 meses) avançaram menos — na Fisia, subiram 4,8% e na Centauro, 6,4%.

Zemel entende que os resultados não vieram de uma "melhora no ambiente geral" ou da aceleração pontual da demanda no segundo trimestre. Mas de um conjunto de ações estruturadas — como redução de estoques e cortes de despesas. Por isso, diz que a empresa não depende do ambiente externo e do "sabor dos ventos" para manter esse plano de melhorias internas. "Não quero dizer que vivemos numa bolha."

O grupo vai manter a política conservadora de investimentos e crescimento orgânico por um tempo — Zemel não se arrisca a falar em prazos. Houve, no trimestre, uma desaceleração nas aberturas (adição líquida de uma loja da Centauro e duas da Nike) e de conversões de Centauro para o formato do novo modelo de unidade.

Os investimentos caíram 40%, e em novas lojas, encolheram quase 70% no trimestre, dentro da lógica de focar no plano em andamento.

Sobre a Olimpíada entre julho e agosto, o executivo não vê efeito relevante na venda, em parte porque não há itens específicos que elevem o consumo, como ocorre na Copa do Mundo, com a camisa da seleção e a bola dos jogos.

INÊS 249

Marketing Pesquisa do Ibope Repucom diz que 67% dos consumidores comprariam produtos esportivos de empresas que patrocinam brasileiros nos Jogos Olímpicos

Trinta atletas brasileiros em Paris atraem investimento de 132 marcas

Daniela Braun e Luana Dandara
De São Paulo

Ter consumidores vibrando, torcendo e se emocionando com as competições da Olimpíada de Paris é ouro puro para as marcas que investem nos atletas. Esse tipo de estratégia de marketing traz como resultado a possibilidade não só de aumentar vendas, mas também deixar a marca mais próxima do público, dizem especialistas ouvidos pelo **Valor**.

Uma pesquisa divulgada pela Ibope Repucom na semana passada mostra que 67% dos brasileiros comprariam produtos esportivos de marcas que patrocinam atletas brasileiros nos Jogos Olímpicos, que começaram oficialmente na sexta-feira (26) e vão até 11 de agosto.

O estudo "Por um lugar ao pódio", feito em junho deste ano com 2 mil consumidores brasileiros conectados à internet, com 18 anos ou mais, em diversas faixas de renda e regiões do país, analisou também o patrocínio a 30 atletas brasileiros com potencial de ganhar medalhas na Olimpíada deste ano. Eles alcançam, juntos, 196 patrocínios de 132 marcas diferentes.

Quem lidera a lista é Filipe Toledo, do surfe, com 16 marcas, entre elas Banco do Brasil e Corona, cerveja da Ambev.

Com 13 marcas, a skatista Rayssa Leal (que ontem ganhou medalha de bronze) aparece em segundo lugar, patrocinada por Louis Vuitton, Samsung e Vivo, entre outras. Empatada, a nadadora Ana Marcela Cunha tem patrocínio de XP, Neoenergia e Medley.

Na sequência estão a ginasta Rebeca Andrade, o surfista Gabriel Medina e a jogadora de vôlei de praia Duda Lisboa, com 12 marcas cada um.

Rebeca Andrade, que em Tóquio ganhou uma medalha de ouro e outra de prata, foi destaque na competição classificatória realizada no domingo (28). Vai disputar a final da ginástica na próxima terça-feira (30). Obteve a segunda melhor pontuação ontem, atrás apenas de Simone Biles, dos Estados Unidos.

Os cinco setores com maior volume de patrocínios aos atletas analisados são os de moda e vestuário, com 27 (14% do total), financeiro (9%), equipamentos como bolas, raquetes, skates (9%), alimentação (8%) e petróleo (7%).

"O engajamento dos atletas com o público durante os jogos é ouro para as marcas. Vai haver um impacto imediato na receita pela busca de itens mais desejados, como uma roupa nova que o atleta esteja usando, e o segundo objetivo que é o de comunicação como o fato das pessoas se lembrarem e recomendarem mais a marca", diz Danilo Amâncio, coordenador de marketing da consultoria Ibope Repucom.

Verônica Gordilho Araújo, executiva de operações da Africa Creative, uma das maiores agências publicitárias do país, observa que os atletas costumam ser vistos como modelos de dedicação, disciplina e superação, valores que muitas marcas desejam associar aos seus produtos ou serviços. "A marca se conecta não apenas com o atleta patrocinado, mas também com a modalidade esportiva e seus torcedores, criando uma associação emocionalmente envolvente", diz ela .

A Africa responde por campanhas como a da empresa aérea Azul, estrelada por cinco atletas patrocinados pela companhia e que disputarão o ouro na França. Entre eles estão o atleta Alison dos Santos, a ginasta Flávia Saraiva e o ciclista Gustavo Bala Loka. O filme, lançado no início do mês e ainda no ar, celebra a essência de voar na Olimpíada: saltando, pedalando, mergulhando, sobre barreiras e até no vôlei.

Professor de Gestão e Marketing Esportivo da ESPM, Ivan Marinho diz que, em geral, empresas que patrocinam atletas de alto desempenho buscam rejuvenescer suas marcas, melhorar a performance em vendas e até conquistar um posicionamento que ainda não têm. É o caso do Banco do Brasil.

Além do vôlei, o banco apoia atletas como Rayssa Leal, Filipe Toledo e o canoista Isaquias Queiroz. "Eles têm ampla conexão com o público com o qual buscamos trabalhar. Apoiar o esporte é apoiar um estilo de vida ligado ao cuidado com a saúde e a conquistas, algo muito valorizado pelo público com o qual queremos nos relacionar, especialmente os jovens. O esporte é um importante instrumento de apoio à nossa estratégia corporativa", diz o executivo de promoção e patrocínio do BB, Maurício Toledo.

> "O engajamento dos atletas com o público durante os jogos é ouro para as marcas"
> *Danilo Amâncio*

Em Paris, a marca de artigos esportivos Adidas patrocina uma lista extensa de atletas brasileiros, entre eles Rebeca Andrade, Isaquias Queiroz, além da judoca Mayra Aguiar, os jogadores de vôlei Thaisa Daher e Darlan Souza, e o skatista Felipe Gustavo. Este último é um dos protagonistas da campanha global "Vai Que É Sua", veiculada pela Adidas em seus canais digitais. O anúncio relata como os atletas lidam e superam a pressão para ter alto desempenho.

"O patrocínio a atletas de alto rendimento inspira e motiva quem pratica esportes, seja ele de maneira profissional ou, na grande maioria da população, de forma amadora", diz a gerente sênior de marketing na Adidas Brasil, Giovanna Aranha.

O potencial de se associar a atletas é comprovado pelos resultados da campanha da Vivo "Ouro é inspirar novos tempos", que atingiu, apenas nas primeiras 24 horas de veiculação, 1 milhão de visualizações nas redes sociais da empresa do grupo Telefônica. A peça publicitária reúne Rayssa Leal, Gabriel Medina, Alison dos Santos, Rafaela Silva e o jogador Vinícius Júnior, ao som do Tema da Vitória, marcado pelas vitórias do piloto de Fórmula 1, Ayrton Senna.

"As imagens dos atletas não são utilizadas apenas quando estamos falando dos patrocínios esportivos em si, mas também unimos as trajetórias deles às nossas narrativas. Gabriel Medina está conosco quando falamos de saúde mental e também está ligado à temática de sustentabilidade. Rayssa Leal, por sua vez, representa o empoderamento feminino e a abertura de espaços para mulheres em espaços antes muito ocupados por homens, como no cenário do skate. Há total sinergia entre os patrocínios dos atletas e as estratégias de marketing da Vivo", afirma a diretora de Marca e Comunicação da Vivo, Marina Daineze.

AP PHOTO/FRANCISCO SECO

Rebeca Andrade está classificada para disputar a final da ginástica, com a segunda melhor pontuação da modalidade

O francês que modernizou a Olimpíada

Natália Flach
De São Paulo

Inventada na Grécia antiga, a Olimpíada ganhou contornos modernos graças a um francês. Pierre de Frédy (1863-1937), descendente da aristocracia francesa que se autodenominou Barão de Coubertin, propôs reeditar os jogos em 1892.

"Exportemos os nossos esgrimistas, corredores, remadores para outras terras, pois é aí que reside o livre comércio do futuro, e, no dia em que o fizermos, a causa da paz terá recebido um aliado forte e vital", afirmou o pedagogo e historiador em uma palestra sobre atividade física na universidade de Sorbonne.

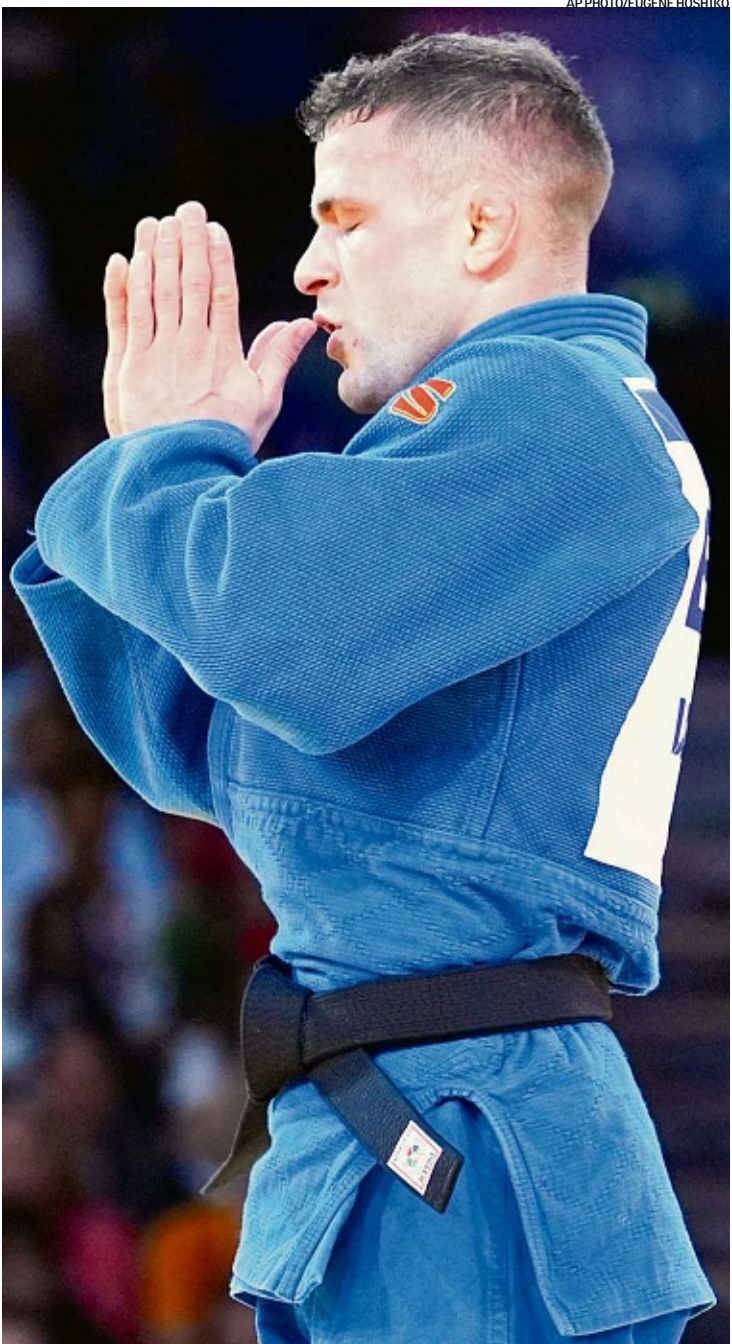
Dois anos depois, sob a batuta de Coubertin no Comitê Olímpico Internacional (COI), ficou decidido que a primeira edição dos jogos modernos seria realizada em 1896 — na ocasião, atletas de 14 nações participaram da competição. Na edição deste ano, na França, são 204 países, com 11.216 atletas.

O barão também foi o responsável por projetar o símbolo da Olimpíada. Em 1913, ele desenhou os icônicos anéis olímpicos, que, nas palavras dele, "representam as cinco partes do mundo agora conquistadas para o olimpismo".

Embora tenha alcançado destaque internacional, gradualmente ele caiu no esquecimento, e o seu legado foi manchado por posicionamentos que hoje são entendidos como controversos — como a oposição à presença de mulheres nas competições e a anuência à realização dos jogos na Alemanha comandada por Adolf Hitler em 1936. Quando morreu, em 2 de setembro de 1937, poucos se lembravam dessa figura que aparece nos quadros dos salões olímpicos de Lausanne.

Ainda que seja pouco conhecido na atualidade, foi em grande parte graças a ele que o seu país natal está recebendo 14.250 atletas, treinadores e dirigentes duas semanas de competições.

Brasil conquista medalhas no judô e no 'skate street'

AP PHOTO/EUGENE HOSHIKO

O judoca William Lima conquistou medalha de prata neste domingo

Valor, de São Paulo

O segundo dia após a abertura dos Jogos Olímpicos de Paris trouxe as primeiras medalhas para o Brasil. Neste domingo, a delegação brasileira conquistou a primeira medalha de prata com o judoca Willian Lima e depois duas de bronze com Larissa Pimenta, também no judô, e com a skatista Rayssa Leal.

Com 16 anos, Rayssa — que já havia ficado com a prata no "skate street" na Olimpíada de Tóquio — é atleta mais jovem a ganhar medalhas em Olimpíadas diferentes.

Na disputa pelo ouro, o judoca William Lima, de 24 anos, foi derrotado por ippon pelo japonês Abe Hifumi, que defendia o título olímpico e é o atleta dominante na categoria há quatro anos. O brasileiro chegou ao duelo final após um combate amarrado com o cazaque Gusman Kyrgyzbayev, bem mais experiente, com um ippon, o golpe decisivo no judô, no Golden Score.

O judoca nascido em Mogi das Cruzes, que preferia a natação quando criança, contou também com a sorte. Abe e o campeão europeu, Denis Vieru, da Moldávia, estavam do outro lado da chave.

Na segunda medalha do dia, Larissa Pimenta, de 25 anos, venceu a luta contra a italiana Odette Giuffrida, atual campeã mundial, e — com isto — faturou o bronze no judô na categoria até 52 quilos.

Já Rayssa Leal, que conquistou a medalha de bronze no "skate street" feminino, foi a única entre as brasileiras que disputaram as classificatórias a conseguir vaga para a finalíssima da modalidade.

O domínio das torcidas foi brasileiro e japonês na pista. A cada aparição da jovem brasileira no telão, o Brasil cantava e gritava mais alto na torcida pela Fadinha.

Em disputa acirrada com apenas atletas abaixo dos 20 anos, Rayssa fez boa pontuação em uma das voltas. Primeira delas foi a segunda melhor entre as competidoras, assinando 71,66 mesmo com queda. Na segunda, acabou anotando pontuação mais abaixo, de 34,80.

Nas manobras, a brasileira de 16 anos começou mal. Na primeira tentativa, acabou caindo no corrimão, e ficou para trás na disputa pela medalha. Já na segunda, fez belíssima pontuação de 92,88, ultrapassando Liz Akama, que fez 92,62 na primeira rodada.

Nas três últimas manobras, acabou caindo duas vezes e acertou sua última. Recebeu nota de 88,83, e somou 253.37 e ficou na terceira posição, atrás apenas das japonesas Coco Yoshizawa e Liz Akama, recebendo a medalha de bronze.

Na ginástica olímpica, Rebeca Andrade, que em Tóquio ganhou uma medalha de ouro e outra de prata, foi destaque na classificatória de ontem (28), ao lado de Julia Soares, a mais nova atleta da equipe com 18 anos de idade, e Jade Barbosa, a veterana, com 33 anos. Andrade, de 25 anos, obteve a segunda maior pontuação para disputar a final na terça-feira (30), só atrás de Simone Biles, dos Estados Unidos.

No surfe, em Teahupoo, no Taiti, Gabriel Medina e Chumbinho passaram, no sábado, às oitavas de final. Tatiana Weston-Weeb e Tainá Hinckel também se classificaram. Elas se juntam a Luana Silva na próxima fase. *(Com agências)*

AP PHOTO/FRANK FRANKLIN II

Rayssa Oliveira, medalhista de prata em Tóquio, ficou com o bronze neste domingo

Tecnologia Google, OpenAI e Tesla competem com startups para desenvolver sistemas robóticos

Inovação em IA cria novo "cérebro" para robô

Cristina Criddle, Madhumita Murgia e George Hammond
Financial Times, de Londres e San Francisco

Nos últimos três anos, os robôs industriais de Péter Fankhouser passaram de subir escadas a pular entre caixas, dar cambalhotas e executar outros truques no estilo parkour. Os robôs não foram programados para executar essas novas ações. Em vez disso, eles se adaptaram ao ambiente graças a novos modelos de inteligência artificial (IA).

"Esses são os momentos em que você acha que esta é a nova revolução", diz Fankhauser, presidente-executivo da Anybotics, uma startup de robótica baseada em Zurique. "Essas coisas começaram a se mover de forma realmente artística e isso é meio que assustador porque os robôs brincam com a física."

Na última década, o setor de robótica, que movimenta US$ 74 bilhões, ganhou mais capacidade em razão dos saltos significativos da IA, como os avanços em rede neurais, sistemas que imitam o cérebro humano.

As maiores companhias de tecnologia e IA do mundo, como Google, OpenAI e Tesla, estão entre as que correm para construir o "cérebro" de IA que conseguirá operar a robótica de forma autônoma em movimentos que poderão transformar setores como o industrial e o de saúde.

Em particular, a visão computacional aprimorada e as capacidades de raciocínio espacial permitiram aos robôs ganhar uma maior autonomia ao percorrer ambientes variados, de canteiros de obras a plataformas de exploração de petróleo e vias urbanas.

O treinamento e a programação de robôs antes exigiam que os engenheiros criassem regras e instruções que ensinassem as máquinas a se comportar, geralmente específicas para cada sistema ou ambiente.

O advento dos modelos de aprendizado profundo nos últimos anos permitiu aos especialistas treinar softwares de IA que permitem às máquinas serem muito mais adaptativas e reativas a desafios físicos inesperados no mundo real e aprender por si próprias.

A IA generativa também permitiu às máquinas adquirir uma maior compreensão do mundo em torno delas e se comunicar com os humanos mais facilmente. A tecnologia ajudou aqueles sem habilidades de codificação a instruir computadores usando prompts de texto ou voz.

"É como assistir uma criança aprendendo", diz Carina Namih, uma sócia do Plural, um fundo de investimentos de Londres em estágio inicial. "Como os robôs não são programados deterministicamente, mas aprendem sozinhos, você não tem custos de engenharia elevados."

Embora se espere que muitos avanços serão vistos em ambientes industriais e chãos de fábrica, também há um foco renovado nos robôs com características humanas nas grandes empresas de IA, conhecidos como humanoides.

Este ano, a Google DeepMind anunciou uma série de avanços em suas pesquisas, incluindo o aproveitamento de modelos de linguagem ampla para treinar robôs humanoides e ajudá-los a entender a navegar melhor e com mais segurança no seu entorno.

Este também é um problema que está sendo trabalhado pelo World Labs, fundado pela "madrinha da IA" Fei-Fei Li, que obteve uma avaliação de US$ 1 bilhão em apenas quatro meses.

REPRODUÇÃO

Robôs da Anybotics, dotados de IA, aprenderam sozinhos a dar cambalhotas

A OpenAI, criadora do ChatGPT, estabeleceu um grupo de pesquisa em robótica no mês passado, após dissolver seus esforços de robótica de uso geral em 2020, ao mesmo tempo em que investiu em startups. Isso inclui a Figure, que em fevereiro captou US$ 675 milhões de investidores como OpenAI, Microsoft, Jeff Bezos e Nvidia, sendo avaliada em US$ 2,6 bilhões.

A OpenAI também investiu na 1X Robotics de Oslo, na Noruega, que captou mais e US$ 100 milhões este ano, em seu esforço para criar robôs que realizem tarefas cotidianas.

Uma análise recente da consultoria McKinsey avaliou o mercado mundial de robôs humanoides em pouco mais de US$ 1 bilhão, uma pequena fração do mercado total de robótica. No entanto, ela disse que ele está crescendo mais de 20% ao ano e três vezes mais rápido que o mercado de robôs industriais convencionais.

Especialistas alertam que a tecnologia ainda é deficiente e cara. A Unitree Robotics da China vende seu robô humanoide por US$ 16 mil. Elon Musk disse que a Tesla começará a usar e produzir robôs humanoides no ano que vem e vendê-los mais amplamente a partir de 2026.

Ainda assim, as startups vêm tentando aproveitar essa onda. Os negócios em robótica e drones atingiram US$ 6,5 bilhões em valor este ano, com 552 negócios, a caminho para superar os US$ 9,7 bilhões arrecadados em todo o ano de 2023 em 1.256 negócios, segundo a provedora de dados PitchBook. No entanto, o investimento geral tem caído constantemente no setor desde 2021.

"A robótica é realmente um desafio difícil de superar – as soluções anteriores eram caras e inflexíveis, dificultando a adoção por pequenas e médias empresas em particular", diz Luciana Lixandru, uma sócia da firma de venture capital Sequoia Capital, que investiu em uma série de startups de robótica de IA, como a RobCo e a Collaborative Robotics. "Os avanços na IA podem ajudar a superar alguns dos obstáculos."

Grande parte dos investimentos se dirige para empresas em estágios iniciais. A Mytra, uma empresa de robótica para automação de depósitos, anunciou esta semana que captou US$ 78 milhões em três rodadas. A RobCo de Munique levantou US$ 42,5 milhões em fevereiro para dar suporte aos seus kits flexíveis de hardware robótico.

Recentemente, a Tetsuwan Scientific de San Francisco fechou uma rodada de financiamento de US$ 2,5 milhões e pretende criar um cientista robô de IA capaz de conduzir pesquisas e experimentos físicos em um laboratório. Seu presidente-executivo, Cristian Ponce, diz que os robôs poderão reproduzir experimentos com maior exatidão do que os humanos, liberando os cientistas para os trabalhos criativos e de descobertas.

"A IA generativa tem sido aplicada em coisas muito estúpidas que não têm importância, como tarefas de apoio administrativo ou software de contabilidade, mas aplicar a IA generativa às descobertas científicas é a coisa mais impactante que poderíamos fazer", diz Ponce.

Enquanto isso, a adoção em massa de ferramentas de IA pelos consumidores teve um efeito cascata nas atitudes em relação à robótica, segundo Sonali Fenner da consultoria em administração Slalom. Isso vem permitindo às empresas considerar o uso de robôs em ambientes voltados para o público. Fenner usa o exemplo de um grande cliente do setor de varejo que implantou o Spot, um cão-robô da Boston Dynamics movido pelo modelo Gemini Pro da Google, em suas lojas para avaliar os estoques.

"A agitação abriu a porta um pouco mais para o que é esperado em ambientes públicos e, mesmo que você não queira o Spot andando por sua loja, você poderá aceitar um robô um pouco menos intrusivo", acrescenta Fenner.

Ahti Heinla, cofundador da Skype e presidente-executivo da startup de bots de entrega Starship Technologies, que implantou os pequenos robôs de supermercado em mais de 100 cidades da Europa e Reino Unido, diz que ficou surpreso com a facilidade com que as pessoas "percebem os robôs como participantes normais dos espaços públicos e os aceitam como naturais". *(Tradução de Mario Zamarian)*

R$ 74 bi
é o que movimenta o setor de robótica

INÊS 249

Armazenagem Empresa fazia parte da divisão Grãos e Proteínas da múlti AGCO, que a vendeu para a gestora American Industrial Partners por US$ 700 milhões

Com novo dono, GSI busca dobrar de tamanho em 5 anos na América do Sul

Fernanda Pressinott
De São Paulo

Com novo dono, a GSI promete fazer ruído no mercado de armazenagem e sistema pós-colheita no Brasil e outros países da América do Sul. A meta é dobrar de tamanho em cinco anos, levando em consideração o faturamento na região em 2023, de quase US$ 200 milhões.

Na quinta-feira passada, a AGCO comunicou a venda de sua divisão Grãos e Proteínas à gestora de private equity American Industrial Partners (AIP), por US$ 700 milhões. É nessa divisão, que globalmente faturou US$ 1 bilhão no ano passado, que está a GSI e as marcas AP, Cimbra e Tecno (sistemas de automação), Cumberland, C-Lines e Agromarau (dedicadas a soluções para avicultura e suinocultura).

Ricardo Marozzin, que acabou de completar 25 anos de trabalho na AGCO, seguirá no comando da GSI, com a missão de fazer a empresa crescer e rentabilizar o acionista. "Desde 2003, a AIP namora a GSI porque tem o desejo de entrar no agronegócio. É um fundo com ampla experiência no setor industrial, com US$ 16 bilhões de ativos sob gestão", disse o executivo ao **Valor**.

A API é sócia de 45 empresas, com diferentes segmentos de atuação, sobretudo, mas não só, nos EUA e Canadá. Entre seus sócios estão grandes fundos de pensão e investidores institucionais.

"Em reuniões preliminares, percebemos que a AIP quer otimizar o ciclo positivo do agro na América do Sul e deve usar sua experiência para ajudar a GSI", afirmou Marozzin. Um plano de investimentos, no entanto ainda não foi desenhado.

O crescimento da empresa na região deve vir apoiado no contínuo desenvolvimento de soluções de automação para silos e sistemas pós-colheita e também na infraestrutura completa para suinocultura e avicultura.

A antiga divisão da AGCO oferece desde a construção de galpões para abrigar os animais até sistemas autônomos para distribuição de aves e rações, controles eletrônicos e supervisão de operações a distância. "No atendimento aos criadores de aves e suínos, somos líderes e vamos continuar a investir em tecnologia", disse.

Na área de silos para a armazenagem de grãos, a GSI não consegue repetir no Brasil a hegemonia internacional e perde terreno para a Kepler Weber. "Estamos perseguindo e chegando perto da Kepler, que é uma empresa centenária e protagonista no cenário nacional. Há poucos anos, éramos o quinto player do setor de armazenagem no país e agora somos o segundo", afirmou.

> "AIP quer otimizar o ciclo positivo do agro na América do Sul"
> *Ricardo Marozzin*

DIVULGAÇÃO

Assim como a líder do segmento, a GSI aposta na inteligência artificial para automatizar silos e processos para os produtores. "Podemos, por exemplo, ser um exportador de tecnologia para as operações da empresa na África porque a região tem muita similaridade com a América do Sul", disse. Na região, além do Brasil, o executivo enxerga como promissores os mercados da Colômbia, Peru e Paraguai.

O negócio entre AGCO e a AIP envolve 14 fábricas no mundo, sendo duas no Rio Grande do Sul. A AGCO manteve uma divisão de armazenamento na China.

O valor da operação implicou um múltiplo de 8,3 vezes o lucro ajustado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) dos últimos 12 meses do negócio de armazenagem da AGCO, em 31 de março, e faz parte de uma mudança estratégica da companhia que vai focar em seu negócio principal. A GSI foi comprada pela AGCO em 2011 por US$ 940 milhões.

Em comunicado, o CEO da AGCO, Eric Hansotia, disse que "a venda deste negócio nos permite otimizar e aprimorar nosso foco no portfólio premium de máquinas agrícolas e produtos de tecnologia de agricultura de precisão, sustentando um foco de longo prazo em negócios de alto crescimento, alta margem e geração de fluxo de caixa livre".

valor.com.br

Aves

JBS terá nova fábrica na Arábia Saudita

A JBS deve inaugurar em novembro sua nova fábrica de empanados de frango em Jeddah, na Arábia Saudita. A unidade contou com US$ 50 milhões em investimentos. A companhia já tem uma planta na cidade saudita de Dammam, com capacidade para produzir 10 mil toneladas por ano. Na nova fábrica, a capacidade será de 40 mil toneladas anuais.

valor.com.br/agro

Dívidas

MP vai prever apoio gradual a gaúchos

A medida provisória (MP) em construção no governo para repactuação de dívidas do campo gaúcho vai prever o apoio gradual a quem foi atingido pelas enchentes nos municípios com decreto de calamidade ou emergência. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS) afirma que deve haver anistia total para determinado público.

valor.com.br/agro

Sustentabilidade

Fundo da Cargill contra desmate

Criado pela Cargill há quatro anos, o Land Innovation Fund (LIF) já destinou pouco menos da metade do valor aportado pela trading em projetos para evitar o desmatamento associado à soja na América do Sul. De US$ 30 milhões aportados, o LIF já se comprometeu com US$ 13,4 milhões até o fim de 2025 para projetos de agricultura sustentável.

valor.com.br/agro

Estratégia Contratação de pesquisadores vai contra a tendência de "fuga de cérebros"

CTC repatria cientistas e fortalece pesquisa na área de cana

Camila Souza Ramos
De São Paulo

GABRIEL REIS/VALOR

Fernando Correr, Claudio Fernandes e Keini Dressano: pesquisadores tinham futuros promissores no exterior quando foram chamados a voltar ao Brasil

Em 2020, a bióloga Keini Dressano já morava havia cinco anos e meio em San Diego, na Califórnia, onde fez seu pós-doutorado e tinha uma carreira acadêmica promissora, assim como seu companheiro, com possibilidade até de se candidatarem ao "green card", quando surgiu uma opção para ela voltar ao Brasil para trabalhar com pesquisa. Diferentemente de muitos cientistas brasileiros, Dressano decidiu largar a carreira acadêmica no exterior e voltar ao país natal.

A oportunidade era para trabalhar no Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) em Piracicaba, em São Paulo, como pesquisadora pleno na área de biotecnologia.

A empresa — a maior organização privada com fins lucrativos voltada à pesquisa científica no país — na época já tinha dado seus primeiros passos no desenvolvimento de variedades transgênicas da cana, uma inovação global, e vinha aumentando sua prospecção por novos "cérebros".

"Fomos eu e meu marido para os Estados Unidos com a intenção de voltar um dia. De ter uma experiência, nos desenvolvermos, crescer profissionalmente, e voltar ao Brasil e aplicar o conhecimento aqui", conta a pesquisadora. A bióloga orientou parte importante de sua pesquisa à genética molecular de plantas — especialmente o milho — e teve publicações de alto impacto.

Mas foi sua experiência de pesquisa com moléculas que medem a defesa das plantas contra patógenos e insetos que a credenciou a conquistar uma vaga no CTC no Brasil.

Dressano não foi a única cientista brasileira que a empresa repatriou nos últimos anos. Três meses depois que a bióloga ingressou na empresa, seu companheiro também conseguiu uma oportunidade lá como pesquisador.

O Centro de Tecnologia Canavieira não informa quantos cientistas já repatriou até o momento, mas tem no seu quadro de funcionários uma participação elevada de pesquisadores com histórico acadêmico.

Dos 263 empregados que trabalham diretamente com pesquisa no CTC — seja no laboratório de Piracicaba, seja no de Saint Louis, no Missouri, nos Estados Unidos —, 19% têm título de doutorado e 16%, mestrado ou alguma outra pós-graduação, o que significa que 35% tiveram experiência acadêmica.

O movimento contrasta com a trajetória dos cientistas brasileiros na última década, que passaram a buscar cada vez mais oportunidades no exterior diante das condições adversas para o desenvolvimento de pesquisa no Brasil. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) não tem uma estimativa própria de quantos pesquisadores nacionais estão atualmente trabalhando e estudando no exterior.

> "Eu não queria voltar por voltar. Queria fazer pesquisa no Brasil"
> *Claudio Fernandes*

Segundo a consultoria jurídica Immigration Law, que assessora brasileiros interessados em migrar aos EUA, a categoria de professores, pesquisadores e cientistas foi a sétima que mais procurou a empresa para migrar ao solo americano entre janeiro a maio deste ano.

Em 2023, um número recorde de brasileiros (11.751) recebeu os vistos EB-1 e EB-2 dos EUA, que são destinados a profissionais com habilidades ou conhecimentos "acima da média" e com nível acadêmico avançado. Atualmente, o Brasil é o quinto país estrangeiro com mais alunos matriculados nas universidades americanas. Os dados dizem respeito à ida de cientistas brasileiros aos EUA, mas também há uma migração para países europeus.

A "fuga de cérebros" preocupa tanto o governo que o MCTI lançou, em abril, a iniciativa Conhecimento Brasil para atrair pesquisadores a universidades e empresas brasileiras com a concessão de bolsas para mestres e doutores. A Pasta também planeja incentivos para empresas com faturamento acima de R$ 90 milhões que repatriarem pesquisadores brasileiros.

O CTC se enquadraria no recorte, já que teve faturamento de R$ 382 milhões na última safra 2023/24. Mas, mesmo sem incentivo, a companhia vem contratando outros pesquisadores brasileiros que moram no exterior, como é o caso de Claudio Fernandes, formado em agronomia na Universidade de Lavras.

Tal como Dressano e tantos outros pesquisadores brasileiros, sua experiência no exterior nunca foi um objetivo para o resto da vida, mas uma oportunidade de crescimento e até mesmo diante das dificuldades de encontrar espaço para atuar no Brasil.

Depois de terminar seu doutorado-sanduíche na Flórida, Fernandes voltou ao Brasil e defendeu a tese. "Mas não consegui nenhuma oportunidade no Brasil e acabei voltando para fazer pós-doutorado na Universidade da Flórida", conta.

Durante sua segunda experiência na Flórida, ele chegou a participar de um processo seletivo para se tornar professor, quando foi então chamado para trabalhar no CTC.

Apesar de ter desenvolvido suas pesquisas fora da cultura da cana — como em batata, braquiária e alfafa —, sua experiência ampla com seleção fenotípica, seleção genômica e modelos estatísticos para melhoramento de plantas o credenciou a entrar na empresa brasileira. "Eu não queria voltar só por voltar ao Brasil, eu queria trabalhar com pesquisa no Brasil. E o CTC foi uma porta. Estou muito feliz de estar fazendo pesquisa no meu país", afirma Fernandes.

Diferentemente do agrônomo, o pesquisador Fernando Correr sempre dedicou sua atividade acadêmica a pesquisas sobre cana, mas ele também encontrou muitas oportunidades no exterior. Formado em biotecnologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Correr desenvolveu na Universidade de Queensland, na Austrália, pesquisas na

> "Só penso em voltar a morar fora do Brasil na aposentadoria"
> *Keini Dressano*

área de tecnologia molecular da cana, e na Universidade de Montana, nos EUA, trabalhou com tecnologias ômicas e dados de imagens com outras culturas que também são poliploides complexos (com maiores possibilidades de combinações entre cromossomos) como o trigo.

Como Fernandes, durante seu pós-doutorado Correr também passou a procurar por posições fixas. "Comecei a aplicar para vagas, mas não encontrava nada no Brasil. Então comecei a aplicar por vagas lá, e já estava em processo seletivo na universidade quando o CTC anunciou a vaga", conta. Atualmente, os dois pesquisadores trabalham no projeto do CTC de "forward breeding", que envolve melhoramento genético convencional e transgenia.

Tanto Dressano quanto Fernandes e Correr não demonstram interesse em voltar ao exterior. "Só penso em morar fora do Brasil na aposentadoria", afirma a bióloga. Correr, por sua vez, que viveu na cidade de Bozeman, não tem saudade do frio que lá fazia. "Não tenho pretensão alguma de voltar a morar fora, ao menos não nos próximos anos."

Mercado de adubos muda e grandes perdem espaço

Insumos

Gabriella Weiss
De São Paulo

A parcimônia nas compras de fertilizantes por agricultores no Brasil e a entrada no mercado de companhias originárias de polos produtores de matérias-primas estão reduzindo a participação de grandes fabricantes no mercado brasileiro. Ao mesmo tempo em que os preços das commodities agrícolas têm afetado o apetite dos produtores por esses insumos, empresas menos tradicionais têm conseguido colocar seus produtos a preços mais competitivos no Brasil, segundo analistas.

Como resultado, a canadense Mosaic e a norueguesa Yara, as duas maiores do setor, viram sua participação de mercado diminuir nos últimos três anos no país. A fatia da Mosaic no Brasil recuou de 22% em 2021 para 17% em 2023, enquanto a da Yara saiu de 18% em 2021 para 11% no ano passado.

Já companhias como a estatal marroquina OCP e a estatal de Belarus BCP, que sequer apareciam entre as dez maiores empresas de fertilizantes em 2021, passaram a deter 5% do mercado nacional cada em 2023. Belarus é um dos maiores exportadores de potássio do mundo e Marrocos, de fósforo. Os dois elementos são fundamentais nas formulações de adubos.

Os cálculos sobre a participação foram feitos pela consultoria StoneX com base nos dados de importação de fertilizantes, do Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas no Estado de São Paulo (Siacesp), e de produção nacional, da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda).

Segundo Marcelo Mello, analista da StoneX, o quadro persiste neste ano. "Em 2024, a tendência de redução de volume e perda de market share [dessas empresas] seguirá", afirma.

A BCP chegou ao mercado brasileiro com representação comercial apenas em 2023, como reflexo de uma busca por clientes alternativos após as sanções aplicadas pelos Estados Unidos e União Europeia (UE) contra Belarus, devido a violações de direitos humanos.

Diante das sanções ocidentais, Belarus começou a acertar vendas de potássio com descontos expressivos para outros importadores. Segundo Bruno Fonseca, analista de insumos do Rabobank, a renegociação de contratos com China e Índia, grandes importadores, foi feita com preços de 12% a 14% abaixo do mercado.

"Isso está colocando uma pressão baixista muito forte no mercado de potássio. Os preços estão caindo de uma forma bastante forte", afirma Fonseca. "Eles [os países] estão tendo que descontar bastante os preços para conseguir ter acesso ao mercado, competir com o produto sancionado e continuar tendo vendas".

Essa estratégia começou a afetar empresas como Yara, Mosaic, e a canadense Nutrien.

Quando as sanções à Belarus fizeram as exportações de potássio do país cair de 12 milhões de toneladas para 5 milhões de toneladas ao ano, a Yara voltou-se a outro fornecedor tradicional do produto: a Rússia. A alternativa, porém, logo se revelou inviável com o início da guerra na Ucrânia em 2022, que desencadeou sanções contra o país de Vladimir Putin.

> "Tendência de redução de volume e perda de mercado continua"
> *Marcelo Mello*

Mercado de fertilizantes
Participação das principais empresas no Brasil

Participação em %

Empresas	2021
Mosaic	22
Yara	18
Fertipar	10
Eurochem (FTO)	6
Cibrafertil	3
Unigel	3
Adufertil	2
Heringer	2
Timac Agro	2
CMOC	2
Outras	30

Participação em %

Empresas	2023
Mosaic	17
Eurochem (FTO+Heringer)	12
Yara	11
Fertipar	9
Cibrafertil	6
BPC	5
OCP	5
Adufertil	2
Maggi	2
Unifertil	2
Outras	29

Fonte: StoneX, com dados de Siacesp e ANDA

"A Yara se viu em uma situação na qual não consegue comprar fósforo e potássio, tendo que comprar potássio de outros fornecedores, como o Marrocos e, inclusive, o Canadá, que é o grande competidor dela", diz Mello.

Já a marroquina OCP vem ganhando mercado diante da demanda brasileira mais aquecida por adubos fosfatados. O aumento nos preços do fósforo ajudou na ascensão da OCP, já que o Marrocos é um dos principais produtores e, com acesso a altos volumes, consegue entrar no mercado com preços competitivos.

A Eurochem também ganhou participação no mercado, tornando-se a segunda maior empresa e ultrapassando a Yara. A multinacional de origem russa (controlada por capital chinês) — dona da Fertilizantes Tocantins e da Heringer — saiu de uma participação de 6% do mercado em 2021 para 12% em 2023, consolidando-se como a segunda maior do setor.

A empresa afirma que investiu mais de US$ 2,5 bilhões na América do Sul desde 2016, quando se instalou na região. "A estratégia de crescimento da companhia considerou aquisições de ativos que permitissem capilaridade competitiva para a distribuição dos nossos produtos", diz Gustavo Horbarch diretor-presidente da EuroChem na América do Sul, em nota. Entre os investimentos está o projeto na Serra do Salitre (MG), para produção de nitrogênio e fósforo.

Ao **Valor**, a Yara confirma que os fatores geopolíticos relacionados a Rússia e Belarus impactam a dinâmica no Brasil, que é dependente da importação. "Mesmo diante de um cenário desafiador, a Yara conta com produção própria", além de uma diversificada rede de fornecedores, afirma.

Outra afetada pela mudança no mercado, a Mosaic foi procurada, mas não se manifestou.

Para Fonseca, do Rabobank, esse cenário se soma a uma crise da indústria de insumos, que se arrasta desde 2022, quando teve início da guerra entre Ucrânia e Rússia. A logística, fundamental para o segmento, faz com que outras fabricantes, como a israelense ICL, instalem plantas no Brasil para capilarizar a distribuição dos macronutrientes.

A inadimplência de revendas de insumos no Brasil, recentemente, até com o rompimento de acordos de distribuição é outro fator que mexe o tabuleiro do setor de fertilizantes, diz uma fonte do setor. Além disso, há ainda o aumento no uso de bioinsumos. ***(Colaborou Isadora Camargo, de São Paulo)***

Fundo de pensão Real Grandeza, de Sérgio Wilson Ferraz Fontes, vem avaliando oportunidades em crédito privado C6

Conservação IFC vai apoiar estratégia de reflorestamento na América Latina do BTG C2

Política monetária Fed deve dar sinais de seu plano de cortar as taxas de juros em setembro C2

Conjuntura Ritmo de crescimento do crédito acelerou no 1º semestre do ano C2

Política monetária Expectativa da maioria das 123 casas consultadas é que o BC não altere os juros básicos ao menos até o fim de 2024

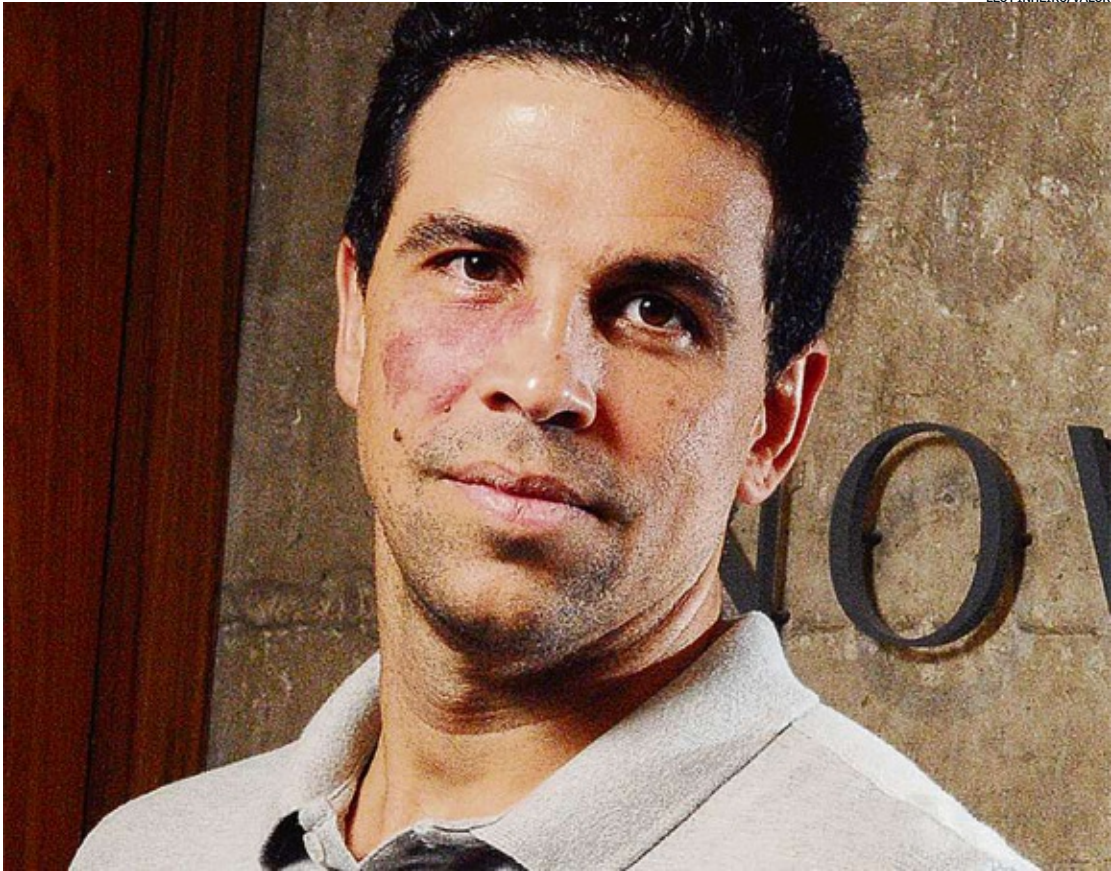
Copom deve endurecer o tom e manter Selic nesta semana em 10,5%

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

É unânime a aposta de que, nesta semana, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central irá manter a taxa Selic parada em 10,5% anuais. No entanto, é crescente a percepção, entre participantes do mercado, de que a autoridade monetária se verá obrigada a endurecer a retórica, tendo em vista a valorização expressiva do dólar desde junho e a piora nas expectativas para o IPCA, que devem afastar ainda mais as projeções de inflação do colegiado para este ano e para 2025 do centro da meta oficial, de 3%.

E é com base na piora esperada das estimativas para o IPCA que as discussões sobre a natureza do balanço de riscos para a inflação devem ganhar protagonismo, especialmente no momento em que os economistas debatem se o próximo movimento da Selic no Brasil será para cima ou para baixo.

Todas as 123 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo **Valor** esperam que o Copom siga com o juro em 10,5% na quarta-feira, e a grande maioria das casas projeta a taxa básica ainda neste nível ao menos até o fim de 2024. Apenas 12 instituições veem alguma mudança na direção dos juros até dezembro — nove delas esperam a retomada do ciclo de cortes, enquanto três apontam elevação na Selic ainda neste ano.

Já em 2025, a maior parte do mercado espera que as condições monetárias voltem a ser flexibilizadas no Brasil. A mediana das respostas aponta para uma Selic de 9,5% ao fim do ano que vem. Vale apontar, porém, que há um crescimento no número de economistas que projetam um juro básico parado em 10,5% por um período mais longo. Na pesquisa feita pelo **Valor** em junho, 21 casas projetavam a manutenção da taxa básica nesses níveis ao longo do próximo ano. Agora, são 34.

A desconfiança de parte do mercado com a possibilidade de retomada dos cortes de juros se dá em um momento de forte depreciação cambial. Na última reunião do Copom, a taxa de câmbio utilizada pelo colegiado para traçar suas projeções era de R$ 5,30, patamar que deve subir para algo em torno de R$ 5,55 na próxima decisão.

Em seu último comunicado, o Copom apontou que, em um cenário alternativo no qual a Selic se mantinha parada em 10,5% ao longo de todo o horizonte relevante, sua projeção de inflação estaria em 3,1% e, portanto, ao redor da meta. Com a depreciação cambial, no entanto, essa projeção deve se afastar do centro da meta, o que tem levantado um debate sobre uma possível reação por parte da autoridade monetária.

Para a economista-chefe para Brasil da Galapagos Capital, Tatiana Pinheiro, as projeções de inflação do colegiado acabarão por mostrar, por elas mesmas, que o colegiado já está no limite de sua estratégia de manter a Selic inalterada em 10,5% por um longo período de tempo. Simulando os modelos do Copom com o câmbio de R$ 5,50 por dólar, a economista acredita que a projeção de inflação, no cenário alternativo, deve subir para algo entre 3,4% e 3,5%.

"O Copom necessariamente vai vir, no cenário alternativo, com uma projeção que vai se distanciar ainda mais da meta. Essa mensagem do número, por si só, vai ser suficientemente dura. As esperanças daqueles que viam a pausa no afrouxamento monetário como algo breve devem ir por terra. Isso já vai levar à conclusão de que estamos no limite de uma alta de juros, a menos que o câmbio volte", diz.

Apesar da situação desafiadora do Copom, Pinheiro não acredita que exista, neste momento, um consenso dentro do colegiado para alterar a característica do balanço de riscos para uma assimetria dos riscos de alta para a inflação.

"Mesmo porque, pelas falas dos diretores do BC, a avaliação é a de que o cenário internacional está menos adverso. Não tivemos grandes mudanças no mercado de trabalho e, mesmo na discussão fiscal, não tem nada de muito novo. Não tem nada dentro dessas variáveis de risco que possam ser adicionadas e validar a unanimidade da assimetria no balanço", observa a economista da Galapagos.

Assim, a mudança no balanço de riscos deve ocorrer somente quando o colegiado tiver convicção de que elevações nos juros estão a caminho. "Não acho que essa seja a leitura dentro do comitê agora. Acredito que a comunicação vai vir no sentido de ganhar tempo e de se colocar em modo dependente dos dados até a reunião do Copom de setembro."

A avaliação é semelhante à da superintendente de pesquisas econômicas do Bradesco, Myriã Bast. Ela afirma que, desde o último Copom, a principal mudança nos modelos do BC está no nível da taxa de câmbio. E, nesse contexto, as projeções devem seguir pressionadas, o que sugere cautela na condução da política monetária. "Quando replicamos o modelo alternativo do BC, com Selic estável, encontramos IPCA próximo de 3,4% em 2025, mas ao redor da meta no horizonte relevante, que agora já deve incluir 2026", lembra.

Assim, o Bradesco entende que a comunicação deverá se manter neutra, sem se comprometer explicitamente com os próximos passos, já que a Selic estável ainda é uma estratégia que leva à convergência para a meta de inflação. A instituição espera uma Selic estável em 10,5% até o final de 2025.

"O BC tem adotado, nos últimos anos, um horizonte de 18 meses, então ele vai começar a entrar em 2026. Estamos olhando para o primeiro trimestre de 2026 e o modelo dele, reproduzido por nós, sugere um IPCA ao redor da meta. Sim, o peso maior ainda está em 2025, mas ele está se movendo", diz Bast.

O processo de depreciação do câmbio desde a reunião de junho e a piora na percepção de risco fiscal pelo mercado colocaram de vez a discussão sobre um retorno a um processo de elevação na Selic. No último mês, algumas casas já passaram a incorporar essa possibilidade no cenário-base — casos da XP Asset Management, da Reag Investimentos e da Novus Capital.

"O Copom não tem escapatória, a não ser mostrar um recado duro. Não tem muito o que fazer. Todas as condições econômicas caminharam na direção de se ter a obrigatoriedade de endurecer o tom. O Copom vai para a reunião bastante pressionado e com um câmbio muito mais depreciado e expectativas deterioradas. Além disso, ele corre o risco de gerar uma nova rodada de piora nas expectativas se não for duro o suficiente", diz o economista-chefe da Novus, Tomás Goulart, para quem uma assimetria altista no balanço de riscos seria bem-vinda.

"Pensamos em um ajuste curto e a passos não tão apressados, na tentativa de se beneficiar da queda de juros no mundo, o que pode gerar uma apreciação cambial para, depois, controlar a inflação", aponta. No cenário da gestora, a Selic pode encerrar este ano em 11,25% e chegar a 12% em 2025.

Além disso, na visão de Goulart, embora seja natural em qualquer banco central haver divergência de pensamentos entre os diretores, o núcleo dos dirigentes mais voltado à política monetária deveria prezar, neste momento, por um voto único. "Ou então você não sabe qual mensagem seguir. Por mais que divergências possam existir, seria importante vermos os membros mais ligados à política monetária votando juntos até para gerar alguma recuperação de credibilidade", diz Goulart.

Monitorando o comportamento do câmbio, o economista-chefe da Itaú Asset Management, Thomas Wu, aponta que há algumas mudanças — que podem ser estruturais — na balança de pagamentos do Brasil, com saídas expressivas de dólares por conta de serviços de tecnologia, criptomoedas e apostas esportivas. Assim, para ele, há a possibilidade de que o câmbio, negociado a R$ 5,50 por dólar, não esteja assim "tão barato".

"Combinando isso com uma atividade mais forte que o esperado, você começa a discutir um pouco a probabilidade de subida de juros. Óbvio que isso depende, em particular, das expectativas, que também têm subido. Elas são voláteis. Mas, se estamos discutindo se esse dólar a R$ 5,50 é permanente, devido à eleição nos EUA e à mudança na nossa conta corrente, menor é a probabilidade de as expectativas voltarem para perto da meta. Portanto, maior é a probabilidade de uma potencial subida de juros", segundo Wu, em "live" mensal da Itaú Asset na semana passada.

Ainda que o cenário-base da gestora de fundos do Itaú seja o de manutenção da Selic em 10,5% ao menos até o fim de 2025, algumas famílias de fundos da casa, como a Janeiro e a Artax, já apostam que o BC será obrigado a apertar a política monetária nos próximos meses. A curva de juros continua a precificar elevações na taxa básica, ao indicar uma Selic acima de 11% neste ano.

LEO PINHEIRO/VALOR

Tomás Goulart, da Novus: "O Copom não tem escapatória, a não ser mostrar um recado duro. Não tem muito o que fazer"

"As esperanças dos que viam a pausa no afrouxamento monetário como algo breve devem ir por terra"
Tatiana Pinheiro

Juro parado

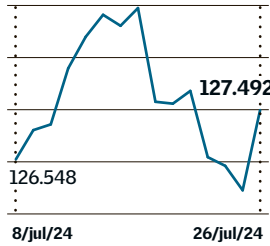
Projeções* para a taxa Selic (em % a.a.)

Instituições financeiras	Jul/24	Dez/24
BRP	10,50%	10,00%
Medley Advisors	10,50%	10,00%
Pantheon Macroeconomics	10,50%	10,00%
Análise Econômica	10,50%	10,25%
Banrisul	10,50%	10,25%
Brasilprev	10,50%	10,25%
Natixis	10,50%	10,25%
UBS BB	10,50%	10,25%
Way Investimentos	10,50%	10,25%
4intelligence	10,50%	10,50%
ABBC	10,50%	10,50%
ABC Brasil	10,50%	10,50%
Acrefi	10,50%	10,50%
Ágora Investimentos	10,50%	10,50%
Alphatree Capital	10,50%	10,50%
Armor Capital	10,50%	10,50%
ARX Investimentos	10,50%	10,50%
ASA Investments	10,50%	10,50%
Ativa Investimentos	10,50%	10,50%
Austin Rating	10,50%	10,50%
AZ Quest	10,50%	10,50%
Azimut Brasil	10,50%	10,50%
B.Side Investimentos	10,50%	10,50%
Banco Bmg	10,50%	10,50%
Banco BV	10,50%	10,50%
Banco do Brasil	10,50%	10,50%
Banco Fibra	10,50%	10,50%
Banco Master	10,50%	10,50%
Banco Mercantil	10,50%	10,50%
Banco Pine	10,50%	10,50%
Bank of America	10,50%	10,50%
Barclays	10,50%	10,50%
BB Asset Management	10,50%	10,50%
Berkana Patrimônio	10,50%	10,50%
BlueLine Asset Management	10,50%	10,50%
BNP Paribas	10,50%	10,50%
BOCOM BBM	10,50%	10,50%
Bradesco	10,50%	10,50%
Bradesco Asset Management	10,50%	10,50%
BRCG	10,50%	10,50%
BTG Pactual	10,50%	10,50%
Buysidebrazil	10,50%	10,50%
C6 Bank	10,50%	10,50%
Canvas Capital	10,50%	10,50%
Capital Economics	10,50%	10,50%
Citi	10,50%	10,50%
Citrino Gestão de Recursos	10,50%	10,50%
CM Capital Markets	10,50%	10,50%
Coface	10,50%	10,50%
Constância Investimentos	10,50%	10,50%
Daycoval	10,50%	10,50%
EQI Asset	10,50%	10,50%
Exploritas	10,50%	10,50%
Fator	10,50%	10,50%
FGV/Ibre	10,50%	10,50%
G5 Partners	10,50%	10,50%
Galapagos Capital	10,50%	10,50%
Gap Asset	10,50%	10,50%
GO Associados	10,50%	10,50%
Goldman Sachs	10,50%	10,50%
Guide Investimentos	10,50%	10,50%
Inter	10,50%	10,50%
Itaú Asset Management	10,50%	10,50%
Itaú Unibanco	10,50%	10,50%
J.P. Morgan	10,50%	10,50%
JF Trust	10,50%	10,50%
JGP	10,50%	10,50%
Kairós Capital	10,50%	10,50%
Kinea Investimentos	10,50%	10,50%
Kínitro Capital	10,50%	10,50%
LCA Consultores	10,50%	10,50%
MAG Investimentos	10,50%	10,50%
MB Associados	10,50%	10,50%
MCM Consultores	10,50%	10,50%
Morgan Stanley	10,50%	10,50%
Neo Investimentos	10,50%	10,50%
Nova Futura Investimentos	10,50%	10,50%
O3 Capital	10,50%	10,50%
Oby Capital	10,50%	10,50%
Occam	10,50%	10,50%
Opportunity	10,50%	10,50%
Oriz Partners	10,50%	10,50%
Oxford Economics	10,50%	10,50%
Panamby Capital	10,50%	10,50%
Parallaxis	10,50%	10,50%
Paraná Banco	10,50%	10,50%
Parcitas Investimentos	10,50%	10,50%
Persevera	10,50%	10,50%
Pezco	10,50%	10,50%
PicPay	10,50%	10,50%
Planner	10,50%	10,50%
Porto Asset Management	10,50%	10,50%
Principal Claritas	10,50%	10,50%
Quantitas	10,50%	10,50%
Rabobank	10,50%	10,50%
RB Investimentos	10,50%	10,50%
RPS Capital	10,50%	10,50%
Safra	10,50%	10,50%
Santander	10,50%	10,50%
Santander Asset Management	10,50%	10,50%
Sicredi	10,50%	10,50%
Sicredi Asset	10,50%	10,50%
Siegen	10,50%	10,50%
SM Managed Futures	10,50%	10,50%
Somma Investimentos	10,50%	10,50%
Suno Research	10,50%	10,50%
TAG Investimentos	10,50%	10,50%
Tenax Capital	10,50%	10,50%
Tendências Consultoria	10,50%	10,50%
Terra Investimentos	10,50%	10,50%
Trafalgar Investimentos	10,50%	10,50%
Travelex Bank	10,50%	10,50%
Troster & Associados	10,50%	10,50%
TRUXT Investimentos	10,50%	10,50%
Veedha Investimentos	10,50%	10,50%
Warren Investimentos	10,50%	10,50%
Wealth High Governance (WHG)	10,50%	10,50%
Wells Fargo	10,50%	10,50%
Western Asset	10,50%	10,50%
XP	10,50%	10,50%
XP Asset Management	10,50%	11,00%
Novus Capital	10,50%	11,25%
Reag Investimentos	10,50%	11,50%

Mediana das projeções

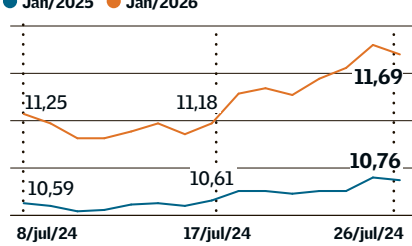
	IPCA 2024	IPCA 2025	Selic dez/24	Selic dez/25
Em 17/jun	3,90%	3,80%	10,50%	9,50%
Em 29/jul	4,05%	3,90%	10,50%	9,50%

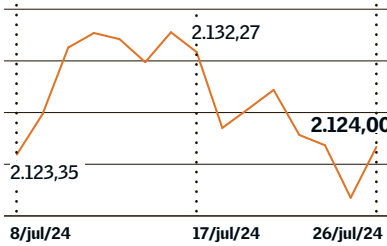
Fonte: Instituições financeiras e consultorias Elaboração: Valor *Projeções coletadas entre 23 e 26/jul/2024

Ibovespa
Em pontos

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 26/jul/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	1,64
S&P 500	1,11
Euronext 100	1,04
DAX	0,65
CAC-40	1,22
Nikkei-225	-0,53
SSE Composite	0,14

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Política monetária Expectativa é que BC americano mantenha taxas inalteradas agora e inicie ciclo de reduções com 0,25 ponto

Fed deve preparar caminho para corte de juro em setembro

Steve Matthews e Dana Morgan
Bloomberg

O Federal Reserve (Fed, banco central americano) deve sinalizar, provavelmente nesta semana, o seu plano de cortar as taxas de juros em setembro, de acordo com economistas ouvidos pela Bloomberg News. A expectativa é que o movimento dê início a reduções de 0,25 ponto percentual nas taxas até 2025.

Quase três quartos dos entrevistados dizem que o banco central dos EUA usará a reunião de 30 e 31 de julho para preparar o caminho para um corte de um quarto de ponto na reunião seguinte em setembro. Eles estão divididos, no entanto, sobre como os formuladores de política monetária farão isso.

Metade dos entrevistados vê as autoridades sinalizando a próxima medida por meio do comunicado da decisão e da entrevista do presidente do Fed, Jerome Powell, 30 minutos depois. Mas outros antecipam que o Fed usará um método ou o outro.

Todos os entrevistados esperam que o Fed mantenha as taxas inalteradas, no maior nível em mais de duas décadas, na reunião desta semana. A pesquisa com 47 economistas foi realizada de 22 a 24 de julho, após a desistência do presidente Joe Biden de concorrer pela reeleição nos EUA.

Nas últimas semanas, autoridades do Fed lideradas por Powell fizeram considerações afirmando que o mercado de trabalho entrou em equilíbrio e a inflação voltou a cair em direção à meta de 2% do banco central, sugerindo que veem uma evolução crescente no quadro para reduzir os custos de empréstimos. Eles agora estão enfatizando a meta do banco central de emprego máximo, bem como de preços estáveis, ao decidir a política monetária.

"Eu acredito que estamos chegando mais perto do momento em que um corte na taxa é justificado", disse o diretor do Federal Reserve, Christopher Waller, na semana retrasada. O presidente do Fed de Chicago, Austan Goolsbee, alertou que a política monetária se tornou cada vez mais restritiva com a queda

AMBER BAESLER/AP

Jerome Powell, presidente do Fed: inflação segue rumo à meta de 2%

da inflação, enquanto "a economia não está superaquecendo".

Quase dois terços dos entrevistados pela Bloomberg esperam que o Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) diga no comunicado pós-reunião que as autoridades ganharam alguma confiança adicional de que a inflação está se movendo em direção à sua meta — um passo em direção ao corte.

Mais de um quarto dos economistas, no entanto, não veem nenhuma sinalização de ajustes de taxa na reunião de julho. Em vez disso, a mensagem pode ser consolidada nas semanas seguintes, inclusive durante o discurso anual do presidente do Fed em Jackson Hole, Wyoming, no final de agosto.

A visão mediana dos economistas para cortes de taxas de juros em setembro e dezembro é um pouco menos agressiva do que a dos mercados. Alguns investidores estão até apostando em um corte inicial de meio ponto percentual, mas os economistas veem as chances disso como de improváveis 20%.

Tal movimento provavelmente seria estimulado apenas se as condições do mercado de trabalho, agora vistas como fortes, mas menos superaquecidas, fossem entendidas como se deteriorando. Embora a taxa de desemprego permaneça relativamente baixa em 4,1%, ela agora subiu ligeiramente em cada um dos últimos três meses. O desemprego subiu de um piso de 3,4% no início de 2023, levantando algumas preocupações sobre o risco de recessão. O relatório de empregos de julho será divulgado na próxima semana.

0,25
ponto é o corte de juros esperado nos EUA em setembro

Na visão dos economistas da Bloomberg, o mercado de trabalho vem esfriando há algum tempo — a deterioração não é repentina. "Dado seu mandato duplo, o Fed provavelmente está atrasado em relação ao corte de taxas. Como tal, esperamos que a taxa de desemprego atinja 4,5% até o final de 2024", disse Anna Wong, economista-chefe da Bloomberg para os EUA.

Uma complicação para setembro seria a proximidade com a eleição presidencial dos EUA em novembro. O início de cortes de taxas menos de dois meses antes da eleição provavelmente estaria sujeito a críticas sobre motivações políticas.

Um terço dos economistas diz que isso elevaria o nível de cortes, o que significa que os dados precisariam ser incrementalmente mais convincentes, embora o restante diga que concorda com a visão de Powell de que a proximidade da eleição não teria impacto em uma decisão sobre os custos dos empréstimos.

Embora a eleição presidencial, bem como a disputa pelo controle do Congresso, tenham trazido incertezas sobre o resultado da política fiscal dos EUA em 2025, os economistas dizem que a decisão de Biden de se retirar da corrida não mudou a perspectiva econômica.

Uma esmagadora maioria diz que não alterou as previsões para taxas de juros ou crescimento por causa da decisão do presidente Biden. A maioria dos economistas diz que a eleição não afetará o momento dos cortes de taxas. Já um terço diz que a barra será mais alta para um corte pouco antes da votação presidencial.

Ainda assim, um terço dos observadores do Fed diz que a incerteza política decorrente da eleição deste ano aumentou os riscos de queda para o crescimento. Mudanças nas políticas fiscais e gastos afetariam a economia de 2025 e, potencialmente, as taxas de juros.

"Se o déficit federal piorar em 2025, a política monetária terá que apertar e o crescimento desacelerará", disse Thomas Fullerton, professor de economia da Universidade do Texas em El Paso e um dos entrevistados da pesquisa.

Crédito surpreende em 2024, mas segundo semestre tem desafios

Gabriel Shinohara
De Brasília

O ritmo de crescimento do crédito acelerou no primeiro semestre de 2024, com a economia mais forte que o previsto. As perspectivas para o restante do ano, porém, são mais difíceis, segundo economistas ouvidos pelo **Valor**. O cenário é marcado por uma expectativa de condições financeiras piores e política monetária mais dura, além de riscos inflacionários.

A taxa de expansão do saldo de operações em 12 meses, que era de 7,7% em janeiro, subiu para 9,9% em junho. Esse movimento pode ser visto em qualquer segmentação, seja de pessoas físicas ou empresas, em operações com recursos livres ou direcionados, destacou o chefe do departamento de estatísticas do Banco Central (BC), Fernando Rocha.

O saldo total de crédito bancário do país somava R$ 6 trilhões, segundo o BC, ante R$ 5,78 trilhões em janeiro. A alta em 12 meses no caso do crédito direcionado ficou em 13% e, no livre, em 7,8%. No segmento de pessoas jurídicas, a alta foi de 7,7% e, no de pessoas físicas, de 11,4%.

A expansão se deu em um cenário de queda da taxa média de juros, que recuou 3,8 pontos percentuais nos últimos 12 meses, para 27,6% ao ano. "Essa melhora substancial no crédito que aconteceu no primeiro semestre, volume crescendo, taxa de juros caindo, spread caindo, inadimplência estável, vai mudar um pouco agora no segundo semestre. Não vai ter uma piora, mas acho que as taxas de juros tendem a ficar estáveis com elevação de algumas linhas", disse Miguel Ribeiro, diretor-executivo da Associação Nacional de Executivos (Anefac), que publica uma pesquisa mensal sobre juros.

Bruno Martins, economista sênior do BTG Pactual, afirmou que há ainda "bastante folga" de capital nos bancos com espaço para expansão no crédito, mas ele pontua que já esteve mais otimista. O economista diz que houve uma piora no cenário desde abril, com preocupação com a questão fiscal e aumento das taxas de juros de prazos mais longos. "As condições financeiras pioraram. Em algum momento isso vai ser repassado para as operações de crédito bancário. Acho que tem até demorado para isso acontecer."

"As condições financeiras pioraram. Em algum momento isso será repassado para as operações de crédito bancário" *Bruno Martins*

Para Martins, as taxas de juros não caíram tanto quanto o esperado. Além disso, as taxas de longo prazo estão mais altas. O economista afirmou que é possível que haja um crescimento de crédito com um custo maior no segundo semestre. "Como tem bastante demanda, tem folga ainda de capital, os bancos têm espaço para expandir a carteira, eu acho que isso vai acabar acontecendo. Você vai continuar com crédito até pujante em termos de volume, mas com um custo mais alto", disse.

Algumas linhas de crédito tiveram crescimento mais destacado. Uma delas é a de aquisição de veículos, cujo saldo subiu 9,6% no ano e 18% em 12 meses. Outra é o consignado para o INSS, que teve altas de 9,4% e 11,9%, respectivamente.

Para pessoas jurídicas, a modalidade de desconto de duplicatas e recebíveis subiu 13,8% em 12 meses, apesar da queda de 4,7% no ano. Já a linha de maior volume, capital de giro, teve uma variação pequena, com quedas de 0,2% no ano e 0,1% em 12 meses.

No primeiro semestre, as concessões de crédito sazonalmente ajustadas subiram 14,1%, para R$ 594,8 bilhões em junho.

O Banco Central revisou para cima suas últimas projeções de expansão de crédito para este ano. O último Relatório Trimestral de Inflação (RTI) apontou que o saldo crescerá 10,8% em 2024. A projeção anterior era de 9,4%.

Em relatório, o chefe de pesquisa macroeconômica para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, apontou que as condições de crédito terão desafios nos próximos meses com a expectativa de uma política monetária conservadora diante de expectativas de inflação se deteriorando, cenário fraco para a questão fiscal e aumento de riscos para a inflação. Por outro lado, segundo ele, o crédito de bancos públicos e para apoiar a reconstrução do Rio Grande do Sul deverá apoiar o ciclo.

Projeto florestal do BTG capta US$ 50 milhões da IFC

Mariana Ribeiro
De São Paulo

A International Finance Corporation (IFC) assumiu um compromisso de US$ 50 milhões para apoiar a estratégia de reflorestamento na América Latina do BTG Pactual, conduzida pelo Timberland Investment Group (TIG), subsidiária do banco que gere ativos florestais. Os recursos vão contribuir com a meta do TIG de mobilizar US$ 1 bilhão para projetos na área nos próximos anos. A IFC é a unidade do Banco Mundial para investimentos no setor privado.

A estratégia, iniciada há cerca de três anos, prevê conservação, restauro e plantio em propriedades desmatadas e degradadas em regiões da América Latina, incluindo o cerrado brasileiro. O objetivo é que metade do projeto seja dedicado à proteção e à recuperação de ecossistemas nativos e a outra metade a cultivo de florestas comerciais sustentáveis.

"Ao integrar conservação, restauração e florestas comerciais de uma forma sustentável, a ideia é mobilizar capital institucional de uma forma que nos permita trabalhar em escalas muito grandes. E a transação com a IFC é uma indicação de que fomos capazes de implementar isso", diz Mark Wishnie, diretor de sustentabilidade do TIG e chefe da estratégia de reflorestamento da empresa.

Os recursos serão destinados ao Brasil e, de acordo com Wishnie, o projeto começará pelo Mato Grosso do Sul para, posteriormente, ser expandido para outras áreas.

É o primeiro compromisso da IFC com um gestor institucional de investimentos em terras florestais. A expectativa, segundo as instituições, é gerar créditos de carbono por meio de soluções baseadas na natureza, apoiar esforços de mitigação do clima e fortalecer práticas de manejo sustentável de florestas.

"É um projeto que tem grande escala e, portanto, é esperado que tenha grande impacto. Além disso, tem potencial para alcançar tanto a sustentabilidade financeira quanto o objetivo de impacto ambiental", diz Raphael Eskinazi, gerente regional da IFC. Segundo ele, há expectativa de geração de 32 milhões de créditos de carbono.

Wishnie destaca ainda que, além dos recursos, a iniciativa envolve apoio de especialistas em questões sociais e ambientais da IFC. A ideia é aplicar os padrões de performance da instituição do Banco Mundial para ajudar na identificação, prevenção e mitigação de riscos.

"É um projeto que tem grande escala e, portanto, é esperado que tenha grande impacto" *Raphael Eskinazi*

O anúncio acontece após a cerimônia de assinatura do termo, em São Paulo, que reuniu Alfonso Garcia Mora, vice-presidente da IFC para a Europa, América Latina e Caribe, Roberto Sallouti, CEO do BTG, e Rachel Biderman, vice-presidente sênior da Conservation International para as Américas.

O TIG fechou no fim de 2021 acordo com a Conservação Internacional para o projeto de reflorestamento na América Latina. A organização atua como conselheira de impacto para a estratégia, que visa proteger e recuperar aproximadamente 135 mil hectares de florestas naturais em paisagens desmatadas e plantar árvores em áreas de florestas comerciais com manejo sustentável em outros 135 mil hectares de terra. Já foram feitos investimentos em 37 mil hectares e plantadas 7 milhões de mudas, segundo a empresa. Também foi iniciada e recuperação de 2,6 mil hectares de floresta natural. O BTG não divulga quanto do US$ 1 bilhão já foi levantado.

No ano passado, a Development Finance Corporation (DFC), agência do governo dos Estados Unidos, também anunciou a intenção de liberar US$ 50 milhões para a estratégia, plano que foi concluído em junho.

Um dos maiores gestores de ativos florestais do mundo, o TIG reúne US$ 7,1 bilhões em ativos e 3 milhões de acres (1,2 milhão de hectares) sob gestão nos Estados Unidos e na América Latina. De acordo com a empresa, desde a sua criação, mais de US$ 2,9 bilhões foram devolvidos aos investidores.

Curtas

Debêntures da Inspira

A Inspira Rede de Educadores, grupo de educação básica que tem entre os sócios o BTG Pactual, vai emitir R$ 550 milhões em debêntures. A companhia vai usar esses recursos para o reforço de caixa. Os papéis serão emitidos em série única e vencem em sete anos. A empresa pretende pagar, no máximo, DI mais 1,7%. A liquidação financeira da operação é prevista para o dia 31 de julho. Bradesco BBI, Itaú BBA e UBS BB coordenam a oferta. *(Rita Azevedo)*

Volatilidade do iene

Os esforços do Japão para sustentar o iene são algo diferente de um enfraquecimento deliberado da moeda, que tem sido uma preocupação dos Estados Unidos por muito tempo, disse a secretária do Tesouro americano, Janet Yellen, ao "Nikkei Asia". "O governo japonês nos explicou que eles viam volatilidade."

Bolsa Após excessos e fraco desempenho, firmas de ‘cheque em branco’ voltam a financiar aquisições

Spacs retornam como alternativa para IPO

Nicholas Megaw
Financial Times, de Nova York

Investidores e executivos de bancos de investimento têm se empenhado em levantar bilhões de dólares para novas empresas de aquisição de propósito específico (Spacs, na sigla em inglês), desafiando as previsões de que esse tipo de ativo seria varrido do mapa após uma série de escândalos e da ofensiva de fiscalização.

As Spacs, coloquialmente conhecidas como firmas de “cheque em branco”, levantam recursos em uma oferta pública inicial de ações (IPO) antes de definir a empresa que vão comprar com esse dinheiro. As novas captações de recursos para esse tipo de investimento foram ganhando força ao longo de 2024 e somaram US$ 3,1 bilhões, alta de 20% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo a Dealogic, e assessores preveem uma aceleração no movimento.

Mais de 20 Spacs encaminharam solicitações de IPO desde o início de junho, com planos de levantar, no total, US$ 4,3 bilhões. Em comparação, em todo o segundo semestre de 2023 foi captado apenas US$ 1,8 bilhão. “Há muita receptividade dos investidores em IPOs para o produto. É um bom momento [para os gestores de Spacs], particularmente se você teve sucesso no passado”, disse Tina Pappas, diretora da Jefferies, que chefia as operações de Spacs no banco de investimento. “Não acho que voltaremos a ver algo como 2021 [...], mas acho que o ritmo de IPOs de Spacs vai se acelerar pelo resto deste ano e no próximo.”

As Spacs ganharam popularidade durante a pandemia, uma vez que as baixas taxas de juros e a alta das ações alimentaram a demanda dos investidores e encorajaram centenas de empresas em estágio inicial a se combinarem com Spacs como uma forma mais barata e rápida de abrir o capital do que um IPO tradicional.

Depois de 2021, contudo, a captação de dinheiro entrou em queda livre, afetada pela combinação de elevação dos juros e mau desempenho das empresas que optaram pela ideia. Essa ascensão e queda também levou a SEC (comissão de valores mobiliários dos EUA) a anunciar uma série de novas regulamentações, embora algumas das propostas mais controversas tenham sido atenuadas na versão final.

Os financiadores das Spacs reconhecem que o setor precisará trabalhar duro para conquistar empresas e investidores céticos, mas acreditam que serão beneficiados pelo gargalo no mercado de IPOs tradicionais, que tem recuperado o ímpeto após uma longa desaceleração. “Existem mais de 1,3 mil unicórnios por aí e a rota de saída tanto via IPOs quanto fusões e aquisições está fechada”, disse Jimmy Fang, diretor de operações da Spacs Explorer Acquisitions. “Mesmo no mercado de IPOs de tecnologia, que está no momento mais aquecido de todos os tempos, é improvável que tenha mais de 150 IPOs em um ano. O que acontece com as empresas restantes? [...] Não estou dizendo que as Spacs preencherão toda lacuna, mas certamente podem levar parte considerável.”

A Explorer Acquisitions planeja captar dinheiro para uma nova Spac no quarto trimestre deste ano ou no primeiro de 2025.

Em vez dos fundadores celebridades do passado, com foco em setores altamente especulativos, como taxis voadores e turismo espacial, agora a maioria das negociações são de emissores especializados, à procura de empresas mais tradicionais interessadas em abrir o capital, mas que podem encontrar dificuldades para se sobressair em um mercado abarrotado.

Raj Shah, gerente de carteiras de investimento da Stoic Point Capital, disse que um renascimento de empresas menos espalhafatosas abrindo o capital por meio de Spacs poderia criar “uma oportunidade única para investidores em capital aberto”. “Há trilhões de dólares em [empresas] financiadas por private equity e capital de risco na fila para abrir o capital e nem todas conseguirão um lugar na frente com o Goldman ou o Morgan Stanley [...] prevemos que vários assessores e empresas de alta qualidade explorem outros [modos de abrir o capital].”

> “Existem mais de 1,3 mil unicórnios e a rota de saída por IPO e M&A está fechada”
> *Jimmy Fang*

Apesar do otimismo cada vez maior, alguns fundadores de Spacs — conhecidos como patrocinadores — têm tomado medidas para reduzir os riscos, após as perdas da onda anterior. Os patrocinadores costumam fazer um investimento inicial para financiar as operações de uma Spac e a devida análise das contas dos alvos, enquanto a empresa procura o que comprar. Em troca, quando o negócio é feito, os patrocinadores são pagos com “ações de fundador”, com grande desconto, o que pode lhes render lucros enormes após uma fusão bem-sucedida. No entanto, se a Spac não encontra um alvo, os patrocinadores perdem todo seu investimento, enquanto os investidores do IPO recuperam o dinheiro com juros.

Desde o início de 2022, mais de 350 Spacs foram liquidadas sem encontrar um alvo para comprar, de acordo com dados da Spac Research. Em resposta a isso, muitos dos negócios recentes têm sido estruturados de forma que investidores externos financiem a maior parte do aporte inicial do patrocinador, em troca de uma pequena parte das ações.

A prática é polêmica. Alguns temem que isso possa alimentar a percepção de que os fundadores de Spacs querem ganhar dinheiro rápido sem assumir um comprometimento suficiente. Um executivo de banco de investimento que trabalhou em vários desses negócios, no entanto, considera razoável compartilhar algum risco e “criar alinhamento” entre patrocinadores e seus investidores de IPO.

Fang, da Explorer Acquisitions, tem a esperança de que a Spac possa seguir uma trajetória semelhante a outra palavra de quatro letras nos mercados de capitais — os bônus “junk”. “As Spacs podem precisar ser rebatizadas para algo um pouco mais palatável. Os bônus junk acabaram sendo rebatizados como bônus de alto rendimento. Aquisições alavancadas se tornaram private equity. Algo nesse sentido, que mude a percepção de precariedade para algo um pouco mais legítimo.”

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 26/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.016,3359730	0,06	0,79	5,33
IRF-M	1+**	20.207,3602410	0,31	1,11	1,33
IRF-M	Total	18.395,4150300	0,22	1,00	2,52
IMA-B	5***	9.334,8725710	0,07	0,65	3,99
IMA-B	5+****	11.298,0063470	0,49	2,52	-2,64
IMA-B	Total	9.955,0648330	0,29	1,60	0,48
IMA-S	Total	6.785,4338220	0,04	0,82	6,18
IMA-Geral	Total	8.229,9578720	0,15	1,08	3,53

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	12/07	11/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,58	33,34	33,64	29,38	37,09	34,52
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,27	25,08	26,59	24,27	26,49	24,62
Conta garantida pré - a.a.	46,97	41,93	42,17	47,85	39,77	45,48
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,70	21,78	23,08	21,65	21,92	28,54
Vendor pré - a.a.	17,98	17,98	15,70	16,40	15,78	19,34
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	18,69	19,46	17,84	18,22	18,80	18,90
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,57	18,57	17,75	17,78	18,15	17,80
Conta garantida pós - a.a.	24,38	24,77	24,38	24,76	25,41	27,48
ACC pós - a.a.	8,50	8,07	8,23	8,34	8,71	8,69
Factoring - a.m.	3,22	3,24	3,27	3,27	3,28	3,51

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	26/07/24	25/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3500	5,3400	5,3300	5,3400	5,0600
1 mês	-	5,3492	5,3445	5,3364	5,3351	5,0694
3 meses	-	5,3598	5,3579	5,3533	5,3533	5,0687
6 meses	-	5,3896	5,3887	5,3873	5,3877	4,8952
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6650	3,6630	3,6560	3,6610	3,4020
1 mês	-	3,6672	3,6672	3,7869	3,8102	3,4067
3 meses	-	3,8088	3,8252	3,8829	3,8883	3,2195
6 meses	-	3,8862	3,8943	3,9227	3,9264	2,8866
1 ano	-	3,9062	3,9018	3,8863	3,8848	1,8899
Euribor ***						
1 mês	-	3,604	3,626	3,632	3,646	3,545
3 meses	-	3,686	3,698	3,711	3,722	3,714
6 meses	-	3,619	3,633	3,682	3,672	3,952
1 ano	-	3,481	3,502	3,578	3,576	4,114
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,37	5,36	5,36	5,37	5,33	5,34
T-Bill (3 meses)	5,29	5,31	5,33	5,36	5,38	5,43
T-Bill (6 meses)	5,13	5,15	5,20	5,32	5,35	5,50
T-Note (2 anos)	4,39	4,43	4,51	4,75	4,75	4,85
T-Note (5 anos)	4,08	4,13	4,17	4,38	4,35	4,12
T-Note (10 anos)	4,20	4,24	4,24	4,40	4,33	3,80
T-Bond (30 anos)	4,46	4,48	4,45	4,56	4,46	3,94

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês jul/24*	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,79	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	6,05	11,68
CDI	0,79	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	6,05	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	1,00	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	2,52	7,89
IMA-B	1,60	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	0,48	3,07
IMA-S	0,82	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	6,18	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	2,89	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,99	4,93
Índice Small Cap	2,21	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-12,98	-11,96
IBrX 50	2,96	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-3,34	7,39
ISE	2,96	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-7,48	-5,90
IMOB	4,60	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-13,01	-8,32
IDIV	1,82	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-1,65	12,09
IFIX	0,85	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	1,95	6,09
Dólar Ptax (BC)	1,58	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	16,63	15,35
Dólar Comercial (mercado)	1,24	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	16,60	16,69
Euro (BC) (4)	2,98	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	14,58	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	2,64	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	14,40	14,54
Ouro (BC)	4,07	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	34,70	39,96
Inflação								
IPCA	-	0,21	0,46	0,38	0,16	0,83	2,48	4,23
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 26/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 23/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.599.720,75					29.192,20	76.585,05	273.743,37	242.792,68
RF Indexados (2)	145.718,01	-0,15	0,80	3,04	7,67	3,14	-2.363,48	-9.531,41	-11.947,06
RF Duração Baixa Soberano (2)	702.484,71	0,04	0,61	5,46	10,71	4.961,10	28.807,26	59.212,40	45.242,35
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	864.140,43	0,04	0,70	6,21	12,21	3.067,48	10.664,31	62.245,52	69.065,49
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	184.982,31	0,04	0,05	6,28	12,30	636,58	4.639,57	77.443,92	82.355,03
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	169.192,97	-0,01	0,66	4,93	9,14	-286,08	-823,52	-4.045,18	-5.046,70
RF Duração Livre Soberano (2)	217.249,75	-0,01	0,71	4,98	9,99	528,05	3.376,63	-12.329,61	-32.490,31
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	665.187,88	0,02	0,73	5,50	10,89	17.891,68	21.988,57	-13.401,61	-35.271,66
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	372.461,87	-0,04	0,85	5,38	11,33	766,98	7.659,44	86.302,46	132.591,90
Ações	619.873,47					2,13	-3.026,72	-2.627,77	38.284,77
Ações Indexados (2)	10.311,62	-1,01	2,20	-5,59	5,03	-19,29	-2,80	399,10	-728,74
Ações Índice Ativo (2)	30.642,61	-1,05	2,71	-5,96	3,01	-23,83	-1.328,55	-5.285,67	-5.208,76
Ações Livre	225.658,25	-0,81	2,70	-2,76	5,39	24,30	-1.160,37	182,63	-4.411,31
Fechados de Ações	125.407,57	-0,34	0,59	-3,64	-2,60	-1,46	178,58	-1.454,17	28.946,37
Multimercados	1.690.219,09					-2.263,76	-21.281,82	-98.942,86	-223.454,23
Multimercados Macro	143.814,56	0,03	1,21	1,89	6,43	-314,68	-6.685,38	-34.079,44	-56.242,65
Multimercados Livre	649.427,72	-0,09	0,81	4,53	9,19	-365,61	-5.158,47	-8.555,67	-62.635,24
Multimercados Juros e Moedas	49.249,44	0,05	0,73	5,30	10,97	-71,60	-841,96	-8.732,49	-15.342,69
Multimercados Invest. no Exterior (2)	765.921,07	0,01	0,31	5,53	12,03	-1.439,03	-9.017,53	-48.854,56	-85.196,86
Cambial	6.205,73	0,46	0,53	18,93	24,02	-5,86	-448,32	-796,82	-1.521,66
Previdência	1.448.167,61					413,89	2.842,59	21.657,73	41.672,20
ETF	43.911,69					435,65	-1.197,92	-2.991,81	-5.181,24
Demais Tipos	2.036.130,13					1.986,74	5.186,81	54.314,25	55.616,30
Total Fundos de Investimentos	**7.408.098,33**					**27.774,26**	**53.472,86**	**190.041,84**	**92.592,53**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.723.232,58**					**748,27**	**42.648,27**	**75.692,28**	**130.975,55**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**9.179.772,78**					**28.522,53**	**96.121,13**	**265.734,12**	**223.568,08**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	26/07/24	25/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	10,71
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8518
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,57
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9917
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,53	10,53	10,50	10,49	10,45	13,07
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,86	10,89	10,74	10,72	10,61	12,43
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,44	10,42	10,42	10,41	13,33
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,47	10,47	10,45	10,44	10,42	13,22
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,53	10,53	10,50	10,49	10,45	13,08
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,63	10,63	10,57	10,55	10,49	12,87
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,84	10,86	10,73	10,72	10,60	12,47
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,43	11,47	11,17	11,18	10,94	11,29

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 26/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.843,00	10,405	85.860	10,402	10,410	10,410
Vencimento em set/24	98.980,68	10,440	99.202	10,432	10,442	10,432
Vencimento em out/24	98.159,18	10,475	189.243	10,462	10,484	10,464
Vencimento em nov/24	97.255,09	10,539	6.631	10,515	10,565	10,560
Vencimento em dez/24	96.489,23	10,649	1.124	10,645	10,670	10,665
Vencimento em jan/25	95.635,99	10,763	890.916	10,740	10,785	10,755
Vencimento em fev/25	94.733,46	10,881	9.305	10,875	10,905	10,880
Vencimento em mar/25	93.896,74	11,005	1.864	11,000	11,030	11,030
Vencimento em abr/25	93.092,80	11,124	144.818	11,105	11,170	11,115
Vencimento em mai/25	92.263,27	11,209	1.803	11,195	11,225	11,215
Vencimento em jun/25	91.392,65	11,292	2.213	11,275	11,340	11,295

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	5.669,96	0,28	256.460	5.618,50	5.675,50	5.668,50
Vencimento em set/24	5.688,06	0,27	240	5.650,50	5.692,50	5.686,00
Vencimento em out/24	5.705,25	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.725,00	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.741,68	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	6.155,70	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	6.184,83	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.212,38	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	128.155	1,26	64.310	126.605	128.370	128.245
Vencimento em out/24	130.241	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	132.361	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 26/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,6459	5,6465	0,11	1,58	16,63	19,20
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,6572	5,6578	0,18	1,24	16,60	19,68
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6946	5,8746	0,27	1,38	16,39	19,62
Euro (BC) - (R$/€)	6,1292	6,1321	0,09	2,98	14,58	16,86
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1421	6,1427	0,29	2,64	14,40	17,10
Euro Turismo (R$/€)	6,2172	6,3972	0,34	2,88	14,09	17,09
Euro (BC) - (US$/€)	1,0856	1,0860	-0,02	1,38	-1,76	-1,97
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	432,9678	433,0138	1,03	4,07	34,70	44,16
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.386,38	0,94	2,66	15,55	21,01
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.374,55	0,14	2,02	15,14	20,41

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	26/07/24	25/07/24	No fim de jun/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	162.572,64	161.489,89	158.096,12	173.997,89	0,67	2,83	-6,57
Valor-Coppead Mínima Variância	99.570,11	98.537,99	95.968,24	93.533,91	1,05	3,75	6,45

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 26/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 26/07/24

Índice	26/07/24	25/07/24	Em 28/06/24	29/12/23	26/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	182,92	181,26	183,93	165,54	159,84	0,92	-0,55	10,50	14,45
S&P BNY Emergentes	346,94	342,87	353,54	312,75	312,21	1,19	-1,87	10,93	11,12
S&P BNY América Latina	189,35	188,17	189,48	225,28	214,28	0,63	-0,07	-15,95	-11,63
S&P BNY Brasil	186,42	185,22	186,15	232,95	217,38	0,65	0,14	-19,97	-14,24
S&P BNY México	295,63	294,06	294,86	331,67	326,69	0,53	0,26	-10,87	-9,51
S&P BNY Argentina	221,64	219,58	230,09	178,27	161,53	0,94	-3,67	24,33	37,21
S&P BNY Chile	138,40	137,58	137,44	162,12	186,38	0,60	0,70	-14,63	-25,74
S&P BNY Índia	3.125,50	3.070,19	3.032,46	2.923,01	2.941,03	1,80	3,07	6,93	6,27
S&P BNY Ásia	215,23	213,06	219,12	189,60	186,08	1,02	-1,77	13,52	15,67
S&P BNY China	305,89	303,32	302,10	336,11	361,20	0,85	1,25	-8,99	-15,31
S&P BNY África do Sul	209,44	206,75	200,45	199,87	231,02	1,30	4,48	4,79	-9,34
S&P BNY Turquia	37,41	37,00	34,29	22,45	19,64	1,10	9,09	66,61	90,50

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8448
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752	0,5752	0,8462
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8083
12/07 a 12/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7714
13/07 a 13/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
14/07 a 14/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
16/07 a 16/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8453
17/07 a 17/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
18/07 a 18/08	0,0709	0,5713	0,5713	0,8097
19/07 a 19/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7723
20/07 a 20/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7718
21/07 a 21/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8087
22/07 a 22/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8457
23/07 a 23/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8461
24/07 a 24/08	0,0754	0,5758	0,5758	0,8470
25/07 a 25/08	0,0710	0,5714	0,5714	0,8105

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 26/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	127.492	1,22	2,89	-4,99	4,02
IBrX	53.867	1,17	2,82	-4,58	4,53
IBrX 50	21.474	1,22	2,96	-3,34	6,08
IEE	89.549	0,91	1,43	-5,69	-1,62
SMLL	2.048	0,74	2,21	-12,98	-11,80
ISE	3.482	1,07	2,96	-7,48	-4,14
IMOB	879	1,05	4,60	-13,01	-9,04
IDIV	8.924	0,63	1,82	-1,65	10,64
IFIX	3.376	0,03	0,85	1,95	6,33
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.579	1,11	1,30	-18,54	-12,73
IBrX	9.540	1,06	1,23	-18,18	-12,31
IBrX 50	3.803	1,11	1,37	-17,13	-11,01
IEE	15.859	0,80	-0,15	-19,14	-17,47
SMLL	363	0,63	0,62	-25,39	-26,01
ISE	617	0,96	1,37	-20,67	-19,58
IMOB	156	0,94	2,98	-25,42	-23,69
IDIV	1.580	0,52	0,24	-15,68	-7,19
IFIX	598	-0,09	-0,71	-12,59	-10,80

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 26/07/24	25/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	406	407	-1,0	3,0	61,0
África do Sul	324	326	-2,0	-3,0	-2,0
Argentina	1.562	1.585	-23,0	107,0	-345,0
Brasil	224	226	-2,0	-7,0	29,0
Colômbia	308	310	-2,0	2,0	43,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	186	186	0,0	0,0	19,0
Peru	107	105	2,0	5,0	5,0
Turquia	254	253	1,0	1,0	-22,0
Venezuela	16.987	16.814	173,0	-1.582,0	-7.105,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	16/07/24	361.913
dez/23	355.034	17/07/24	362.230
jan/24	353.563	18/07/24	362.317
fev/24	352.705	19/07/24	361.368
mar/24	355.008	22/07/24	361.261
abr/24	351.599	23/07/24	361.475
mai/24	355.560	24/07/24	361.907
jun/24	357.827	25/07/24	361.665

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	26/07/24	25/07/24	24/07/24	23/07/24	22/07/24	19/07/24
Índice	2.124,00	2.119,58	2.124,15	2.125,05	2.128,97	2.127,30
Var. no dia	0,21%	-0,22%	-0,04%	-0,18%	0,08%	0,08%
Var. no mês	0,80%	0,59%	0,81%	0,85%	1,04%	0,96%
Var. no ano	2,85%	2,63%	2,85%	2,90%	3,09%	3,01%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 26/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	35,9100	35,9400	0,15710	0,15720
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,6459	5,6465
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4883	36,5797	0,1543000	0,1547000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,8066	0,8243
Colon (Costa Rica)	522,5000	535,0000	0,010550	0,010810
Coroa (Dinamarca)	6,8723	6,8730	0,8215	0,8216
Coroa (Islândia)	137,9000	138,2100	0,04085	0,04095
Coroa (Noruega)	11,0117	11,0159	0,5125	0,5128
Coroa (Rep. Tcheca)	23,3420	23,3510	0,2418	0,2419
Coroa (Suécia)	10,8116	10,8137	0,5221	0,5223
Dinar (Argélia)	133,8300	135,1680	0,04177	0,04219
Dinar (Kuwait)	0,3056	0,3062	18,4386	18,4768
Dinar (Líbia)	4,8207	4,8430	1,1658	1,1713
Direitos Especiais de Saque ***	1,3265	1,3265	7,4893	7,4901
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6728	3,6731	1,5371	1,5374
Dirham (Marrocos)	9,8720	9,8770	0,5716	0,5720
Dólar (Austrália)***	0,6556	0,6558	3,7015	3,7030
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,6459	5,6465
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7769	2,8258
Dólar (Canadá)	1,3832	1,3836	4,0806	4,0822
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,7616	6,8442
Dólar (Cingapura)	1,3420	1,3428	4,2046	4,2075
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,6459	5,6465
Dólar (Hong Kong)	7,8072	7,8073	0,7232	0,7232
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5893	0,5897	3,3271	3,3297
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7560	6,8260	0,8271	0,8358
Euro (Comunidade Européia)***	1,0856	1,0860	6,1292	6,1321
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,1021	3,1642
Franco (Suíça)	0,8824	0,8828	6,3954	6,3990
Guarani (Paraguai)	7572,1000	7580,2000	0,0007448	0,0007457
Hryvnia (Ucrânia)	40,9900	41,1300	0,1373	0,1378
Iene (Japão)	153,8500	153,8800	0,03669	0,03670
Lev (Bulgária)	1,8012	1,8017	3,1337	3,1349
Libra (Egito)	48,2900	48,3900	0,1167	0,1169
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000063	0,000063
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2862	1,2863	7,2618	7,2631
Naira (Nigéria)	1580,0000	1660,0000	0,00340	0,00357
Lira (Turquia)	32,9311	32,9872	0,1712	0,1715
Novo Dólar (Taiwan)	32,7950	32,8250	0,17200	0,17220
Novo Sol (Peru)	3,7408	3,7428	1,5085	1,5094
Peso (Argentina)	928,5000	929,0000	0,00608	0,00608
Peso (Chile)	949,0800	950,6800	0,005939	0,005949
Peso (Colômbia)	4023,3200	4026,3200	0,001402	0,001403
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2352	0,2353
Peso (Filipinas)	58,3480	58,3680	0,09673	0,09677
Peso (México)	18,4083	18,4188	0,3065	0,3067
Peso (Rep. Dominicana)	59,0400	59,4200	0,09502	0,09564
Peso (Uruguai)	40,2800	40,3100	0,14010	0,14020
Rande (África do Sul)	18,2608	18,2758	0,3089	0,3092
Rial (Arábia Saudita)	3,7515	3,7517	1,5049	1,5051
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001344	0,0001344
Ringgit (Malásia)	4,6550	4,6600	1,2116	1,2130
Rublo (Rússia)	86,0955	86,1045	0,06557	0,06558
Rúpia (Índia)	83,7030	83,7580	0,06741	0,06746
Rúpia (Indonésia)	16285,0000	16295,0000	0,0003465	0,0003467
Rúpia (Paquistão)	278,2500	278,4000	0,02028	0,02029
Shekel (Israel)	3,6564	3,6586	1,5432	1,5443
Won (Coréia do Sul)	1383,2100	1383,7400	0,004080	0,004082
Yuan Renminbi (China)	7,2502	7,2519	0,7785	0,7788
Zloty (Polônia)	3,9336	3,9381	1,4337	1,4355

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2385,50	0,01304	432,9678	433,0138

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	26/07/24	25/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.589,34	39.935,07	1,64	3,76	7,69	14,27	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.023,66	18.830,59	1,03	-3,35	13,06	22,74	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.357,88	17.181,72	1,03	-2,11	15,63	22,87	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.459,10	5.399,22	1,11	-0,03	14,45	19,54	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.814,81	22.608,03	0,91	4,29	8,86	10,96	18.737,39	22.995,39
México	Cidade do México	IPC	52.819,58	52.931,87	-0,21	0,72	-7,96	-3,09	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.345,63	1.353,66	-0,59	-2,55	12,59	15,57	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	89.244,31	87.847,25	1,59	13,41	54,32	147,13	34.894,95	90.723,50
Chile	Santiago	IPSA	6.432,16	6.441,01	-0,14	0,29	3,78	0,83	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.682,90	29.538,96	0,49	-0,71	14,34	26,95	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.542.021,75	1.538.280,03	0,24	-4,30	65,86	227,32	441.515,67	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.474,98	1.459,79	1,04	-0,63	5,69	7,25	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.417,55	18.298,72	0,65	1,00	9,94	14,17	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.517,68	7.427,02	1,22	0,51	-0,34	2,77	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.812,44	33.771,07	0,12	1,99	11,40	16,67	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.088,20	4.070,21	0,44	5,17	10,26	7,82	3.290,68	4.088,20
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.656,64	2.669,99	-0,50	-8,00	16,34	32,51	1.970,75	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.165,90	11.145,60	0,18	2,03	10,53	16,31	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.469,25	1.463,82	0,37	4,63	13,62	9,27	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	906,64	898,57	0,90	-1,86	15,23	16,92	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	73.174,10	72.745,29	0,59	1,50	20,71	36,64	53.235,03	73.622,19
Polônia	Varsóvia	WIG	83.712,63	83.934,36	-0,26	-5,53	6,69	17,27	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.669,78	6.719,05	-0,73	2,93	4,27	6,31	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.102,01	1.121,76	-1,76	-4,90	1,71	6,09	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.578,75	2.562,37	0,64	0,36	7,53	15,37	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.241,49	12.105,54	1,12	2,06	9,91	9,46	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	10.891,42	10.871,48	0,18	2,29	45,80	61,50	6.743,86	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	2.053,76	-	5,46	9,49	10,31	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	81.120,51	80.678,19	0,55	1,77	5,50	4,61	69.451,97	82.154,06
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	37.667,41	37.869,51	-0,53	-4,84	12,56	15,30	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.153,40	8.094,30	0,73	1,74	4,14	7,03	6.960,20	8.303,50
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.569,59	1.547,41	1,43	-3,00	-14,60	-22,96	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.890,90	2.886,74	0,14	-2,58	-2,82	-10,30	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.731,90	2.710,65	0,78	-2,36	2,89	5,38	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.021,31	17.004,97	0,10	-3,94	-0,15	-12,10	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	81.332,72	80.039,80	1,62	2,91	12,59	21,92	63.148,15	81.343,46
Indonésia	Jacarta	JCI	7.288,17	7.240,28	0,66	3,18	0,21	4,89	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.307,21	1.291,58	1,21	0,48	-7,67	-14,26	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.119,21	Feriado	-3,29	-3,96	23,36	28,88	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PARANÁ – GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Protocolo: 22.034.955-0
Pregão Eletrônico nº 603/2024
Objeto: Abertura de licitação para aquisição de gêneros alimentícios para o Corpo de Bombeiros de Guaratuba e Pontal do Paraná.
Interessado: Corpo de Bombeiros do Paraná
Autorizado pelo Exmo. Sr. Secretário da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em 22 jul. 24 às 15h41min.
Abertura: 15/08/2024 às 09h.
O edital encontra-se à disposição no portal https://www.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (PREG-e. Nº 603/2024) e https://www.gov.br/compras/pt-br UASG nº 453079 - SESP-PR

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONVITE PARA APRESENTAR MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SERVIÇOS DE CONSULTOR INDIVIDUAL

PUBLICAÇÃO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº03/2024-PROFISCO II/SEFAZ-MA

Instituição: Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão
País: Brasil
Projeto: Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão-PROFISCO II-MA
Setor: Unidade de Coordenação do Projeto-UCP/Secretaria de Estado da Fazenda/SEFAZ-MA
Resumo: O Estado do Maranhão recebeu um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e se propõe à utilizar parte destes fundos para efetuar pagamentos de despesas elegíveis em virtude do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão – PROFISCO II para "Contratação de consultor individual especializado em plataformas de infraestrutura para atuar nas atividades de concepção, análise, projeto, implementação, implantação, documentação e otimização de ambientes de hardware e software voltados para a sustentação das aplicações constantes no portfólio de sistemas da SEFAZ-MA, bem como quaisquer novos projetos, proporcionando um ganho de eficiência aos serviços prestados pelo Corpo Técnico de Tecnologia da Informação (COTEC)".
Prazo final para recebimento de currículos: **dia 08 de agosto de 2024.**
A Secretaria de Estado da Fazenda convida Consultores elegíveis a manifestar o interesse em prestar os serviços solicitados. Para acesso ao Convite completo, acesse o link: https://encurtador.com.br/gRWXY

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas, Bijuterias, Ourivesarias, Relógios e de Profissionais de Assistência Técnica em Relojoaria do Estado de São Paulo - Edital de Convocação - Pelo presente edital, fica **CONVOCADO** a eleição para a composição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Delegados Representantes Junto a Federação e seus respectivos Suplentes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas, Bijuterias, Ourivesarias, Relógios e de Profissionais de Assistência Técnica em Relojoaria do Estado de São Paulo exceto Limeira, para o quadriênio de 25.09.2024 a 24.09.2028, que será realizada em escrutínio secreto nos dias 22 e 23 de agosto de 2024 das 07:00 às 18:00. Os locais de votação serão divulgados em aditamento a este edital, que será afixado na sede e sub sede do sindicato. O registro de chapas deverá ser efetuado no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da publicação deste edital, na secretaria da sede do sindicato, localizada na Rua Jardim Francisco Marcos, 44, Bela Vista, São Paulo - SP, que funcionará neste período 08:00 às 12:00 horas, na forma do artigo 63º do Estatuto Social que ficará à disposição dos interessados na secretaria da entidade. Será concedido prazo de 03 (três) dias para impugnação das chapas globalmente ou candidatos individualmente e também o processo eleitoral, contados a partir da afixação das chapas registradas na sede e sub sede da entidade, nos termos do artigo 75º do Estatuto Social e demais normas estatutárias. São Paulo, 28 de julho de 2024. **João José Sena** - Presidente.

CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CNPJ nº 08.417.544/0001-65. **CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COTISTAS.** Rio de Janeiro, 29 de julho de 2024. Ref.: Convocação para a Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas do **Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.** Prezado(a) Cotista, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de instituição administradora do **CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.417.544/0001-65 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente), vem, por meio desta, convidá-lo(a) para participar de Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, a realizar-se remotamente a partir da sede social da Administradora, localizada na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, sala 201, Condomínio Mario Henrique Simonsen, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, em primeira convocação, em 8 de agosto de 2024, às 11:00 horas, e, em segunda convocação, em 13 de agosto de 2024, às 11:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: (i)** a emissão da 34ª (trigésima quarta) série de cotas seniores do Fundo ("Cotas Seniores da 34ª Série"); **(ii)** a emissão de nova classe de Cotas Subordinadas Mezanino II, a ser denominada "Cota Subordinada Mezanino II-D" ("Cotas Subordinadas Mezanino II-D"), conforme solicitação feita pela Pravaler S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 04.531.065/0001-14, na qualidade de gestora da carteira do Fundo ("Gestora"); **(iii)** a realização da oferta pública de distribuição das Cotas Seniores da 34ª Série e das Cotas Subordinadas Mezanino II-D, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), via rito de registro automático sem análise prévia da CVM, exclusivamente junto a investidores profissionais, nos termos do Artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("Investidores Profissionais"); e **(iv)** a autorização à Administradora para a prática de todos e quaisquer atos necessários à efetivação das matérias constantes desta ordem do dia, caso sejam aprovadas, nos termos listados acima. A Administradora esclarece o seguinte: (A) em relação ao item **(i)** da ordem do dia, trata-se da emissão da 34ª (trigésima quarta) série de Cotas Seniores do Fundo, no valor de, no mínimo, R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e, no máximo, R$ 330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de reais), com prazo de 60 (sessenta) meses, cuja Meta de Remuneração será calculada nos termos do Suplemento de Cotas Seniores da 34ª Série, com base na variação da Taxa DI, acrescida de sobretaxa sênior, calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a 1ª Data de Integralização de Cotas Seniores da 34ª Série até a respectiva Data de Resgate, nos termos do item 14 do Regulamento. Observado o disposto acima, a quantidade final e a sobretaxa sênior das Cotas Seniores da 34ª Série serão definidas de acordo com procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*") conduzido pelo Coordenador Líder (conforme abaixo definido). (B) em relação ao item **(ii)** da ordem do dia, trata-se da emissão de Cotas Subordinadas Mezanino II-D, no valor de, no mínimo, R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e, no máximo, R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com prazo de 60 (sessenta) meses, cuja Meta de Remuneração será calculada nos termos do Suplemento de Cotas Subordinadas Mezanino II-D, com base na variação da Taxa DI, acrescida de sobretaxa mezanino, calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a 1ª Data de Integralização de Cotas Subordinadas Mezanino II-D até a respectiva Data de Resgate, nos termos do item 14 do Regulamento, sendo certo que, a critério da Administradora e da Gestora, a emissão de Cotas Subordinadas Mezanino II-D poderá não ser implementada, desde que observada a Relação Mínima. Observado o disposto acima, a quantidade final e a sobretaxa mezanino das Cotas Subordinadas Mezanino II-D se subordinarão, para efeitos de eventual amortização, resgate e distribuição de rendimentos da carteira do Fundo, às Cotas Subordinadas Mezanino II em circulação nesta data, a todas as Cotas Seniores, a todas as Cotas Subordinadas Mezanino I e a todas as Cotas Subordinadas Mezanino Potenciais I a serem emitidas após sua emissão, mas, para os mesmos efeitos, não se subordinarão a eventuais Cotas Subordinadas Mezanino Potenciais II a serem emitidas após sua emissão, nem tampouco às Cotas Subordinadas Júnior. A emissão de Cotas Subordinadas Mezanino II-D foi solicitada pela Gestora. Visando proporcionar aderente à Relação Mínima, a Gestora poderá orientar a Administradora a providenciar a emissão, pelo Fundo, de Cotas Subordinadas Júnior em montante suficiente para o seu reenquadramento, caso aplicável. As Cotas Subordinadas Júnior terão as características descritas no Regulamento. As Cotas Subordinadas Júnior serão emitidas nos termos do item 13.5.2 do Regulamento, não serão objeto de oferta pública e serão subscritas exclusivamente pela Gestora, conforme item 13.6.3 do Regulamento. (C) em relação ao item **(iii)** da ordem do dia, trata-se da realização de oferta pública de distribuição, nos termos da Resolução CVM 160, das Cotas Seniores da 34ª Série e das Cotas Subordinadas Mezanino II-D, via rito de registro automático sem análise prévia da CVM, exclusivamente junto a Investidores Profissionais, a ser realizada em regime de melhores esforços de colocação, sob a coordenação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários definida pelos Cotistas na Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas ("Coordenador Líder"). (D) a emissão das Cotas Seniores da 34ª Série e das Cotas Subordinadas Mezanino II-D deverá observar as demais condições previstas no Regulamento, incluindo, mas sem qualquer limitação, as Condições Para Novas Emissões de Cotas aplicáveis. O atendimento a tais condições deverá ser confirmado pela Administradora no momento da realização da Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas. Encontram-se anexas a este Edital de Convocação (i) a minuta proposta do Suplemento de Cotas Seniores da 34ª Série e (ii) a minuta proposta do Suplemento de Cotas Subordinadas Mezanino II-D, como **ANEXOS I** e **II**, respectivamente. Exceto quando especificamente definidos neste Edital de Convocação, os termos aqui utilizados iniciados em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuído no Regulamento. Atenciosamente, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. -** Administradora.

FERTILIZANTES HERINGER S.A.
COMPANHIA ABERTA
DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ/MF Nº 22.266.175/0001-88 - NIRE 32.3.0002794-6
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 31 do mês de agosto de 2023, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Irene Karcher, n° 620, Bairro Betel, Município de Paulínia, Estado de São Paulo, CEP 13.148-906 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: Convocação realizada nos termos do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia. Presença da maioria dos membros do Conselho de Administração, por videoconferência, nos termos do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** A Reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Donal Mathews Lambert e secretariada pela Sra. Marissol Merussi Sapatel. **4. Ordem do Dia**: Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a convocação de assembleia geral extraordinária ("AGE"), a ser realizada, em primeira convocação, em 22 de setembro de 2023, para deliberar sobre as matérias constantes da proposta da administração recebida por este Conselho, a ser submetida à AGE; **(ii)** a aprovação das políticas internas e documentos de governança corporativa obrigatórios, de modo a atender aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado emitido pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Regulamento do Novo Mercado", respectivamente); **(iii)** a aprovação dos Regimentos Internos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria não estatutário; **(iv)** a criação e instalação do Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia, bem como a nomeação de seus membros e aprovação do orçamento próprio do Comitê de Auditoria; **(v)** a aprovação das atribuições referentes à auditoria interna da Companhia, a contratação da empresa Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda. para o exercício de tal função, bem como a aprovação do orçamento que será destinado a essa finalidade; **(vi)** a celebração de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas Administrativos entre Partes Relacionadas; **(vii)** outros assuntos; e **(viii)** a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta reunião. **5. Deliberações:** Após discussão e análise da matéria constante da ordem do dia, os membros presentes do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições: **(i)** aprovar a convocação da AGE, que deverá deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia, para, primordialmente, adequá-lo às novas regras do Regulamento do Novo Mercado, bem como para consolidá-lo, nos termos da proposta da administração por eles revisada, de forma a: (a) alterar o Artigo 6º para alterar o capital autorizado da Companhia, de modo que o capital social possa ser aumentado em até 64.628.741 (sessenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e oito mil e setecentas e quarenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária; (b) harmonizar as disposições do Estatuto Social com as regras atuais do Regulamento do Novo Mercado, com a consequente: **(1)** alteração do: (i) Artigo 18º, alíneas "a", "b"; (ii) Artigo 20º, Parágrafo único; (iii) Artigo 30º, Parágrafo 1º; e (iv) Artigo 38º caput e Parágrafo 1º; **(2)** exclusão dos seguintes dispositivos: (i) Artigo 10º; (ii) Artigo 18º, alínea "w"; (iii) Artigo 38º, Parágrafos 2º, 3º e 4º; (iv) Artigo 40º; (v) Artigo 41º; (vi) Artigo 42º; (vii) Artigo 43º; (viii) Artigo 44°; (ix) Artigo 45; (x) Artigo 46º; (xi) Artigo 47º; (xii) Artigo 48º; (xiii) Artigo 49º; (xiv) Artigo 50º; (xv) Artigo 51º; e **(3)** inclusão dos seguintes novos dispositivos (i) Artigo 9°, Parágrafo 3º e (ii) Artigo 39º; e (c) renumerar todas as disposições do Estatuto Social e referências cruzadas aos artigos nele contidos em decorrência das alterações acima propostas. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para divulgação dos materiais necessários à convocação e realização da AGE. **(ii)** a aprovação das seguintes políticas internas e documentos de governança corporativa obrigatórios, que, após rubricados pela mesa, permanecerão arquivados na sede da Companhia: (a) Política de Gerenciamentos de Riscos; (b) Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária; (c) Política de Remuneração de Administradores; (d) Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse; e (e) a reforma do Código de Ética e Conduta da Companhia, de modo a, dentre outros, adequá-lo aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado. **(iii)** a aprovação dos seguintes regimentos internos que, após rubricados pela mesa, permanecerão arquivados na sede da Companhia: (a) Regimento Interno do Comitê de Auditoria; (b) Regimento Interno do Conselho de Administração; e (c) Regimento Interno do Conselho de Administração. **(iv)** aprovar a criação e instalação do Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e aprovar a nomeação dos seguintes membros para compor o Comitê de Auditoria da Companhia, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos: **Flávio César Maia Luz**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 3.928.435-9, inscrito no CPF/MF sob o nº 636.622.138-34, residente e domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, membro independente do Conselho de Administração, como Coordenador do Comitê de Auditoria; **Leomir Pereira dos Santos**, brasileiro, solteiro, contador, portador da cédula de identidade RG nº 17.929.712, inscrito no CPF/MF sob o nº 106.992.156-41, residente e domiciliado na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, como membro do Comitê de Auditoria; **José Roberto Lopes**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 3776482, inscrito no CPF/MF sob o nº 879.482.221-20, residente e domiciliado na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, como membro do Comitê de Auditoria; O Sr. **José Roberto Lopes**, ora nomeado como membro do Comitê de Auditoria, possui reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Os membros do Comitê de Auditoria da Companhia ora eleitos tomarão posse em seus respectivos cargos no prazo de até 30 (trinta) dias contados da presente data mediante a apresentação do respectivo termo de posse. O orçamento próprio anual do Comitê de Auditoria aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 16 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria foi de R$ 552.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil reais). **(v)** a aprovação das atribuições da área de auditoria interna da Companhia, cuja função será desempenhada pela Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda. (empresa de auditoria contratada pela Companhia especificamente para esse fim), nos termos do parágrafo único do artigo 23 do Regulamento do Novo Mercado, que, de acordo com o artigo 23 "*caput*" do Regulamento do Novo Mercado, será responsável por: (a) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações; (b) fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; (c) revisar e avaliar a eficácia, suficiência e aplicação dos controles contábeis, financeiros e operacionais; (d) determinar a extensão do cumprimento das normas, dos planos e procedimentos vigentes; (e) determinar a extensão dos controles sobre a existência dos ativos da empresa e da sua proteção contra todo o tipo de perda; (f) determinar o grau de confiança, das informações e dados contábeis e de outra natureza, preparados dentro da empresa; (g) avaliar a qualidade alcançada na execução de tarefas determinadas para o cumprimento das respectivas responsabilidades; e (h) consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de *compliance*) da Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. A área de auditoria interna deverá reportar suas atividades ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, se reportará ao Conselho de Administração. O orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração para a área de auditoria interna foi de R$ 634.000,00 (seiscentos e trinta e quatro mil reais). **(vi)** Aprovar a celebração de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas Administrativos entre Partes Relacionadas, com vigência por prazo indeterminado, sendo partes, a Companhia e as seguintes sociedades do seu Grupo Econômico: (a) Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda.; (b) Fertilizantes Tocantins S.A.; (c) Heringer Participações Ltda.; e (d) Salitre Fertilizantes Ltda.. **(vii)** Eleger, nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, **como Vice-Presidente do Conselho de Administração**, o Sr. Gustavo Bastide Horbach, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 641.684.845-72, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o qual já é membro efetivo deste Conselho. Trata-se apenas de alteração do ocupante do cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, sem representar qualquer alteração na composição atual do órgão, ou seja, o Sr. Dmitry Boldyrev, russo, casado, engenheiro industrial, inscrito no CPF/MF sob o nº 718.890.521-59, residente e domiciliado na Cidade de São Petersburgo, Rússia, anterior ocupante do cargo, continuará integrando o Conselho de Administração da Companhia como membro efetivo. **(viii)** a autorização à Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para a formalização das deliberações aprovadas acima, com a ratificação de todos os atos praticados até o momento. **6. Encerramento:** Inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual lavrou-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. **7. Mesa:** Donal Mathews Lambert – Presidente; Marissol Merussi Sapatel – Secretária. **8. Conselheiros:** Donal Mathews Lambert; Gustavo Bastide Horbach; Olga Pleklavo; Flávio César Maia Luz; Antonio Donizetti Rubbo. **9. Certidão:** Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Paulínia, 31 de agosto de 2023. Donal Mathews Lambert - **Presidente**; Marissol Merussi Sapatel - **Secretária**. JUCESP sob nº 284.046/24-3 em 24/07/24. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) do bem imóvel abaixo descrito, nos termos da legislação vigente - MM. Juiz de Direito Dr. Luiz Gustavo Esteves, da 11ª Vara Cível – Foro Central Cível, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - **Processo nº 1044771-37.2023.8.26.0100 –** Partes: **BANCO SAFRA S/A (CNPJ/MF Nº 58.160.789/0001-28)** em face de **SUPERMERCADO BERG E BERG LTDA (CNPJ/MF Nº 36.453.744/0001-09), ROSEMBERG DA SILVA MOURA (CPF/MF Nº 803.357.307-77), GUTTEMBERG DA SILVA MOURA (CPF/MF Nº 789.202.807-20), ANA CLAUDIA SOARES FIGUEIRA (CPF/MF Nº 016.054.087-94), GUADANUCE DE A SOUZA MOURA (CPF/MF Nº 645.300.867-04), LINDEMBERG SILVA MOURA (CPF/MF Nº 023.581.937-98), ANDREA DE OLIVEIRA MOURA (CPF/MF Nº 016.070.867-27)** para intimação dos executados: **SUPERMERCADO BERG E BERG LTDA (CNPJ/MF Nº 36.453.744/0001-09), ROSEMBERG DA SILVA MOURA (CPF/MF Nº 803.357.307-77), GUTTEMBERG DA SILVA MOURA (CPF/MF Nº 789.202.807-20), ANA CLAUDIA SOARES FIGUEIRA (CPF/MF Nº 016.054.087-94), GUADANUCE DE A SOUZA MOURA (CPF/MF Nº 645.300.867-04), LINDEMBERG SILVA MOURA (CPF/MF Nº 023.581.937-98), ANDREA DE OLIVEIRA MOURA (CPF/MF Nº 016.070.867-27);** bem como, dos credores: **RAIMUNDO CELSO ALVES (CPF/MF Nº 444.555.503-72), WALLACE BRAGA GADIOLI PEREIRA (CPF/MF Nº 150.224.487-00), DIEGO WAGNER DA SILVA PIO (CPF/MF Nº 096.909.067-63), CALDAO ALIMENTOS LTDA (CNPJ/MF Nº 02.396.219/0002-68), SIMONE VIANA DOS SANTOS DA SILVA (CPF/MF Nº 118.965.557-80), JOAO PAULO FREIRE MACHADO BELLO (CPF/MF Nº 064.012.357-05) e ANA PAULA CASTRO DE OLIVEIRA CORREA (CPF/MF Nº 123.478.357-69). 01 – BENS: IMÓVEIS: LOTE 01 - LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Rua Afonso Franco, nº 392, Centro – Paracambi/RJ – CEP: 26600-000 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Um imóvel residencial com 254m² de área construída e 506,90m² de área total de terreno, anteriormente descrito como, lote de terreno nº 40 (quarenta), situado na rua Afonso Franco, Zona Urbana da cidade de Paracambi, com área de 506,90m² (quinhentos e seis metros e noventa centímetros quadrados), tendo: 22,50m. de frente para a rua Afonso Franco; 22,60m pelo lado direito, para o lote n° 39; 25,20m, pelo lado esquerdo, para o lote nº 41; e 20m, pela linha dos fundos para uma rua projetada. **Matrícula Imobiliária nº** 3.278, registrada perante o Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Munícipio de Paracambi/RJ. **Inscrição Municipal nº** 4703. ÔNUS**: R. 02.** 03/10/2023, Penhora exequenda, 1044771-37.2023.8.26.0100, Banco Safra S.A; **Av. 03**. 02/05/2024, Indisponibilidade, 0100136-16.2023.5.01.0076, Raimundo Celso Alves; **Av. 04**. 02/05/2024, Indisponibilidade, 0101016-13.2022.5.01.0021, Wallace Braga Gadioli Pereira. **OBS. 01:** Os executados Lindemberg Silva Moura e Andrea de Oliveira Moura impugnaram a constrição judicial que recaiu sobre o imóvel, objetivando o reconhecimento da impenhorabilidade, por supostamente se tratar de bem de família (f. 696/700). A impugnação foi rejeitada (f. 725). Da decisão não houve recurso. **OBS. 02:** Eventuais regularizações registrais/cadastrais serão de responsabilidade do Arrematante. **VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL:** R$ 648.517,40 (Abr/2024 – Avaliação às fls. 728/802 – Homologação às fls. 838). **DÉBITOS TRIBUTÁRIOS:** Não há débitos até a data de confecção deste edital. Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional). **LOTE 02 - LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Rua Soares Filho, nº 112 e 120, Centro – Paracambi/RJ – CEP: 26600-000 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Um lote com 698m² de área total de terreno, anteriormente descrito nas matrículas nº 2.248 e 3.427 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Munícipio de Paracambi/RJ, sendo o lote de terreno nº 10 (dez) da rua Soares Filho, zona urbana da cidade Paracambi, com 126,35m², medindo 5m na linha de frente; 26,7m pelo lado direito, para o lote nº 12; 26,5m pelo lado esquerdo, para o lote nº 08; e 4,5m na linha de fundos, para o lote nº 15 (Matrícula nº 2.248 do 1º CRI do Munícipio de Paracambi/RJ); o prédio e terreno, situado na rua 05 de julho, nº 12, na Vila de Tairetá, 7º Distrito do Município de Paracambi, sendo o prédio coberto de telhas planas, forrado e acimentado com um puxado ao lado, todo reformado e o terreno tem a área de 572,25m² (quinhentos e setenta e dois metros e vinte e cinco centímetros quadrados) medindo pela frente com a citada rua; 28,10m; pelo lado esquerdo com deflexão 90º30'E, 25m, até uma vertente situada nos fundos; desta verti-se com deflexão de 89º30'E, pelos fundos até um ponto situado à margem do ribeirão dos macacos; e finalmente por este ribeirão abaixo até a frente da rua 05 de julho, confrontando frente com a rua 05 de julho; lado esquerdo com terrenos da Cia Têxtil Brasil Industrial, arrendados aos irmãos Bittencourt; fundos ainda com terrenos da mesma companhia, arrendados a Antônio Pinto Coelho e a direita com o citado ribeirão dos macacos junto a ponte chamada de barreira (Matrícula nº 3.427 do 1º CRI do Munícipio de Paracambi/RJ). **Matrícula Imobiliária nº** 2.248 e 3.427 ambas registradas perante o Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Munícipio de Paracambi/RJ. ÔNUS **– MATRÍCULA Nº** 2.248**: R. 08.** 13/07/2023, Penhora, 0100133-31.2023.5.01.0571, Diego Wagner da Silva Pio; **Av. 09**. 01/09/2023, Ajuizamento de ação, 0800640-42.2023.8.19.0039, Caldao Alimentos Ltda; **R. 10**. 02/10/2023, Penhora, 1027163-26.2023.8.26.0100, Banco Safra S.A; **R. 11**. 03/10/2023, Penhora exequenda, 1044771-37.2023.8.26.0100, Banco Safra S.A; **Av. 12**. 18/12/2023, Indisponibilidade, 0101156-18.2022.5.01.0063, Simone Viana dos Santos da Silva; **Av. 13**. 20/02/2024, Indisponibilidade, 0100282-59.2023.5.01.0043, Joao Paulo Freire Machado Bello; **Av. 14**. 02/05/2024, Indisponibilidade, 0100136-16.2023.5.01.0076, Raimundo Celso Alves; **Av. 15**. 02/05/2024, Indisponibilidade, 0101016-13.2022.5.01.0021, Wallace Braga Gadioli Pereira; **Av. 16**. 07/05/2024, Indisponibilidade, 0100918-98.2022.5.01.0030, Ana Paula Castro De Oliveira Correa. ÔNUS **- MATRÍCULA Nº** 3.427: **R. 04**. 13/07/2023, Penhora, 0100133-31.2023.5.01.0571, Diego Wagner da Silva Pio; **Av. 05**. 01/09/2023, Ajuizamento de ação, 0800640-42.2023.8.19.0039, Caldao Alimentos Ltda; **R. 06**. 02/10/2023, Penhora, 1027163-26.2023.8.26.0100, Banco Safra S.A; **R. 07**. 03/10/2023, Penhora exequenda, 1044771-37.2023.8.26.0100, Banco Safra S.A; **Av. 08**, 18/12/2023, Indisponibilidade, 0101156-18.2022.5.01.0063, Simone Viana dos Santos da Silva; **Av. 09**. 20/02/2024, Indisponibilidade, 0100282-59.2023.5.01.0043, Joao Paulo Freire Machado Bello; **Av. 10**. 02/05/2024, Indisponibilidade, 0100136-16.2023.5.01.0076, Raimundo Celso Alves; **Av. 11**. 02/05/2024, Indisponibilidade, 0101016-13.2022.5.01.0021, Wallace Braga Gadioli Pereira; **Av. 12**. 07/05/2024, Indisponibilidade, 0100918-98.2022.5.01.0030, Ana Paula Castro de Oliveira Correa. **OBS.:** O lote com 698m² de área total de terreno, é constituído pelas matrículas nº 2.248 e 3.427 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Munícipio de Paracambi/RJ, conforme avaliação de f. 740/747, 756/759 e 789/802. Eventuais regularizações registrais/cadastrais serão de responsabilidade do arrematante. **VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL:** R$ 135.504,29 (Abr/2024 – Avaliação às fls. 728/802 – Homologação às fls. 838). **DÉBITOS TRIBUTÁRIOS:** Eventuais débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional). **OBSERVAÇÕES PARA TODOS OS LOTES: OBS.:** Foi interposto Agravo de Instrumento sob o nº 2164810-21.2024.8.26.0000, contra a r. Decisão de fls. 926 que indeferiu o pedido de suspensão do leilão judicial, objetivando a reforma da decisão. Foi concedido efeito suspensivo parcial ao referido recurso tão somente para suspender a eventual assinatura de carta de arrematação, até o julgamento definitivo. Na presente data, o recurso se encontra pendente de julgamento. **DÉBITO EXEQUENDO:** R$ 1.538.359,19 (Mar/2024 – Fls. 831). **02 – DATAS:** A 1ª Praça terá início no dia **02 de agosto de 2024, às 14 horas, e se encerrará no dia 05 de agosto de 2024, às 14 horas.** Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 05 de agosto de 2024, às 14 horas, e se encerrará em 29 de agosto de 2024, às 14 horas. 03 – CONDIÇÕES DE VENDA:** Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que em segunda praça serão aceitos lances iguais ou superiores** a 60% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). **Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada** exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 meses. O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC). **04 – LEILOEIRO:** O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, **DAVI BORGES DE AQUINO**, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob n° 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal http://www.alfaleiloes.com (artigos 12 e 13 da Resolução n° 236/2016, CNJ). **05 – COMISSÃO DO LEILOEIRO:** O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. São Paulo, 14 de junho de 2024.

INÊS 249

Previdência Piora macro e interrupção nos cortes de juros atrasam aposta em ações e ativos de risco pelos fundos de pensão

Fundações diversificam com crédito e fundo imobiliário

Liane Thedim
Do Rio

A piora no cenário macroeconômico e consequente interrupção dos cortes da Selic atrasou a volta do apetite por risco dos investidores mais cobiçados hoje entre as gestoras, os fundos de pensão. Embora a renda variável fosse uma aposta das assets, o crescimento deve vir pela renda fixa, principalmente crédito privado, e pelos fundos imobiliários (FIIs) compostos por títulos de dívida, segundo grandes fundações ouvidas pelo **Valor**.

A Real Grandeza, dos funcionários de Eletrobras, Furnas e Eletronuclear, por exemplo, que tem R$ 18,7 bilhões em investimentos, está em processo de seleção de gestores para um FII de R$ 400 milhões e vem avaliando oportunidades em crédito privado, diz o diretor-presidente, Sérgio Wilson Ferraz Fontes. As duas classes também estão no radar de Postalis (fundo de pensão dos Correios) e Valia (Vale), que somam R$ 42,7 bilhões em investimentos. A Petros (Petrobras), por sua vez, iniciou nova seleção de assets para aumentar alocações em crédito, multimercados e exterior, diz Alexandre Miguel, diretor interino de investimentos.

"Nunca investimos em FIIs. Na análise estratégica da equipe vimos a chance de entrar", diz Fontes. No primeiro semestre deste ano, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), os investidores institucionais colocaram R$ 2,2 bilhões em ofertas de FIIs, quase o dobro do R$ 1,3 bilhão do segundo semestre de 2023, quando o volume total de ofertas (R$ 22,4 bilhões) ficou pouco abaixo deste ano (R$ 26,6 bilhões). Entre todos os fundos imobiliários negociados na B3, essa classe é a segunda maior detentora de cotas (18,1% em junho de 2024), perdendo só de pessoas físicas (76%).

Também está nos planos da Real Grandeza aumentar as alocações em ações e títulos públicos nos Estados Unidos por meio de fundos exclusivos passivos e ativos nos próximos meses. O diretor-presidente afirma que, em toda a carteira da fundação, o rendimento mais alto veio dessas aplicações "offshore", com 14% no ano até maio. "Havia muita resistência a investir no exterior pelos juros altos no Brasil, mas não é só pela rentabilidade, é pela diluição de risco cambial." Em crédito privado, Fontes comenta que já tem dois fundos exclusivos com perfil "high grade" já no limite, por isso, a fundação, que tem 13 mil participantes, vem avaliando oportunidades em títulos com classificação "AA".

O executivo explica que 100% da renda variável são administrados hoje em gestoras terceirizadas, parte em fundos exclusivos e parte em abertos. Multimercados também ficam em fundo exclusivo, enquanto a gestão de títulos públicos é feita pela equipe própria. No total, 85% dos investimentos da fundação estão em renda fixa e 15% distribuídos entre renda variável, exterior, imóveis e multimercados.

A Real Grandeza está cumprindo a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que determinou a venda compulsória dos imóveis físicos das entidades ou sua transformação em FIIs até 2030, regra que vem levando ao aumento dos investimentos de entidades fechadas de previdência complementar nesses fundos. A fundação tem ainda em carteira o conjunto de prédios onde funcionava Furnas, no Rio, que, segundo Fontes, estão em processo de venda, além do imóvel onde funciona a sede da entidade.

A Postalis tem R$ 480 milhões ainda em imóveis físicos e defende a revisão da obrigatoriedade de venda das unidades. Mas Carlos Alberto Zachert, diretor de investimentos do fundo de R$ 12,5 bilhões e 123,7 mil participantes, afirma que, se a regra for mantida, os FIIs serão uma opção para a manutenção dos ativos imobiliários. Ele afirma que a casa não tem boas perspectivas para as ações brasileiras — "que devem andar de lado este ano" — e para os multimercados, que "desapontaram muito nos últimos anos". "Com o péssimo resultado apresentado pelo segmento de multimercados, fizemos uma redução significativa nesses fundos, adequando nossa carteira com ativos que trazem mais retorno com menos risco."

No crédito privado, Zachert vê oportunidades, mas a redução dos spreads desde fevereiro congelou os planos da fundação. "É imprescindível que os papéis tragam spreads compatíveis com seu risco de crédito e acima do principal referencial dos fundos de pensão, que são as NTN-B do Tesouro Nacional. Temos estudo nesse sentido, mas devemos aguardar o melhor momento para fazer os aportes por meio de fundos especializados e dedicados." Segundo ele, quando a taxa de juros voltar a cair no Brasil, a ideia é reduzir a concentração em títulos públicos, "de forma que esse momento de buscar gestores especializados tende a aumentar." Atualmente a participação de fundos de gestoras do mercado na carteira do Postalis é de 8%, ou cerca de R$ 1 bilhão.

> "Com o péssimo resultado dos multimercados, fizemos uma redução significativa nesses fundos"
> *Carlos Zachert*

Carlos Garcia, sócio fundador da Itajubá Investimentos, um dos escritórios especializados em institucionais mais antigos, afirma que, dos 240 fundos de pensão que existem hoje no país, 150 têm menos de R$ 1 bilhão de patrimônio e, por isso, têm equipe mais enxuta. Com os juros reais altos, a NTN-B acaba sendo a opção da maioria, com IPCA mais 6% ao ano. Segundo ele, a busca por crédito privado está começando agora.

Estudo da Itajubá mostra que o patrimônio total dos fundos de pensão brasileiros é de R$ 1,2 trilhão, sendo 77,25% em renda fixa e somente 8,85% em crédito privado. "A expectativa é que aumente essa fatia agora. Nós temos provocado nossos clientes mostrando que não são só empresas com classificação de risco 'AAA' que não têm risco de crédito. É preciso desmitificar a ideia de que só existe padrão ouro. Quanto mais instrumentos oferecer para o gestor mais retorno ele pode buscar", resume. Garcia lembra que no mundo os fundos de pensão são fortes em crédito privado e em ações, mas no Brasil se tornaram poucos relevantes. "Enquanto o varejo vive uma enxurrada de demanda por fundos de crédito, as fundações ainda estão crescendo lentamente na área", conclui.

Segundo maior fundo do país, atrás apenas da Previ, do Banco do Brasil, a Petros tem uma fatia menor, de 7%, o que representa R$ 8 bilhões, sendo a metade em fundos exclusivos, dos R$ 188 bilhões em investimentos. O restante é administrado internamente, sendo quase R$ 65 bilhões em títulos públicos. A fundação não informa quanto vai alocar nos processos de seleção de gestores que estão em aberto. Segundo Miguel — a escolha do novo diretor de investimentos está em andamento, após Paulo Werneck pedir desligamento em junho —, em oito FIIs diferentes estão hoje R$ 500 milhões, o que representa cerca de 12% da carteira imobiliária. Em imóveis físicos, há R$ 3,3 bilhões e um extenso catálogo de imóveis à venda. A Petros tem 132.399 participantes. Em alguns planos, sobretudo os mais antigos, funcionários e empresa estão com contribuições extras para cobrir déficits nas contas.

LEO PINHEIRO/VALOR

Fontes, da Real Grandeza: muita resistência em investir no exterior

O diretor de investimentos da Valia, Maurício Wanderley, diz que o fundo ainda tem em carteira presença considerável de imóveis físicos nos planos mais antigos, e agora os FIIs estão no cardápio. A fundação, que tem R$ 30,3 bilhões em investimentos e 115.800 participantes, segue o padrão do setor e administra internamente a renda fixa, que inclui títulos públicos e crédito privado, segmento no qual a instituição optou por alocar diretamente no papel, e não em fundos com gestão pulverizada. Cerca de 10% do patrimônio estão em gestoras terceirizadas, ou R$ 3,1 bilhões.

A Vexty, por sua vez, que era Odebrecht Previdência e mudou de nome ao passar a ter outras patrocinadoras, como Braskem e Inova BH, vem ampliando a participação de fundos de fundos exclusivos. "Definimos a macroestratégia e o gestor customiza conforme o que precisamos", diz Vinicius Romboli Narcizo, diretor de investimentos. "É um mecanismo interessante porque aumenta a nossa capacidade de acessar gestores especializados em diferentes segmentos." Esses fundos são em renda variável e alternativos, o que abrange private equity, fundo de participações em infraestrutura e florestal. Em renda fixa, 97% da alocação estão em papéis pós-fixados em fundos exclusivos de três gestores. Já em multimercados a opção foi por fundos abertos, numa carteira pulverizada em 11 gestores, assim como nos investimentos offshore. A fundação não tem gestão interna, todos os investimentos de seus R$ 4,6 bilhões são terceirizados. Narcizo comenta, no entanto, que os FIIs não fazem parte da estratégia da instituição, que tem 22 mil participantes.

PGA volta ao foco das instituições de previdência

Victoria Netto
Do Recife

O uso do Plano de Gestão Administrativa (PGA), documento que estabelece regras, normas e critérios para a gestão das despesas dos benefícios administrados pelas entidades de previdência e pensão complementar, voltou ao foco com a busca pela flexibilização desses recursos para ações de fomento. Uma nova proposta inclui a criação de faixas para a utilização do fundo administrativo, composto pela taxa paga pelos participantes.

Quem lidera as discussões é a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), ao lado da Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades de Previdência (Ancep). Ambas representam outras organizações aliadas.

Segundo a Abrapp, a ideia foi bem-recebida em grupo de trabalho criado no Ministério da Previdência Social para a modernização regulatória do setor, cujas atividades terminaram em junho. A norma agora está com a pasta e deve ir para o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

A proposta define cinco faixas, de acordo com o saldo do fundo administrativo de cada entidade, segmentando-o em categorias que permitem um uso escalonado do estoque. A flexibilização, contudo, está condicionada a um estudo de viabilidade econômica e financeira do fundo administrativo, com prazo sugerido de 12 anos.

Conforme as entidades, o estudo é uma ferramenta essencial para que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) possa fiscalizar a aplicação dos recursos, assegurando que os investimentos sejam feitos de maneira responsável e alinhados com os interesses dos participantes.

0,3%
taxa de administração anual da previdência complementar

A norma do CNPC vigente hoje diz que, a partir de 31 de dezembro de 2017, as entidades com excedentes passaram a poder "desvincular" parte do fundo administrativo e colocá-la em um fundo compartilhado. Com isso, a "sobra", como é chamada, pode ser usada para fomento. Porém, entidades com sobras anteriores à data de corte não podem acessá-las.

Para as fundações, essa condição cria um cenário desigual. Enquanto algumas entidades conseguem avançar em estratégias de crescimento, outras ficam estagnadas pela escassez de recursos.

"Isso é engessado, hoje o dinheiro captado pela taxa administrativa existe para cobrir o custo de operação. A entidade não tem facilidade para investir a sobra em áreas que sejam estratégicas para o seu crescimento", diz Jarbas Biagi, diretor-presidente da Abrapp. Ele destaca ainda que a taxa média de administração da previdência complementar, de 0,3% ao ano, é uma das menores do mercado. Além disso, o custo administrativo é dividido pelo total de membros.

O presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União (Funpresp), Cícero Dias, explica que o impasse está na transferência de recursos, já que o montante do fundo administrativo foi formado por alguém que contribuiu e seria utilizado para atrair novas pessoas.

"No fim das contas, isso vai ajudar a reduzir o custo administrativo para todo mundo. Mais pessoas precisam de previdência. Por que nós, entidades sem fins lucrativos, não podemos oferecer esse benefício para mais pessoas a um custo barato?", questiona.

Para a coordenadora financeira da Fachesf, Elizabete Silva, a proposta dá transparência aos participantes. "O que interessa para o investidor é o quanto vai pagar. Esse assunto está no dia a dia das entidades e é importantíssimo para a sustentabilidade dos fundos."

O assunto foi tema do Encontro dos Profissionais de Investimentos e Previdência dos Fundos de Pensão do Norte e Nordeste (Epinne-EPB), realizado pela Fachesf.

A repórter viajou a convite da Epinne

O que são 'bull market' e 'bear market'?

Consultório financeiro

Investir em ações e outros ativos financeiros pode parecer complicado, especialmente para investidores iniciantes, quando se deparam com termos até então desconhecidos, como suporte, resistência, volatilidade, "blue chip", "bull market" e "bear market", por exemplo. É muito importante que o investidor conheça alguns desses conceitos e saiba como utilizá-los na gestão do seu patrimônio.

Existem diferentes explicações para os termos bull e bear market, frequentemente usados quando se fala das condições de mercado no mundo dos investimentos. A versão mais popular faz referência aos animais touro e urso e aos seus respectivos movimentos de ataque. O touro prepara seu ataque com os chifres apontando de baixo para cima, uma alusão à tendência de alta nos preços dos ativos. Por sua vez, o urso se levanta para atacar com as patas de cima para baixo, representando a tendência de baixa nas cotações.

Bull market é o mercado que está em ascensão, quando as condições da economia do país são favoráveis, os níveis de emprego estão elevados, empresas e indivíduos contam com recursos disponíveis para investir. Com muitos investidores querendo comprar e poucos dispostos a vender, cria-se o movimento de alta nos preços dos ativos.

Nesses tempos, os investidores muitas vezes acreditam que a tendência de valorização continuará no longo prazo e, assim, sentem-se confiantes para continuar apostando no mercado. Também por isso, é durante o bull market que se observa o aumento de novos investidores, atraídos pela possibilidade de ganhos "fáceis".

Por outro lado, o bear market geralmente acontece em cenários de economia enfraquecida ou em desaceleração, colapso de bolhas de mercado, pandemias, guerras, crises geopolíticas e mudanças significativas na estrutura econômica local ou global que podem impactar a atividade empresarial.

Os preços das ações costumam refletir as expectativas dos investidores em relação ao desempenho das empresas. Por consequência, quando uma empresa apresenta lucros abaixo do esperado ou cresce menos do que os analistas previram, os investidores tendem a reagir vendendo suas ações, causando queda nos preços. O comportamento de manada, combinado com o medo de perdas, pode desencadear uma corrida para vender ativos, resultando em períodos prolongados de desvalorização.

A Comissão de Valores Mobiliários dos EUA define que o bull market ocorre quando as ações se valorizam pelo menos 20% em um período de pelo menos dois meses. O bear market é o oposto: ocorre quando os títulos já caíram pelo menos 20% em relação às máximas mais recentes. Não é possível determinar a duração exata dessas tendências, que pode variar de algumas semanas a até vários anos. No entanto, estudos referentes à performance do índice S&P 500 da bolsa americana desde 1942 mostram que, em média, um bull market dura quatro anos, enquanto períodos de bear market ficam próximos de 11 meses.

Compreender os conceitos de bull market e bear market é essencial para qualquer investidor, pois existem riscos e oportunidades em ambas as condições. Esses termos não apenas descrevem o comportamento do mercado, mas também influenciam a postura do investidor diante dos investimentos.

Diversificar o portfólio, manter a calma durante os ciclos de alta e baixa, planejar estratégias de alocação e manter-se informado sobre os fatores que afetam o mercado são práticas indispensáveis para o alcance de resultados positivos no longo prazo.

Leonardo Zin é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail: leonardo.zin@hotmail.com

Bem de família
STJ decide que imóvel pode ser penhorado para pagar dívidas de sua reforma
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Reconstrução do Rio Grande do Sul e tributação da retomada
E2

TJMG
Empresa é responsabilizada por perfil falso
valor.globo.com/legislacao

Civil Levantamento do Trench Rossi Watanabe aponta que ações sobre o tema podem aumentar em 28%, até o fim do ano, em relação a 2023

Cresce na Justiça volume de processos contra estelionato sentimental

DIVULGAÇÃO

Advogada Fernanda Haddad: "A ideia é que esses casos não caiam na vala dos estelionatos comuns"

Adriana Aguiar
De São Paulo

A Justiça estadual do país tem registrado um aumento no número de processos sobre o chamado "estelionato sentimental". Nele, a vítima é induzida a entregar bens ou valores para outra pessoa com a promessa de constituir uma relação afetiva. No ano passado, foram 78 decisões citando com o termo. Até o mês de junho de 2024, já foram proferidas 51 decisões, o que indica que deve haver um aumento com relação a 2023, de acordo com pesquisa inédita do Trench Rossi Watanabe realizada na plataforma de jurimetria Inspira.

Na Justiça estadual, as vítimas pedem reparação pelos danos materiais e danos morais decorrentes dos sofrimentos causados. O tema ganhou mais notoriedade depois do chamado golpe do Tinder, no qual a vítima é atraída por meio de encontro marcado pelo aplicativo de relacionamento e é sequestrada. Os criminosos chegam a esvaziar as contas bancárias de correntistas por meio de transações via Pix.

A tendência, segundo o Trench Rossi, é haver mais de 100 decisões até o fim do ano, um crescimento estimado de 28% em comparação com 2023. Em 2022, foram registradas 85 decisões, praticamente o dobro do ano anterior, 2021, com 46 decisões.

A advogada Fernanda Las Casas, diretora nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (Ibdfam) destaca que esses casos aumentaram, principalmente entre as mulheres que trabalham, estão sozinhas, com boa condição financeira e usam redes sociais para buscar um relacionamento. "São relações que ficam no on-line, muitas vezes os encontros nem acontecem", diz.

Depois de um tempo, afirma "o homem diz ter uma emergência, que aconteceu uma desgraça, para pedir dinheiro emprestado, porque a mãe adoeceu, porque precisa fazer uma cirurgia, precisa limpar o nome antes de casar com ela, quer montar uma empresa com ela de sócia para dar uma vida melhor". No fim da história, diz Fernanda, ou são abandonadas ou descobrem a fraude, que, em vários casos, já foi aplicada a outras mulheres.

Atualmente, o estelionato sentimental é entendido como uma modalidade do crime de estelionato, tipificado no artigo 171 do Código Penal, com pena de reclusão de 1 a 5 anos, que sobe para de 2 a 4 anos se a fraude for cometida com informações fornecidas pela vítima ou por meio de redes sociais. O Projeto de Lei nº 6444, de 2019, e que foi apensado ao PL nº 4229, de 2015, tenta tipificar o estelionato sentimental, mas aguarda apreciação do Senado.

O número de registros de estelionato, em geral, bateu novo recorde em 2023, com cerca de 1,9 milhão de ocorrências, de acordo com o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em julho. Um aumento de 8,2% em comparação com 2022, onde foram registrados em torno de 1,8 milhão de ocorrências.

Segundo as advogadas que fizeram o levantamento sobre estelionato sentimental, Fernanda Haddad e Giuliana Schunck, sócias da área de Gestão Patrimonial, Família e Sucessões do Trench Rossi Watanabe, as vítimas costumam sentir vergonha e, por isso, demoram para agir. Isso faz com que, em alguns casos, os tribunais não reconheçam a prática de ilícito por ausência de provas de que a vítima tenha sido induzida a erro.

"É importante fazer um boletim de ocorrência, preservar as mensagens e áudios de WhatsApp e procurar um advogado para auxiliar de forma mais direcionada essa busca de provas para tentar obter indenização por danos materias, morais, seguido de procedimento criminal, se for o caso", diz Giuliana.

Como as vítimas em geral são as mulheres, Fernanda destaca a necessidade de maior regulamentação do tema. "A ideia é que esses casos não caiam na vala dos estelionatos comuns", afirma. Nesse sentido, o Judiciário começou a aplicar o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que passou a ser obrigatório a partir de 2023.

"O protocolo ajuda a dar mais valor ao depoimento dessa vítima. Ela precisa ser tratada com respeito pelo Judiciário e essa vulnerabilidade sentimental precisa ser tratada com mais proteção", diz Giuliana.

> "Somente as condenações criminais podem inibir essa prática"
> *Fernanda Las Casas*

Em um caso julgado em fevereiro, o juiz Gilberto Schafer, que atua na Comarca de Porto Alegre, seguiu o protocolo e considerou que a Lei Maria da Penha, sobre violência contra a mulher, poderia ser usada para desfazer a sociedade entre uma mulher e um suposto golpista. A mulher alegou ter sido vítima de estelionato sentimental e contraiu empréstimos de cerca de R$ 1 milhão para investir na empresa do "noivo".

No caso, segundo o processo, a mulher conheceu o namorado em um aplicativo de relacionamento em 2019. Quando já estavam juntos, ele abriu uma empresa da agroindústria com o filho e pediu dinheiro à namorada, que virou sua sócia.

Ela alegou que estava apaixonada e "cega" por uma proposta de casamento quando pediu o empréstimo. Já teria alugado salão de festa e escolhido seu vestido de noiva, quando pediu uma prestação de contas e percebeu que era vítima de um golpe. Nesse meio tempo, ela verificou que o homem respondia a diversos processos por estelionato.

Com a ação, ela buscava apenas desfazer a sociedade. Mas é comum a vítima buscar a reparação dos valores dispendidos e indenização por danos morais. O caso tramita em segredo de Justiça.

Em decisão de 2023, a 2ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) confirmou sentença que deu indenização de R$ 12,9 mil por danos materiais e R$ 5 mil de danos morais. Nesse caso, a mulher também conheceu o parceiro nas redes sociais, onde ele se apresentava como policial rodoviário federal. No total, foram R$ 16 mil entre gastos com cartão de crédito e dinheiro em espécie dela para sanar as "dificuldades financeiras urgentes" dele. Ela nunca recebeu de volta qualquer valor.

Ao desconfiar de tantos pedidos de dinheiro, a mulher descobriu que o homem não era servidor público federal, mantinha outras relações de namoro e união estável e havia registro de boletins de ocorrência de outras vítimas já lesadas por ele.

Ao analisar o caso, os desembargadores mantiveram sentença que constatou ter sido comprovado que ele obteve a confiança e o afeto da vítima "com a nítida finalidade de auferir vantagens patrimoniais" (Recurso Cível nº 5001224-45.2020.8.24.0032).

Além das condenações na área cível, o golpista ainda pode sofrer ação na área penal — que pode gerar pena de reclusão. Recentemente, o 6º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Manaus condenou um homem por estelionato sentimental a mais de quatro anos de prisão. A decisão ainda deu indenização à vítima de R$ 10 mil por danos morais e R$ 17,1 mil por danos materiais.

A vítima alegou que manteve o relacionamento por um ano e seis meses e o homem pedia dinheiro constantemente para doença, alimentação, aluguel e dívidas com agiotas. Em janeiro do ano passado, porém, ela teria descoberto que ele era casado e tinha uma filha de 12 anos.

De acordo com a juíza, "o réu abusou da confiança e afeição da parceira para obter vantagens patrimoniais, caracterizando o estelionato sentimental". O número do processo não foi divulgado.

De acordo com a advogada criminalista Natasha do Lago, sócia do Rão & Lago Advogados, essas situações têm sido enquadradas no crime de estelionato e os juízes podem recorrer à Lei Maria da Penha para dar medidas protetivas às mulheres. Nesses processos, diz, os juízes analisam se existem provas de que a mulher foi realmente enganada.

Para Fernanda Las Casas, somente as condenações criminais podem dar mais efetividade para inibir essa prática. "O valor das indenizações na esfera cível são baixos", diz. "De repente sentindo que podem perder a liberdade pode ser mais efetivo", acrescenta.

TJSP proíbe uso da marca Monster por loja

Marcela Villar
De São Paulo

DIVULGAÇÃO

Yuri F. M. Castro: "Foi reconhecido o uso desautorizado da propriedade industrial"

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) impediu o uso da marca Monster, sem autorização, por uma loja de impressão de adesivos para automóveis. Para a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial da Corte, o uso de elementos visuais e gráficos semelhantes aos da famosa marca Monster de bebidas energéticas, registrada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), é vedado por lei e configura "intuito parasitário".

Na visão dos desembargadores, a prática traz risco de confusão ou associação indevida por consumidores. Além de proibir o uso da marca, eles determinam o pagamento de indenização por danos morais em R$ 5 mil e danos materiais (a ser apurado na liquidação da sentença).

Os empresários do ramo automotivo, por meio de seus representantes legais, Flávia Ortolani e Marcelo Mendes, do Mendes Ortolani Advogados, negam uso indevido da marca e já recorreram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Eles alegam que "Monster" é um vocábulo comum, portanto, sem proteção marcária, exceção prevista na Lei de Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/1996).

Nos autos do processo, a fabricante de energéticos alega que registrou a marca no INPI primeiro, o que assegura o direito exclusivo de uso no Brasil e "o direito de insurgir-se contra terceiros que reproduzam ou imitem tais sinais", conforme prevê a Constituição Federal.

Segundo a indústria, a loja de impressão imita elementos da marca registrada — como as garras e cores verde e preto — nos adesivos vendidos, o que demonstra "conduta desleal" e a "tentativa de se aproveitar do fundo de comércio da Monster e confundir os consumidores".

No acórdão, o relator do caso, desembargador Jorge Tosta, reconhece a proteção constitucional. Ele considerou que, embora a loja de adesivos tenha sido extinta antes do ajuizamento da ação judicial, os empresários "continuam atuando em seguimento que efetivamente guarda estreita afinidade mercadológica" com a indústria, que patrocina corridas automobilísticas e esportes radicais. "De fato, é suscetível de causar confusão e/ou associação indevida entre os consumidores", afirmou.

Na visão de Tosta, as provas no processo indicam um "intuito parasitário dos apelados de se valer do prestígio e da fama das marcas das apelantes". Segundo ele, a loja chegou a tentar o registro da marca no INPI, em 2010, mas o pedido foi indeferido. Desde então, "tinham plena ciência da existência das marcas das apelantes e da vedação ao uso". A decisão foi unânime (processo nº 1050131-84.2022.8.26.0100).

Na primeira instância, o juiz Guilherme de Paula Nascente Nunes havia levado em conta o princípio da territorialidade e entendido que as partes não atuam no mesmo mercado. "As atividades exercidas pela autora e pela requerida não se confundem, a ponto gerar proveito econômico parasitário, desvio de clientela ou confusão ao consumidor", disse.

O advogado Yuri Fancher Machado Castro, do escritório Montaury Pimenta, Machado & Vieira de Mello, que defendeu a indústria no caso, diz ter enviado notificações extrajudiciais aos empresários da loja antes de entrar com a ação, mas não recebeu uma resposta positiva. "E mesmo após o início da ação, eles continuaram usando indevidamente a marca da nossa cliente, que é conhecida mundialmente", diz.

Após as negativas, decidiram entrar com a medida judicial. "Ficou reconhecido não só o uso desautorizado da propriedade industrial, mas também os atos de má-fé", completa Castro. Ele diz que foi feita ainda uma "investigação" na oficina de envelopamento de veículos e a bebida era vendida e exposta na loja.

Flávia Ortolani, advogada dos empresários da loja de adesivos, explica que o termo "Monster" sempre esteve ligado a seu cliente como apelido de infância, e que a empresa foi reformulada para "Rafa Monster Professional Car Wrapper". Ela também diz que "monstro" em inglês "é tão comum que existe uma gama de marcas que usam o termo", citando Monster SA e Monster High.

Flávia reforça que "não há comportamento parasitário" e seus clientes "não buscam usar a marca Monster para obtenção de vantagens, proveito econômico ou desvio de clientela, até porque não há confusão entre os ramos de atuação".

Procurada pelo **Valor**, a fabricante de energéticos Monster não deu retorno até o fechamento desta edição.

Destaque

Ausência em perícia

A simples alegação de problemas pessoais não é suficiente para justificar ausência na perícia previamente designada em ação. É preciso apresentar um motivo razoável para possibilitar a reconsideração e a remarcação do exame médico. Assim decidiu a 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), ao julgar apelo de homem que sofreu acidente de trabalho no ano de 2011. O resultado do acidente teria sido uma fratura de tornozelo. O homem afirmou que, em razão da lesão, recebeu auxílio-doença. Encerrado o benefício, teria permanecido incapacitado para o trabalho, o que o fez buscar auxílio-acidente. Porém, ele deixou de comparecer na perícia judicial designada. Deste modo, o pedido foi julgado improcedente pelo juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Florianópolis. O autor recorreu e pediu a redesignação da perícia médica. Alegou que na data específica teve "problemas pessoais". Segundo o desembargador relator no TJSC, a alegação não se mostra suficiente para amparar o não comparecimento. O voto do relator foi seguido de forma unânime (apelação nº 5039208-85.2023.8.24.0023).

INÊS 249

Reconstrução do RS e tributação da retomada

Opinião Jurídica

Rafael Pandolfo

A tragédia das enchentes assolou parte relevante da capacidade econômica do Rio Grande do Sul (RS). Máquinas, prédios e estoques foram levados pela água, mas as obrigações assumidas perante fornecedores, instituições financeiras, colaboradores e fisco permaneceram.

A resposta do governo federal, até o momento, foi o oferecimento de financiamentos com juros subsidiados. Assim, além de pagar fornecedores pelo estoque perdido, reinvestir na reconstrução de ativos e assegurar o adimplemento de todos os demais compromissos relativos a um período em que sequer faturaram, os agentes econômicos atingidos pela maior tragédia climática da história gaúcha também despenderão recursos para o pagamento dos juros (pouco menores que os do mercado, é verdade) relativos aos novos empréstimos contraídos.

As obrigações tributárias, por sua vez, tiveram seus vencimentos meramente postergados, duplicando o peso fiscal nos meses em que essas exações serão recolhidas juntamente com os tributos correntes. Analogicamente, é como dar alta para um paciente internado há um mês na UTI e inscrevê-lo para participar de uma maratona no dia em que ele deixa o hospital.

A partir desse contexto, um grupo formado pela Fecomércio-RS, Fiergs, Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Sebrae-RS e OAB-RS, denominado Resgate-RS, encampou um inovador projeto de estímulo à recuperação da atividade econômica gaúcha, por meio de desonerações fiscais pontuais. Essas medidas estão dispostas em sete projetos normativos, todos interligados.

Entre os instrumentos sugeridos, no plano federal, está a desoneração, por tempo limitado, dos seguintes tributos: PIS, Cofins, IRPJ, CSLL, Contribuição Previdenciária Patronal, IPI, IOF (nas operações de crédito), II e ITR, além do Simples Nacional. A fruição do benefício fiscal abrangerá somente as obrigações tributárias diretamente relacionadas aos estabelecimentos atingidos pelos eventos climáticos, localizados nos municípios que foram declarados em situação de emergência ou calamidade pública.

O projeto apresenta as seguintes características: horizontalidade, pois abrange todos os segmentos da economia, dispensando a multiplicidade de negociações setoriais; verticalidade, porquanto comporta medidas coerentemente alinhadas nos âmbitos federal, estadual e municipal; eficiência, já que o estímulo corresponderá aos próprios tributos que deixarão de ser repassados pelas empresas atingidas, por determinado tempo; e assertividade, uma vez que a fruição do regime tributário exigirá habilitação junto à Receita Federal do Brasil, o que facilitará a fiscalização e coibirá indesejados desvios na sua aplicação. Além disso, o projeto assegura a manutenção de empregos e estimula doações realizadas pelas empresas às famílias de menor renda, destinadas à reconstrução das suas casas.

O Decreto Legislativo nº 36, de 2024, diploma que reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul, autoriza a União a não computar, no atingimento das metas fiscais, as despesas com as renúncias fiscais necessárias ao enfrentamento das consequências sociais e econômicas geradas pelas enchentes, para fins de atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Após o resgate de milhares de pessoas realizado durante as enchentes, o Rio Grande do Sul precisará, agora, do resgate dos agentes econômicos e dos empregos, o que exigirá o protagonismo do governo federal. É preciso que se compreenda, nessa análise, que a desoneração fiscal empregada na reconstrução de ativos destruídos não pode ser equiparada à mera transferência de recursos para despesas correntes, pois está ligada ao restabelecimento da capacidade econômica dos agentes, da qual o próprio estado será beneficiado com o incremento na arrecadação a médio e longo prazos.

Uma lição que se aprende com as tragédias é que a antecipação dos problemas está diretamente ligada à mitigação dos respectivos danos. A calamidade pública, infelizmente ocorrida, não pode ser potencializada pela "calamidade do poder público" na implementação de medidas fiscais necessárias e aplicadas, com êxito, na recuperação dos prejuízos causados pelos furacões Katrina e Sandy (EUA) e pelo tsunami de Tohoku (Japão), por exemplo.

Os modelos dos projetos normativos que abordam as matérias federais foram entregues pelos representantes do grupo Resgate-RS, ao presidente Lula em 15 de maio, ao vice-presidente Alckmin em 17 de maio e ao ministro Paulo Pimenta — cujas sugestões foram incorporadas ao texto — em 24 de maio. Tratando-se de medidas inegavelmente urgentes e relevantes, elas já deveriam ter sido implementadas por medida provisória.

Mas não foi o que aconteceu. Como o assunto não teve qualquer evolução junto ao Executivo, a proposta foi analisada e endossada pelo deputado federal Covatti Filho, fundamentando, atualmente, o PL 2265/24 e o PLP 109/24. As empresas, que hoje penam para honrar a folha de salários, enfrentarão, em breve, o dilema tributário para o qual a saída, entregue há quase sessenta dias ao Poder Executivo, chega agora ao Congresso Nacional.

Pior do que não repassar recursos necessários à recomposição do ambiente econômico no RS é exigir, sob a forma de tributos, participação nas comprometidas receitas dos agentes que retomarem suas atividades. A aprovação das medidas fiscais que chegaram ao Congresso é o antídoto sem o qual a União, pela primeira vez na sua história, acabará tributando a própria reconstrução de um Estado federado.

Rafael Pandolfo é advogado, doutor em Direito Tributário e Coordenador técnico do programa Resgate-RS

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90096/2024**, referente ao processo nº **024.00082140/2024-96**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO DOMICILIAR EM SAÚDE, NA MODALIDADE INTERNAÇÃO DOMICILIAR, EM ATENDIMENTO À AÇÃO JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal" **cuja abertura está marcada para o dia 12/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 29/07/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024/INDEA-MT
Proc. nº. INDEAMT-PRO-2024/01804

O INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO – INDEA/MT, por seu representante, para conhecimento de todos os interessados, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com atuação de Pregoeiro(a) Oficial da SEPLAG/INDEA-MT, designado(a) pela Portaria Conjunta nº 013/2024/SEPLAG, publicado no Diário Oficial em 13.03.2024, conforme segue:

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: entre os dias **30/07/2024 a 12/08/2024**, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão, quando o horário máximo de aceitação será até às **08h45min – Horário local (Cuiabá/MT).**

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h00 do dia 12 de agosto de 2024.

OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO: Aquisição de materiais e equipamentos para atender às necessidades do Programa Estadual de Sanidade Avícola do INDEA/MT, com recursos oriundos do convênio firmado entre o Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA e o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – INDEA.

LOCAL DE DISPUTA: Site: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/**

RETIRADA DO EDITAL: Site: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/**

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas deverão providenciar o cadastro no Sistema de Aquisições Governamentais – SIAG, fone: (0**65) 99214-5804 / 99339-9207.

RENAN TOMAZELE
PRESIDENTE do **INDEA-MT**
(Em substituição)

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

CNPJ nº 60.518.222/0001-22 - NIRE nº 35300031831
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 19 de Março de 2024

Aos dezenove dia do mês de março do ano dois mil e vinte quatro, às 11 (onze) horas, na sede social localizada na Avenida Paulista, nº 37 - 11º andar, nesta Capital, reuniram-se, em Assembleia Geral Extraordinária, os senhores acionistas do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("**Sociedade**"), devidamente convocados, representando a totalidade do capital social, conforme se verificou das assinaturas inseridas no livro de "Presença dos Acionistas". Por aclamação dos senhores acionistas, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Shimpei Ikari, que convidou o acionista, Sr. Hiroaki Fujiwara, para servir de Secretário. Constituída, assim, a mesa dos trabalhos, o Sr. Presidente esclareceu que fora dispensada a publicação dos editais de convocação pela imprensa, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei 6.404**"), e declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária. Prosseguindo, determinou o Sr. Presidente que, como já era do conhecimento de todos os acionistas, cabia à Assembleia deliberar sobre a eleição de novos membros da Diretoria da Sociedade. Submetido o assunto à apreciação da Assembleia, foi deliberado pelos acionistas, por unanimidade de votos, eleger o Sr. **Daisuke Okuro**, japonês, casado, bancário, portador do passaporte nº TZ1246286, inscrito no CPF sob o nº 045.735.951-04, residente na 3-11-18, Naka-cho, Musashino-shi, Tóquio, Japão, para o cargo de Diretor da Sociedade; e o Sr. **Fusaaki Tozawa**, japonês, casado, bancário, portador do passaporte nº TZ1239986, inscrito no CPF sob o nº 050.371.151-91, residente na N16-5, Banyan Tree Residence, 2 Jalan Conlay, 50450, Kuala Lumpur, Malásia, para o cargo de Diretor Vice-Presidente da Sociedade, com mandatos coincidentes com o dos demais Diretores, até a Assembleia Geral Ordinária que deverá ocorrer durante os 04 (quatro) primeiros meses do ano de 2025. Os Diretores ora eleitos serão empossados em seus respectivos cargos, mediante a assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, imediatamente após a homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil ("**Bacen**"), na forma da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.970, de 25 de novembro de 2021, conforme alterada ("**Resolução 4.970**"), e da Instrução Normativa Bacen nº 299, de 30 de agosto de 2022 ("**Instrução 299**"), e aprovação das demais autoridades competentes, incluindo no que diz respeito à obtenção de vistos e autorizações de trabalho pertinentes. A Assembleia resolveu, por unanimidade, declarar que os Srs. **Daisuke Okuro** e **Fusaaki Tozawa**, preenchem plenamente os requisitos exigidos pela Resolução 4.970, e Instrução 299. A Assembleia declara, ainda, para os devidos fins de direito, que os eleitos não são pessoas impedidas por lei ou condenadas a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, nos termos do §1º, do artigo 147, da Lei 6.404, e §1º, do artigo 1.011, da Lei nº 10.046, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil). Dessa forma, a Diretoria Executiva da Sociedade passa a ser composta pelos seguintes membros: **Achilles Alfonso Suarez Filho**; **Makoto Minami**; **Shin Hironaka**; **Soraia Cristina Mendes**; **Renata Grunberg Almeida Prado**; **Marcos Soares de Camargo**; **Tetsuya Tada**; **Rodolfo Mascarenhas Valente**, **Daisuke Okuro** e **Fusaaki Tozawa**. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar nem discutir, após agradecer a presença e a colaboração dos senhores acionistas, o Sr. Presidente encerrou a sessão e determinou que se lavrasse a presente ata, em livro próprio, que depois de lida, conferida e achada em ordem, vai assinada pela mesa e pelos senhores membros acionistas, para constar e produzir os efeitos legais colimados. São Paulo, 19 de março de 2024. aa. Shimpei Ikari - Presidente; Hiroaki Fujiwara - Secretário; Acionistas: Sumitomo Mitsui Banking Corporation, por seu procurador Shimpei Ikari; Shimpei Ikari e Hiroaki Fujiwara. Esta Ata é cópia autêntica da Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A., realizada em 19 de março de 2024 e lavrada em livro próprio. São Paulo, 19 de março de 2024. **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Achilles Alfonso Suarez Filho -** Diretor-Presidente. **JUCESP** nº 216.321/24-4 em 05/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90024/2024 - UASG 200100

Nº Processo: 001909/2024-13. Objeto: Aquisição de equipamentos de áudio e vídeo para o Espaço Multiuso, localizado na cobertura do Bloco B da Procuradoria-Geral da República. Total de Itens Licitados: 15. Edital: 29/07/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf Sul, Qd. 4, Conj. "c", Blocos de "a" a "f" - Plano Piloto, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/200100-5-90024-2024. Entrega das Propostas: a partir de 29/07/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 08/08/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

LEONARDO SANTOS DA COSTA
Coordenador de Licitações e Disputas Eletrônicas

Gama Academy Treinamento Profissional S.A.

CNPJ/MF nº 20.612.827/0001-63 - NIRE 35300570839
Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs(as) Acionistas Gama Academy Treinamento Profissional S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), **a ser realizada de modo exclusivamente digital**, no dia 08 de agosto de 2024, às 17:00 horas, a fim de eleger os membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, na forma da Lei e do Estatuto Social. **Instruções Gerais:** 1. A assembleia será realizada de **modo exclusivamente digital** pelo sistema de videoconferência zoom, através de link e senha de acesso, a serem disponibilizados conforme itens 3 e 4 abaixo; 2. Será admitida a participação de todos os acionistas titulares, na data da assembleia, das ações de emissão da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, conforme Livro de Registro de Ações. 3. Nos termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, deverão ser observados os seguintes procedimentos: (a) A Companhia solicita aos acionistas o encaminhamento por e-mail de procurações, com firma reconhecida ou assinatura digital do outorgante, e documentos de representação em até 2 (dois) dias antes da data marcada para a realização da AGE, em conformidade com o caput do Artigo 8º do seu Estatuto Social; e (b) Documentos a serem apresentados pelos acionistas: (i) pessoas físicas - documento de identificação, (ii) pessoas jurídicas - documento de identificação do representante legal do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria). 4. Admite-se a apresentação dos documentos de identificação mencionados no item 3 destas instruções por meio digital, através do e-mail isabella.carvalho@cattapretaleal.adv.br; 5. Os acionistas que apresentarem a documentação de identificação até o dia 06 de agosto de 2024 receberão o link e a senha de acesso à sala de videoconferência virtual, que será de uso restrito e intransferível; 6. Para fins de esclarecimento, os acionistas poderão participar da assembleia desde que apresentem os documentos até trinta minutos antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos, ainda que tenham deixado de enviá-los previamente. 7. Por fim, a assembleia realizada exclusivamente de modo digital será considerada como realizada na sede da companhia.

São Paulo (SP), 27 de julho de 2024.
Guilherme Colin de Soárez - Conselheiro de Administração.

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

NIRE 3530004292-1 - CNPJ 61.074.175/0001-38
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 13 de junho de 2024, às 11h00, na sede da **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.** ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Ala A, 17 ao 21º andar, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000. **PRESENÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n. º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Antonio Clemente Campanario, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a indicação de Diretor para compor a Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(i)** aprovar a indicação para o cargo de Diretor da Companhia dos Srs. **(i) Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves**, português, casado, administrador, portador do passaporte CC106539, emitido por Portugal, válido até 02.11.2026, portador do RNM nº B0716624, emitido pela Direx-Coordenação Geral de Polícia de Imigração e CPF nº 012.122.858-40, nascido no dia 04/03/1975, e **(ii) Oscar Jose Celada Rodriguez**, espanhol, casado, administrador, portador do passaporte PAS 503023, emitido pela Espanha, válido até 27.11.2033, portador do RNM nº B0799027, emitido pela Direx-Coordenação Geral de Polícia de Imigração e CPF nº 021.308.688-35, nascido no dia 27/03/1971, ambos com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000. Ressalta a acionista que a eleição dos indicados para os cargos está condicionada à obtenção prévia da pertinente autorização do Ministério do Trabalho, por meio do processo de concessão de visto de trabalho. Após o cumprimento das referidas formalidades legais e administrativas, será realizado nova reunião para deliberar sobre a eleição dos indicados. Os Srs. Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves e Oscar Jose Celada Rodriguez declaram aceitar suas indicações ao referido cargo, estando cientes que somente tomarão posse mediante a obtenção de visto permanente de trabalho, a ser aprovado pelas autoridades brasileiras competentes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e de achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Antonio Clemente Campanário, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa. **Acionista:** MAPFRE Participações S.A. (p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor-Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor). **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 13 de junho de 2024. **Antonio Clemente Campanário -** Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão -** Secretaria da Mesa. **JUCESP nº 257.894/24-0 em 01/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE 35.3.0034321.2 - CNPJ 09.007.935/0001-74
ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 27 de Junho de 2024, às 15:30hs, no edifício da Sede social da **MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), localizada nesta Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas nº 11.711 - 21º andar - Brooklin, CEP: 04578-000. **PRESENÇAS:** Os Diretores da Companhia: Felipe Costa da Silveira Nascimento, Antonio Clemente Campanario, Sidney Rodrigues, Juan Carlos Lanau Arilla, Tiago de Freitas Vieira, Ivan Paraskevopoulos Silva, Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves e Oscar Jose Celada Rodriguez. **MESA:** Presidente da Reunião, Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves e Secretária da reunião, Simone Pereira Negrão. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade, a Diretoria decidiu, sem ressalvas, aprovar, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia e da aprovação deliberada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 27.06.2024 às 13:00hs, a distribuição de dividendos intermediários e o consequente pagamento de dividendos no valor total de R$ 178.500.000,00 (cento e setenta e oito milhões e quinhentos mil reais), oriundos da Reserva de Investimentos, constituída por lucro de exercícios anteriores. Caberá a cada ação o recebimento de dividendos no valor de R$ 0,07951, a serem pagos em moeda nacional, até 31.07.2024, da seguinte forma: **(a)** à acionista MAPFRE Internacional S.A. (atual denominação da MAPFRE América S.A.) o valor de **R$ 177.024.934,39 (cento e setenta e sete milhões, vinte e quatro mil, novecentos e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos)**; e **(b)** à acionista MAPFRE Investment S.A. (atual denominação da FANCY Investment S.A.) o valor de **R$ 1.475.065,61 (um milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil, sessenta e cinco reais e sessenta e um centavos)**. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Ata aprovada por unanimidade e assinada por todos os Diretores presentes: Felipe Costa da Silveira Nascimento, Antonio Clemente Campanario, Sidney Rodrigues, Juan Carlos Lanau Arilla, Tiago de Freitas Vieira, Ivan Paraskevopoulos Silva, Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves e Oscar Jose Celada Rodriguez. **CERTIDÃO:** Esta é uma cópia fiel da Ata de Reunião de Diretoria da MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., realizada em 27.06.2024, lavrada em livro próprio. **Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves - Diretor; Simone Pereira Negrão - Secretária da Reunião. JUCESP nº 261.080/24-6 em 04/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

CCR S.A.

CNPJ/MF nº 02.846.056/0001-97 - NIRE nº 35.300.158.334 - COMPANHIA ABERTA

COMUNICADO DE RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL DAS DEBÊNTURES DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CCR S.A.

A CCR S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta na categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, CEP 04.551-065, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 02.846.056/0001-97, ("CCR" ou "Emissora"), vem por meio deste, comunicar aos senhores Debenturistas da 14ª Emissão de Debêntures da Emissora ("Debenturistas"), que pretende realizar em 01 de agosto de 2024, o Resgate Antecipado Facultativo Total da 1ª (primeira) série das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração aplicável e com pagamento de prêmio de 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, no valor equivalente a R$ 492.265.393,47 (quatrocentos e noventa e dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos), calculados com base nos termos previstos no **INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA DÉCIMA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CCR S.A.**

BANCO OURINVEST S.A.

- CNPJ nº 78.632.767/0001-20 - NIRE 35300524179
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12.04.2024

Data, Hora, Local: 12.04.2024, às 09 horas. Sede social, na Av. Paulista, 1728 – 3º andar – São Paulo-SP. **Presença**: Representantes da única acionista. **Mesa**: Presidente: David Assine; Secretário: Daniel O. Assine. **Deliberações Aprovadas: 1.** Alterar a denominação da companhia, conforme abaixo: ***De: Banco Ourinvest S.A. Para: Ouribank S.A. Banco Múltiplo.*** Desta forma, o **Artigo** 1º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 1º:*** *O* ***Ouribank S.A. Banco Múltiplo*** *é uma sociedade anônima, que se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. "* 2. Reformado e consolidado o Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 12.04.2024. Mesa: Presidente: David Assine; Secretário: Daniel O. Assine. Acionista: Ourinvest Investimentos – Holding Financeira S.A. (representada por seus diretores, Srs. David Assine e Daniel O. Assine). JUCESP nº 282.863/24-2 em 22.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

megaleilões

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A.**, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Bairro Parque Guianazes. Rua Leritiba, nº 103. Casa 06 do Condomínio Residencial Leritiba. possuindo 01 vaga para auto na garagem coletiva do conndomínio Casa. Área privativa principal 68,36m², área de uso comum 31,71m², área total da unidade 100,07m², correspondendo -lhe uma quota parte ideal do terreno de 19,17%. Matr. 185.301 do 7º RI Local. Obs.: (i) Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área de terreno e construída que vier a ser apurada no local, com a averbada na matrícula e Cadastro Municipal, correrão por conta do Comprador; (ii) Eventuais débitos de condomínio que vierem a ser apurados, deverão ser pagos às expensas do comprador, sem direito a reembolso; (iii) Ocupada (AF). **1º Leilão:** 09/08/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 323.233,61. **2º Leilão:** 12/08/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 192.867,01. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma **www.megaleiloes.com.br.** Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.bradesco.com.br** e **www.megaleiloes.com.br**. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

ESTADO DE MATO GROSSO
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024/SEPLAG
PROCESSO Nº SEPLAG-PRO-2024/02972 – SIGADOC (0002972/2024/SEPLAG-SIAG)

A **Superintendência de Licitações e Registro de Preço/SEPLAG** torna público que realizará licitação, tendo por objeto o **Registro de Preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais por meio de ferramenta on-line de autoagendamento (self-booking),** para atender aos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, conforme especificações e condições técnicas constantes neste Edital e em seus anexos.

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: entre os dias **30/07/2024 a 13/08/2024**, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão, quando o horário máximo de aceitação será até às **08h45min - Horário local (Cuiabá/MT).**

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO: no dia **13/08/2024 às 09h00min - Horário local (Cuiabá/MT),** através do endereço: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br**.

EDITAL E ADENDOS DISPONIBILIZADOS NO: Portal de Aquisições: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br** - dúvidas pelo sistema SIAG – tel. **(65) 99214-5804** ou **(65) 99281-4313.**

Cuiabá – MT, 26 de julho de 2024.
PAULO ROBERTO TAVARES DE MENEZES
Secretário Adjunto de Aquisições Governamentais/SEPLAG

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF 90.400.888/0001-42 - NIRE 35.300.332.067
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas a comparecerem na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") que será realizada no dia 30 de agosto de 2024, às 15 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041 - 2º mezanino, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** ELEGER novo membro para compor o Conselho de Administração da Companhia; e **(b)** CONFIRMAR a composição do Conselho de Administração da Companhia. **Observação para participação e Voto durante a realização da Assembleia.** Participação na Assembleia: os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da Assembleia por qualquer das formas abaixo: **Presencialmente** - Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à AGE munidos dos documentos hábeis de identidade. Na hipótese de representação de acionista por procurador, os acionistas deverão depositar na sede social da Companhia (endereço referido abaixo), com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas antes da realização da AGE, instrumento de mandato outorgado na forma da lei; **Por Boletim de Voto a Distância** - a Companhia implementou o sistema de votação a distância nos termos da Resolução CVM 81/22, possibilitando que nossos Acionistas enviem boletins de voto a distância diretamente à Companhia, ao escriturador ou por seus respectivos agentes de custódia, conforme procedimentos descritos no Manual de Participação da Assembleia Geral. Nossa recomendação aos acionistas é que façam uso dos instrumentos de voto a distância, seja pelos meios eletrônicos disponíveis ou ainda pelo envio de votos escritos à Companhia ou outorga de procurações padronizadas com orientação de voto, conforme instruções disponibilizadas na Proposta da Administração para Assembleia Geral Extraordinária de 30 de agosto de 2024. **Informações Adicionais:** 1. Conforme disposto na Resolução CVM nº 70/22, é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração; 2. Conforme disposto no § 2º do artigo 161 da Lei nº 6.404/76 e art. 4º da Resolução CVM nº 70/22, a instalação do Conselho Fiscal pela Assembleia Geral deverá ocorrer a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto, ou 1% (um por cento) das ações sem direito a voto; e 3. Os documentos relacionados às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGE encontram-se à disposição dos acionistas (i) na sede social da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 Wtorre JK, 9º andar - Departamento Jurídico Societário, onde poderão ser consultados, em dias úteis, no horário das 10:00 até as 16:00 horas, e também em seu website (www.ri.santander.com.br - em Governança Corporativa >> Atas de Reunião e Assembleia); (ii) no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e (iii) no website da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br).

São Paulo, 26 de julho de 2024
Deborah Stern Vieitas
Presidente do Conselho de Administração

MAPFRE CAPITALIZAÇÃO S.A.

(Subsidiária Integral) CNPJ 09.382.998/0001-00 - NIRE 35.3.0035253.0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 13 de junho de 2024, às 09h30, na sede da **MAPFRE CAPITALIZAÇÃO S.A.** ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000. **PRESENÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista detentora das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Antonio Clemente Campanário, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a indicação de Diretor para compor a Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(i) aprovar** a indicação para o cargo de Diretor da Companhia dos Srs. **(i) Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves,** português, casado, administrador, portador do passaporte CC106539, emitido por Portugal, válido até 02.11.2026, portador do RNM nº B0716624, emitido pela Direx-Coordenação Geral de Polícia de Imigração e CPF nº 012.122.858-40, nascido no dia 04/03/1975, e **(ii) Oscar Jose Celada Rodriguez,** espanhol, casado, administrador, portador do passaporte PAS 503023, emitido pela Espanha, válido até 27.11.2033, portador do RNM nº B0799027, emitido pela Direx-Coordenação Geral de Polícia de Imigração e CPF nº 021.308.688-35, nascido no dia 27/03/1971, ambos com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000. Ressalta a acionista que a eleição dos indicados para os cargos está condicionada à obtenção prévia da pertinente autorização do Ministério do Trabalho, por meio do processo de concessão de visto de trabalho. Após o cumprimento das referidas formalidades legais e administrativas, será realizado nova reunião para deliberar sobre a eleição dos indicados. Os Srs. Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves e Oscar Jose Celada Rodriguez declaram aceitar suas indicações ao referido cargo, estando cientes que somente tomarão posse mediante a obtenção de visto permanente de trabalho, a ser aprovado pelas autoridades brasileiras competentes. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e de achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Antonio Clemente Campanário, Presidente da Mesa; e Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa; **Acionista:** MAPFRE Participações S.A. (p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor-Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor). **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 13 de junho de 2024. **Antonio Clemente Campanário -** Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão -** Secretária da Mesa. **JUCESP nº 256.971/24-9 em 28/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

MAPFRE CAPITALIZAÇÃO S.A.

(Subsidiária Integral) CNPJ 09.382.998/0001-00 - NIRE 35.3.0035253.0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2023

DATA, HORA E LOCAL: Em 01 de dezembro de 2023 às 10h00, na sede da **MAPFRE CAPITALIZAÇÃO S.A.** ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000. **PRESENÇA:** Presente única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista detentora das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Felipe Costa da Silveira Nascimento, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre **(i)** alteração da Diretoria da Companhia; e **(ii)** alteração na designação de diretor perante à SUSEP; e **(iii)** ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **DELIBERAÇÕES:** a acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(i) eleger** ao cargo de Diretor o Sr. **Hugo Sérgio de Assis Júnior**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG 24.863.176-7 e inscrito no CPF/ME sob nº 775.811.805-49, com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, para cumprir mandato complementar até Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2026. O Diretor ora eleito, não necessita obter aprovação prévia da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados para sua eleição, nos termos do §2º, do artigo 43, da Resolução CNSP nº 422/21. O Diretor ora eleito, toma posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, aceita o cargo e declara, em termo separado da presente ata, sob as penas da lei, que: (a) preenche as condições previstas na Resolução CNSP nº 422 de 11/11/2021 e, (b) não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedades mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco está impedido, por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em conformidade com o disposto no artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de dezembro de 1994 e no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, cientes de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal; **(i.a)** Em virtude da alteração ora deliberada, a Diretoria da Companhia fica assim composta:

NOME	CARGO	ELEIÇÃO E MANDATO	
		INÍCIO/ APROVAÇÃO	TÉRMINO
Felipe Costa da Silveira Nascimento	Diretor Presidente	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Orlando Eliecer Ibarra Campo	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Simone Pereira Negrão	Diretora	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Francisco Eugênio Labourt	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Denia de Moura	Diretora	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Roberto Júnior De Antoni	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Raphael Bauer de Lima	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Antonio Clemente Campanário	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Ivan Paraskevopoulos Silva	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor	01.12.2023	A.G.O. DE 2026

(ii) alterar a designação específica, referente à Resolução CNSP nº 415/2021, art. 31, que trata do compartilhamento de dados, de responsabilidade do Sr. **Orlando Eliecer Ibarra Campo** que passa, a partir desta data, ser de responsabilidade do Sr. **Hugo Sérgio de Assis Júnior. (iii) ratificar** as funções específicas atribuídas aos Diretores Executivos, nos exatos termos da regulamentação vigente, a saber:

NOME:	DESIGNAÇÕES:
Ivan Paraskevopoulos Silva	Diretor responsável **(a)** Administrativo-Financeiro (art. 1º, III, da Circ. SUSEP nº 234/2003); **(b)** pelo cumprimento das obrigações da Res. CNSP nº 143/2005, conforme art. 2º (registro das apólices e dos endossos emitidos e dos cosseguros aceitos); **(c)** pelas relações com a SUSEP (art. 1º, I, da Circ. SUSEP nº 234/2003); **(d)** Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Res. CNSP nº 432/2021 (art. 3º, III); e **(e)** Resolução CNSP nº 383/2020, art. 13 (registro de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros).
Antonio Clemente Campanário	Diretor responsável **(a)** responsável técnico pelo cumprimento do disposto no art. 1º, II, da Circ. SUSEP nº 234/2003; e **(b)** Diretor técnico responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor (art.3º, II, Res. CNSP nº 432/2021).
Denia de Moura	Diretora responsável **(a)** pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 (que trata dos crimes de lavagem de dinheiro e de ocultação de bens), conforme art. 1º, IV, da Circ. SUSEP nº 234/2003, e do art. 12 da Circular SUSEP nº 612/20; e **(b)** pelos controles internos, conforme art. 9º, da Resolução CNSP nº 416/21.
Raphael Bauer de Lima	Diretor Responsável pela política institucional de conduta no que se refere ao relacionamento com o cliente, conforme artigo 12 da Resolução CNSP nº 382 de 04 de março de 2020.
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor Responsável pelo compartilhamento que trata a Resolução CNSP nº 415 de 20 de julho de 2021 (Open Insurance), conforme art. 31.
Com base no Ofício Eletrônico nº 443/2018/SUSEP/DIORG/CGRAL/COREC, e artigo 7, §1º do Estatuto Social, na ausência ou impedimento do Sr. Ivan Paraskevopoulos Silva, o Sr. Antonio Clemente Campanario, exercerá cumulativamente a função de Diretor responsável pelas relações com a SUSEP e, na ausência e impedimento do Sr. Antonio Clemente Campanario, o Diretor Roberto Junior de Antoni, acumulará as funções de Diretor de Produtos.	

(iii.a) autorizar aos administradores da Companhia, na forma do Estatuto Social, e/ou seus procuradores legalmente constituídos, a praticarem todos os demais atos necessários à implementação e formalização dos atos e deliberações ora previstos, ficando desde já investidos dos mais amplos, gerais e ilimitados poderes para representar a sociedade perante todas e quaisquer autoridades públicas federais, estaduais e/ou municipais, incluindo, mas não se limitando a submissão desta ata à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, nos termos da legislação em vigor. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Felipe Costa da Silveira Nascimento, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa; **Acionista:** MAPFRE Participações S.A. (p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor Vice-Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor). **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 01 de dezembro de 2023. **Felipe Costa da Silveira Nascimento -** Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão -** Secretária da Mesa. **JUCESP nº 129.398/24-0 em 27/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE 35.3.0034321.2 CNPJ 09.007.935/0001-74

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 29 de Abril de 2024, às 15:30hs, no edifício da Sede social da **MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), localizada nesta Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas n° 11.711 - 21° andar - Brooklin, CEP: 04578-000. **PRESENÇAS**: Os Diretores da Companhia: Felipe Costa da Silveira Nascimento, Antonio Clemente Campanario, Sidney Rodrigues, Julien Clausse, Juan Carlos Lanau Arilla, Tiago de Freitas Vieira, Ivan Paraskevopoulos Silva. **MESA**: Presidente da Reunião, Sidney Rodrigues e Secretária da reunião, Simone Pereira Negrão. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade, a Diretoria decidiu, sem ressalvas, aprovar, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia e da aprovação deliberada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 29.04.2024 às 14:30hs, a distribuição de dividendos intermediários e o consequente pagamento de dividendos no valor total de R$ 178.500.000,00 (cento e setenta e oito milhões e quinhentos mil reais), oriundos da Reserva de Investimentos, constituída por lucro de exercícios anteriores. Caberá a cada ação o recebimento de dividendos no valor de R$ 0,07951, a serem pagos em moeda nacional, até 31.05.2024, da seguinte forma: **(a)** à acionista MAPFRE Internacional S.A. (nova denominação da MAPFRE América S.A.) o valor de **R$ 177.024.934,39 (cento e setenta e sete milhões, vinte e quatro mil, novecentos e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos);** e **(b)** à acionista MAPFRE Investment S.A. (nova denominação da FANCY Investment S.A.) o valor de **R$ 1.475.065,61 (um milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil, sessenta e cinco reais e sessenta e um centavos). ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA**: Ata aprovada por unanimidade e assinada por todos os Diretores presentes: Felipe Costa da Silveira Nascimento, Antonio Clemente Campanario, Sidney Rodrigues, Julien Clausse, Juan Carlos Lanau Arilla, Tiago de Freitas Vieira e Ivan Paraskevopoulos Silva. **CERTIDÃO**: Esta é uma cópia fiel da Ata de Reunião de Diretoria da MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., realizada em 29.04.2024, lavrada em livro próprio. **Sidney Rodrigues - Diretor; Simone Pereira Negrão - Secretária da Reunião. JUCESP nº 196.854/24-6 em 08/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Procuradoria Geral da República

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 90023/24

Processo nº 1.00.000.006468/2023-57

Nº processo. 1.00.000.006468/2023-57. Objeto: Fornecimento de RECARGA DE CRÉDITOS para telefones via satélite. Total de itens licitados 02. Edital 29/07/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço. SAF SUL QUADRA 04, CONJUNTO "c" BLOCOS DE "A" a "F". Plano Piloto – Brasília – DF ou https// www.gov.br/compras/edital 200100 – 90023/2024. Entrega das propostas a partir de 29/07/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das propostas. 13.08.2024 às 10h00 ou site www.gov.br/compras.

LEONARDO SANTOS DA COSTA
Coordenador de Licitações e Disputas Eletrônicas
CLDE/SA

MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.

(atual denominação da MAPFRE BB SH2 Participações S.A.)

NIRE: 35300385276 - CNPJ: 12.264.857/0001-06

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Data, Hora e Local: Em 30 de abril de 2024, às 12:00h, na sede da **MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.**, atual denominação da MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A. ("**Companhia**"), localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP: 04578-000. **Presença:** Presente acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada em razão da presença da acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n. º 6.404/76 ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Mesa:** Assumiu a presidência, Felipe Costa da Silveira Nascimento que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **Ordem do dia:** deliberar sobre **(i)** exame, discussão e aprovação das contas dos administradores, das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração da Companhia, do Relatório do Comitê de Auditoria, do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** a destinação do lucro líquido apurado no Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** a remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **Publicações:** O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados no jornal "Valor Econômico", páginas G11 e G13, na edição de 30 de abril de 2024. **Deliberações:** A acionista da Companhia decidiu, por unanimidade e sem ressalvas: **(i) aprovar** as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii) aprovar** a destinação do lucro líquido apurado no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor total de **R$ 286.500.968,49** (Duzentos e oitenta e seis milhões, quinhentos mil, novecentos e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos), da seguinte maneira: **(a) R$ 14.541.181,07** (quatorze milhões, quinhentos e quarenta e um mil, cento e oitenta e um reais e sete centavos), representando 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado, para a Reserva Legal da Companhia, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações; e **(b) R$ 69.070.610,09** (sessenta e nove milhões, setenta mil, seiscentos e dez reais e nove centavos) a título de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios à acionista da Companhia, os quais serão pagos até 30.09.2024; e, **(c) R$ 202.889.177,33** (Duzentos e dois milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, cento e setenta e sete reais e trinta e três centavos) destinados à Reserva de Investimentos da Companhia; **(iii) aprovar** a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024, incluindo benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, correspondente a R$ 456.000,00 (Quatrocentos e cinquenta e seis mil reais). **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas: Mesa:** Felipe Costa da Silveira Nascimento, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa. **Acionista:** MAPFRE Brasil Participações S.A. (p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor). **Certidão:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Felipe Costa da Silveira Nascimento -** Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão -** Secretária da Mesa. **JUCESP nº 215.877/24-0 em 04/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE: 35300385276 - CNPJ: 12.264.857/0001-06

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2024

Data, Hora e Local: Em 03 de junho de 2024, às 8h00h, na sede da **MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.**, atual denominação da MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A. ("**Companhia**"), localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP: 04578-000. **Presença:** Presente a acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada em razão da presença da acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404/76 ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Mesa:** Assumiu a presidência Sidney Rodrigues que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **Ordem do dia:** Deliberar sobre a alteração da Diretoria. **Deliberações:** A acionista da Companhia decidiu, por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** aprovar **a destituição,** com efeitos imediatos, do Sr. Ivan Paraskevopoulos Silva, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 29.195.113 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 297.528.638-41, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, do cargo de Diretor da MAPFRE Participações S.A. Ao Diretor, ora destituído, a Companhia outorga a mais ampla, geral e rasa quitação quanto ao período em que permaneceu no exercício de suas funções, para nada mais reclamar, a qualquer título. **(ii)** em razão da deliberação acima, a diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição:

MEMBROS	CARGOS	MANDATO	
		INÍCIO	TÉRMINO
Felipe Costa da Silveira Nascimento	Diretor-Presidente	01.01.2024 (*)	A.G.O DE 2026
Vago	Diretor Vice-Presidente	–	–
Sidney Rodrigues	Diretor	29.04.2023	A.G.O DE 2026

(*) início de mandato em 29/04/2023, e posse como Diretor-Presidente em 01/01/2024.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas: Mesa:** Sidney Rodrigues, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa. **Acionista:** MAPFRE Brasil Participações S.A. (p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor-Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor). **Certidão:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 03 de junho de 2024. **Sidney Rodrigues -** Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão -** Secretária da Mesa. **JUCESP nº 227.852/24-2 em 21/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

(Subsidiária Integral) CNPJ 61.074.175/0001-38 - NIRE 35.3.0004292.1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2023

DATA, HORA E LOCAL: Em 01 de dezembro de 2023, às 08h00, na sede da **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.** ("**Companhia**"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, n. º 14.261, Ala A, do 17º ao 21º andar, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000. **PRESENÇA:** Presente única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista detentora das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n. º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Felipe Costa da Silveira Nascimento, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** **(i)** deliberar sobre alteração de diretor responsável e **(ii)** ratificar as designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **DELIBERAÇÕES:** a acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(i) Alterar** a designação específica, referente à Resolução CNSP nº 415/2021, art. 31, que trata do compartilhamento de dados, de responsabilidade do Sr. **Orlando Eliecer Ibarra Campo** que passa, a partir desta data, a ser de responsabilidade do Sr. **Hugo Sérgio de Assis Júnior. (ii) Ratificar** as funções específicas atribuídas aos Diretores Executivos, nos exatos termos da regulamentação vigente, a saber:

DIRETOR RESPONSÁVEL	DESIGNAÇÕES ESPECÍFICAS
Ivan Paraskevopoulos Silva	Diretor responsável **(a)** Administrativo-Financeiro (art. 1º, III, da Circ. SUSEP nº 234/2003); **(b)** pelo cumprimento das obrigações da Res. CNSP nº 143/2005, conforme art. 2º (registro das apólices e dos endossos emitidos e dos cosseguros aceitos); **(c)** pelas relações com a SUSEP (art. 1º, I, da Circ. SUSEP nº234/2003); **(d)** Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Res. CNSP nº432/2021 (art. 3º, III); e **(e)** Resolução CNSP nº 383/2020, art. 13 (registro de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros).
Denia de Moura	Diretora responsável **(a)** pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 (que trata dos crimes de lavagem de dinheiro e de ocultação de bens), conforme art. 1º, IV, da Circ. SUSEP nº 234/2003, e do art.12 da Circular SUSEP nº 612/20; e **(b)** pelos controles internos, conforme art. 9º, da Resolução CNSP nº 416/21.
Antonio Clemente Campanário	Diretor responsável técnico pelo cumprimento do disposto no art. 1º, II, da Circ. SUSEP nº234/2003; (b) Diretor técnico responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor (art.3º, II, Res. CNSP nº 432/2021); (c) Diretor responsável por supervisionar os convênios que trata o art. 6º, nos termos do art. 7º da Circular SUSEP nº 614, de 11.09.2020 (Carta Verde); (d) Diretor responsável por supervisionar os convênios de que trata a Circular nº 617 de 23.11.2020, art. 3º (seguro de responsabilidade civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional Danos à Carga Transportada).
Raphael Bauer de Lima	Diretor Responsável (a) pela política institucional de conduta no que se refere ao relacionamento com o cliente, conforme artigo 12 da Resolução CNSP nº 382 de 04 de março de 2020; (b) responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por ele prestados (art. 22 da Resolução CNSP 431/21).
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor Responsável pelo compartilhamento que trata a Resolução CNSP nº 415 de 20 de julho de 2021 (Open Insurance), conforme art. 31.

(ii.a) Informar que, em que pese a alteração ora deliberada, não houve modificação na composição da diretoria da Companhia, que permanece assim composta:

MEMBROS	CARGOS	MANDATO	
		INÍCIO	TÉRMINO
Felipe Costa da Silveira Nascimento	Diretor-Presidente	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Antonio Clemente Campanário	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Denia de Moura	Diretora	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Francisco Eugenio Labourt	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Ivan Paraskevopoulos Silva	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Luiz Fernando Padial de Camargo	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Orlando Eliecer Ibarra Campo	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Raphael Bauer de Lima	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Roberto Junior de Antoni	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Simone Pereira Negrão	Diretora	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor	01.09.2023	A.G.O DE 2026

(ii.b) Autorizar aos administradores da Companhia, na forma do Estatuto Social, e/ou seus procuradores legalmente constituídos, a praticarem todos os demais atos necessários à implementação e formalização dos atos e deliberações ora previstos, ficando desde já investidos dos mais amplos, gerais e ilimitados poderes para representar a sociedade perante todas e quaisquer autoridades públicas federais, estaduais e/ou municipais, incluindo, mas não se limitando a submissão desta ata à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, nos termos da legislação em vigor. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Felipe Costa da Silveira Nascimento, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa; **Acionista:** MAPFRE Participações S.A. (p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor Vice-Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor). **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 01 de dezembro de 2023. **Felipe Costa da Silveira Nascimento -** Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão -** Secretária da Mesa. **JUCESP nº 261.081/24-0 em 04/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os acionistas da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia 05.08.2024, com início às 16:00 horas, por meio de videoconferência, para deliberarem, em primeira chamada, sobre a seguinte ordem do dia: **(I)** Eleger membros do Conselho de Administração; e **(II)** Ratificar a composição dos membros do Conselho de Administração. Por questões de segurança, pedimos aos acionistas interessados em participar da AGE, que enviem e-mail à caixa departamental govcorporativo@zurich-santander.com.br, solicitando o link de acesso até dia 02.08.2024. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, cópias dos documentos referentes às matérias a serem deliberadas na AGE convocada. São Paulo, 26/07/2024. Claudio Alberto Chiesa – Presidente do Conselho de Administração. (27, 30 e 31/07/2024)

MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 09.007.935/0001-74 - NIRE 3530034321-2

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024 - 18H00

I - DATA, HORA E LOCAL: Em 29 de abril de 2024, às 18:00h, a reunião ocorreu de forma híbrida, com os presentes na sede da Companhia, na Avenida das Nações Unidas nº 11.711, 21º andar e virtualmente, mediante a participação de membros e de convidados por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams. **II - PRESENÇAS:** Presentes os conselheiros Sr. Eduardo Campozana Gouveia (Presidente), Sr. Felipe Costa da Silveira Nascimento (Primeiro Vice-Presidente), Sra. Maria Leticia de Freitas Costa (Segunda Vice-Presidente), Sr. Sidney Rodrigues, Fabiano Sardá, Sra. Heloisa Belotti Bedicks, Sr. Santiago Javier Fernández Valbuena, Juan Carlos Lanau Arilla, Óscar José Celada Rodriguez e Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves (os três últimos como convidados). **III - CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença de todos os membros, conforme dispõe o artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. **IV - MESA:** Assumiu a presidência da mesa o Sr. Eduardo Campozana Gouveia, que convidou a Sra. Simone Negrão para exercer a função de Secretária. **V - ORDEM DO DIA: (i)** ratificar a alteração no quadro da diretoria da Companhia realizada por meio da Assembleia Geral Extraordinária 15 de dezembro de 2023; **(ii)** Eleger e Reeleger os membros da Diretoria. **VI - DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração resolveram, por unanimidade e sem ressalvas: **I - Ratificar** a alteração no quadro da diretoria da Companhia realizada por meio da Assembleia Geral Extraordinária 15 de dezembro de 2023, arquivada na JUCESP em 28.12.2023, sob o número 487.697/23-6, em conforme segue: **(a) aprovar** a destituição, com efeitos a partir de 29 de dezembro de 2023, do Sr. Fernando Pérez-Serrabona Garcia, do cargo de Diretor-Presidente da MAPFRE Brasil Participações. Ao Diretor-Presidente, ora destituído, a Companhia outorga a mais ampla, geral e rasa quitação quanto ao período em que permaneceu no exercício de suas funções, para nada mais reclamar, a qualquer título. **(b) nomear**, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024, para o cargo de Diretor-Presidente da MAPFRE Brasil Participações, o Sr. Felipe Costa da Silveira Nascimento, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº1.390.498 SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 666.602.541-53, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, para cumprir mandato complementar até a Assembleia Geral Ordinária de 2024. Por oportuno, corrigir erro material, no término do prazo do mandato registrado no quadro da Diretoria, para que **onde lê-se 2026,** na Assembleia Geral Extraordinária 15 de dezembro de 2023, **leia-se 2024**. No mais, diante das deliberações acima, a diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição:

MEMBROS TITULARES	CARGO	INÍCIO DO MANDATO	TÉRMINO DO MANDATO
Felipe Costa da Silveira Nascimento	Presidente	01.01.2024	A.G.O. 2024
Vago	Vice-Presidente	–	–
Sidney Rodrigues	Diretor	30.04.2021	A.G.O. 2024
Julien Clausse	Diretor	30.04.2021	A.G.O. 2024
Juan Carlos Lanau Arilla	Diretor	25.11.2021	A.G.O. 2024
Tiago de Freitas Vieira	Diretor	21.06.2021	A.G.O. 2024
Antonio Clemente Campanário	Diretor	23.02.2022	A.G.O. 2024
Ivan Paraskevopoulos Silva	Diretor	25.10.2022	A.G.O 2024

II - (re)eleger, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, para cumprir mandato até Assembleia Geral Ordinária que se realizará no ano de 2027, os seguintes membros da diretoria: **Eleição**: **(a)** ao cargo de Diretor o Sr. **NELSON FILIPE DE OLIVEIRA LOPES ALVES**, português, casado, administrador, inscrito no CPF/ME sob nº 012.122.858-40, com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, devidamente aprovado pela Coordenadoria Geral de Imigração, através do processo nº 08228.001315/2024-13, publicado no Diário Oficial da União em 10 de abril de 2024; **(b)** ao cargo de Diretor o Sr. **OSCAR JOSE CELADA RODRIGUEZ**, espanhol, administrador, casado, inscrito no CPF/ME sob nº 021.308.688-35, com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, devidamente aprovado pela Coordenadoria Geral de Imigração, através do processo n.º processo nº 08228.004786/2024-67, publicado no Diário Oficial da União em 18 de abril de 2024. **Reeleger**, **(a)** como Diretor-Presidente, **FELIPE COSTA DA SILVEIRA NASCIMENTO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 1.390.498 SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº 666.602.541-53, com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000; **(b)** como Diretor, **SIDNEY RODRIGUES**, brasileiro, contador, convivente em união estável, portador da cédula de identidade RG. Nº. 27.479.531-0 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 261.754.988-79, com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000; **(c)** como Diretor, **JUAN CARLOS LANAU ARILLA**, espanhol, casado, advogado, inscrito no CPF/ME sob o n. º 243.138.898-09, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Ala A, 17º andar, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000; **(d)** como Diretor, **JULIEN CLAUSSE**, francês, casado, administrador, portador do RNM Nº. V425625H DIREXEX e inscrito no CPF/ME sob nº 231.772.198-69, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Ala A, 17º andar, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000; **(e)** como Diretor, **TIAGO DE FREITAS VIEIRA**, brasileiro, casado, securitário, portador do RG. Nº. 35.008.799-4 SSP/SP e inscrito no CPF/ME nº 223.175.748-60, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Ala A, 17º andar, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000; **(f)** como Diretor, **ANTONIO CLEMENTE CAMPANARIO**, espanhol, casado, economista, portador do RNM nº.V432454R e inscrito no CPF/MF sob nº 231.892.868-17, com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000; e por fim , **(g)** como Diretor, **IVAN PARASKEVOPOULOS SILVA**, brasileiro, divorciado, administrador, portador do RG SSP/SP n.º 29.195.113 e inscrito no CPF/ME sob nº 297.528.638-41, com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000. Os Diretores ora eleitos e reeleitos, tomam posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, aceitam o cargo e declaram, em termo separado da presente data, sob as penas da lei, que: (a) não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedades mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em conformidade com o disposto no artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de dezembro de 1994 e no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, cientes de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Em virtude das deliberações acima, a Diretoria da Companhia fica assim composta:

MEMBROS TITULARES	CARGO	INÍCIO DO MANDATO	TÉRMINO DO MANDATO
Felipe Costa da Silveira Nascimento	Presidente	29.04.2024	A.G.O. 2027
Vago	Vice-Presidente	29.04.2024	-
Sidney Rodrigues	Diretor	29.04.2024	A.G.O. 2027
Julien Clausse	Diretor	29.04.2024	A.G.O. 2027
Juan Carlos Lanau Arilla	Diretor	29.04.2024	A.G.O. 2027
Tiago de Freitas Vieira	Diretor	29.04.2024	A.G.O. 2027
Antonio Clemente Campanário	Diretor	29.04.2024	A.G.O. 2027
Ivan Paraskevopoulos Silva	Diretor	29.04.2024	A.G.O. 2027
Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves	Diretor	29.04.2024	A.G.O. 2027
Oscar Jose Celada Rodriguez	Diretor	29.04.2024	A.G.O. 2027

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Eduardo Campozana Gouveia, Presidente e Simone Pereira Negrão, Secretária. **Conselheiros**: Eduardo Campozana Gouveia, Felipe Costa da Silveira Nascimento, Maria Leticia de Freitas Costa, Sidney Rodrigues, Fabiano Sardá, Heloisa Belotti Bedicks, Santiago Javier Fernández Valbuena. **CERTIDÃO**: A presente ata é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio. **Eduardo Campozana Gouveia -** Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão -** Secretária da Mesa. **JUCESP nº 217.360/24-5 em 06/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE 35.3.0034321.2 - CNPJ 09.007.935/0001-74

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 26 de Março de 2024, às 13:30hs, no edifício da Sede social da **MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), localizada nesta Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas nº 11.711 - 21º andar - Brooklin, CEP: 04578-000. **PRESENÇAS:** Os Diretores da Companhia: Felipe Costa da Silveira Nascimento, Antonio Clemente Campanario, Sidney Rodrigues, Julien Clausse, Juan Carlos Lanau Arilla, Tiago de Freitas Vieira, Ivan Paraskevopoulos Silva. **MESA:** Presidente da Reunião, Sidney Rodrigues e Secretária da reunião, Simone Pereira Negrão. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade, a Diretoria decidiu, sem ressalvas, aprovar, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia e da aprovação deliberada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 25.03.2024 às 14:30hs, a distribuição de dividendos intermediários e o consequente pagamento de dividendos no valor total de R$ 172.500.000,00 (cento e setenta e dois milhões e quinhentos mil reais), oriundos da Reserva de Investimentos, constituída por lucro de exercícios anteriores. Caberá a cada ação o recebimento de dividendos no valor de R$ 0,07684, a serem pagos em moeda nacional, até 28.03.2024, da seguinte forma: **(a)** à acionista MAPFRE Internacional S.A. (nova denominação da MAPFRE América S.A.) o valor de **R$ 171.074.516,43 (cento e setenta e um milhões, setenta e quatro mil, quinhentos e dezesseis reais e quarenta e três centavos)**; e **(b)** à acionista MAPFRE Investment S.A. (nova denominação da FANCY Investment S.A.) o valor de **R$ 1.425.483,57 (um milhão, quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta e sete centavos)**. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Ata aprovada por unanimidade e assinada por todos os Diretores presentes: Felipe Costa da Silveira Nascimento, Antonio Clemente Campanario, Sidney Rodrigues, Julien Clausse, Juan Carlos Lanau Arilla, Tiago de Freitas Vieira e Ivan Paraskevopoulos Silva. **CERTIDÃO:** Esta é uma cópia fiel da Ata de Reunião de Diretoria da MAPFRE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., realizada em 26.03.2024, lavrada em livro próprio. **Sidney Rodrigues - Diretor; Simone Pereira Negrão - Secretária da Reunião. JUCESP nº 131.811/24-1 em 02/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NIRE: 35300385276 - CNPJ: 12.264.857/0001-06

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024

Data, Hora e Local: Em 13 de junho de 2024, às 10h00, na sede da **MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A.**, atual denominação da MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A. ("**Companhia**"), localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP: 04578-000. **Presença:** Presente a acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada em razão da presença da acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Mesa:** Assumiu a presidência Sidney Rodrigues que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a indicação de Diretores para compor a Diretoria da Companhia. **Deliberações:** A acionista da Companhia decidiu, por unanimidade e sem ressalvas: **(i) aprovar** a indicação para o cargo de Diretor da Companhia dos Srs. **(i) Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves**, português, casado, administrador, portador do passaporte CC106539, emitido por Portugal, válido até 02.11.2026, portador do RNM nº B0716624, emitido pela Direx-Coordenação Geral de Polícia de Imigração e CPF nº 012.122.858-40, nascido no dia 04/03/1975, e **(ii) Oscar Jose Celada Rodriguez,** espanhol, casado, administrador, portador do passaporte PAS 503023, emitido pela Espanha, válido até 27.11.2033, portador do RNM nº B0799027, emitido pela Direx-Coordenação Geral de Polícia de Imigração e CPF nº 021.308.688-35, nascido no dia 27/03/1971, ambos com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000. Ressalta a acionista que a eleição dos indicados para os cargos está condicionada à obtenção prévia da pertinente autorização do Ministério do Trabalho, por meio do processo de concessão de visto de trabalho. Após o cumprimento das referidas formalidades legais e administrativas, será realizado nova reunião para deliberar sobre a eleição dos indicados. Os Srs. Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves e Oscar Jose Celada Rodriguez declaram aceitar suas indicações ao referido cargo, estando cientes que somente tomarão posse mediante a obtenção de visto permanente de trabalho, a ser aprovado pelas autoridades brasileiras competentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas: Mesa:** Sidney Rodrigues, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa. **Acionista:** MAPFRE Brasil Participações S.A. (p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor-Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor). **Certidão:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 13 de junho de 2024. **Sidney Rodrigues -** Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão -** Secretária da Mesa. **JUCESP nº 256.972/24-2 em 28/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

MAC INVESTIMENTOS S.A.

(Subsidiária Integral) NIRE 35.30044705-1 - CNPJ/MF nº 17.249.375/0001-92
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Data, Hora e Local: Aos 30 dias do mês de abril de 2024, às 11:30h, na sede social da **MAC INVESTIMENTOS S.A.** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 11.711, 21º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-000. **Presença:** Presente a acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada em razão da presença da acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404/76 ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Mesa:** Assumiu a presidência Sidney Rodrigues, que convidou, Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **Ordem do dia:** deliberar sobre **(i)** exame, discussão e aprovação das contas dos administradores, do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** a destinação do lucro líquido apurado no Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023. **Publicações:** O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados no jornal "Valor Econômico", páginas G14 e G16, na edição de 30 de abril de 2024. **Deliberações:** A acionista única da Companhia decidiu, por unanimidade e sem ressalvas: **(i) aprovar** as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii) consignar** que o lucro apurado no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no importe, R$ 10.523.055,95 (Dez milhões, quinhentos e vinte e três mil, cinquenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Sidney Rodrigues, Presidente; Simone Pereira Negrão, Secretária. Acionista: MAPFRE e Brasil Participações S.A. (p. Felipe Costa Da Silveira Nascimento, Diretor Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor). **Certidão:** Certifico que a presente ata é cópia do original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Sidney Rodrigues - Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão - Secretária da Mesa. JUCESP nº 224.611/24-0 em 18/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

MAC INVESTIMENTOS S.A.

(Subsidiária Integral) NIRE 35.30044705-1 - CNPJ/MF nº 17.249.375/0001-92
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2024

Data, Hora e Local: Aos 03 dias do mês de junho de 2024, às 08:30h, na sede social da **MAC INVESTIMENTOS S.A.** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 11.711, 21º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-000. **Presença:** Presente a acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada em razão da presença da acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404/76 ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Mesa:** Assumiu a presidência, Sidney Rodrigues que convidou, Simone Pereira Negrão, para exercer a função de secretária. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a alteração da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** A acionista da Companhia decidiu, por unanimidade e sem ressalvas: (i) aprovar **a destituição**, com efeitos imediatos, do Sr. **Ivan Paraskevopoulos Silva**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 29.195.113 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 297.528.638-41, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, do cargo de Diretor da Companhia. Ao Diretor ora destituído é dada a mais ampla, geral e rasa quitação quanto aos serviços prestados à Companhia, para nada mais reclamar, a qualquer título. **(i.a)** em virtude da alteração ora deliberada, a Diretoria da Companhia fica assim composta:

MEMBROS	CARGOS	MANDATO	
		INÍCIO	TÉRMINO
Antonio Clemente Campanário	Diretor-Presidente	01.01.2024	A.G.O DE 2026
Sidney Rodrigues	Diretor	29.04.2023	A.G.O DE 2026
Luiz Fernando Padial de Camargo	Diretor	01.01.2024	A.G.O DE 2026

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Sidney Rodrigues, Presidente; Simone Pereira Negrão, Secretária. Acionista: MAPFRE Brasil Participações S.A. (p. Sidney Rodrigues, Diretor e Antonio Clemente Campanario, Diretor). **Certidão:** Certifico que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 03 de junho de 2024. **Sidney Rodrigues** - Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 256.074/24-0 em 27/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

MAPFRE PREVIDENCIA S.A.

(Subsidiária Integral) CNPJ 04.046.576/0001-40 - NIRE 3530017933-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2023

DATA, HORA E LOCAL: Em 01 de dezembro de 2023, às 09h00, na sede da **MAPFRE PREVIDÊNCIA S.A.** ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000. **PRESENÇA:** Presente acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença de acionista detentor das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Felipe Costa da Silveira Nascimento, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** deliberar sobre **(I)** alteração da Diretoria da Companhia; e **(II)** alteração na designação de diretor perante à SUSEP e; **(II)** ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **DELIBERAÇÕES:** a acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(i) destituir**, com efeitos a partir de 01/01/2024, o **Sr. Fernando Pérez-Serrabona Garcia**, do cargo de Diretor. Ao Diretor, a Companhia outorgará a mais ampla, geral e rasa quitação quanto ao período em que permaneceu no exercício de suas funções, para nada mais reclamar, a qualquer título. **(ii) Eleger,** na presente data, ao cargo de Diretor o Sr. **Hugo Sérgio de Assis Júnior**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG 24.863.176-7 e inscrito no CPF/ME sob nº 775.811.805-49, com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, para cumprir mandato complementar até Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2026. O Diretor ora eleito, não necessita obter aprovação prévia da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados para sua eleição, nos termos do §2º, do artigo 43, da Resolução CNSP nº 422/21. O Diretor ora eleito, toma posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, aceita o cargo e declara, em termo separado da presente ata, sob as penas da lei, que: (a) preenche as condições previstas na Resolução CNSP nº 422 de 11/11/2021 e, (b) não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedades mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco está impedido, por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em conformidade com o disposto no artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de dezembro de 1994 e no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, cientes de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal; **(ii.a)** Em razão da eleição e destituição deliberadas neste ato, a Diretoria da Companhia, passa a ter a seguinte composição:

MEMBROS	CARGOS	MANDATO	
		INÍCIO	TÉRMINO
Felipe Costa da Silveira Nascimento	Diretor Presidente	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Fernando Perez-Serrabona Garcia	Diretor	31.03.2023	01.01.2024
Francisco Eugênio Labourt	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Orlando Eliecer Ibarra Campo	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Simone Pereira Negrão	Diretora	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Denia de Moura	Diretora	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Roberto Junior De Antoni	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Raphael Bauer de Lima	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Antonio Clemente Campanário	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Ivan Paraskevopoulos Silva	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor	01.12.2023	A.G.O. DE 2026

(iii) alterar a designação específica, referente à Resolução CNSP nº 415/2021, art. 31, que trata do compartilhamento de dados, de responsabilidade do Sr. **Orlando Eliecer Ibarra Campo** que passa, a partir desta data, ser de responsabilidade do Sr. **Hugo Sérgio de Assis Júnior. (iv) ratificar** as funções específicas atribuídas aos Diretores Executivos, nos exatos termos da regulamentação vigente, a saber:

DIRETOR RESPONSÁVEL	DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA
Ivan Paraskevopoulos Silva	Diretor responsável (a) Administrativo-Financeiro (art. 1º, III, da Circ. SUSEP nº 234/2003); (b) pelo cumprimento das obrigações da Res. CNSP nº 143/2005, conforme art.2º (registro das apólices e dos endossos emitidos e dos cosseguros aceitos); (c) pelas relações com a SUSEP (art. 1º, I, da Circ. SUSEP nº234/2003); (d) Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Res. CNSP nº432/2021 (art. 3º, III); (e) Resolução CNSP nº 383/2020, art. 13 (registro de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros).
Antonio Clemente Campanário	Diretor responsável **(a)** responsável técnico pelo cumprimento do disposto no art. 1º, II, da Circ. SUSEP nº234/2003; **(b)** Diretor técnico responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor (art.3º, II, Res. CNSP nº 432/2021)
Denia de Moura	Diretora responsável (a) pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 (que trata dos crimes de lavagem de dinheiro e de ocultação de bens), conforme art. 1º, IV, da Circ. SUSEP nº 234/2003, e do art.12 da Circular SUSEP nº 612/20; e (b) pelos controles internos, conforme art. 9º, da Resolução CNSP nº 416/21.
Raphael Bauer de Lima	Diretor Responsável pela política institucional de conduta no que se refere ao relacionamento com o cliente, conforme artigo 12 da Resolução CNSP nº 382 de 04 de março de 2020.
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor Responsável pelo compartilhamento que trata a Resolução CNSP nº 415 de 20 de julho de 2021 (Open Insurance), conforme art. 31.

(iv.a) Autorizar aos administradores da Companhia, na forma do Estatuto Social, e/ou seus procuradores legalmente constituídos, a praticarem todos os demais atos necessários à implementação e formalização dos atos e deliberações ora previstos, ficando desde já investidos dos mais amplos, gerais e ilimitados poderes para representar a sociedade perante todas e quaisquer autoridades públicas federais, estaduais e/ou municipais, incluindo, mas não se limitando a submissão desta ata à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, nos termos da legislação em vigor. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Felipe Costa da Silveira Nascimento, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa. **Acionista:** MAPFRE Participações S.A. p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor Vice-Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor. **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 01 de dezembro de 2023. **Felipe Costa da Silveira Nascimento -** Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão -** Secretária da Mesa. **JUCESP nº 128.808/24-0 em 27/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

MAC INVESTIMENTOS S.A.

(Subsidiária Integral) NIRE 35.30044705-1 - CNPJ/MF nº 17.249.375/0001-92
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Data, Hora e Local: Aos 30 dias do mês de abril de 2024, às 11:30h, na sede social da **MAC INVESTIMENTOS S.A.** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-000. **Presença:** Presente a acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada em razão da presença da acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Mesa:** Assumiu a presidência Sidney Rodrigues, que convidou, Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) exame, discussão e aprovação das contas dos administradores, do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) a destinação do lucro líquido apurado no Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023. **Publicações:** O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados no jornal "Valor Econômico", páginas G14 e G16, na edição de 30 de abril de 2024. **Deliberações:** A acionista única da Companhia decidiu, por unanimidade e sem ressalvas: **(i) aprovar** as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii) consignar** que o lucro apurado no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no importe, R$ 10.523.055,95 (Dez milhões, quinhentos e vinte e três mil, cinquenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Sidney Rodrigues, Presidente; Simone Pereira Negrão, Secretária. Acionista: MAPFRE e Brasil Participações S.A. (p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor). **Certidão:** Certifico que a presente ata é cópia do original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Sidney Rodrigues** - Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão -** Secretária da Mesa. **JUCESP nº 224.611/24-0 em 18/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

SÃO MARTINHO S.A.

CNPJ/MF Nº 51.466.860/0001-56 - NIRE Nº 35.300.010.485
COMPANHIA ABERTA
ATA DA 284ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2024

I. Data, Hora e Local: 26.07.2024, às 14h, realizada por videoconferência. **II. Presenças e convocação:** Totalidade do Conselho de Administração, sendo dispensada a convocação. **III. Mesa:** Presidente: Guilherme Fontes Ribeiro. Secretário: Marcelo Campos Ometto. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(1)** Composição dos Comitês de Assessoramento**; (2)** Reeleição dos membros da Diretoria; **(3)** Distribuição da remuneração global anual dos Administradores e membros do Conselho Fiscal. **V. Deliberações:** Abertos os trabalhos e instalada a Reunião, o Presidente colocou em exame, discussão e votação as matérias da ordem do dia. Os conselheiros deliberaram e aprovaram por unanimidade: **(1)** A composição dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração para o presente mandato: **(i)** Auditoria: João Carlos Costa Brega, Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos (Coordenador) e Olga Stankevicius Colpo; **(ii)** Financeiro: Mauricio Krug Ometto (Coordenador), Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos e Nelson Marques Ferreira Ometto; **(iii)** Gestão de Pessoas: Mauricio Krug Ometto, Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos e Olga Stankevicius Colpo (Coordenadora); **(iv)** Inovações Tecnológicas: Mauricio Krug Ometto (Coordenador), Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos e Nelson Marques Ferreira Ometto. **(2)** A reeleição dos membros da Diretoria para um mandato de 2 anos, até a primeira Reunião do Conselho de Administração ("RCA") a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31.3.2026 (até 1ª RCA após AGO de 2026): **(a) Diretor Presidente: Fabio Venturelli**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, RG nº 12.147.832-4 SSP/SP, CPF nº 114.256.038-40, com endereço profissional na Rua Geraldo Flausino Gomes, nº 61, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04575-060; **(b) Diretor Vice-Presidente e Diretor Superintendente Agroindustrial: Agenor Cunha Pavan**, brasileiro, casado, engenheiro de produção química, RG nº 9.217.528–4 SSP/SP, CPF nº 041.561.798-77, com endereço profissional na Fazenda São Martinho, zona rural, s/nº, Pradópolis/SP, CEP 14850-000, cujos cargos serão exercidos cumulativamente; **(c) Diretor Financeiro e de Relação com Investidores: Felipe Vicchiato**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 23.813.904-9 SSP/SP, CPF nº 260.593.418-70, com endereço profissional na Rua Geraldo Flausino Gomes, nº 61, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04575-060; **(d) Diretor Comercial e de Logística: Helder Luiz Gosling**, brasileiro, casado, engenheiro de produção mecânica, RG nº 16.494.125-3 SSP/SP, CPF nº 093.164.888-26, com endereço profissional na Rua Geraldo Flausino Gomes, nº 61, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04575-060; **(e) Diretor Jurídico, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais: Elias Eduardo Rosa Georges,** brasileiro, divorciado, advogado, RG nº 21.373.415-1 SSP/SP, CPF nº 148.332.328-55, com endereço profissional na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 2525, conjunto 105 e 107, Bairro Parque Industrial Lagoinha, Ribeirão Preto/SP, CEP 14095.000; **(f) Diretora de Recursos Humanos, Saúde e Segurança e de Responsabilidade Social: Luciana Cortes Carvas**, brasileira, casada, publicitária, RG nº 55.875.104 SSP/SP, CPF nº 027.388.357-75, com endereço profissional na Rua Geraldo Flausino Gomes, nº 61, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04575-060; **(g) Diretor Administrativo: Roberto Beraldo Melges**, brasileiro, casado, economista, RG nº 33.137.399-3 SSP/SP, CPF 288.873.618-78, com endereço profissional na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 2525, conjunto 105 e 107, Bairro Parque Industrial Lagoinha, Ribeirão Preto/SP, CEP 14.095-000; **(h) Diretor Agroindustrial de Unidade: Carlos Fernando Zaneti de Andrade,** brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, RG nº 57.223.294- 9 SSP/SP, CPF nº 071.673.788-44, com endereço profissional na Fazenda Santa Cruz, Américo Brasiliense/SP, CEP 14824-899. Carlos Fernando Zaneti de Andrade será responsável pela unidade agroindustrial Santa Cruz em Américo Brasiliense/SP; **(i) Diretor Agroindustrial de Unidade: Ivan Barcellos Dalri**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, RG nº 8.407.821-2 SSP/SP, CPF nº 031.838.108-75, com endereço profissional na Fazenda Boa Vista, Rodovia GO 164, s/nº, Km 10, zona rural, Quirinópolis/GO, CEP 75860-000. Ivan Barcellos Dalri será responsável pela unidade agroindustrial Boa Vista em Quirinópolis/GO; **(j) Diretor Agroindustrial de Unidade: Marcos Helder Pavan Mônaco,** brasileiro, casado, engenheiro químico, RG nº 8.432.514-8 SSP/SP, CPF nº 106.175.538-07, com endereço profissional na Usina Iracema, Iracemápolis/SP, CEP 13499-899. Marcos Helder Pavan Mônaco será responsável pela unidade agroindustrial Iracema em Iracemápolis/SP; **(k) Diretor Agroindustrial de Unidade: Ricardo Azevedo Gonçalves**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, RG nº 10.199.411-4 SSP/SP, CPF/MF nº 083.501.118-60, com endereço profissional na Fazenda São Martinho, zona rural, s/nº, Pradópolis/SP, CEP 14850-000. Ricardo Azevedo será responsável pela unidade agroindustrial São Martinho em Pradópolis/SP. Em até 30 dias (§1º do artigo 149 da Lei das S.A.), os Diretores eleitos tomarão posse mediante assinatura do termo lavrado em livro próprio, que ficará arquivado na sede da Companhia e constará sua sujeição à cláusula compromissória, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado e declaração de desimpedimento conforme §4º, artigo 147 da Lei das S.A. e Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022. **(3)** Os honorários base individuais para fins de distribuição da Remuneração Global dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal estabelecida pela Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data, conforme instrução formal arquivada na sede na Companhia. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Presidente da Mesa:** Guilherme Fontes Ribeiro. **Secretário da Mesa**: Marcelo Campos Ometto. **Conselheiros**: Guilherme Fontes Ribeiro. Marcelo Campos Ometto. João Carlos Costa Brega. Mauricio Krug Ometto. Murilo César Lemos dos Santos Passos. Nelson Marques Ferreira Ometto. Olga Stankevicius Colpo. Esta é cópia da ata lavrada no livro próprio Pradópolis, 26.07.2024.

ENAUTA ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 11.253.257/0001-71 - NIRE Nº. 33.3.00.29159-8

ARD em 26/06/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 26/06/24, às 10h, na sede social da Enauta Energia S.A. ("**Cia.**"). **2. Presença**: Estiveram presentes na reunião da Cia., representando a totalidade dos membros da Diretoria: **(i)** Décio Fabrício Oddone da Costa, Diretor Presidente; **(ii)** Pedro Rodrigues G. De Medeiros, Diretor Financeiro; e **(iii)** Carlos Mastrangelo, Diretor de Operações. **3. Mesa**: Presidente, Sr. Décio Fabrício Oddone da Costa, que convidou o Sr. Fabrício Zaluski, para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a orientação de voto da Cia. na AGE da 3R Petroleum Óleo e Gás S.A., a ser realizada, em segunda convocação, no dia 26/06/24, às 14h ("3R" e "AGE 3R", respectivamente); **(ii)** a outorga de procuração para representação isolada da Cia. na AGE 3R. **5. Deliberações Aprovadas**: Dando início aos trabalhos, os Diretores examinaram os itens constantes da ordem do dia, bem como recapitularam: (a) a aprovação do Conselho de Administração da controladora da Cia., Enauta Participações S.A. ("Enauta Participações"), em reunião do dia 16/05/24, da celebração do Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de emissão da Enauta Participações pela 3R ("Protocolo e Justificação"), que versa sobre os principais termos, cláusulas e condições da incorporação das ações de emissão da Enauta Participações pela 3R; e (b) o Acordo de Acionistas da 3R, celebrado em 17/05/24 entre a Enauta Participações e diversos outros acionistas da 3R, que trata sobre o compromisso de seus signatários praticarem todos os atos razoáveis para assegurar a conclusão da referida incorporação de ações estabelecida no Protocolo e Justificação, incluindo a votação favorável nas respectivas assembleias gerais extraordinárias. Os Diretores, por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer ressalvas ou restrições, com base nos documentos e informações acima referidos, decidiram: **(i)** aprovar e orientar a aprovação pela Cia., na qualidade de acionista da 3R, das matérias da ordem do dia da AGE 3R, incluindo suas eventuais prorrogações ou adiamentos, em primeira ou segunda convocação; e **(ii)** aprovar, para os fins do disposto no Art. 23, § único, do Estatuto Social da Cia., a outorga de procuração para os Srs. Décio Fabricio Oddone da Costa; Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros; Carlos Ferraz Mastrangelo; Fabrício Castro Vianna Zaluski; Talles Bonifacio Santos; e Miguel de Oliveira Mirilli, outorgando-lhes poderes para, isoladamente, representar a Cia., na qualidade de acionista da 3R, em todos os atos relacionados à AGE 3R, podendo, para tanto: (a) comparecer, participar, manifestar-se e votar favoravelmente à aprovação de todas as matérias da ordem do dia da AGE 3R, incluindo suas eventuais prorrogações ou adiamentos, em primeira ou segunda convocação; e (b) submeter boletim de voto a distância, assinar a respectiva ata e livros societários, bem como praticar todos e quaisquer outros atos necessários à plena participação da Cia. na referida AGE 3R, incluindo a ratificação do mandato desde 17 de junho, ocasião da primeira convocação da referida AGE. A referida procuração tem prazo indeterminado. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião de Diretoria, da qual lavrou-se a presente ata, que lida e aprovada, segue assinada pelos Diretores presentes, bem como pelo Presidente e pelo Secretário. RJ, 26/06/24. **Mesa: Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa -** Presidente; **Sr. Fabrício Zaluski -** Secretário. **Diretores: Sr. Décio Fabricio Oddone da Costa -** Diretor Presidente; **Sr. Pedro Rodrigues G. De Medeiros -** Diretor Financeiro. **Sr. Carlos Ferraz Mastrangelo -** Diretor de Operações. JUCERJA em 19/07/24 sob o nº 6352682. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

MAPFRE VIDA S.A.

(Subsidiária Integral) CNPJ 54.484.753/0001-49 - NIRE 3530010769-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2023

DATA, HORA E LOCAL: Em 01 de dezembro de 2023, às 10h30, na sede da **MAPFRE VIDA S.A.** ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Ala A, 17 ao 21º andar, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000. **PRESENÇA:** Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da **MAPFRE VIDA S.A.** ("Companhia"), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Felipe Costa da Silveira Nascimento, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre **(i)** alteração da Diretoria da Companhia; e **(ii)** alteração na designação de diretor perante à SUSEP; e **(iii)** ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **DELIBERAÇÕES:** a acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(i) eleger** ao cargo de Diretor o Sr. **Hugo Sérgio de Assis Júnior**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG 24.863.176-7 e inscrito no CPF/ME sob nº 775.811.805-49, com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, para cumprir mandato complementar até Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2026. O Diretor ora eleito, não necessita obter aprovação prévia da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados para sua eleição, nos termos do §2º, do artigo 43, da Resolução CNSP nº 422/21. O Diretor ora eleito, toma posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, aceita o cargo e declara, em termo separado da presente ata, sob as penas da lei, que: (a) preenche as condições previstas na Resolução CNSP nº 422 de 11/11/2021 e, (b) não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedades mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco está impedido, por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em conformidade com o disposto no artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de dezembro de 1994 e no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, cientes de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal; **(i.a)** Em virtude da alteração ora deliberada, a Diretoria da Companhia fica assim composta:

MEMBROS	CARGOS	MANDATO	
		INÍCIO	TÉRMINO
Felipe Costa da Silveira Nascimento	Diretor-Presidente	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Antonio Clemente Campanário	Diretora	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Denia de Moura	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Francisco Eugenio Labourt	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Ivan Paraskevopoulos Silva	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Orlando Eliecer Ibarra Campo	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Raphael Bauer de Lima	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Roberto Junior de Antoni	Diretor	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Simone Pereira Negrão	Diretora	31.03.2023	A.G.O DE 2026
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor	01.12.2023	A.G.O DE 2026

(ii) alterar a designação específica, referente à Resolução CNSP nº 415/2021, art. 31, que trata do compartilhamento de dados, de responsabilidade do Sr. **Orlando Eliecer Ibarra Campo** que passa, a partir desta data, ser de responsabilidade do Sr. **Hugo Sérgio de Assis Júnior. (iii) ratificar** as funções específicas atribuídas aos Diretores Executivos, nos exatos termos da regulamentação vigente, a saber:

DIRETOR RESPONSÁVEL	DESIGNAÇÕES ESPECÍFICAS
Ivan Paraskevopoulos Silva	Diretor responsável **(a)** Administrativo-Financeiro (art. 1º, III, da Circ. SUSEP nº 234/2003); **(b)** pelo cumprimento das obrigações da Res. CNSP nº 143/2005; **(c)** pelas relações com a SUSEP (art. 1º, I, da Circ. SUSEP nº 234/2003); **(d)** Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Res. CNSP nº 432/2021; **(e)** Resolução CNSP nº 383/2020;
Denia de Moura	Diretor responsável **(a)** pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 (art. 1º, IV, da Circ. SUSEP nº 234/2003 e da Circular SUSEP nº 612/20 (art.12); **(b)** pelos controles internos (Res. CNSP 416/21);
Antonio Clemente Campanario	Diretor **(a)** responsável técnico pelo cumprimento do disposto no art. 1º, II, da Circ. SUSEP nº 234/2003; **(b)** Diretor técnico responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor (art. 3º, II da Res. CNSP nº 432/21);
Raphael Bauer de Lima	Diretor Responsável **(a)** pelo artigo 12 da Resolução CNSP nº 382 de 04 de março de 2020; e **(b)** Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados (art. 22 da Res. CNSP nº 431/21);
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor Responsável pelo compartilhamento que trata a Resolução a Resolução CNSP nº 415 de 20 de julho de 2021 (Open Insurance), conforme art. 31.

(iii.a) autorizar aos administradores da Companhia, na forma do Estatuto Social, e/ou seus procuradores legalmente constituídos, a praticarem todos os demais atos necessários à implementação e formalização dos atos e deliberações ora previstos, ficando desde já investidos dos mais amplos, gerais e ilimitados poderes para representar a sociedade perante todas e quaisquer autoridades públicas federais, estaduais e/ou municipais, incluindo, mas não se limitando a submissão desta ata à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, nos termos da legislação em vigor. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Felipe Costa da Silveira Nascimento, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa; **Acionista:** MAPFRE Participações S.A. p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor Vice-Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor. **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 01 de dezembro de 2023. **Felipe Costa da Silveira Nascimento -** Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão -** Secretária da Mesa. **JUCESP nº 260.391/24-4 em 04/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90099/2024,** referente ao processo nº **024.00096022/2024-65,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 09/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 29/07/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

AMMO Varejo S.A.

CNPJ/ME nº 03.494.776/0001-01 - NIRE 3530057383-8

FATO RELEVANTE

Belo Horizonte - MG, 26 de julho de 2024 - A **Springs Global Participações S.A.** (Springs Global, B3: SGPS3, "Companhia") e AMMO VAREJO S.A., informaram em Fato Relevante, que em 06 de maio de 2024 havia protocolado Pedido de Recuperação Judicial, distribuído para a 2ª Vara Especializada Empresarial da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais. Após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024, conforme decisão disponibilizada no site da companhia. Também comunica ao Mercado que foi feito acordo entre Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP ODERNES") e AMMO VAREJO S.A., e outras empresas do Grupo para prorrogar o vencimento de obrigações da AMMO VAREJO S.A. e extinguir disputa relativa ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Ammo Varejo S.A." celebrado em 30 de maio de 2022 e outros acordos conexos. Josué Christiano Gomes da Silva - Diretor de Relações com Investidores. Para mais informações, contatar: +55 11 2145 4476 - *ri@springs.com.*

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90098/2024,** referente ao processo nº **024.00097437/2024-56**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO DOMICILIAR EM SAÚDE, NA MODALIDADE INTERNAÇÃO DOMICILIAR, EM ATENDIMENTO À AÇÃO JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 12/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 29/07/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

SÃO MARTINHO S.A.

CNPJ/MF Nº 51.466.860/0001-56 - NIRE Nº 35.300.010.485

COMPANHIA ABERTA

ATA DA 39ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2024

I. Data, Hora e Local: 26.07.2024, às 11h, na sede da São Martinho S.A. ("Companhia"), localizada na Fazenda São Martinho, Pradópolis/SP, CEP 14.850-000. **II. Convocação:** Edital de Convocação publicado no jornal Valor Econômico nos dias 18, 19 e 20.06.2024 na versão digital e impressa (páginas E5, E2 e E2, respectivamente), conforme artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."). **III. Publicações:** O Relatório Anual da Administração, Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social encerrado em 31.3.2024 foram publicados no jornal Valor Econômico em 18.06.2024 (página E3) com divulgação simultânea na versão digital. Os documentos necessários para deliberação foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários e estão à disposição dos acionistas no *website* de relações com investidores (www.saomartinho.com.br/ri) e nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). **IV. Presenças:** Acionistas representando 73,09% do capital social com direito a voto na Assembleia Geral Ordinária e 73,11% do capital social com direito a voto na Assembleia Geral Extraordinária, desconsideradas as ações em tesouraria, conforme assinaturas do "Livro de Registro de Presença de Acionistas" e votos manifestados por meio dos boletins de voto à distância. Presentes ainda a representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Alessandra Baleia Laurenti e a Conselheira Fiscal Maria Elvira Lopes Gimenez. **V. Mesa:** Verificado o quórum para instalação, assumiu a presidência dos trabalhos Guilherme Fontes Ribeiro e como secretário Elias Eduardo Rosa Georges. **VI. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **em caráter ordinário: (1)** Contas dos administradores, Relatório Anual da Administração, Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31.3.2024; **(2)** Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.3.2024; **(3)** Eleição dos membros do Conselho de Administração; **(4)** Eleição dos membros do Conselho Fiscal; **(5)** Remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal; **em caráter extraordinário: (1)** Aumento do capital social no valor de R$ 503.474.711,20, sem emissão de novas ações e consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; **(2)** Alterações no Estatuto Social para implementar: (i) atualização das alçadas do Conselho de Administração e data de correção (artigo 19, incisos xi, xii, xiii, xix e §único); (ii) ajuste na atribuição do Conselho de Administração para abertura e encerramento de filiais (artigo 19, inciso xv); (iii) ajuste na nomenclatura do cargo da Diretoria de Recursos Humanos, Saúde e Segurança (artigos 23 e 29, inciso vii); **(3)** Consolidação do Estatuto Social. **VII. Deliberações:** Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas e do mapa de votação sintético consolidado dos votos proferidos à distância. O Presidente submeteu à apreciação as matérias constantes da ordem do dia, ficando aprovada a lavratura da ata em forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130 e parágrafos da Lei das S.A. **Em Caráter Ordinário: (1)** Aprovado por unanimidade daqueles que exerceram o direito de voto, sendo 238.861.693 votos a favor e 4.656.754 abstenções (incluindo nas abstenções os legalmente impedidos), as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.3.2024. Registrada a abstenção de voto dos administradores. **(2)** Aprovada por unanimidade daqueles que exerceram o direito de voto, com 243.518.447 votos a favor, a destinação para o lucro líquido do exercício encerrado em 31.3.2024 no valor de R$ 1.476.278.597,54 conforme segue: **(a)** R$ 73.813.929,88 correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício para a conta de Reserva Legal; **b)** o saldo remanescente de R$ 1.402.464.667,66, que deduzidos R$ 333.607.229,09 destinados à Reserva de Incentivos Fiscais, totaliza R$ 1.068.857.438,57, para fins de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, nos termos do artigo 195-A da Lei das S.A., terá a seguinte destinação: **(b1)** R$ 267.214.359,64, para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício encerrado em 31.3.2024, acrescidos de R$ 16.056.172,71 provenientes da realização da reserva de lucros a realizar (ficando liquidada referida reserva), totalizem dividendos a serem pagos aos acionistas no valor de R$ 283.270.532,35, equivalentes a R$ 0,85019199590 por ação, desconsideradas as ações em tesouraria. Após aprovação pelo Conselho de Administração em 19.6.2023, a Companhia pagou juros sobre capital próprio ("JCP") no valor total bruto de R$ 154.999.880,07 em 4.7.2024. Considerando a dedução do JCP líquido do IRRF, cujo valor do tributo é de R$ 21.832.421,19, remanesce um saldo de dividendos a pagar de R$ 150.103.073,47, ou seja, R$ 0,45051079110 por ação, desconsideradas as ações em tesouraria que serão pagos aos acionistas em 13 de agosto de 2024. As ações passarão a ser negociadas "ex-dividendo" em 29.07.2024. **(b2)** R$ 801.643.078,93 acrescidos de R$ 8.548.431,59 provenientes da realização de Reserva de Reavaliação, que deduzido o valor de R$ 21.832.421,19 correspondentes ao imposto de renda retido na fonte (IRRF) dos juros sobre capital próprio, totaliza R$ 788.359.089,33 para Orçamento de Capital, a ser destinado ao Programa de Recompra de ações e investimentos planejados relacionados, principalmente, com Capex de Melhoria Operacional, Projetos de Investimentos e/ou Capital de Giro. **(3) 3.1.** Atingido o quórum para requerimento de eleição em separado pelos acionistas minoritários, foi eleito para 1 vaga do Conselho de Administração com mandato até a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que deliberar sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício social a se encerrar em 31.3.2026 (até AGO de 2026), o candidato indicado pelos acionistas minoritários mencionados na Proposta da Administração divulgada em 17.6.2024, **Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos,** brasileiro, divorciado, engenheiro químico, RG nº 53.080.291-0 SSP/SP, CPF nº 269.050.007-87, com endereço profissional à Rua Bandeira Paulista, 662 – cjs. 31 e 36, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04532-002, como **Conselheiro Independente**, conforme Regulamento do Novo Mercado e em razão de ter sido eleito por meio de votação em separado (art. 16, §3º do Regulamento do Novo Mercado), sendo 32.759.008 votos a favor, 11.876.924 contrários e 1.157.275 abstenções. **3.2.** Considerando a eleição em separado de Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos, o qual deixa de fazer parte da chapa indicada pela controladora, fica aprovada, por unanimidade, com 197.725.240 votos a favor, a eleição geral dos membros remanescentes da chapa única do Conselho de Administração, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício social a se encerrar em 31.3.2026 (até AGO de 2026): **(a) Presidente: Guilherme Fontes Ribeiro,** brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 20.952.088-7 SSP/SP, CPF nº 270.321.468-56, com endereço profissional na Rua Geraldo Flausino Gomes, 61, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04575-060; **(b) Vice-Presidente: Marcelo Campos Ometto,** brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 8.470.613-2 SSP/SP, CPF nº 027.992.798-30, com endereço profissional na Fazenda São Martinho, Pradópolis/SP, CEP 14850-000; **(c) Conselheiro Independente: João Carlos Costa Brega,** brasileiro, divorciado, administrador de empresas, RG nº 9.185.345-X SSP/SP, CPF nº 048.506.488-00, com endereço profissional à Rua Olympia Semeraro, 675 - Jardim Santa Emília, São Paulo/SP, CEP 04183-901; **(d) Conselheiro: Mauricio Krug Ometto,** brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 11.131.670-4 SSP/SP, CPF nº 127.718.108-08, com endereço profissional na Fazenda Santa Cruz, Américo Brasiliense/SP, CEP 14824-899; **(e) Conselheiro: Nelson Marques Ferreira Ometto,** brasileiro, administrador de empresas, casado, RG nº 8.470.617–X SSP/SP, CPF nº 052.193.198-33, com endereço profissional na Rua Geraldo Flausino Gomes, 61, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04575-060; e **(f) Conselheira: Olga Stankevicius Colpo,** brasileira, casada, administradora de empresas, RG nº 5.472.441-7 SSP/SP, CPF nº 216.118.408-30, com endereço profissional na Rua Geraldo Flausino Gomes, 61, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04575-060. Em até 30 dias (§1º do artigo 149 da Lei das S.A.), os conselheiros eleitos tomarão posse mediante assinatura do termo lavrado em livro próprio, que ficará arquivado na sede da Companhia e constará sua sujeição à cláusula compromissória, conforme artigo 40 do Regulamento do Novo Mercado e declaração de desimpedimento conforme §4º, artigo 147 da Lei das S.A. e Anexo K da Resolução CVM nº 80/2022. De acordo com a Proposta da Administração, João Carlos Costa Brega foi considerado conselheiro independente, conforme definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.**(4) 4.1.** Eleição em separado para 1 vaga do Conselho Fiscal para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício social a se encerrar em 31.3.2026 (até AGO de 2026) de **Maria Elvira Lopes Gimenez (efetiva)**, brasileira, divorciada, economista, RG nº 19.114.234-7 SSP/SP, CPF nº 136.012.018-10, residente à rua Laurindo Felix da Silva, 47, Jardim Luiz Fagundes, CEP 07625-030, Mairiporã/SP e **Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto (suplente)**, brasileiro, divorciado, advogado, RG nº 27.787.141-4 SSP/SP, CPF nº 275.224.438-06, com escritório na Av. Brig. Faria Lima, 4055, 4º andar, 408, CEP 04538-001, São Paulo/SP. Os eleitos somaram 45.793.207 votos a favor e foram indicados pelos acionistas minoritários mencionados na Proposta da Administração divulgada em 17.6.2024. Considerando a eleição em separado (1 efetivo e 1 suplente), a acionista controladora LJN Participações S.A. retira da chapa as candidatas Isabel Cristina Bittencourt Santiago e Rogiene Batista dos Santos. **4.2.** Aprovada por unanimidade, com 197.725.240 votos a favor, a eleição geral dos membros remanescentes do Conselho Fiscal, por indicação da acionista controladora, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício social a se encerrar em 31.3.2026 (até AGO de 2026): **Maurício Curvelo de Almeida Prado (efetivo)**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 12.266.350–0 SSP/SP, CPF nº 127.822.448-33, com endereço à Rua Silvio Portugal, nº 102, Pacaembu, São Paulo/SP, CEP 01247-060; **Marcelo Botelho da Costa Moraes (suplente)**, brasileiro, casado, contador, RG nº 23.579.226-3 SSP/SP, CPF nº 218.397.368-44, com endereço profissional à Avenida dos Bandeirantes, 3900, FEA-RP USP, sala 39 C2, Bairro Monte Alegre, CEP 14.040-905, Ribeirão Preto/SP; **Rafael Alves Rodrigues (efetivo)**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 22.174-503 SSP/SP, CPF nº 166.309.958-80, com endereço profissional na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2954 - Cj. 74, CEP 01451-901, São Paulo/SP; e **Paulo Nóbrega Frade (suplente)**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 32480750 SSP/SP, CPF nº 272.844.948-16, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.954, Conjunto 74, CEP 01451-001, São Paulo/SP. Em até 30 dias (§1º do artigo 149 da Lei das S.A.), os Conselheiros Fiscais eleitos tomarão posse mediante à assinatura do termo lavrado em livro próprio, que ficará arquivado na sede da Companhia, e constará sua sujeição à cláusula compromissória, conforme artigo 40 do Regulamento do Novo Mercado e de declaração de desimpedimento conforme §4º, artigo 147 da Lei das S.A. **(5)** Aprovada por maioria, sendo 241.602.995 votos a favor e 1.915.452 contrários: a) a remuneração global anual dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) em até R$ 64.142.532,63, dos quais: ai) R$ 9.081.783,36 se referem aos honorários (remuneração fixa e benefícios) do Conselho de Administração; aii) R$ 55.060.749,27 da Diretoria, sendo que R$ 44.211.209,03 se referem aos honorários (remuneração fixa, variável e benefícios) e R$ 10.849.540,24 referem-se ao limite para concessão de incentivos de longo prazo (opções e ações virtuais), caso venham a ser outorgadas, por decisão exclusiva e discricionária do Conselho de Administração no decorrer desse exercício. Não serão considerados nesse limite, o valor do exercício das opções virtuais outorgadas em exercícios anteriores; b) a remuneração global anual para os membros efetivos do Conselho Fiscal em até R$ 461.932,20, que se referem aos honorários (remuneração fixa). **Em Caráter Extraordinário: (1)** Aprovado por unanimidade daqueles que exerceram o direito de voto, com 243.588.106 votos a favor, o aumento do capital social em R$ 503.474.711,20, mediante capitalização da Reserva de Incentivos Fiscais, sem emissão de novas ações ordinárias nominativas, passando o capital social de R$ 3.941.717.487,21 para R$ 4.445.192.198,41, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social, que deverá ser alterado também para refletir o cancelamento de 7.636.263 ações mantidas em tesouraria, conforme deliberado pelo Conselho de Administração em reunião de 25.3.2024. Com as alterações mencionadas acima, o artigo 5º do Estatuto Social passará a ter a seguinte redação: *"Artigo 5º O capital social totalmente subscrito e integralizado da Sociedade é de R$ 4.445.192.198,41, dividido em 346.375.066 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal".* **(2)** Aprovado por unanimidade daqueles que exerceram o direito de voto, com 243.588.106 votos a favor, as alterações no Estatuto Social conforme a Proposta da Administração, para implementar: (i) atualização das alçadas do Conselho de Administração e data de correção (artigo 19, incisos xi, xii, xiii e parágrafo único); (ii) ajuste na atribuição do Conselho de Administração para abertura e encerramento de filiais (artigo 19, inciso xv); (iii) ajuste na nomenclatura do cargo da Diretoria de Recursos Humanos, Saúde e Segurança (artigos 23 e 29, inciso vii). **(3)** Aprovada por unanimidade daqueles que exerceram o direito de voto, com 243.588.106 votos a favor, a consolidação do Estatuto Social, anexo à ata. **III. Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo, o Presidente declarou encerrada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e suspendeu os trabalhos para a lavratura desta ata em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida, aprovada e assinada, sendo autorizado pelo Presidente que o Secretário atestasse a presença dos acionistas que participaram à distância. **Mesa: Presidente:** Guilherme Fontes Ribeiro: **Secretário:** Elias Eduardo Rosa Georges. Esta é cópia da ata lavrada no livro próprio. Pradópolis/SP, 26/07/2024. **Beatriz Miranda Kim** - Advogada - OAB/SP 467.939. **Anexo I - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Consolidação do Estatuto Social - Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Objeto, Sede e Duração: Artigo 1º** A **São Martinho S.A** é uma sociedade por ações de capital aberto, que se regerá por este Estatuto Social, pelas leis e normas vigentes que lhe forem aplicáveis. **§Único** A Sociedade, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). **Artigo 2º** A Sociedade tem sua sede e foro na Fazenda São Martinho, Município de Pradópolis/SP, CEP 14850-000, podendo estabelecer escritórios e filiais no país e no exterior. **Artigo 3º** A Sociedade tem por objeto: i) atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool e seus derivados e cogeração de energia elétrica; ii) exploração agrícola e pecuária; iii) importação e exportação de bens, produtos e matéria-prima; iv) fabricação, comercialização, exportação e importação, por conta própria ou de terceiros, de produtos químicos e orgânicos, bem como a fabricação de aditivo, ingrediente e suplemento para consumo animal, podendo desenvolver outras atividades correlatas ou condizentes com estas atividades; e v) participação em sociedades, mediante deliberação do Conselho de Administração. **Artigo 4º O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º** O capital social totalmente subscrito e integralizado da Sociedade é de R$ 4.445.192.198,41, dividido em 346.375.066 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **§1º** Corre por conta dos acionistas o custo dos serviços de transferência de ações que for cobrado pelo agente escriturador, observados os limites eventualmente fixados na legislação vigente. **§2º** Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§3º** Para fins de reembolso, o valor da ação será determinado com base no patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela assembleia geral, somente podendo ser inferior a este, se apurado com base no valor econômico da Sociedade, levantado em avaliação procedida por empresa especializada, indicada e escolhida em conformidade com o previsto na Lei das Sociedades por ações. **Artigo 6º** A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 372.000.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. **§Único** A Sociedade pode, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor de: (a) seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de sociedades direta ou indiretamente controladas ou (b) pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade e suas controladas. **Artigo 7º** A Sociedade poderá reduzir ou excluir o prazo para o exercício do direito de preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública obrigatória de aquisição de controle, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo III - Assembleias Gerais: Artigo 8º** A Assembleia Geral dos acionistas reunir-se-á ordinariamente, dentre os 4 meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que for o caso. Caberá à Assembleia Geral resolver os casos omissos do presente Estatuto Social, observadas as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento do Novo Mercado e nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **Artigo 9º** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração que, para formar a Mesa, convidará um Secretário, acionista ou não. **Artigo 10** A qualidade de Acionista deverá ser provada na forma da lei. **Artigo 11** A Sociedade poderá exigir, em prazo fixado no edital de convocação, o depósito de comprovante de titularidade de ações, expedido pela instituição financeira depositária. **Artigo 12** Ressalvados os casos para os quais a lei determine *quorum* qualificado, as deliberações da Assembleia serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 13** Dos trabalhos e das deliberações da Assembleia Geral serão lavradas atas em livro próprio, com elementos, indicações, requisitos e assinaturas exigidas em lei. **Artigo 14** A Assembleia Geral será Ordinária ou Extraordinária conforme a matéria sobre a qual versar podendo ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora e instrumentadas em ata única. **Capítulo IV - Administração - Seção I - Disposições Gerais: Artigo 15** A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **§1º** Os administradores da sociedade estão dispensados de prestar caução para garantia de suas gestões. **§2º** O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Sociedade privativa da Diretoria. **§3º** É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador, procurador ou empregado da Sociedade que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao objeto social. **§4º** A investidura dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria nos seus respectivos cargos está condicionada: (a) adesão às Políticas de (i) Divulgação e Uso de Informações de Ato ou Fato Relevante e (ii) de Negociação de Valores Mobiliários; (b) assinatura de termo de posse no livro próprio, em até trinta dias de suas respectivas nomeações, com sujeição à cláusula compromissória referida neste Estatuto Social. **§5º** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão em seus cargos até a investidura de seus sucessores. **Artigo 16** A Assembleia Geral fixará, anualmente, o montante global da remuneração dos administradores da Sociedade e dos membros do Conselho Fiscal. Caberá ao Conselho de Administração, em sua primeira Reunião após a Assembleia Geral que fixar a remuneração dos administradores, estabelecer os critérios para o respectivo rateio entre os Conselheiros e os Diretores. **Seção II - Conselho de Administração - Subseção I - Composição: Artigo 17** O Conselho de Administração será composto por 7 membros, dentre os quais um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, permitida a reeleição, com mandato unificado de 2 anos. **§Único** Ocorrendo vacância do cargo de Conselheiro, será convocada imediatamente uma Assembleia Geral para eleger o substituto. **Artigo 18** O Conselho de Administração será composto por no mínimo 2 ou 20%, o que for maior, de conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado. A caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes deve ser deliberada na assembleia geral que os eleger. **§1º** Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido neste artigo, resultar número fracionário, haverá o arredondamento para o número inteiro imediatamente superior. **§2º** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Sociedade não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **Subseção II - Atribuições: Artigo 19** O Conselho de Administração tem a função primordial de estabelecer diretrizes fundamentais da política geral da Sociedade e suas controladas, definir e supervisionar as funções que serão executadas pela Diretoria e acompanhar sua execução. Além das atribuições previstas em lei, compete-lhe privativamente em relação à Sociedade e suas controladas: i) fixar a orientação geral dos negócios, levando em consideração fatores econômicos, sociais, ambientais e governança corporativa; ii) deliberar sobre a emissão de debêntures e bônus de subscrição; iii) deliberar sobre a aquisição de suas próprias ações; iv) eleger e destituir os Diretores e lhes fixar as atribuições, observando o que a respeito dispuser a lei e o Estatuto; v) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos e negócios jurídicos; vi) convocar as Assembleias Gerais, sempre que julgar conveniente e nos casos previstos em lei; vii) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; viii) estabelecer critérios para o rateio da remuneração de cada administrador, respeitando o montante global fixado pela Assembleia Geral e fixar critérios gerais de remuneração, políticas de benefícios e participação nos lucros; ix) aprovar previamente à celebração, alteração ou rescisão de contratos firmados com qualquer um de seus acionistas e administradores ou sociedades por eles controladas ou coligadas; x) aprovar a constituição de mandatários; xi) aprovar as proposições da Diretoria para o estabelecimento de: (a) planos estratégicos de médio e longo prazo; (b) planejamento orçamentário, orçamento anual e todo e qualquer investimento; (c) planejamento tributário; (d) definições e alterações na estrutura organizacional da Sociedade e suas controladas; (e) distribuição de dividendos intermediários e ou pagamento de juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no balanço trimestral ou semestral, observadas as disposições legais e estatutárias; (f) critérios adotados na aplicação das disponibilidades financeiras; (g) contratação de financiamentos com valores superiores a R$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais); (h) os programas de expansão da Sociedade e de suas controladas, incluindo aquisições, bem como acompanhar a sua execução. xii) autorizar, em benefício da própria Sociedade ou sociedades controladas e coligadas, a concessão de garantias: (a) reais, em qualquer hipótese e (b) demais, quando em valores superiores a R$ 57.000.000,00; xiii) autorizar, sem depender da deliberação da Assembleia Geral, a alienação, transferência, cessão ou outra forma de disposição, a qualquer título, incluindo conferência ao capital de outra sociedade, de bens do ativo cujos valores não excedam a quantia equivalente a R$ 142.000.000,00. xiv) escolher ou destituir auditores independentes; xv) deliberar sobre a alteração da sede social, criação e extinção de sociedades controladas e participação da Sociedade no capital de outras sociedades no país ou no exterior, abertura ou encerramento de filiais, escritórios, agências, depósitos, agências de representação e quaisquer outros estabelecimentos no país e no exterior, exceto filiais para cultivo ou aquisição de matéria prima (cana-de-açúcar e milho), cuja deliberação pela Diretoria fica previamente autorizada; xvi) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Sociedade, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que operar; xvii) submeter à deliberação da Assembleia Geral proposta de alteração do Estatuto Social; xviii) deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição até o limite do capital autorizado, fixando o preço de emissão, definindo ainda se será concedida preferência na subscrição aos acionistas na hipótese prevista neste Estatuto Social; xix) aprovar contratos de longo prazo entre a Sociedade e seus clientes, fornecedores, prestadores de serviços e outras entidades com que mantenha relacionamento comercial, entendido como tais os contratos ou suas prorrogações com prazo de duração maior do que 60 meses e valor superior a R$ 15.000.000,00, exceto contratos para exploração da lavoura de cana-de-açúcar (parceria, arrendamento e fornecimento) e decorrentes de investimentos autorizados pelo Conselho de Administração; xx) definir a instituição de reputação internacional, independência e experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas para elaboração do laudo de avaliação das ações da Sociedade em caso de OPA por Aquisição de Participação Relevante, nos termos deste Estatuto Social; xxi) fixar o voto a ser dado pelo representante da Sociedade nas Assembleias Gerais e reuniões das sociedades em que participe, direta ou indiretamente, como sócia ou acionista; xxii) aprovar previamente as alterações do contrato social ou do estatuto social das sociedades em que a Sociedade participe, inclusive indicando e aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com o voto da Sociedade; xxiii) outorgar planos de incentivo de longo prazo aos administradores e empregados da Sociedade e de suas controladas diretas e indiretas, mas não se limitando às opções de compra ou subscrição de ações; xxiv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Sociedade, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Sociedade e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Sociedade; c) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações no mercado; d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM. xxv) o Conselho de Administração, nos termos de seu Regimento Interno, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês e grupos de trabalho com objetivos definidos, os quais deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de auxiliar o Conselho de Administração; xxvi) aprovar políticas e demais documentos exigidos pela CVM, B3 e/ou Novo Mercado; e xxvii) aprovar seu orçamento e regimento interno e os de seus Comitês. **§Único** Os valores mencionados neste Artigo, em moeda do País, serão corrigidos anualmente a partir de 26.07.2024, pelo índice IPCA (IBGE) ou outro índice de base equivalente que venha a substituí-lo. **Subseção III - Funcionamento: Artigo 20** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, e extraordinariamente, sempre que necessário. **§1º** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração e na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho, mediante comunicação escrita aos demais Conselheiros, com indicação da Ordem do Dia, com antecedência mínima de 05 dias, a qual poderá ser dispensada em caso de comparecimento de todos os Conselheiros. **§2º** O Conselho de Administração, para validamente deliberar sobre qualquer assunto, deverá se reunir com, no mínimo, 5 membros. **§3º** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes à reunião. Havendo empate na votação, a matéria será remetida para nova reunião para deliberação com a participação de todos os conselheiros. **§4º** As deliberações do Conselho de Administração serão lavradas em atas no competente livro de Reuniões do Conselho de Administração. **§5º** Os Conselheiros poderão ser representados nas reuniões do Conselho de Administração por outro Conselheiro a quem tenham sido conferidos poderes especiais. Os Conselheiros poderão, ainda, participar de tais reuniões por intermédio de conferência telefônica ou videoconferência, sendo considerados presentes à reunião. **Artigo 21** Compete ao Presidente do Conselho de Administração: a) convocar e presidir as Assembleias Gerais de Acionistas; b) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; c) transmitir à Diretoria as decisões do Conselho de Administração e zelar pela sua execução. **Artigo 22** Compete ao Vice-Presidente do Conselho de Administração representar o Presidente na hipótese de ausência, impedimento ou em atividades delegadas por esse. **Seção III - Diretoria - Subseção I - Composição: Artigo 23** A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 e, no máximo, 12 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 anos, permitida a reeleição, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor Superintendente Agroindustrial, quatro Diretores Agroindustriais de Unidade, um Diretor Financeiro e de Relação com Investidores, um Diretor Administrativo, um Diretor Comercial e de Logística, um Diretor Jurídico, de Governança, Riscos e Conformidade e de Relações Institucionais e um Diretor de Recursos Humanos, Saúde e Segurança e de Responsabilidade Social, podendo os cargos serem exercidos cumulativamente a critério do Conselho de Administração. **§Único** Ocorrendo vacância de cargo por ausência ou impedimento definitivo, morte, incapacidade ou renúncia, de qualquer Diretor, o Conselho de Administração reunir-se-á para deliberação, podendo designar substituto ou eleger novo diretor, fixando o prazo de gestão e os respectivos vencimentos. **Subseção II - Funcionamento: Artigo 24** A Diretoria é o órgão de representação da Sociedade, cabendo-lhe assegurar, dentro de suas atribuições e poderes, o seu funcionamento regular, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por lei ou pelo presente Estatuto Social sejam de competência de outro órgão ou dependam de prévia aprovação. **Artigo 25** A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. **§1º** As reuniões da Diretoria serão convocadas pelo Diretor Presidente, mediante comunicação escrita aos outros Diretores em exercício, com antecedência mínima de 3 dias. A convocação pode ser dispensada, se houver um programa calendário para todo o semestre ou ano. **§2º** A Diretoria funcionará de forma colegiada, deliberando por maioria absoluta de votos, sem embargo da responsabilidade individual de seus membros. Havendo empate a matéria será submetida ao Conselho de Administração. **§3º** As reuniões da Diretoria serão lavradas em atas, no competente livro próprio. **Subseção III – Atribuições: Artigo 26** Compete fundamentalmente a cada um dos Diretores, além das atribuições específicas previstas neste Estatuto: a) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; b) coordenar o andamento das atividades da Sociedade, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais, em reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões; c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, levando em consideração fatores econômicos, sociais, ambientais e governança corporativa; d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e) praticar outros atos que venham ser especificados pelo Conselho de Administração. **§1º** A representação da Sociedade, nos atos e operações de gestão ordinária dos negócios sociais, tais como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos ou atos que importem responsabilidade ou obrigação para a Sociedade ou que a exonere de obrigações para com terceiros, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados: a) por dois Diretores, conjuntamente, ou; b) em casos específicos, previamente aprovados pelo Conselho de Administração, pela assinatura conjunta de um Diretor e um Procurador, ou de 2 Procuradores, constituídos conforme segue. **§2º** As procurações *ad negotia* em nome da Sociedade serão outorgadas por 2 Diretores, em conjunto, devendo ser especificados os poderes conferidos e o período de validade, limitado a 2 anos, proibido o substabelecimento. **§3º** As procurações *ad judicia* em nome da Sociedade serão outorgadas por dois Diretores, em conjunto, ou por um Diretor em conjunto com um Procurador, não tendo prazo de validade determinado, sendo permitido o substabelecimento. **§4º** A representação da Sociedade em juízo e perante repartições públicas em geral ou autoridades federais, estaduais ou municipais, autarquias, sociedades de economia mista, cartórios de registro de imóveis, sindicatos de trabalhadores, Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e nos documentos referentes às relações empregatícias, bem como nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais ou extrajudiciais e prestação de depoimento pessoal, competirá isoladamente a qualquer Diretor que poderá assinar quaisquer atos pertinentes, ou a um bastante Procurador, cujos poderes sejam especificados no instrumento de mandato outorgado conforme Parágrafo Segundo. **Artigo 27** Ao **Diretor-Presidente** competirá isoladamente: a) presidir as reuniões da Diretoria, definindo as diretrizes empresariais, em conformidade com as políticas emanadas pelo Conselho de Administração; b) exercer a supervisão geral da Diretoria e de seus setores e da área de tecnologia; c) responder pelo acompanhamento dos resultados operacionais, gestão de riscos e pelas correções de rumos, quando necessário; d) manter os membros do Conselho de Administração devidamente informados do desenvolvimento das atividades da Sociedade; e) suspender deliberações da Diretoria, até pronunciamento do Conselho de Administração; f) conceder licença temporária aos membros da Diretoria, indicando substituto para exercer as funções do substituído em sua ausência; g) propor as definições e alterações da estrutura organizacional da Sociedade e suas controladas; h) orientar a elaboração dos orçamentos da Sociedade quanto a seus limites e condicionantes internos e externos; i) orientar os planos de atuação setoriais das Diretorias; j) representar a Diretoria nas relações com os demais órgãos sociais; k) coordenar as atividades dos demais diretores, e diretorias não estatutárias; l) representar preferencialmente a Sociedade nas Assembleias Gerais e Reuniões das Sociedades que participa como sócia ou acionista, cumprindo as determinações do Conselho de Administração. **Artigo 28** Compete ao **Diretor Vice-Presidente**: a) auxiliar o Diretor Presidente no exercício de suas atribuições, inclusive representar a Sociedade perante os órgãos governamentais, associações de classe e sindicatos patronais; b) substituir o Diretor Presidente em suas ausências ou em caso de impedimento temporário; c) integrar e coordenar as ações das demais diretorias em relação às questões ambientais, sociais e de governança. **Artigo 29**. Competem aos Diretores: **i) Superintendente Agroindustrial**: a) coordenar toda a atividade produtiva, incluindo agrícola e industrial, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Diretor Presidente; b) responder, em qualquer esfera, pelos atos praticados em nome da Sociedade e que estejam diretamente relacionados à sua competência; **ii) Agroindustrial de Unidade**: a) execução das atividades relacionadas com as áreas industrial e agrícola de sua respectiva unidade, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Diretor Superintendente Agroindustrial; b) responder, em qualquer esfera, pelos atos praticados em nome da Sociedade e que estejam diretamente relacionados a sua competência, unidade e atuação local; **iii) Financeiro e de Relação com Investidores**: a) execução das atividades relacionadas com as áreas financeira, planejamento econômico e controladoria, novos negócios, fusões e aquisições e planejamento estratégico, de acordo com as diretrizes transmitidas pelo Diretor Presidente, b) responder, em qualquer esfera pelos atos praticados em nome da Sociedade e que estejam diretamente relacionados a sua competência; c) prestar informações aos investidores, à CVM e à B3 e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; d) manter atualizado o registro da Sociedade em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM; **iv) Administrativo:** a) execução das atividades administrativas relacionadas com as áreas de suprimentos, contabilidade, patrimônio, transações financeiras e dar suporte às demais áreas, de acordo com as diretrizes transmitidas pelo Diretor Presidente; b) responder, em qualquer esfera, pelos atos praticados em nome da Sociedade e diretamente relacionados a sua competência; **v) Comercial e de Logística**: a) formular, implementar e executar políticas de mercado (interno/externo), planos de marketing e comercialização dos produtos, de atendimento a grandes clientes e dos sistemas comerciais da Sociedade, de acordo com as diretrizes transmitidas pelo Diretor Presidente; b) realizar análises de mercado visando a competitividade dos produtos; c) participar no estabelecimento das diretrizes de logística de distribuição de produtos da Sociedade; **vi) Jurídico, de Governança, Riscos e Conformidade e de Relações Institucionais:** a) execução das atividades da área jurídica, governança, gestão de riscos, controles internos, conformidade e relações institucionais, de acordo com as diretrizes transmitidas pelo Diretor Presidente; b) coordenação do comitê de ética e conformidade e acompanhamento das denúncias do canal ético; c) responder, em qualquer esfera, pelos atos praticados em nome da Sociedade e diretamente relacionados a sua competência; **vii) Recursos Humanos, Saúde e Segurança e de Responsabilidade Social:** a) execução das atividades da área de recursos humanos, saúde, segurança e responsabilidade social, de acordo com as diretrizes transmitidas pelo Diretor Presidente; b) responder, em qualquer esfera, pelos atos praticados em nome da Sociedade e diretamente relacionados à sua competência.**Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 30** A Sociedade terá um Conselho Fiscal composto de 3 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 2 anos, permitida reeleição. **§1º** Os acionistas minoritários elegerão, em votação em separado, 1 membro efetivo e respectivo suplente. **§2º** O Conselho Fiscal terá as funções e poderes que a Lei lhe confere e sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral que o eleger. **§3º** A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, estará condicionada à assinatura de termo de posse no livro próprio, em até trinta dias de suas respectivas nomeações, com sujeição à cláusula compromissória referida neste Estatuto Social. **§4º** Em suas ausências, impedimentos ou nos casos de vacância, os membros do Conselho Fiscal serão substituídos pelos respectivos suplentes. **Artigo 31** O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. **Capítulo VI - Exercício Social e Lucros: Artigo 32** O exercício social se encerrará em 31 de março de cada ano civil, ocasião em que serão realizados o balanço geral e demonstrações financeiras do exercício e dos lucros líquidos eventualmente apurados, as amortizações e as depreciações regulares, deduzindo-se, obrigatoriamente: a) 5% para o Fundo de Reserva Legal, até o limite estabelecido em lei; b) 25% como dividendo obrigatório aos acionistas; c) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração e respeitadas as disposições legais aplicáveis. **§Único** Mediante proposta da Diretoria e aprovação do Conselho de Administração poderão ser pagos ou creditados aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, os quais poderão ser imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, aos dividendos intermediários ou ao dividendo anual. **Artigo 33** A Sociedade, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. Poderá, ainda, por deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **§Único** Os dividendos distribuídos nos termos deste Artigo serão imputados ao dividendo obrigatório. **Capítulo VII - Alienação de Controle e Oferta Pública por Aquisição de Participação Relevante: Artigo 34** A Alienação direta ou indireta de controle da Sociedade, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição das ações tendo por objeto as ações de emissão da Sociedade de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao alienante. **Artigo 35** Qualquer pessoa, seja ela natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos ou outra forma de organização, residente, com domicilio ou com sede no Brasil ou no exterior que, isoladamente ou em conjunto com pessoa vinculada, acionista ou não da Sociedade, adquira ou, a qualquer título, se torne titular de quantidade de ações igual ou superior a 20% do total das ações da Sociedade ("Participação Acionária Relevante") deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade, realizar ou, no caso de oferta registrável, solicitar o registro de oferta pública para aquisição da totalidade das ações da Sociedade ("OPA por Atingimento de Participação Relevante"), observando-se este artigo e as normas aplicáveis da CVM e da B3. **§1º** A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Sociedade, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo abaixo e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA por Atingimento de Participação Relevante de ações da Sociedade. **§2º** O preço de aquisição na OPA por Atingimento de Participação Relevante de cada ação da Sociedade será o maior dos seguintes valores: (i) o Valor Econômico (conforme definição do parágrafo onze abaixo); (ii) 140% da cotação unitária mais alta atingida pelas ações da Sociedade durante o período de 24 meses anterior à realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante em qualquer bolsa de valores que as ações da Sociedade forem transacionadas; e (iii) o maior preço de emissão das ações a Sociedade em qualquer aumento de capital realizado durante o período de 24 meses anterior à realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante. **§3º** A realização da OPA não excluirá a possibilidade de outro acionista ou, se for o caso, a própria Sociedade, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável. **§4º** A realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas representando a maioria do capital social em Assembleia Geral Extraordinária convocada para deliberar sobre tal matéria. **§5º** O ofertante estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM relativas à OPA por Atingimento de Participação Acionária Relevante, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável. **§6º** Na hipótese de o ofertante não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA por Atingimento de Participação Relevante ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o ofertante não poderá votar para deliberar a suspensão do exercício dos seus direitos, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações. **§7º** Qualquer pessoa que, isoladamente ou em conjunto com pessoa vinculada, acionista ou não da Sociedade, adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre as ações da Sociedade em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações da Sociedade estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direito, realizar ou solicitar o registro de uma OPA por Atingimento de Participação Acionária Relevante, nos termos do caput deste artigo. **§8º** As obrigações previstas na Lei das Sociedades por Ações sobre alienação de controle e o previsto no artigo 34 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo acionista das obrigações constantes deste artigo. **§9º** O disposto neste artigo não se aplica: (i) na hipótese de incorporação de sociedades ou de suas ações pela Sociedade (ii) na hipótese de subscrição de ações da Sociedade, realizada em emissão primária aprovada em Assembleia Geral de acionistas, e cuja proposta de aumento de capital tenha por base o valor econômico estabelecido por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas; (iii) ao acionista ou cônjuge que adquirir ações em decorrência de meação, adiantamento de legítima, doação, sucessão hereditária ou transferência em favor de *trusts* ou entidades fiduciárias similares, tendo por beneficiário o próprio Acionista, seu cônjuge ou descendentes. **§10º** Para fins do cálculo do percentual de 20% do total de ações da Sociedade descrito no caput deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Sociedade com o cancelamento de ações. **§11º** Considera-se "Valor Econômico" o valor da Sociedade conforme determinado em laudo de avaliação elaborado por instituição de reputação internacional, independência e experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas escolhida pelo Conselho de Administração, elaborado de acordo com os critérios estabelecidos pela CVM. **§12º** Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA por Atingimento de Participação Relevante prevista neste artigo determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Sociedade na referida OPA que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado neste artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA o preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM. **Capítulo VIII - Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado: Artigo 36** O cancelamento de registro de Companhia Aberta e a Saída do Novo Mercado ficam sujeitos às disposições do Regulamento do Novo Mercado e às regras expedidas pela CVM em vigor **Capítulo IX - Liquidação: Artigo 37** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo da liquidação e eleger o liquidante. **Capítulo X - Arbitragem: Artigo 38** A Sociedade, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e na Lei que disciplina o mercado de valores mobiliários, no estatuto social da Sociedade, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Capítulo XI - Disposições Gerais: Artigo 39** Os casos omissos neste Estatuto serão regidos pelas normas vigentes e aplicáveis à matéria, incluindo as disposições do Regulamento do Novo Mercado. **Artigo 40** A Sociedade observará os Acordos de Acionistas registrados na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, cabendo à Administração abster-se de registrar transferência de ações contrárias aos respectivos termos e, ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração de abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos. **Beatriz Miranda Kim – Advogada -** OAB/SP 467.939.

INÊS 249

O GLOBO
Valor
EXTRA
marie claire
AUTO
GLAMOUR
CASA
EDITORA GLOBO